

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO
RAMO C: MEDIAÇÃO PATRIMONIAL

Práticas e ritos fúnebres no
concelho de Vale de Cambra
durante a primeira metade
do século XIX: um contributo
para a identificação de um
património imaterial
Hugo Sérgio Rodrigues
Ferreira

M

2017



Hugo Sérgio Rodrigues Ferreira

**Práticas e ritos fúnebres no concelho de Vale de Cambra durante
a primeira metade do século XIX: um contributo para a
identificação de um património imaterial**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo C: Mediação
Patrimonial, orientada pela Professora Doutora Maria Helena Cardoso Osswald

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

novembro de 2017

Práticas e ritos fúnebres no concelho de Vale de Cambra
durante a primeira metade do século XIX: um contributo para
a identificação de um património imaterial

Hugo Sérgio Rodrigues Ferreira

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo C: Mediação
Patrimonial orientada pela Professora Doutora Maria Helena Cardoso Osswald

Membros do Júri

Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Ana Cristina Araújo
Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra

Professora Doutora Maria Helena Cardoso Osswald
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

Sumário

Agradecimentos.....	10
Resumo.....	11
Abstract	12
Índice de gráficos	13
Índice de tabelas	14
Índice de mapas.....	15
Lista de abreviaturas e siglas.....	16
Introdução	17
Capítulo 1 – A escolha do tema: da pesquisa bibliográfica ao conceito de património	18
1.1. A definição do objeto de estudo, espaço e cronologia	18
1.2. Os rituais/práticas fúnebres enquanto património	29
Capítulo 2 – O concelho de Vale de Cambra na primeira metade do século XIX	33
2.1. Quadro político-administrativo	33
2.2. Quadro religioso.....	34
Capítulo 3 – Fontes: características, crítica e métodos	36
3.1. Fontes notariais	36
3.1.1. Escolha dos documentos	36
3.1.2. Distribuição geográfica das escrituras.....	38
3.1.3. Distribuição cronológicas das escrituras	44
3.1.4. Tipologia e estrutura das fontes.....	45
3.1.5. Características do <i>corpus</i> documental.....	50
3.1.5.1. Escrituras individuais e conjuntas	50
3.1.5.2. Sexo e estado civil dos outorgantes.....	51
3.1.5.3. Condição social dos outorgantes	54
3.1.5.4. Redatores das escrituras	55
3.1.5.5. Motivos para fazer escritura.....	57
3.1.6. Tabeliães e local do escritório	58
3.1.7. Métodos de seleção e análise de dados	59
3.2. Registos de óbito	61
3.2.1. Livros existentes e cronologia.....	62
3.2.2. Estrutura e características das fontes.....	64
3.2.3. Métodos de seleção e análise de dados	69

3.3. Outras fontes	70
3.3.1. Livros de receitas e despesas de confrarias	70
3.3.2. Constituições Sinodais	72
Capítulo 4 – As mortalhas: depois de morrer o que vestir?	74
4.1. Evolução do hábito de amortalar os defuntos	74
4.2. As mortalhas escolhidas e usadas.....	78
4.2.1. Hábito de Santo António e/ou São Francisco.....	81
4.2.2. Hábito de São Bernardo	87
4.2.3. Hábito de Nossa Senhora do Carmo.....	88
4.2.4. Outros hábitos (branco, cordão, preto e roxo).....	89
4.2.5. Vestes sacras ou de sacerdote.....	89
4.2.6. Lençol.....	90
Capítulo 5 – De casa até à Igreja: como era o cortejo fúnebre?	92
5.1. O transporte dos corpos.....	92
5.2. Os acompanhamentos dos defuntos	96
5.2.1. Enquadramento histórico-geográfico	96
5.2.2. Acompanhantes solicitados e recebidos	105
5.2.2.1. Padres	107
5.2.2.2. Confrarias	116
5.2.3. O cerimonial: velas, lanternas, bandeiras, guiões, opas e cruzes	119
Capítulo 6 – Na igreja: o que fazer pela alma do defunto antes do enterro?.....	126
6.1. Preparação do espaço e luzes	126
6.2. Missa e Ofício de Defuntos	127
6.2.1. Composição e realização do Ofício de Defuntos	128
6.2.2. Uma primeira exceção: os menores de idade	139
6.2.3. Uma segunda exceção: os Domingos e festas solenes	140
6.2.4. Missas e Ofícios pagos e gratuitos	142
Capítulo 7 – O local de sepultura: <i>ad sanctos</i> e <i>apud ecclesiam</i> ou cemitério público?.....	146
7.1. A situação na Europa.....	146
7.2. A situação em Portugal	148
7.3. A situação no concelho de Vale de Cambra.....	153
7.4. Breve nota sobre a criação dos cemitérios no concelho de Vale de Cambra	172
Considerações finais.....	175
Fontes e Bibliografia	178
Anexos.....	190

Anexo 1 - Distribuição cronológica das escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1849)	191
Anexo 2 - Tipos e designação das escrituras contidas nos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	192
Anexo 3 – Combinações de parentesco e estado civil dos outorgantes das escrituras conjuntas dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	194
Anexo 4 – Localização dos escritórios dos tabeliães das escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	195
Anexo 5 – <i>Livros de Receitas e Despesas de Confrarias, Capelas e Fábricas das Igrejas</i> do concelho de Vale de Cambra entre 1800 e 1850	196
Anexo 6 – Mortalhas pedidas por freguesia e outorgante (segundo sexo e estado civil) nas escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	197
Anexo 7 – Mortalhas usadas por defunto (maior de idade e sem indicação de condição social de pobre) segundo o sexo e estado civil por freguesia nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	203
Anexo 8 – Mortalhas usadas por defunto (pobre, muito pobre ou mendigo) segundo o sexo e estado civil por freguesia nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	206
Anexo 9 – Acompanhamento pedido por freguesia e outorgante (segundo sexo e estado civil) nas escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)...	208
Anexo 10 – Acompanhamento feito por defunto (maior de idade e sem indicação de condição social de pobre) segundo o sexo e estado civil por freguesia nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	215
Anexo 11 – Acompanhamento feito por defunto (pobre, muito pobre ou mendigo) segundo o sexo e estado civil por freguesia nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	220
Anexo 12 – Acompanhamento feito por defunto menor de idade segundo o sexo por freguesia nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	223
Anexo 13 – Ofícios e número de padres pedidos por freguesia e outorgante nas escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	224
Anexo 14 – Ofícios feitos e número de padres por defunto (maior de idade sem indicação de condição social de pobre e ofícios gratuitos) nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	228
Anexo 15 – Ofícios feitos e número de padres por defunto (de condição social de pobre, muito pobre ou mendigo e recebidos “por caridade, pelo amor de Deus ou grátis”) nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	236
Anexo 16 – Ofícios feitos por defunto (menor de idade) por freguesia nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	239
Anexo 17 – Comparação entre os Ofícios e número de padres pedidos por freguesia e outorgante das escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850) e os Ofícios feitos e número de padres segundo os <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	240

Anexo 18 – Local de sepultura pedido por freguesia e outorgante (segundo sexo e estado civil) nas escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	243
Anexo 19 – Local de sepultura por defunto (maior de idade e sem indicação de condição social de pobre) segundo o sexo e estado civil por freguesia nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850).....	247
Anexo 20 – Local de sepultura por defunto (pobre, muito pobre ou mendigo) segundo o sexo e estado civil por freguesia nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	252
Anexo 21 – Local de sepultura por defunto menor de idade segundo o sexo por nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	255
Anexo 22 – Comparação entre o local de sepultura pedido por freguesia e outorgante das escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850) e o local de sepultura segundo os <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850) .	257
Anexo 23 – Primeiras referências a sepulturas nos adros e/ou cemitérios públicos segundo os <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra	260

Agradecimentos

A dissertação desenvolvida ao longo deste último ano e que aqui se apresenta não é apenas fruto de um esforço e trabalho individual. Sozinho não seria possível fazer a mesma. Por este motivo, é importante que outros nomes aqui fiquem registados, para que outros lhes possam atribuir os méritos que merecem e os próprios saibam o quão importante foi o seu apoio e que não foram esquecidos agora que tudo está concluído.

Assim sendo, devo em primeiro lugar um especial e sincero agradecimento à minha orientadora, a Doutora Helena Osswald. Um agradecimento por toda a disponibilidade e paciência que sempre teve e tempo que dedicou para esclarecer dúvidas, ouvir desabaços e resolver problemas. Um obrigado por tudo o que me ensinou e um pedido de desculpas por tudo o que não consegui aprender mas que me procurou ensinar. E um obrigado ainda por todos os conselhos dados e pela preocupação que sempre demonstrou, não só em relação à dissertação, mas relativamente à vida existente para além da mesma, mas que muitas vezes a influencia. Na falta de palavras que melhor descrevam a minha gratidão: muito obrigado por tudo.

Devo ainda agradecer aos restantes professores que não me acompanharam neste último ano, mas que muito me ensinaram e assim permitiram que chegasse até aqui. Em especial deixo um muito obrigado à professora Doutora Inês Amorim por todos os sábios conselhos que deu, pela preocupação que sempre manifestou e por toda a disponibilidade que sempre demonstrou.

À família e aos amigos devo um pedido desculpa pelas ausências necessárias à concretização deste projeto e agradeço a compreensão demonstrada e força transmitida. Também os colegas merecem um obrigado, sobretudo aqueles que partilharam comigo a mesma orientadora, pois entre nós trocamos algumas dúvidas, ideias e sugestões muitas vezes úteis para todos nós.

Um agradecimento ainda ao Dr. Vítor Tavares, diretor do Arquivo Municipal de Vale de Cambra, pela disponibilidade e prontidão que sempre demonstrou ao longo das semanas que aí passei a consultar a documentação necessária para o projeto.

Um muito obrigado a todos!

Resumo

O presente projeto tem como objetivo recuperar práticas e ritos associados à morte para o concelho de Vale de Cambra na primeira metade do século XIX, enquanto período de fortes mudanças e de incubação de algumas práticas e ritos que ainda hoje existem. Como fontes principais usaram-se escrituras notariais e registos de óbito. Os aspetos que mais concretamente se selecionaram como objeto de estudo são as mortalhas pedidas e envergadas pelos defuntos, o tipo de acompanhamento solicitado e recebido entre a sua casa e o local de sepultura, os ofícios requeridos e feitos em sufrágio da sua alma e os locais onde os mesmos escolheram e foram inumados. Ao estudar estes aspetos, o nosso objetivo é criar as bases para um futuro projeto de mediação que permita à comunidade local compreender os seus gestos e atitudes atuais, com as suas características e especificidades, para que os possam entender como aspetos definidores da sua identidade, enquanto património.

Palavras-chave: Vale de Cambra, identidade, morte, funeral, sufrágios, ritos

Abstract

This project aims to recover practices and rites associated with death for the county of Vale de Cambra in the first half of the nineteenth century, as a period of strong changes and incubation of some practices and rites that still exist today. Notarial deeds and death records are the main sources used. The aspects that were most specifically selected as object of study are the shrouds requested and wore by the deceased, the type of accompaniment requested and received between their home and the place of burial, the requiem required and made in suffrage of their soul and the places where they chose and were buried. In studying these aspects, our goal is to lay the foundations for a future mediation project that will enable the local community to understand their current gestures and attitudes with their characteristics and specificities, so that they can understand them as defining aspects of their identity, as heritage.

Keywords: Vale de Cambra, identity, death, funeral, suffrages, rites

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Número de assentos com indicação de mortalha no universo de defuntos dos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850), por décadas.....	76
Gráfico 2 – Número dos que pediram mortalhas no universo de outorgantes dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850), por décadas.....	77
Gráfico 3 - Mortalhas pedidas (por outorgante) nas escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	79
Gráfico 4 – Mortalhas usadas (pelos de maior idade e sem indicação de condição social de pobre) segundo os <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	80
Gráfico 5 - Número dos que pediram de acompanhamento no universo de outorgantes dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850), por décadas.....	103
Gráfico 6 – Número de assentos com indicação de acompanhamento no universo de defuntos dos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850), por décadas.....	104
Gráfico 7- Acompanhamento pedido (por outorgante) nas escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	105
Gráfico 8 – Acompanhamento feito (aos de maior idade e sem indicação de condição social de pobre) nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850).....	106
Gráfico 9 – Acompanhamento feito (aos de maior idade com indicação de condição social de pobre, muito pobre ou mendigo) nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	107
Gráfico 10 - Ofícios solicitados (por outorgante) das escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	131
Gráfico 11 - Ofícios feitos (aos de maior idade e sem indicação de condição social de pobre e ofícios gratuitos) nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850).....	132
Gráfico 12 - Ofícios feitos por defunto (de condição social de pobre, muito pobre ou mendigo e recebidos “por caridade, pelo amor de Deus ou grátis”) nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850).....	143
Gráfico 13 – Número dos que escolheram local de sepultura no universo de outorgantes dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850), por décadas.....	155
Gráfico 14 – Número de assentos com indicação do local de sepultura no universo de defuntos dos <i>Registos de Óbito do Concelho de Vale de Cambra</i> (1800-1850), por décadas.....	156
Gráfico 15 – Local de sepultura pedido (por outorgante) nas escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	157
Gráfico 16 – Local de sepultura (dos maiores de idade e sem indicação de condição social de pobre) nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850).....	161
Gráfico 17 – Local de sepultura (dos maior de idade com indicação de condição social de pobre, muito pobre ou mendigo) nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)	165

Índice de tabelas

Tabela 1 – Distribuição por freguesia das escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	38
Tabela 2 – Área, evolução da população e densidade populacional do concelho de Vale de Cambra na primeira metade do século XIX	39
Tabela 3 – Número de indivíduos falecidos com ou sem escritura no concelho de Vale de Cambra entre 1800 e 1850	42
Tabela 4 - Tipos de escrituras contidas nos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	45
Tabela 5 – Número de combinações possíveis e número total de outorgantes das escrituras nos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850).....	50
Tabela 6 – Divisão por sexo e estado civil dos outorgantes das escrituras individuais ou conjuntas dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850).....	51
Tabela 7 – Redatores das escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	55
Tabela 8 - Campos da base de dados construída para recolha e organização da informação contida nas escrituras dos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850)	60
Tabela 9 – <i>Livros de Registos de Óbito</i> existentes para o concelho de Vale de Cambra entre 1800 e 1850.....	63
Tabela 10 - Campos da base de dados construída para recolha e organização da informação contida nos <i>Livros de Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra entre 1800 e 1850...	69
Tabela 11 - Campos da base de dados construída para recolha e organização da informação contida nos <i>Livros de Receitas e Despesas de Confrarias, Capelas e Fábricas das Igrejas</i> do concelho de Vale de Cambra entre 1800 e 1850.....	72
Tabela 12 – Opção pelo hábito de Sto. António e S. Francisco por sexo e estado civil nos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850) e nos <i>Registos de Óbito</i> (1800-1850)	85
Tabela 13 – Padres solicitados para os acompanhamentos por sexo e estado civil nos <i>Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra</i> (até 1850).....	113
Tabela 14 – Padres participantes nos acompanhamentos (feitos aos de maior de idade e sem indicação de condição social de pobre) por sexo e estado civil nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850).....	114
Tabela 15 – Padres participantes nos acompanhamentos (feitos aos de maior idade com indicação de condição social de pobre, muito pobre ou mendigo) por sexo e estado civil nos <i>Registos de Óbito</i> do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850).....	115

Índice de mapas

Mapa 1 – Densidade populacional do Concelho de Vale de Cambra entre 1801 e 1849.....	40
Mapa 2 - Localização dos locais de sepultura (igrejas paroquiais e capela do Espírito Santo de Paraduça) no concelho de Vale de Cambra (1800-1850).....	158
Mapa 3 - Aldeias existentes na freguesia de Arões (1800-1850).....	163

Lista de abreviaturas e siglas

ADAVR – Arquivo Distrital de Aveiro

ADVIS – Arquivo Distrital de Viseu

AMVLC – Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Introdução

Com esta dissertação, desenvolvida no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo de Mediação Patrimonial, pretende-se perceber quais seriam as práticas e ritos associados aos momentos entre a morte e a sepultura dos defuntos valecambrenses na primeira metade do século XIX. Assim, num primeiro capítulo, procuraremos explicar os motivos que estiveram na origem da escolha deste tema e os objetivos que se pretendem alcançar ao estudar estes aspetos enquanto definidores de identidade. Num segundo momento, de forma a esclarecer o leitor sobre o concelho em causa procurar-se-á, de forma breve, fazer um enquadramento político-administrativo e religioso do mesmo durante aquele período. Um terceiro capítulo será dedicado à crítica das fontes que se escolheram para responder aos objetivos pretendidos, de forma a dar a conhecer ao leitor esse mesmo universo documental, com as suas potencialidades e a suas falhas, elucidando-o sobre os métodos utilizados de forma a recolher e tratar essa mesma informação.

Entrando depois na discussão propriamente dita dos aspetos que se pretendem estudar e dar a conhecer, será, num quarto capítulo, discutida a questão das mortalhas envergadas pelos defuntos. No capítulo seguinte procurar-se-á perceber quem participava e de que forma era feito o acompanhamento dos corpos entre a casa e o local de sepultura. De seguida, tentar-se-á entender que tipo de Ofícios podiam feitos pela alma dos falecidos e se todos teriam direito a um Ofício e Missa antes da inumação. Este último aspeto, ou seja, o local onde eram feitos os enterros, será o objeto de estudo do último capítulo.

Assim, comecemos por ver os motivos que estiveram na origem da opção pelo estudo destes aspetos, que embora tendo como atores principais aqueles que morriam, são fortemente reveladores da forma como os vivos pensavam, entendiam e sabiam lidar com essa partida, ou seja, da forma como os vivos “viviam” estes momentos.

Capítulo 1 – A escolha do tema: da pesquisa bibliográfica ao conceito de património

O objetivo primeiro proposto para este segundo ano do mestrado, um projeto de mediação patrimonial a decorrer em ambiente de trabalho, em instituição responsável pelo património religioso, na forma de um estágio curricular, teve que ser abandonado devido a alguns contratempos de índole pessoal. Tornou-se imperativa a necessidade de pensar numa outra alternativa. Foi assim que nasceu a presente dissertação, que se concebeu como o princípio daquilo que pode vir a ser um futuro projeto de mediação patrimonial. A ideia essencial, subjacente a essa futura concretização, é a da demonstração e justificação da existência de um património do qual, à partida, na região em questão, poucos têm a noção da sua existência. Poucos o compreendem e veem como elemento patrimonial. A recolha de informações e dados históricos, necessária para alcançar este fim, esse primeiro passo, imprescindível ao projeto, que incide sobre as práticas e ritos fúnebres do concelho de Vale de Cambra, moldou o trabalho agora apresentado. A partir de algumas observações sobre muitos dos ritos e práticas ainda existentes na atualidade, a pesquisa e subsequente leitura bibliográfica demonstraram ter tido origem em tempos anteriores e aconselharam a fixar o olhar na primeira metade do século XIX, enquanto tempo de rutura e de incubação de novidades.

1.1. A definição do objeto de estudo, espaço e cronologia

Definir com precisão o objeto de estudo, o espaço e a cronologia não foi uma tarefa fácil! Várias hipóteses, que tinham como denominador comum englobarem a vertente religiosa, área de interesse pessoal, foram consideradas até à decisão final. Num primeiro momento tornou-se central esclarecer um pouco melhor o costume vivido nestas comunidades em fazer testamento, em determinar como se organizaria a vida dos que tinham uma relação com aquele que morria, mas também como se organizaria o próprio ato exequial. Várias direções poderiam ser tomadas, tanto ao nível dos aspetos concretos a estudar, como ao nível do espaço e cronologia. Só após as necessárias

pesquisas e leituras de bibliografia, que qualquer trabalho de investigação exige, foi possível clarificar todos estes aspetos.

Portanto, a pesquisa bibliográfica foi o ponto de partida deste projeto, no sentido de clarificar o tema e os objetivos a desenvolver, assim como obter conhecimentos e informações indispensáveis à sua concretização. Esta pesquisa iniciou-se com a procura de obras dedicadas ao estudo de testamentos e das suas cláusulas, assim como das práticas associadas à morte e salvação da alma, uma etapa que foi fundamental e indispensável para que se pudesse conhecer os trabalhos já existentes e as perspetivas adotadas pelos seus autores (e consequentemente, saber o que já foi estudado e aquilo que ainda existe para ser explorado, de forma a que se pudesse trazer novos contributos e evitar repetições); mas também, para entender melhor as potencialidades dos testamentos enquanto fonte e perceber melhor o que se poderia estudar exatamente a partir dos mesmos.

Para uma compreensão global da história da morte e dos rituais associados foi fundamental a leitura da obra “Essais sur l’histoire de la mort en Occident: Du Moyen Age à nos jours”¹ de Philippe Ariès, na qual este autor distinguiu aqueles que considera serem os quatro grandes momentos na evolução do ritual funerário ao longo dos séculos e que são, simultaneamente, a tradução das mudanças que progressivamente foram ocorrendo na forma de pensar a vida e a morte.

O primeiro momento na história da morte e que este historiador designou por “mort apprivoisée”, uma morte aceite/domesticada corresponde ao primeiro milénio do Ocidente cristão, sendo a morte encarada como algo natural, com que todos estavam familiarizados e em que toda a comunidade participava, desde o momento da morte até à sepultura. A morte era um evento público, mas ainda sem a presença ativa do padre ou igreja. Até ao final do século XVIII, quando os médicos começaram a reprimir estas atitudes, continuou a ser importante que os familiares, amigos e vizinhos estivessem presentes no momento da morte e trouxessem as crianças com eles.²

¹ ARIÈS, Philippe – “Essais sur l’histoire de la mort en Occident: Du Moyen Age à nos jours”. Paris: Editions du Seuil, 1975. 237 p. ISBN 2.02.004736.5.

² ARIÈS, Philippe – Essais sur l’histoire de la mort...p. 27-28.

Em meados da Idade Média a vivência da morte dramatizou-se. A crença no Purgatório, oficialmente formulada pela Igreja no final século XIII, levando a crer que a alma apenas podia alcançar a vida eterna depois de passar por uma purificação, criou um sentimento de medo, mas ao mesmo tempo de esperança para os pecadores que tinham o Inferno como destino certo. Assim, iniciou-se uma nova fase na história da morte que o autor designou de “la mort de soi”, uma morte barroca em que participava não só a comunidade envolvente, mas muitas outras figuras com vista à diminuição das penas purgatórias e salvação da alma daqueles que faleciam. Figuras como os pobres, as crianças órfãs ou as ordens religiosas e as confrarias, considerados mais próximos de Deus. Esta possibilidade dada aos vivos de interceder pelos mortos levou a que se procurasse garantir esse esforço através dos testamentos, que a partir daí passaram a conter algumas cláusulas puramente religiosas, onde constavam protestações de fé e pedidos de intercessão divina na hora da morte, pedidos da presença daqueles intervenientes nos cortejos fúnebres e também pedidos de missas, que podiam ascender aos milhares. De igual forma, os futuros mortos procuravam, ainda em vida acautelar essa redução das suas penas, deixando esmolas para serem distribuídas pelos mais necessitados após o seu falecimento. Esta forma de entender e agir perante a morte levou a que a Igreja adquirisse um papel fundamental e a morte clericalizou-se.³

Por outro lado, no século XVIII, Philippe Ariès identificou o início de um novo momento a que chamou de a “mort de toi”. O ritual fúnebre passou a ter um caráter doloroso para os sobreviventes, deixando o centro das preocupações de ser a própria morte, a morte mais difícil de aceitar passou a ser a morte do outro. O testamento, que desde o século XIII mais que uma forma de transmissão de bens materiais era o meio existente para cada pessoa afirmar a sua fé, assegurar a salvação da alma ou escolher o local de sepultura, testemunhava, como diz este historiador, de certa forma, uma desconfiança, ou pelo menos uma indiferença, em relação aos herdeiros, aos parentes próximos, à fábrica da igreja e ao clero. Este documento era uma forma de os defuntos forçarem o cumprimento da sua vontade. Mas, na segunda metade do século XVIII, um pouco por todo o Ocidente Cristão (protestante ou católico), as escolhas de sepultura, os

³ ARIÈS, Philippe – *Essais sur l’histoire de la mort...* p. 42-43.

pedidos de acompanhamento até à igreja ou de missas começaram a desaparecer e os testamentos a reduzirem-se ao que são atualmente, a um ato legal de distribuição de bens materiais. Para Philippe Ariès, esta mudança deveu-se ao desenvolvimento de uma nova relação entre o defunto e a sua família, a um aumento da confiança familiar, deixando de se enfrentar sozinho a morte. Os aspetos relacionados com a piedade e os afetos passaram a ser comunicados oralmente aos mais próximos, à família, ao cônjuge ou aos filhos. Como diz este historiador, “depois do século XVIII o moribundo abandonava corpo e alma à sua família”. O defunto continuou a ter o papel principal, mas os assistentes deixaram de ser “figurantes passivos e refugiados na oração” como até aí. Regressou-se às demonstrações excessivas e espontâneas de luto com choros, desmaios e jejuns que, pelo menos de forma aparente, durante sete séculos, desde a Alta Idade Média, se esconderam por detrás das pompas.⁴

Nos séculos XIX e XX ocorreu um retrocesso, passando a ideia de morte a ser repudiada, dando-se início à atual fase que Philippe Ariès apelidou de “mort inversée”. Já desde o final da Idade Média que os defuntos começaram a ser transportados num caixão fechado de forma a serem ocultados, mas a criação dos cemitérios públicos no século XIX, longe das localidades, veio contribuir e ao mesmo tempo testemunhar a intenção de rutura entre os vivos e os mortos, que até aí eram sepultados no interior ou junto aos espaços sagrados. A morte deixou de ser vista como a única solução para quem a sentia próxima, passou-se a evitar pensar nela, esperando sempre que a ciência médica a impedisse. Para este investigador, esta tentativa de esconder e escamotear a morte é a que caracteriza a nossa atitude atual perante a morte, os nossos rituais.⁵

Este quadro evolutivo traçado por Philippe Ariès foi um excelente ponto de partida pois ajudou a perceber o quanto se alterou ao longo dos séculos a forma de entender e viver a morte, mas sobretudo o período barroco e as mudanças ocorridas no século XVIII foram o grande enfoque quer da historiografia francesa, que serviu de exemplo a outros trabalhos que se seguiram, quer da historiografia portuguesa, que se inspirou naquela, como mais à frente veremos.

⁴ ARIÈS, Philippe – *Essais sur l’histoire de la mort...*p. 51-58, 147-148.

⁵ ARIÈS, Philippe – *Essais sur l’histoire de la mort...*p. 164.

Neste âmbito a obra “Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle. Les attitudes devant la mort d'après les clauses des testaments” de Michel Vovelle é particularmente importante e foi um grande contributo para esta dissertação. Por um lado, pelo método de análise de testamentos que este historiador desenvolveu e que serviu de base a muitos investigadores que se lhe seguiram e também a esta dissertação. Percebendo que a estrutura deste tipo de escrituras era semelhante, Michel Vovelle desconstruiu o seu discurso, analisando de forma separada cada parte: protestação de fé, pedidos de intercessão divina após a morte, vontades relativas à mortalha pretendida, forma como se deveriam constituir os cortejos fúnebres (com padres, confrarias, ordens religiosas, pessoas pobres ou crianças órfãs) ou o local de sepultura e esmolas deixadas para missas e legados pios.⁶ Por outro lado, esta obra foi também importante porque permitiu compreender melhor as pompas barrocas que caracterizaram quase todo o período moderno, assim como as alterações ocorridas no século XVIII. Michel Vovelle encontrou nos testamentos provençais uma diminuição das cláusulas religiosas, sobretudo na segunda metade do século XVIII, o que interpretou como uma recusa das práticas anteriores e surgimento de uma nova atitude perante a morte, ou seja, este investigador entendeu estar perante um processo de descristianização iniciado no século XIX.⁷

Esta conclusão defendeu o mesmo historiador nas obras “La mort et L'Occident: de 1300 à nos jours” na qual discutiu para um período mais alargado as práticas e tendências verificadas noutros países além da França⁸ e em “Mourir autrefois: attitudes collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe siècles”, onde se dedicou particularmente a discutir a influência que a filosofia das Luzes teve na laicização da sociedade e, consequentemente, nos costumes e práticas associadas à morte, sobretudo nesta recusa do cerimonial barroco e no decréscimo das cláusulas religiosas no geral.⁹

De imediato foi possível perceber que existia aqui uma diferença de interpretações, pois, para Philippe Ariès, como vimos, o que aconteceu não foi uma

⁶ VOVELLE, Michel – “Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle. Les attitudes devant la mort d'après les clauses des testaments”. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

⁷ VOVELLE, Michel – Piété baroque et déchristianisation... p. 322-326.

⁸ VOVELLE, Michel – “La mort et L'Occident: de 1300 à nos jours”. Paris: Gallimard, 1973. 793 p.

⁹ VOVELLE, Michel – “Mourir autrefois: attitudes collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe siècles”. Paris: Gallimard, 1974. 250 p. ISBN 2-07-029015-8.

descristianização, mas antes um aumento da confiança no seio familiar e por isso se deixou de escrever no testamento o que se podia dizer oralmente, até porque, segundo o mesmo investigador, a prática religiosa não estava menos difundida no século XVIII do que no século XVII e provavelmente ainda mais do que nos séculos XV ou XVI. Philippe Ariès afirma que o medo das penas do Purgatório e ao mesmo tempo a esperança da salvação continuavam presentes, pois quase cada igreja tinha uma capela da boa morte ou das almas do Purgatório e uma nova iconografia do Purgatório foi criada à época.¹⁰

Pierre Chaunu estudou a evolução de atitudes e comportamentos em relação à morte na capital francesa na obra “La mort à Paris: XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles” e uma importante parte desta obra é dedicada ao estudo dos motivos que levaram ao discurso encontrado nos testamentos e às ações tomadas pelos testadores, desde os acompanhamentos barrocos aos pedidos de missas e às dádivas de esmolas, atitudes diretamente relacionadas com a crença no Purgatório.¹¹ Como este investigador demonstrou, a existência deste lugar intermédio foi uma crença largamente difundida após o Concílio de Trento e frequentemente reafirmada depois em 1575 por Gregório XIII, por Bento XIV em 1743 e por Leão XIII em 1888. Este historiador notou igualmente uma quebra na segunda metade do século XVIII em relação às disposições de cariz religioso nos testamentos, acompanhada de um abandono da igreja como local de sepultura, substituída pelo cemitério.¹² Esta questão da evolução e alterações dos locais de sepultura e das formas de sepultar ao longo tempo foram desenvolvidas de forma particular por Philippe Ariès na obra “O Homem Perante a Morte”.¹³

Jean Delumeau dedicou-se também ao estudo de questões relacionadas com a morte e a forma como se entendia o Além na obra “Le péché et la peur: la culpabilisation en Occident, XVIIe - XVIIIe siècle”, centrando o olhar na influência que entende que o Purgatório teve na vida quotidiana, ao criar medo e sensação de culpa

¹⁰ ARIÈS, Philippe – Essais sur l’histoire de la mort...p. 146-147.

¹¹ CHAUNU, Pierre – “La mort à Paris: XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles”. Paris: Fayard, 1978. 543 p. ISBN 2-213-00095-6.

¹² CHAUNU, Pierre – La mort à Paris...p. 147-148, 440-441.

¹³ ARIÈS, Philippe – “O Homem Perante a Morte”. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000. 2 vols.

sendo simultaneamente um apoio à fé cristã.¹⁴ Em “Rassurer et Protéger: le sentiment de sécurité dans L'Occident d'autrefois” discutiu alguns ritos religiosos que tranquilizavam os fiéis, como era o caso das procissões e dos cortejos que se faziam para pedir o auxílio divino, renovando a existência do Purgatório e das indulgências que davam esperança ao fiel de não ser condenado às penas eternas do Inferno.¹⁵

A exploração destes aspetos por parte dos autores citados serviu de sensibilização para tentar perscrutar na análise do fenómeno da morte e processos exequiais em Vale de Cambra estes e outros comportamentos.

Sem pretender fazer aqui um balanço dos estudos relacionados com a morte ou com as expressões de vontades ligadas à morte em Portugal, torna-se evidente que o século XVIII foi o período mais intensamente estudado.¹⁶

Tal como é possível encontrar em relação à Idade Média, para o período moderno existem trabalhos de alguns autores que se fixam em casos pontuais e individualizados¹⁷, mas é sobretudo para este período, que existem teses e dissertações,

¹⁴ DELUMEAU, Jean – “Le péché et la peur: la culpabilisation en Occident, XVIIe - XVIIIe siècle”. Paris: Fayard, 1983. 741 p.

¹⁵ DELUMEAU, Jean – “Rassurer et Protéger: le sentiment de sécurité dans L'Occident d'autrefois”. Paris: Fayard, 1989. 667 p.

¹⁶ A Idade Média surge sobretudo em pequenos artigos, que em muitos casos apenas se dedicaram à análise de um testamento em particular. Neste âmbito podem-se referir: MORENO, Humberto Baquero - Um testamento concebido durante a Peste Negra. “Bracara Augusta: revista cultural da Câmara Municipal de Braga”. Braga: Câmara Municipal de Braga. Vol. 32, fasc. 73-74 (85-86) (1978), p. 125-141.; MARQUES, José - O testamento de D. Fernando da Guerra. “Bracara Augusta: revista cultural da Câmara Municipal de Braga”. Braga: Câmara Municipal de Braga. Vol. 33, fasc. 75-76 (87-88) (1979), p. 175-206.; MORENO, Humberto Baquero - O testamento de Gonçalo de Sá. “Boletim do Arquivo Distrital do Porto”. Porto: Arquivo Distrital do Porto. Vol. 3 (1986), p. 101-107.; MARQUES, José - O testamento de D. Lourenço Vicente e as suas capelas na Sé de Braga e na Lourinhã. In “Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da dedicação da catedral”. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1993. p. 183-239.; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - Os testamentos de Pedro Afonso, cônego de Guimarães: um querer de vontades diversas (1494-1498). “Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam”. [Em linha]. Vol. 1 (1999), p. 315-332. [Consult. 26 Set. 2016]. Disponível na Internet:<URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3186.pdf>>. ; PIZARRO, José Augusto de Sottomayor - Pela morte se conhece um pouco da vida: a propósito do testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, fundadora do Mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios. “Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam” [Em linha]. Vol. 2 (1999), p. 219-233. [Consult. 26 Set. 2016]. Disponível na Internet:<URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8521/2/3213.pdf>>. ; CARVALHO, Elisa Maria Domingues da Costa – A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos arcebispos e dignatários de Braga na Idade Média (séculos XII-XV). “Lusitania Sacra” [Em linha]. 2º Série, Tomo 13-14 (2001-2002), p. 15-40. [Consult. 27 Set. 2016]. Disponível na Internet:<URL: http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4418/3/LS_S2_13-14_ElisaMDCCarvalho.pdf>. ISSN 0076-1508.

¹⁷ É o caso de um artigo intitulado “A importância dos testamentos para o estudo das mentalidades: estudo de dois testamentos, de um rol de bens e de um codicilo: fins do séc. XVII, princípios do séc. XVIII”, no qual Adelino Carvalhosa organiza o discurso dos testamentos como fez Michel Vovelle e discute cada parte do ponto de vista das mentalidades, como a presença do medo do Inferno e a esperança criada pelo Purgatório e as formas que os testadores encontravam para obter a salvação da sua alma, como eram os pedidos de intercessão divina, os pedidos de missas ou os legados pios: CARVALHOSA, Adelino - A importância dos testamentos para o estudo das mentalidades: estudo

assim como artigos, que tratam de áreas geográficas e cronologias mais alargadas e que pelo tratamento sistemático foram importantes contributos para a presente dissertação, por darem a conhecer a realidade nacional com as suas diferenças e semelhanças e permitirem alargar o leque de fontes que merecem a nossa atenção.

Este é o caso do capítulo de Margarida Durães “Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população”¹⁸ ou ainda da mesma autora “Porque a morte é certa e a hora incerta...” Alguns aspectos dos preparativos da morte e da salvação eterna entre os camponeses Bracarenses (Sécs. XVIII-XIX)¹⁹ e o artigo “Como era a vida entre a gente mística do Norte e Nordeste Transmontano vista através dos testamentos do século XVIII” de A. M. Mourinho²⁰, o olhar para o mundo urbano em “A burguesia perante a morte: um momento de afirmação da diferença”, no qual Maria Antonieta Cruz analisou as cláusulas de testamentos portuenses no ano de 1880²¹, ou ainda “Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII)” de Maria Marta L. Araújo²². Todos estes autores procuraram compreender a religiosidade dos defuntos e as atitudes tomadas com vista à salvação da alma. O artigo “Os Testamentos e a história da

de dois testamentos, de um rol de bens e de um codicilo: fins do séc. XVII, princípios do séc. XVIII. “Boletim do Arquivo Distrital do Porto”. Porto: Arquivo Distrital do Porto. Vol. 3 (1986), p. 7-74; Outro trabalho próximo de muitos que existem para o período medieval é o artigo “Um testamento lacrado do século XVIII”, testamento feito por uma irmã da Ordem Terceira de São Francisco do Porto: ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e - Um testamento lacrado do século XVIII. “Poligrafia”. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão. N.º 1 (1992), p. 121-132.

¹⁸ DURÃES, Margarida - Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população. In FEIJÓ, Rui G.; MARTINS, Hermínio; CABRAL, João de Pina – “A Morte no Portugal Contemporâneo” [Em linha]. Lisboa: Editorial Quercus, 1985. [Consult. 27 Set. 2016]. p. 163-174. Disponível na Internet: <URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3221/1/ConhecerPortugal4.pdf>>.

¹⁹ DURÃES, Margarida – “Porque a morte é certa e a hora incerta...” Alguns aspectos dos preparativos da morte e da salvação eterna entre os camponeses Bracarenses (Sécs. XVIII-XIX). “Sociedade e Cultura 2. Cadernos do Noroeste. Série sociologia.” [Em linha]. Vol. 13 N.º 2 (2000), p. 295-342. [Consult. 27 Fev. 2017]. Disponível na Internet:<URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2889/1/CNSociologia.pdf>>.

²⁰ MOURINHO, António Maria – Como era a vida entre a gente mística do Norte e Nordeste Transmontano vista através dos testamentos do século XVIII. In BARATA, Maria do Rosário Themudo [et al.], org. - “Amar, Sentir e Viver a História - Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão”. Lisboa: Edições Colibri, 1995. ISBN 972-8288-01-8. vol. I, p. 129-146.

²¹ CRUZ, Maria Antonieta - A burguesia perante a morte: um momento de afirmação da diferença. “População e sociedade” [Em linha]. N.º 3 (1997), p. 227-234. [Consult. 26 Set. 2016]. Disponível na Internet:<URL:<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20193/2/revpopsoc31997macruz000084530.pdf>>.

²² ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII). “Cadernos de História” [Em linha]. Vol. 8, n.º 9 (1º Semestre 2006), p. 29-48. [Consult. 27 Set. 2016]. Disponível na Internet:<URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8301/1/Balan%c3%a7os%20de%20vidas%2c%20medo%20da%20morte%20e%20esperan%c3%a7a%20na%20salva%c3%a7%c3%a3o.pdf>>. ISSN 1679-5636.

família” de Margarida Durães é particularmente interessante pela breve descrição da evolução do testamento enquanto documento jurídico que esta autora apresenta.²³

Já entre os trabalhos de fundo que se dedicaram ao estudo das cláusulas religiosas dos testamentos encontra-se a dissertação de mestrado de Maria Manuela Rodrigues “Morrer no Porto Durante a Época Barroca: Atitudes e Sentimento Religioso”, na qual, segundo a forma de análise de testamentos proposta por Michel Vovelle, procurou perceber quais as atitudes dos indivíduos portuenses da Época Barroca perante a morte. Merece destaque um interessante capítulo que a autora dedicou ao estudo de obras destinadas ao “bem morrer” que circulavam naquele período e a influência que teriam os seus conteúdos (sobretudo através dos sermões dos sacerdotes) na vida das pessoas e que plasmavam nos testamentos.²⁴ Esta mesma influência e o medo que os testadores demonstravam face ao Purgatório foi também discutida num artigo desta investigadora, publicado em 1997: “Entre o Temor e a Confiança: O Medo da Agonia e a Presença do Purgatório nos Discursos Testamentários Portuenses - 1650-1749”.²⁵

Para a região de Braga é possível distinguir dois trabalhos: a tese de doutoramento de Norberto Ferraz intitulada “A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista”, na qual analisou também as diversas cláusulas religiosas dos testamentos bracarenses feitos naquele período, e encontrou também um progressivo desaparecimento das mesmas²⁶; e a dissertação de mestrado “As últimas vontades dos paroquianos de Cervães: a análise dos testamentos do século XVIII” de Angélica Rodrigues, que procurou através das várias cláusulas religiosas dos testamentos entender as atitudes dos indivíduos desta paróquia rural de Braga perante a morte, onde, apesar de diferenças sobretudo em

²³ DURÃES, Margarida - Os Testamentos e a história da família [Em linha]. [S.l.: s.n.], 2004. [Consult. 27 Set. 2016]. Conferência não publicada apresentada no âmbito do Mestrado de Demografia do Instituto de Filosofia de Ciências Humanas na Universidade Federal de Campinas. Disponível em WWW:<URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3364/1/testamentos.pdf>>.

²⁴ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – “Morrer no Porto Durante a Época Barroca: Atitudes e Sentimento Religioso”. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991. Dissertação de Mestrado em História Moderna.

²⁵ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins - Entre o Temor e a Confiança: O Medo da Agonia e a Presença do Purgatório nos Discursos Testamentários Portuenses - 1650-1749. “Revista da Faculdade de Letras: Série Línguas e Literaturas” [Em linha]. Anexo VIII (1997), p. 71-102. [Consult. 26 Set. 2016]. Disponível na Internet:<URL:<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5711.pdf>>.

²⁶ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – “A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista” [Em linha]. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014. [Consult. 27 Fev. 2016]. Tese de Doutoramento em História. Disponível em WWW:<URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35652/1/Tese.pdf>>.

relação à composição dos cortejos fúnebres, foi também notada uma diminuição das disposições relativas aos bens espirituais.²⁷

Já Ana Cristina Araújo em “A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações 1700-1830” encontrou um decréscimo das cláusulas piedosas entre a população da corte, ainda que para cronologia mais tardia do que a detetada em França.²⁸

Maria de Fátima Gomes em “Temendo a Morte. Alguns aspectos da vida em Gondomar, 1834-1893. Freguesias de Fânzeres, S. Cosme, S. Pedro da Cova, Rio Tinto e Vale Bom”, além de se debruçar sobre as cláusulas espirituais dos testamentos recorreu ainda a outras fontes como Actas de Sessão das Juntas de Paróquia, Estatutos de Confrarias, Registos Paroquiais e livros de armadores. Algumas destas fontes apenas começaram a ser produzidas neste período e por isso não podiam ter sido utilizadas em trabalhos para cronologias anteriores, mas mostraram-se um complemento necessário e fundamental para compreender as atitudes dos indivíduos daqueles lugares perante a morte. Persistindo ainda algumas características das pompas barrocas, já se torna visível a grande alteração que ocorreu em relação aos locais de sepultura, que transitaram do interior e do adro das igrejas para os cemitérios públicos, o que vários decretos começaram a tentar estabelecer já no início do século.²⁹

Sobre a criação dos cemitérios e abolição do hábito de se sepultar nas igrejas ou junto a elas, e que contribuiu em grande medida para o que Philippe Ariès apelidou de “mort inversée”, existem alguns trabalhos que se mostraram particularmente interessantes, como são o capítulo “Um conflito de Atitudes Perante a Morte: A Questão dos Cemitérios no Portugal Contemporâneo”³⁰ de João de Pina Cabral e Rui Feijó e o artigo bem mais tardio de José F. F. Queiroz “The development of cemeteries

²⁷ RODRIGUES, Angélica Moreira – “As últimas vontades dos paroquianos de Cervães: a análise dos testamentos do século XVIII” [Em linha]. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2015. [Consult. 27 Set. 2016]. Dissertação de Mestrado em História. Disponível em WWW:<URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40711/1/Dissera%c3%a7%c3%a3o%20Ang%c3%a9lica%20Rodrigues.pdf>>.

²⁸ ARAÚJO, Ana Cristina – “A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações 1700-1830”. Coimbra: [s.n.], 1995. 766 p. Dissertação de Doutoramento.

²⁹ GOMES, Maria de Fátima – “Temendo a Morte. Alguns aspectos da vida em Gondomar, 1834-1893. Freguesias de Fânzeres, S. Cosme, S. Pedro da Cova, Rio Tinto e Vale Bom”. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea.

³⁰ CABRAL, João de Pina; FEIJÓ, Rui G. – “Um conflito de Atitudes Perante a Morte: A Questão dos Cemitérios no Portugal Contemporâneo”. In FEIJÓ, Rui G.; MARTINS, Hermínio; CABRAL, João de Pina – A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações Sociológicas Literárias e Históricas. Lisboa: Editorial Quercus, 1985. p. 175-208.

in Portugal c. 1755-c. 1870”³¹. Também o capítulo introdutório da dissertação de mestrado do mesmo autor “O ferro na arte funerária do Porto Oitocentista: o Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa 1833-1900” se revelou uma boa síntese das alterações ocorridas em Portugal em termos de locais de sepultura, mais tardias em comparação com outros países da Europa.³²

Nesta breve viagem historiográfica por alguns dos trabalhos que se dedicaram ao estudo de testamentos e criação dos cemitérios e que se mostraram particularmente importantes na compreensão dos ritos e práticas associados à morte ao longo da história, procurou-se apenas destacar os principais contributos para a definição deste projeto. O facto de os séculos XVIII e XIX terem sido períodos de profundas mudanças em práticas e ritos que vinham já desde o período Medieval pesou na sua definição: diminuição das cláusulas religiosas nos testamentos com diferentes interpretações (aumento de confiança familiar/ descristianização) e abandono da sepultura dentro ou junto dos templos a favor dos cemitérios públicos. Em Portugal estas mudanças foram um pouco mais tardias do que em França e notadas principalmente no século XIX, como os poucos trabalhos existentes para este período demonstraram, sendo também este o motivo da escolha da cronologia.

Só após este processo de pesquisa e leitura bibliográfica foi possível definir com precisão os aspetos concretos a estudar, as práticas e rituais que deveriam suceder desde o instante da morte até ao momento da sepultura, na primeira metade do século XIX: a mortalha envergada pelos defuntos, o acompanhamento fúnebre, os ofícios rezados pela sua alma e o local de sepultura. Os testamentos revelaram-se também como uma fonte entre outras com potencial interesse para a concretização dos objetivos delineados. Foi possível perceber que os Registos Paroquiais, a documentação relativa a confrarias, as Constituições Sinodais, os livros de atas de sessões camarárias assim como de Juntas de Paróquia, as Ordenações do Reino e os Códigos Administrativos, as Pastorais, as

³¹ QUEIROZ, José Francisco Ferreira – The development of cemeteries in Portugal c. 1755-c. 1870. “Mortality” [Em linha]. Vol. 8, nº 2 (2003), p. 113-128. [Consult. 13 Fev. 2017]. Disponível na Internet:<URL:http://www.d.umn.edu/cla/faculty/jhamlin/4960/Lists%20for%20Graveyards/Portuagal_1755-1870.pdf>.

³² QUEIROZ, José Francisco Ferreira - “O ferro na arte funerária do Porto Oitocentista: o Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa 1833-1900” [Em linha]. Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto, 1997. [Consult. 13 Fev. 2017]. Dissertação de Mestrado em História da Arte. Vol. 1. Disponível em WWW:<URL:https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a22_1/apache_media/E6PGMHV6AST1QDFT6LTV69SIU1G4JB.pdf>.

Visitações paroquiais, e os Livros de registo de armadores poderiam também ser importantes para o estudo destas práticas neste período, dependendo obviamente da sua existência para o local a estudar.

A escolha do local, o concelho de Vale de Cambra, deveu-se não só a razões afetivas, mas também ao facto de não existirem projetos ou estudos deste tipo para este concelho, como uma pesquisa bibliográfica pôde facilmente revelar. No entanto, esta inexistência de trabalhos não significa a inexistência de fontes, pois foi possível encontrar algumas daquelas referidas acima e que ainda não foram alvo de investigação neste e, em alguns casos, em qualquer outro sentido.

Dois aspetos despertaram grande curiosidade e tiveram uma grande influência tanto na escolha dos elementos a estudar, como do espaço: por um lado, o facto de ainda hoje existirem no concelho de Vale de Cambra algumas reminiscências das práticas fúnebres existentes naquele período, sobretudo nos meios mais rurais, como é o caso da presença das confrarias nos funerais dos irmãos defuntos; por outro lado, por ter a noção que para a identidade da população contribuem de modo claro costumes de enterramento e outros em torno dos cemitérios, como são as preocupações com a presença da luz ou das flores.

Pesou também o facto de se terem definido nesta época alguns dos intermediários entre aqueles que morriam e o sagrado ou entre os familiares e o resto da comunidade. Este foi o caso dos armadores que se encarregavam de tratar de todas as questões relacionadas com o funeral. Mas, as pessoas sabiam também como deviam participar e o que fazer para garantir a salvação da alma do familiar ou vizinho entretanto falecido. De igual modo, os clérigos sabiam quais as suas funções, quais os Ofícios ou Missas que deveriam fazer. As confrarias sabiam também que logo após a morte de um irmão ou de alguém que tivesse solicitado a sua presença deveriam reunir-se à porta de casa do defunto para o acompanhar até ao local de sepultura e orar pela sua alma.

1.2. Os rituais/práticas fúnebres enquanto património

Ainda que de uma forma muito simples é possível afirmar que o património é o conjunto de elementos com os quais uma determinada comunidade ou conjunto de

indivíduos se identifica, nos quais vê sinais da sua identidade. Embora o conceito de identidade seja uma construção imaginária, o que nos leva a considerar fazer parte ou não de uma determinada comunidade e cultura é precisamente o sentimento de identificação/semelhança ou de diferença em relação a determinadas construções, práticas ou ritos.³³ Deste modo, “falar de património é sempre falar de identidade”, pois o património, apesar de não ser o mesmo que cultura (pois este é um conceito múltiplo e diverso), é representativo de uma cultura.³⁴

Portanto, são também património os rituais e práticas associadas à morte, basta considerarmos que existem diferentes religiões e cada uma possui os seus próprios ritos com os quais diferentes indivíduos e comunidades se identificam e se distinguem entre si. Na verdade, como afirma Louis-Vincent Thomas, a sociedade não pode viver sem ritos e a nossa vida está repleta deles, tanto daqueles quotidianos como são a ordem e preparação das refeições ou a etiqueta profissional, daqueles que marcam os grandes momentos da vida pessoal como são o nascimento, o casamento ou a morte, como daqueles coletivos como são a tomada de posse de um diretor ou a comemoração de um evento.³⁵ Mas, possuindo cada comunidade os seus próprios ritos e práticas, eles acabam por ser uma forma de fator identificativo e de diferenciação, o que a UNESCO não esqueceu aquando da definição do Património Cultural Imaterial.

A *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* de 2003 define este tipo de património como as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural [manifesta-se entre outros nas] práticas sociais, rituais e actos festivos”.³⁶

Mas este documento não é totalmente claro nas suas afirmações. Por um lado defende que é necessário evitar a destruição, degradação ou desaparecimento do Património Cultural Imaterial, causados pela globalização e transformação social e por

³³ PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (org.) – Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas, p. 3.

³⁴ PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (org.) – Patrimónios e Identidade...p. 3.

³⁵ THOMAS, Louis-Vincent – Rites de Mort: pour la paix des vivants, p. 7, 15.

³⁶ UNESCO – Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, Artigo 2.

outro que se aceita que este é um tipo de património em constante recriação.³⁷ Alice Duarte é clara quando afirma que não se devem entender as mudanças na sociedade como uma ameaça ao património, e entendê-lo não como algo estático, mas como uma entidade viva em constante mudança, que sofre e vai sofrer alterações, transformações, reformas, reinterpretações e reinvenções por parte das gerações atuais e das gerações futuras, ou seja, deve ser entendido como “um elemento constituinte da vida das pessoas e, simultaneamente adaptável a essas vidas”.³⁸

De facto, não pode ser de outra forma, pois se a sociedade evolui nas suas formas de pensar e viver, é impossível “obrigar” as pessoas a manterem determinadas práticas e ritos que já não se adequam ao seu presente ou àquilo em que acreditam. A história mostrou isto mesmo em relação aos ritos e práticas relacionadas com a morte como foi possível perceber através da breve análise bibliográfica feita anteriormente. O período escolhido para esta dissertação é precisamente um desses momentos em que o que era o costume funerário válido durante tantos séculos se alterou radicalmente. A desestruturação das pompas barrocas ou o abandono do hábito de se sepultar nas igrejas e no seu adro são particularmente exemplificativos. Estamos perante práticas que representavam a identidade de uma sociedade, sendo por isso uma forma de património. Mas a sociedade evoluiu e estas práticas alteraram-se, levando também, não a uma perda, mas a uma alteração da identidade.

Assim, as práticas e os ritos fúnebres existentes no passado eram e continuam a ser património, por representarem a identidade de uma determinada comunidade num determinado período, mas também por a realidade hoje existente poder ter aí a sua origem. Portanto, aquilo que se pretende com esta dissertação é criar uma base a partir da qual se possa desenvolver um projeto de mediação que permita que todos possam conhecer um momento do passado que ajuda a compreender muitos dos aspetos que fazem hoje parte do quotidiano das pessoas deste concelho, da sua identidade, mas que tiveram início há muito tempo atrás. Ainda hoje, por exemplo, em muitas das freguesias do concelho a presença de confrarias em funerais continua a ser uma realidade, mas será

³⁷ UNESCO – Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, Introdução, Artigo 2.

³⁸ DUARTE, Alice - O desafio de não ficarmos pela preservação do património cultural imaterial, p. 52.

que a comunidade interpreta este aspeto como património, como definidor da sua identidade?

Aquilo que aqui se pretende é, pois, ajudar esta comunidade a perceber que as suas ações, ao repetirem gestos dos seus antepassados, ao investirem tempo, dinheiro e interesse, não se esgotam apenas nessa repetição, quer porque as empresas ligadas aos enterramentos dizem que se deve usar determinada indumentária ou determinado caixão, quer porque, por respeito ou para evitar comentários de vizinhos ou familiares, se procure não ter menos flores do que no enterro de determinada pessoa ou que a indumentária não seja muito diferente daquela que certo defunto usou. Pretende-se que as pessoas possam perceber qual a finalidade da presença das confrarias ou da luz, por exemplo, porque não são simplesmente gestos que se repetem. Mas, são estes gestos que, por se repetirem, levam cada pessoa a sentir-se parte de uma mesma comunidade num momento de sofrimento, ou seja a identificar-se com essa comunidade. É nestes gestos repetidos que as pessoas, por não saberem como reagir à perda de alguém, à morte, encontram certezas daquilo que devem fazer, embora muitas vezes não percebam ou se questionem sobre a sua origem e finalidade. Mas é a isto que se pode chamar de identidade.

Assim, com esta dissertação, pretende-se sobretudo reconstruir as práticas e ritos fúnebres do concelho de Vale de Cambra na primeira metade do século XIX, salientando sempre as diferenças ou semelhanças em relação a outras áreas geográficas já estudadas, quer em Portugal, quer no estrangeiro, de forma a percebermos quais são os aspetos mais característicos e que fazem parte da identidade particular deste espaço, que embora se materializem, constituem principalmente um património imaterial.

Capítulo 2 – O concelho de Vale de Cambra na primeira metade do século XIX

2.1. Quadro político-administrativo

Em 1801 o desembargador e corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro descrevia na sua *Descrição da Comarca da Feira* o concelho de Macieira de Cambra como composto pelas freguesias de Arões, Castelões, Cepelos, Codal, Junqueira, Macieira de Cambra, Roge, Vila Chã e Vila Cova do Perrinho,³⁹ aquelas que já existiam cerca de meio século antes segundo as *Memórias Paroquiais de 1758*⁴⁰ e que existiam ainda antes da reforma administrativa de 2011 (atualmente Codal, Vila Chã e Vila Cova de Perrinho constituem uma freguesia apenas).

De facto, a atual designação de Vale de Cambra apenas surgiu em 1927, pelo decreto n.º 12:976 de 6 de Janeiro que transferiu a sede de concelho da freguesia de Macieira de Cambra para o lugar de Gandra na freguesia de Vila Chã, sendo alterada a denominação dessa povoação para Vale de Cambra, mas manteve-se a mesma área e freguesias, assim como a mesma comissão administrativa.⁴¹

Este concelho inseria-se, portanto, na Comarca da Feira, e foi descrito do ponto de vista administrativo pelo mesmo desembargador e corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro da seguinte forma: “Distante da Villa da Feira tres légoas fica esta Villa cercada de ásperas serras da qual hé Donatario o Principe regente Nosso Senhor; pertence pelo secular a Comarca de Feira e pelo Eccleziastico aos Bispados de Aveiro, e Viseu; sua Capital hé Macieira; tem casa da Camara em que se fazem as Funcoes de Justiça; Governasse com dous juízes Ordinarios, Vereadores, e Procurador do Concelho, Juiz dos Orfaos e os seus Escrivaes competentes. Tem Capitaos Mor e Sargento Mor, tres Capitaes e tres Alferes de Ordenancas; pelo Governo Militar hé sugeito ao Partido do Porto”.⁴² A presença de dois Juizes Ordinários pode ser sinal da importância, no

³⁹ AMORIM, Inês – *Descrição da Comarca da Feira* – 1801, p. 273.

⁴⁰ AMORIM, Inês – *A reconstrução de um espaço histórico: o concelho de Cambra na 2ª metade do século XVIII* – fontes e metodologia, p. 157.

⁴¹ DECRETO-LEI n.º 12:976. *D.G. I Série*. 4 (1927-01-06) 11-12.

⁴² AMORIM, Inês – *Descrição da Comarca da Feira*...p. 272-273.

panorama nacional, da estrutura administrativa, do concelho de Macieira de Cambra no início do século XIX.⁴³

Este século foi um período de fortes mudanças administrativas após a Revolução de 1820. Depois de várias propostas e contestações ficou definida, em 1835, a criação de um sistema administrativo baseado em três circunscrições: Distritos, Concelhos e Freguesias. Esta reforma implicava ainda a diminuição do número de concelhos, com a justificação de que seriam assim fortalecidos, devido à falta de recursos financeiros ou à falta de pessoas com capacidade para exercer a governança. Foram suprimidos 465 concelhos, mantendo-se apenas 351.⁴⁴ De entre estes que não foram suprimidos encontrava-se o concelho de Macieira de Cambra.⁴⁵

Este sistema administrativo, plasmado no *Código Administrativo* de 1836, sofreu ainda algumas alterações, até o *Código Administrativo* de 1842 ter trazido uma certa estabilização, prevendo apenas a existência de duas circunscrições territoriais com carácter administrativo, o Distrito e o Concelho. Neste sentido, o concelho de Macieira de Cambra manteve-se inalterado⁴⁶ e foi inserido no distrito de Aveiro.⁴⁷

Importa ainda dizer que o governo do município de Macieira de Cambra, uma região de pequena propriedade e um dos poucos concelhos do país cujo território não sofreu modificações, era, tal como no Antigo Regime desempenhado por proprietários e lavradores, uma situação que se manteve.⁴⁸

2.2. Quadro religioso

Em meados do século XVIII o concelho de Macieira de Cambra era já composto pelas nove paróquias que hoje existem: São Simão de Arões, São Pedro de Castelões,

⁴³ Segundo José Viriato Capela “a natureza política, os privilégios das terras ou dos seus corpos sociais, são as circunstâncias mais frequentes que podem ditar a presença nos concelhos de mais que um juiz ordinário, para o cível e crime e eventualmente, para os órfãos, que contraria a situação mais corrente nos pequenos municípios rurais, da sua acumulação num só juiz que exerce cumulativamente aquelas funções”: CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais* de 1758, p. 51.

⁴⁴ SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – *Território e Poder. Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, p. 81-95.

⁴⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...* p. 53.

⁴⁶ SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – *Território e Poder...* p. 119-124.

⁴⁷ *Código Administrativo* de 1842, p. 5-6.

⁴⁸ SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – *Território e Poder...* p. 105-115.

São João de Cepelos, São Tiago de Codal, São Miguel de Junqueira, Nossa Senhora da Natividade de Macieira de Cambra, São Salvador de Roge, Nossa Senhora da Purificação de Vila Chã, e finalmente São João de Vila Cova de Perrinho.⁴⁹

As paróquias de Arões e Junqueira eram da apresentação da Coroa e pertenciam à diocese de Viseu, enquanto as restantes eram sufragâneas da diocese de Coimbra. São Pedro de Castelões era da apresentação dos Capelães mais Velhos da Sé de Coimbra, Cepelos, Codal, Macieira de Cambra, Roge e Vila Cova de Perrinho eram da apresentação da Casa do Infantado/Coroa e Vila Chã, era da apresentação das Freiras de Arouca.⁵⁰ Em relação ao título, o pároco de Arões recebia o título de abade, o de São Pedro de Castelões o de vigário, o de Junqueira o de cura e os restantes o de prior.⁵¹

Em 1774 foi criada a Diocese de Aveiro, sendo as paróquias que passaram a constituir esta nova diocese provenientes, na sua totalidade, da diocese de Coimbra. As paróquias de Cepelos, Codal, Macieira de Cambra, Roge, São Pedro de Castelões, Vila Chã e Vila Cova de Perrinho estavam incluídas no grupo das que passaram para os domínios desta nova diocese, permanecendo Arões e Junqueira na diocese de Viseu.⁵²

Durante a primeira metade do século XIX era este o quadro existente, embora mais tarde, em 1881, a Diocese de Aveiro tenha sido extinta e as paróquias de Cepelos, Codal, Macieira de Cambra, Roge, São Pedro de Castelões, Vila Chã e Vila Cova do Perrinho transferidas para a diocese do Porto. A Diocese de Aveiro voltou a ser criada em 1938, “mas numa configuração diferente da apresentada em 1881”.⁵³ As paróquias do concelho de Vale de Cambra que tinham sido transferidas para a diocese do Porto não regressaram para a diocese de Aveiro, mantendo-se até hoje naquela diocese. Quanto às paróquias de Arões e Junqueira, nunca deixaram de estar sob a jurisdição da diocese de Viseu.

⁴⁹ AMORIM, Inês – Aveiro e a Sua Provedoria no Séc. XVIII (1690-1814) – estudo económico de um espaço histórico, p. 53-53-2.

⁵⁰ AMORIM, Inês – Aveiro e a Sua Provedoria no Séc. XVIII...p. 59-1-59-4, vol. I e p. 775-777, vol. II.

⁵¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra ...p. 776. Em 1801 os padroeiros eram os mesmos segundo o desembargador e corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro. Quanto aos títulos, o mesmo informa-nos que São Pedro de Castelões era reitoria, Arões e Codal abadia, Junqueira e Vila Cova de Perrinho curato e as restantes priorado: AMORIM, Inês – Descrição da Comarca da Feira...p. 273.

⁵² AMORIM, Inês – Aveiro e a Sua Provedoria no Séc. XVIII...p. 53-53-2.

⁵³ AMORIM, Inês – Aveiro e a Sua Provedoria no Séc. XVIII...p. 56.

Capítulo 3 – Fontes: características, crítica e métodos

3.1. Fontes notariais

3.1.1. Escolha dos documentos

Os documentos que suportaram esta investigação encontram-se no Arquivo Municipal de Vale de Cambra, no fundo da “Administração do Concelho de Macieira de Cambra”, onde existem 100 livros designados por *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra*, compreendidos entre os anos de 1834 e 1926. Foram, pois, os primeiros quatro livros, datados entre 1834 e 1850, aqueles que serviram de base para este projeto. Antes de se conhecer a fonte, o objetivo seria cruzar estes registos com os livros notariais existentes no Arquivo Distrital de Aveiro.⁵⁴ No entanto, após o conhecimento do conteúdo destes livros foi possível perceber no que realmente consistiam e as vantagens que poderiam trazer.⁵⁵ Tanto o título como as datas de produção são dados enganadores se apenas por aí se pretender deduzir o seu conteúdo.

Em primeiro lugar, se estes livros se iniciam em 1834, as escrituras neles contidas têm já início em 1796, e apesar de estarem identificados como “Registos de Testamentos”, a sua consulta revelou que são compostos, não apenas por testamentos, mas também por outras escrituras, como declarações, escrituras de doação e nomeação de terço, escrituras de doação e nomeação de bens, escrituras de dotes para casamento ou escrituras de amigáveis partilhas. No fundo, foi possível perceber que estes livros são compostos por escrituras referentes a doações e partilhas de bens, que não apenas testamentos. E se nos testamentos era uma constante a declaração das últimas vontades do testador em relação ao seu funeral (mortalha, acompanhamento e local de sepultura), às missas que queria deixar pela sua Alma e pela de outros, ou aos legados pios que queria que fossem distribuídos, na maior parte dos outros documentos também se deixavam indicações respeitantes a muitos destes aspetos (aproveitando talvez o facto

⁵⁴ Apesar de não terem sido consultados no âmbito deste projeto, é conhecida a existência de três fundos compostos por livros notariais no Arquivo Distrital de Aveiro: *Cartório Notarial de Vale de Cambra, 1º ofício (1736-10-21/1901-08-04)*; *Cartório Notarial de Vale de Cambra, 2º ofício (1875-03-21/1926-11-30)*; *Cartório Notarial de Vale de Cambra, 3º ofício (1918-08-06/1926-12-02)*.

⁵⁵ Os livros não possuem índices, o que implicou a leitura das várias escrituras para se conhecer o seu conteúdo.

de em determinado momento necessitarem de recorrer aos serviços do notariado). Por este motivo, foram também tidas em consideração para este projeto, não apenas as escrituras testamentárias, mas também as restantes escrituras.

Por sua vez, a leitura individual dos vários documentos demonstrou a existência de uma nota comum a todos: a indicação de que são cópias e não escrituras originais. Até à década de 1840 as escrituras aparecem identificadas no final como tendo sido feitas copiar para estes *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra*, conferidas e concertadas por dois oficiais de justiça, por ordem do Provedor do concelho. Já na década de 1840 apenas se assina “Administração de Cambra”. Estas cópias eram feitas a partir das escrituras apresentadas pelos herdeiros, a quem eram novamente entregues (assinando o apresentante nestes livros de registo, confirmando que as tornou a receber), e que, por sua vez, eram também cópias feitas a partir dos Livros de Notas que estavam em poder e cartório dos tabeliães que redigiram e assinaram as escrituras. De facto, como já antes foi dito, ainda que estes livros tenham início em 1834, contêm escrituras datadas desde os finais do século XVIII, e as mesmas não estão dispostas por uma ordem cronológica, mas apresentam-se de forma aleatória, conforme foram sendo copiadas.

Portanto, estamos perante uma amostra dos testamentos e escrituras presentes nos livros notariais existentes no Arquivo Distrital de Aveiro, mas este facto não invalida a sua utilidade, e os motivos são vários. Antes de mais, porque estamos perante um *corpus* documental composto por um considerável número de 289 documentos⁵⁶ que em alguns casos representam a vontade de mais do que uma pessoa, como se verá com maior pormenor mais à frente. Mas também, porque estes documentos estão dispersos por diferentes anos, e porque correspondem a vontades de habitantes de várias localidades de todas as freguesias do concelho.

Outro importante aspeto é igualmente o facto de nestes livros existirem também cópias de testamentos e outras escrituras feitas por habitantes do concelho que recorriam

⁵⁶ No total são 293 documentos, mas foram excluídos quatro: três testamentos por serem referentes a dois habitantes do concelho de Sever do Vouga e a um indivíduo de São Pedro do Sul; e uma “Escritura de Doação e Nomeação de Terço” por ter sido redigida em 1796, fora dos limites cronológicos desta dissertação. Por este motivo, os dados apresentados daqui para a frente com base nos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* não contemplam estas quatro escrituras.

a tabeliães fora do mesmo. Ainda que a quantidade de pessoas que o fizesse fosse residual, e as vontades não divergissem em relação aos que faziam escritura no concelho, alguns habitantes de zonas mais limítrofes dirigiam-se a tabeliães dos atuais concelhos de São Pedro do Sul, Sever do Vouga e Arouca. Existe até um testador, o tabelião Luís António Pereira de Araújo Aguiar, com escritório na freguesia de Codal, que fez o seu testamento na cidade de Lamego, por aí ter adoecido (e vindo depois a falecer).⁵⁷

3.1.2. Distribuição geográfica das escrituras

Foram identificadas escrituras para todas as freguesias do concelho de Vale de Cambra, o que nos pode ajudar a perceber se existiria uma uniformidade de práticas ou se poderiam existir certas diferenças ou características ao nível das comunidades. A tabela seguinte dá-nos a indicação do número de escrituras existentes por freguesia:

Tabela 1 – Distribuição por freguesia das escrituras dos *Livros de Registo de Testamentos* do Concelho de Cambra (até 1850)

Freguesia	Número de escrituras
Arões	63
Cepelos	52
Codal	9
Junqueira	35
Macieira de Cambra	24
Roge	44
São Pedro de Castelões	50
Vila Chã	6
Vila Cova de Perrinho	6
Total	289

Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

A freguesia para a qual existe um maior número de documentos, a freguesia de Arões, é também a de maior superfície no concelho. Já para as paróquias de Codal, Vila Chã e Vila Cova de Perrinho, de dimensões mais reduzidas, o número de escrituras

⁵⁷ AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra, fls. 80-82.

existentes é também mais pequeno. No entanto, em termos de representatividade destas fontes, o importante a considerar é o número de habitantes de cada freguesia.

Tabela 2 – Área, evolução da população e densidade populacional do concelho de Vale de Cambra na primeira metade do século XIX

Freguesia	Área (Km ²)	Pop. em 1801	% do total (1801)	Densidade pop. em 1801 (hab/Km ²)	Pop. em 1849	% do total (1849)	Densidade pop. em 1849 (hab/Km ²)	Taxa de crescimento médio anual (%)
Arões	40,335	1029	11,3%	25,5	1108	10,9%	27,47	0,15
Cepelos	18,928	906	9,9%	47,9	1079	10,6%	57	0,36
Codal	2,946	616	6,8%	209,1	644	6,3%	218,6	0,09
Junqueira	18,038	644	7,1%	35,7	706	6,9%	39,1	0,19
Macieira de Cambra	18,231	1503	16,5%	82,4	1657	16,3%	90,9	0,20
Roge	17,596	1196	13,1%	68	1686	16,6%	95,82	0,72
São Pedro de Castelões	21,120	2095	23%	99,2	2053	20,2%	97,2	-0,04
Vila Chã	5,698	943	10,4%	165,5	1017	10%	178,5	0,16
Vila Cova de Perrinho	4,443	176	1,9%	39,6	216	2,1%	48,6	0,43
Total	147,335	9108	100%	61,82	10166	100%	69	0,23

Fonte: INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS – Áreas das freguesias, municípios e distritos/ilhas da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) 2012.1...; Os valores da população para 1801 e 1849 foram obtidos com base nos censos desses mesmos anos segundo: SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, coord. – Atlas Cartografia Histórica...

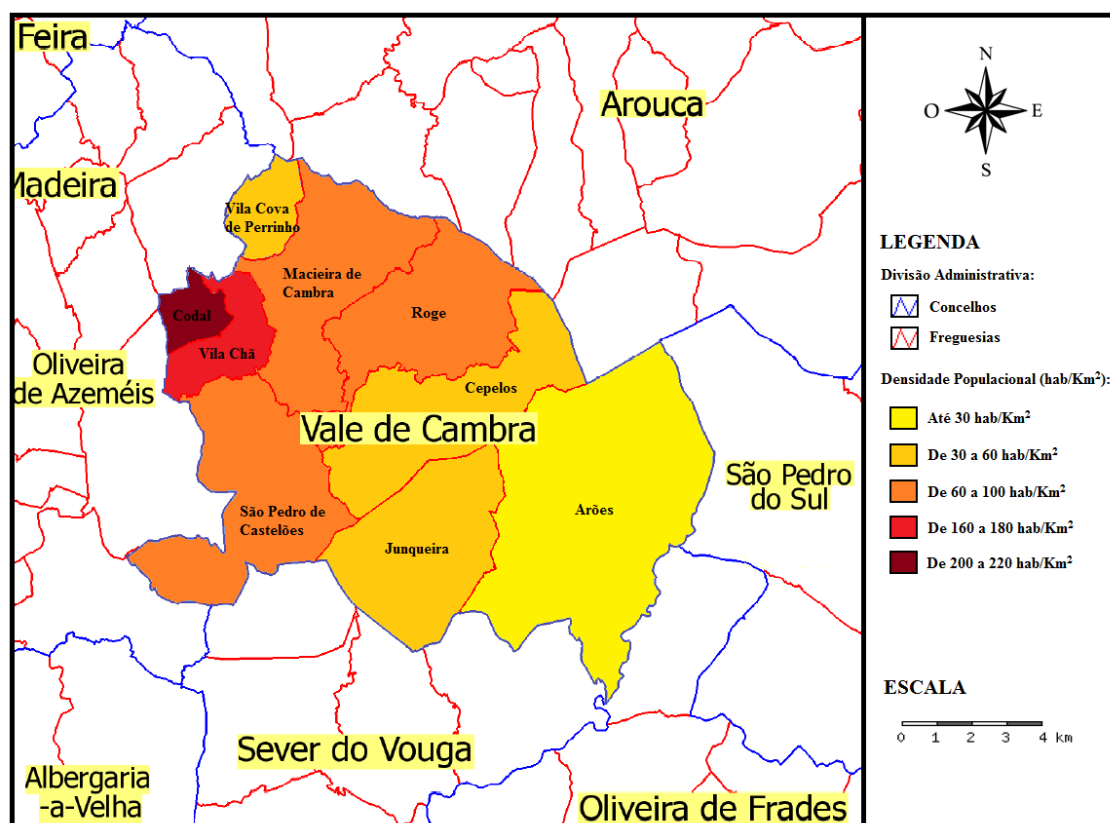
Atendendo a esta tabela, verifica-se que ao longo da primeira metade do século XIX se registou um aumento da população concelhia, ainda que de modo diferenciado. Apenas a freguesia de São Pedro de Castelões viu a sua população diminuir. Já na freguesia de Roge o crescimento registado foi muito superior comparativamente às restantes e, até ao final deste período, chegou mesmo a ultrapassar a população de Macieira de Cambra, a sede de concelho.

As taxas de crescimento médio anual dão conta destas tendências e no caso de Roge, a taxa de crescimento, que é de 0,72, ultrapassa a taxa de crescimento médio anual nacional, que, segundo Teresa Veiga, era de 0,42 para a primeira metade do século XIX. Aquele valor aproxima-se mais da realidade nacional existente na segunda

metade deste século, que era de 0,71.⁵⁸ Por sua vez, a freguesia de Vila Cova de Perrinho, com uma taxa de crescimento de 0,43, acompanhou a média nacional, seguida de perto pela freguesia de Cepelos com o valor de 0,36. Já a freguesia de São Pedro de Castelões não acompanhou de todo esta tendência nacional, registando uma taxa negativa de 0,04.

No entanto, os valores da densidade demográfica indicam que era a freguesia de Codal, a mais pequena do concelho, aquela que possuía um maior número de habitantes por Km².

Mapa 1 – Densidade populacional do Concelho de Vale de Cambra entre 1801 e 1849



Fonte: Cartografia base: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – “Mapas Censos 2011”. [Em linha]. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. [Consult. 30 Jun. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://mapas.ine.pt/map.phtml>>. Dados densidade populacional: ver Tabela 2.

⁵⁸ VEIGA, Teresa Rodrigues – A População Portuguesa no século XIX, p. 22. A autora chama à atenção para o facto de a primeira metade do século XIX ter sido um período problemático ao nível demográfico, devido às três invasões francesas, à guerra civil, ao surto de cólera e à desfavorável conjuntura económica, o que ajuda a perceber baixa a taxa de crescimento médio anual em comparação com a segunda metade do século.

A nível nacional, a densidade populacional em 1801 era de 32,8 habitantes por Km², mas na província do Minho chegava aos 96 habitantes por Km² e na Beira, região a que pertencia o concelho em estudo, aos 40,1 habitantes por Km².⁵⁹ Com exceção das freguesias de Arões e Junqueira todas excediam este último valor, sendo que Vila Chã, mas sobretudo Codal, ultrapassavam largamente o valor da província do Minho, a região do país mais densamente povoada.

Em 1851, a densidade populacional no distrito de Aveiro, a que pertence o concelho de Vale de Cambra, com 82,5 habitantes por Km², tornava-o no terceiro mais densamente povoado.⁶⁰ A densidade populacional das duas freguesias (Vila Chã e Codal) continuava a ultrapassar largamente estes valores.

Através do **Mapa 1** é possível verificar de forma mais clara a existência de um movimento decrescente de densidade de oeste para leste, partindo-se de uma única freguesia com mais de 200 habitantes por km², valores tipicamente urbanos, para um segundo anel composto igualmente por uma só freguesia com cerca de 160 a 180 habitantes por km². No anel seguinte, composto por três freguesias, existe uma abrupta descida para menos de 100 habitantes por km², que se torna ainda mais evidente no quarto anel com apenas 30 a 60 habitantes por km², e sobretudo comparativamente ao quinto, com menos de 30 habitantes por km². Apenas Vila Cova de Perrinho foge a este padrão, com valores de densidade populacional idênticos aos do terceiro anel. Não é o objetivo desta dissertação estudar o povoamento do concelho, mas é inevitável não notar este aspeto, será que a sua explicação reside na orografia existente? A exploração destes aspetos será retomada mais à frente a propósito dos acessos aos locais de sepultura e as vontades de sepultamento expressas na documentação.

Regressando à questão da representatividade das fontes e perante estes elementos recolhidos, percebe-se que uma grande parte da população não se encontra representada nas escrituras encontradas. Por exemplo, para a freguesia de Junqueira, com uma das menores percentagens de habitantes (cerca de 7% da população total), o número de documentos identificados (35) é maior do que para a freguesia de Vila Chã (6) com cerca de 10% da população ou do que para a freguesia de Macieira de Cambra (24), a

⁵⁹ VEIGA, Teresa Rodrigues – A População Portuguesa...p. 27.

⁶⁰ VEIGA, Teresa Rodrigues – A População Portuguesa...p. 29.

sede de concelho na altura e uma das mais populosas, com mais do dobro dos habitantes da freguesia de Junqueira. Mas é importante considerar que alguns indivíduos não fizeram qualquer escritura, o que diminui consideravelmente a margem de diferença entre as escrituras encontradas e o valor de população existente. A **Tabela 3** construída a partir dos registos de óbito existentes no arquivo, em que constam informações sobre disposições testamentárias, verbais ou escritas, ainda que em alguns casos abrangendo apenas uma parte da cronologia em estudo, permite-nos ter uma ideia do número daqueles que recorriam aos serviços do tabelionato.

Tabela 3 – Número de indivíduos falecidos com ou sem escritura no concelho de Vale de Cambra entre 1800 e 1850⁶¹

Freguesia e cronologia	Com escritura	Sem escritura	Com disposição verbal	Menores⁶²	Sem informação	Total de óbitos
Arões (1800-1850)	219	495	78	268	42	1102
Cepelos (1841-1850)	-	-	-	-	115	115
Codal (1800-1850)	53	42	10	20	305	430
Junqueira (1846-1850)	15	20	2	1	5	43
Roge (1800-1850)	209	109	-	6	473	797
Vila Cova de Perrinho (1800-1850)	43	31	-	15	45	134
Total	539	697	90	310	985	2621

Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.30, fls. 1-34v; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

As diferenças entre o total de documentos detetados e o número daqueles que os párocos indicam como tendo feito escritura é consideravelmente menor, do que quando

⁶¹ Nestes números estão também incluídos 24 indivíduos que não eram naturais do concelho de Vale de Cambra, mas que se tornaram nele residentes, quer por se terem casado com habitantes do mesmo, ou por terem vindo como assistentes ou como párocos.

⁶² Nesta contagem encontram-se todos os identificados pelos párocos como menores e aqueles que mesmo sem esta indicação apresentam uma idade inferior a 14 anos no caso dos indivíduos de sexo masculino e inferior a 12 no caso dos indivíduos do sexo feminino, pois, segundo as Ordenações Filipinas, não podiam fazer testamento antes destas idades: *Ordenações Filipinas*, vol. 3, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Livro IV, Tit. LXXXI, 1985, p. 908.

comparados com o valor total de população. Aliás, nos casos em que possuímos informações para toda a primeira metade do século XIX, é possível verificar que, para as freguesias em que morreu um maior número de indivíduos com escritura, foi também encontrado um maior número de documentos. No entanto, em 985 casos (37,6%) não sabemos quantos poderão ter feito escritura.⁶³

Entre os 539 (20,6%) indivíduos que os párocos indicam como tendo falecido com escritura, apenas foi possível identificar com rigor o número de 48 outorgantes⁶⁴, tendo 11 destes indivíduos feito escritura conjuntamente com alguém, mas não foi possível identificar essas pessoas. De salientar ainda que este número de outorgantes não equivale ao mesmo número de escrituras, pois dois destes outorgantes fizeram em momentos diferentes da sua vida duas escrituras cada um. Portanto, o número total de escrituras para a qual se conseguiu identificar pelo menos um dos outorgantes é de 50.⁶⁵

O processo de tentativa de identificação dos outorgantes nos registos de óbito, nem sempre fácil, foi feito a partir da comparação do nome, localidade, estado civil, cronologia, número de missas ou de ofícios, mortalha escolhida, ou ainda, quando os párocos indicavam, o nome a favor de quem tinha sido feita a escritura. A indicação da data de abertura dos testamentos cerrados também ajudou nalgumas situações, pois ocorria pouco depois da morte do outorgante. Nos casos em que existiram dúvidas a decisão tomada foi não estabelecer qualquer ligação. Existem várias situações em que combina o nome e a localidade em ambas as fontes, mas não é o suficiente para considerar que se trata da mesma pessoa, pois existem vários nomes iguais para um

⁶³ Mas, mesmo em relação aos defuntos que os párocos indicam como tendo feito escritura, não sabemos em que data foi feita. Sobretudo no caso dos falecidos no início do século XIX, que podem ter feito a sua escritura no século anterior e não imediatamente antes de morrer.

⁶⁴ Margarida Durães encontrou as mesmas dificuldades em relação à paróquia de Venade (Caminha), pois, ainda que os párocos tenham declarado no assento de óbito que o defunto tinha feito testamento, o mesmo nem sempre se encontrou e, noutros casos, a investigadora encontrou testamentos para os quais não conseguiu identificar o assento de óbito: DURÃES, Margarida - Uma primeira aproximação...p. 168.

⁶⁵ A este número tudo indica que se deve juntar um testamento cerrado de Bernardina Correia de Bastos Pina do lugar de Fundo de Aldeia da freguesia de Armental, feito a 23 de Outubro de 1843 (AMVLC, *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 107-109). Todos os dados combinam com o registo de óbito, que data de 30 de Outubro de 1843 (ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fl.29v.*). No entanto, o termo de abertura do testamento cerrado está datado de 26 de Outubro de 1843, e o acompanhamento pedido é de nove padres e no assento a indicação é de que o corpo foi acompanhado por 38. No que concerne à data, tal poderá dever-se a uma confusão da datação do assento de óbito por parte do pároco (como será discutido mais à frente tudo indica que os óbitos não eram imediatamente registados nos livros próprios para tal), até porque tanto o registo precedente como o seguinte são distantes. Um maior número de padres no ofício não parece impossível, tendo em conta a “categoria” da defunta, que foi sepultada na Capela-Mor e deixou 250 missas por sua alma, um número elevado em comparação com os restantes.

mesmo local em cronologias de óbito posteriores às das escrituras, sendo que muitos párocos não indicavam o estado civil.

Conscientes das vantagens, mas também das limitações deste *corpus* documental, mostrou-se essencial recorrermos a outras fontes de informação, como os registos paroquiais ou registos de confrarias, de forma a complementar os dados recolhidos e identificar com maior segurança as atitudes da população vale-cambrense perante a morte na primeira metade do século XIX.

No entanto, a utilização destas diferentes fontes exigiu alguns cuidados, pois não podemos considerar os dados recolhidos como totalmente distintos e complementares. Se o fizermos, alguns dos casos em que não se conseguiu identificar os outorgantes das escrituras nos assentos de óbito podem-nos dar uma realidade duplicada caso se trate de um mesmo indivíduo. É certo que atendendo ao facto de que não possuímos registos de óbito para todos os locais, nem para toda a cronologia em estudo, assim como ao facto de os párocos nem sempre indicarem aspetos como a mortalha ou acompanhamento do defunto, a probabilidade de se obterem resultados duplicados torna-se reduzida. Do mesmo modo, a exclusão dos casos em que se encontrou uma correspondência e daqueles em que claramente não se encontrou qualquer ligação com os defuntos registados torna essa margem ainda menor, e o mesmo acontece se considerarmos que alguns outorgantes poderão ter falecido depois de 1850. Mas ainda assim, é mais seguro e até mais vantajoso considerar separadamente aquilo que são as vontades dos outorgantes expressas nas escrituras e as práticas registadas nos livros de registo de óbito, pois, nalguns casos, pode-nos ajudar a perceber se seriam sempre cumpridas as vontades daqueles que procuravam garantir a sua concretização após a morte através de uma escritura.

3.1.3. Distribuição cronológicas das escrituras

Considerando os limites cronológicos desta dissertação (1800-1850), apenas para o período compreendido entre 1800-1810 inclusive (com exceção do ano de 1808) e para os anos de 1814 e de 1850 não existe qualquer escritura. Para todos os outros anos foi identificado pelo menos um documento.

Na segunda metade do período em análise é superior o número de escrituras existentes, conforme se pode ver de forma mais detalhada no **Anexo 1**. Mas, certamente, tal se deverá ao facto de os livros de registo se terem iniciado em 1834, uma data já afastada do início do século, tendo o primeiro livro de registos, com cerca de 100 fólios, ficado completo em pouco mais de um mês, contendo várias escrituras feitas até essa data. Gradualmente, o número de escrituras vai-se aproximando cada vez mais das datas de produção dos livros. O último livro, por exemplo, com cerca de 300 fólios, demorou cerca de 7 anos a ser totalmente preenchido, mas com escrituras sobretudo datadas de finais da década de 30 e da década de 40.

3.1.4. Tipologia e estrutura das fontes

Das 289 escrituras analisadas foi possível detetar 53 tipos diferentes. Contudo, por vezes, a diferença encontra-se sobretudo na terminologia utilizada para as designar, pois a estrutura de muitos documentos é semelhante, assim como a sua finalidade, apenas diferindo na denominação. Em anexo é possível ver a grande variedade de designações usadas pelos notários nesta tipologia documental (**ver Anexo 2**), o que parece uma pretensão de distinção rápida dos conteúdos diferenciados que a tipologia podia comportar, mas na tabela seguinte, de forma a simplificar e clarificar a informação, procurou-se organizar as escrituras existentes por grupos, de acordo aquelas que são as tipologias mais constantes:

Tabela 4 - Tipos de escrituras contidas nos *Livros de Registo de Testamentos* do Concelho de Cambra (até 1850)⁶⁶

Tipo de escritura	Quantidade
Testamento	188
Doação	58
Dote	20
Doação e Dote	6
Doação e Partilhas	4
Partilhas	2

⁶⁶ Desta contagem encontram-se excluídos os três testamentos já mencionados de dois residentes no concelho de Sever do Vouga (um deles de tipo cerrado e outro do tipo aberto) e de um indivíduo do concelho de Sever do Vouga (de tipo cerrado).

Outras	11
Total	289

Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

De uma forma geral é quase possível dividir estas escrituras em dois grandes grupos. Por um lado, naquele formado pelos testamentos, que, no geral, representam 188 das 289 escrituras detetadas. De uma forma individual, é possível detetar três tipos diferentes de testamento: o testamento aberto, o testamento cerrado e o testamento oral ou nuncupativo.⁶⁷

O tipo de testamento que aparece mais vezes (101) é o testamento aberto, que, tal como as Ordenações Filipinas determinavam, é um documento escrito por um tabelião no seu próprio livro de notas de acordo com a vontade ditada pelo testador que a ele recorria.⁶⁸

José Homem Correa Telles no seu *Manual Do Tabelião...*, publicado em 1830⁶⁹ apresentava a estrutura que um testamento aberto deveria adotar, sendo a mesma que os tabeliões que produziram os documentos aqui em estudo seguiram. Entre as diferentes disposições surgem as designadas como espirituais: o testador professava a sua fé, escolhia a mortalha, o local de sepultura e indicava os bens de alma que queria que se lhe fizessem assim como as missas que deviam ser rezadas por sua alma.⁷⁰ Este tipo de testamento era escrito no livro de notas do tabelião, mas devia ser entregue ao testador uma cópia.⁷¹ Foi pois, como se viu em cima, a partir dessas cópias que se redigiram os *Livros de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra* que serviram de base a este trabalho.

⁶⁷ Estas três formas de testamento estavam previstas pelas Ordenações Filipinas, que vigoraram até ao aparecimento do primeiro Código Civil Português em 1867, mas que, de entre estas três formas apenas manteve duas: o testamento público (ou aberto) e o testamento cerrado. O testamento oral ou nuncupativo deixou de ser contemplado. Sobre estes aspetos ver: *Ordenações Filipinas*, vol. 3, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Livro IV, Tit. LXXX, 1985, p. 900-907 e 916; *Código Civil Português* Aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, Livro III, Tit. II, Capítulo II, Secção VIII, Subsecção I, p. 317.

⁶⁸ *Ordenações Filipinas*, vol. 3, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Livro IV, Tit. LXXX, 1985, p. 900-901.

⁶⁹ TELLES, José Homem Correa – *Manual Do Tabelião Ou Ensaio de Jurisprudencia Erematica Contendo A Collecção De Minutas Dos Contractos, E Instrumentos Mais Usuaes, E Das Cautelas Mais Precisas Nos Contractos, E Testamentos*. Lisboa: Imprensa Régia, 1830.

⁷⁰ TELLES, José Homem Correa – *Manual Do Tabelião...* p. 148-149.

⁷¹ TELLES, José Homem Correa – *Manual Do Tabelião...* p. 151-152.

O testamento de tipo cerrado, que, por sua vez, era escrito pelo testador ou a mando do próprio, devendo ser obrigatoriamente assinado pelo testador ou por quem o escreveu, caso aquele não soubesse, figura em 67 casos. As Ordenações Filipinas determinavam que, depois de fechado e cosido, o testamento deveria ser entregue pelo testador a um tabelião, perante cinco testemunhas.⁷²

A estrutura deste testamento difere do tipo aberto sobretudo ao nível dos formulários utilizados, pois a ordem dos principais elementos é semelhante. O discurso apresenta-se sempre na primeira pessoa do singular ou do plural no caso dos testamentos de mão comum, ainda que todos tenham sido escritos por outra pessoa. Seguem a estrutura bipartida com as disposições espirituais primeiro, seguindo-se-lhes as temporais. A grande diferença encontra-se na necessidade de inclusão do Instrumento de Aprovação, que, nos testamentos presentes nos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* surge sempre copiada no final, e na maior parte dos casos ocorria na residência do próprio testador, que muitas vezes estava acamado, deslocando-se aí o tabelião e as testemunhas.⁷³

A abertura deste tipo de testamento era também um ato que exigia algumas formalidades, pois, nos casos analisados, tal era feito na presença de testemunhas, redigindo-se o respetivo termo de abertura, onde consta o estado do documento, assim como o local e a data de abertura.

Por fim, resta-nos o tipo de testamento que aparece apenas 20 vezes, o testamento oral ou nuncupativo, que era unicamente permitido em situações de morte iminente, dispondo o testador dos seus bens oralmente sem fazer escritura. Nestes casos eram necessárias seis testemunhas, que podiam ser homens ou mulheres dada a urgência do momento. Mas, se o testador sobrevivesse o documento ficaria juridicamente nulo.⁷⁴ Este tipo de testamento era depois validado perante um notário, ao qual as testemunhas se dirigiam e apresentavam a vontade do testador. São essas escrituras baseadas nestes depoimentos que podemos encontrar nos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* e onde, muitas vezes, os próprios tabeliães tinham o cuidado de indicar que

⁷² *Ordenações Filipinas*, vol. 3, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Livro IV, Tit. LXXX, 1985, p. 901-905.

⁷³ TELLES, José Homem Correa – *Manual Do Tabelião*...p. 187-188.

⁷⁴ *Ordenações Filipinas*, vol. 3, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Livro IV, Tit. LXXX, 1985, p. 906-907.

o testador estava doente de doença de que faleceu. Talvez estas características ajudem a explicar o facto de apenas terem sido identificados 20 testamentos deste tipo. Nem todas as doenças seriam tão repentinas que o exigissem, e nem todos acabariam por morrer, perdendo assim a disposição o seu efeito. Em termos de estrutura, estes testamentos diferiam dos anteriores sobretudo pelo facto de consistirem numa recolha dos vários depoimentos individuais das testemunhas por parte do tabelião. Este facto conferia a este tipo de testamento uma dimensão considerável, pois cada depoimento era como que um testamento em si, com a mesma divisão entre cláusulas espirituais e temporais.

De uma forma geral, em termos de estrutura podem-se identificar duas grandes partes nos testamentos: uma dedicada às questões espirituais e outra dedicada às materiais, ambas subdividas, geralmente de modo claro. Na bibliografia consultada, quer referente ao espaço português quer a outros espaços europeus reconhece-se uma estrutura em muito semelhante, com uma primeira parte em que o testador professava a sua fé, encomendava a sua alma e solicitava a intercessão dos santos da corte celestial, indicava o local de sepultura, a mortalha, o acompanhamento, assim como outros aspetos relativos aos funerais e declarava o número de missas que deixava pela sua alma e pela alma de outras pessoas.⁷⁵

Todavia, ainda que a estrutura seguida fosse semelhante, os conteúdos variavam. Uns professavam a sua fé de uma forma mais fervorosa e apelavam a mais intercessores do que outros. Alguns preocupavam-se com a escolha de mortalha, outros deixavam ao critério dos testamenteiros. Do mesmo modo, certos indivíduos pediam um maior número de padres no acompanhamento do seu corpo ou deixavam um maior número de missas do que outros. Contudo, as fórmulas utilizadas para professar a fé e pedir a intercessão divina eram muitas vezes, se não iguais, muito semelhantes entre as várias escrituras, sinal da sua formulação antiga e apreendida pelos diferentes agentes participantes. Ao testador caberia apenas o papel de escolher a fórmula que mais lhe agradasse.

⁷⁵ Em França, vários autores o demonstraram, tal como: VOVELLE, Michel – Piété baroque et d’christianisation...; CHAUNU, Pierre – La mort à Paris...; Em Portugal, alguns trabalhos sobre testamentos revelaram também a existência de estruturas semelhantes, como por exemplo: RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – Morrer no Porto...; GOMES, Maria de Fátima – Temendo a Morte...; ARAÚJO, Ana Cristina – A Morte em Lisboa...; FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – A Morte e a Salvação da Alma...; RODRIGUES, Angélica Moreira – As últimas vontades...; DURÃES, Margarida - Uma primeira aproximação...

Além desta divisão formal em duas grandes partes distintas os testamentos caracterizam-se, sobretudo, pelo facto de serem feitos com o objetivo de preparar a morte e a sua execução ocorrer somente após o falecimento do testador ou dos testadores.

Nas escrituras de doação e dote, as duas expressões são usadas em conjunto ou separadas com o mesmo intuito. O principal objetivo de quem fazia estas escrituras era doar a alguém uma parte ou a totalidade dos seus bens, mas, ao contrário do que acontecia com os testamentos, nem sempre a sua efetivação deveria acontecer por morte do doador ou dotador. Grande parte dos dotes e doações encontrados eram feitos por ocasião de um casamento de um filho/a ou sobrinho/a, para ajudar a suportar os custos do matrimónio, pois ainda que sejam 18 escrituras as que apareçam identificadas diretamente como *Escritura de Dote para Casamento*, muitas outras também o eram. Comuns são também os dotes e doações feitos a título de agradecimento a alguém pelo zelo e amor com que os dotadores ou doares tinham sido tratados, mas, se em alguns se indica que se devem executar por morte, noutros não se especifica o momento.⁷⁶

Também ao inverso dos testamentos, em que a disposição dos bens espirituais era parte fundamental dos mesmos, neste tipo de escrituras nem sempre se deixavam considerações relativas aos bens de alma. Se nuns casos era uma obrigação deixada ao doado ou dotado assegurar o sufrágio da alma do doador ou dotador, a mortalha que deveria levar ou o local onde deveria ser sepultado, noutros nada era dito ou apenas se pediam algumas missas pela sua alma, sem qualquer outra disposição.⁷⁷

⁷⁶ Entre outros estudos em torno destas escrituras veja-se: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – “Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga”. Braga: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011.151 p.; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – “Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)”. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia, 2000. 326 p.; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (Coord.) – “Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)”. Braga: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2010. 381 p.; Osswald, Maria Helena – “Nascer, viver e morrer no Porto de seiscentos”. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008 Tese de Doutoramento.; Osswald, Maria Helena – “Relações familiares e cultura material nos dotes dos noivos da terra da Maia no século XVII”. In CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO - “Actas do I Congresso Internacional do Barroco”. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1991. Vol. II, p. 195-206.; SÁ, Isabel dos Guimarães; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – “A mulher e a estruturação do património familiar: um estudo sobre dotes de casamento”. In COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA – “Actas do Colóquio a Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais”. Coimbra: Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. Vol. I, p. 91-115.

⁷⁷ O número significativo de casos em que surgem estas informações levou a ter em consideração estas escrituras, que representam 120 do total. Em 38 escrituras (31,7%) foi pedida mortalha, em 77 (64,2%) foram deixadas indicações

3.1.5. Características do *corpus* documental

3.1.5.1. Escrituras individuais e conjuntas

Dos 289 documentos analisados alguns correspondem à vontade de mais do que uma pessoa. Os testamentos com estas características aparecem muitas vezes designados como sendo de “mão comum”. Nos casos em que a mesma escritura possui mais do que um outorgante o número mínimo é de duas “mãos”, mas há uma situação em que participaram quatro. A tabela seguinte ajuda a explicar estes casos:

Tabela 5 – Número de combinações possíveis e número total de outorgantes das escrituras nos Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra (até 1850)

Número de combinações possíveis de outorgantes por escritura	Número de casos/escrituras	Número total de outorgantes das escrituras
1	202	202
2	83	166
3	3	9
4	1	4
Total	289	381

Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

Portanto, se falarmos de escrituras enquanto documento, o seu número é de 289, mas se falarmos de vontades representadas essas são bem mais. Se contabilizarmos cada um dos outorgantes o número é de 381 (179 optaram por escrituras conjuntas). Estas escrituras conjuntas eram na sua maioria feitas por marido e mulher, mas em alguns casos trata-se de irmãos, primos, ou até pais/sogros de um futuro casal. Estas situações encontram-se exploradas de forma detalhada no **Anexo 3**.

Dos 87 documentos conjuntos (correspondentes aos 179 indivíduos), o maior número de casos é referente às escrituras feitas a duas “mãos” por marido e mulher (75 escrituras), sendo que pouco mais de metade são testamentos. Por sua vez, são oito as

relativamente ao acompanhamento, em 82 (68,3%) foram anotados os Ofícios pretendidos e em 18 (15%) foi escolhido o local de sepultura.

escrituras feitas entre dois irmãos, sendo maioritariamente dotes e doações, apenas duas são testamentos. Das escrituras feitas a três e quatro “mãos” nenhuma delas é um testamento, são sobretudo dotes para casamento, em que, nalguns casos, se associavam os pais do futuro casal para dotar os seus filhos de bens necessários para começarem a sua vida conjugal. Considerando o estado civil dos outorgantes, percebe-se que nas escrituras entre irmãos, não apenas se associavam solteiros, mas também a estes se juntavam por vezes irmãos viúvos, para juntos disporem das suas vontades.

O facto de uma escritura ser conjunta não significa necessariamente que as vontades dos seus outorgantes sejam as mesmas, ainda que relativamente a aspetos como a mortalha, local de sepultura ou acompanhamento as vontades sejam iguais, outros aspetos como as disposições de missas ou legados pios geralmente não o são. Por este motivo, ao longo deste projeto será mais vantajoso considerar cada escritura conjunta como dois, três ou quatro casos consoante o número de vontades.

3.1.5.2. Sexo e estado civil dos outorgantes

Considerando o número total de 381 outorgantes é curioso perceber que cerca de metade são homens e outra metade são mulheres. Mas perceber se eram os casados, solteiros ou viúvos quem mais fazia escrituras é também interessante, assim como se o faziam maioritariamente sozinhos ou associados a alguém.

Tabela 6 – Divisão por sexo e estado civil dos outorgantes das escrituras individuais ou conjuntas dos Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra (até 1850)

Sexo dos outorgantes	Estado civil dos outorgantes por sexo	Número de outorgantes de escritura individual por sexo e estado civil	Número de outorgantes de escritura conjunta por sexo e estado civil	Número total de outorgantes por sexo e estado civil
Feminino	Casada	13	78	91
	Solteira	42	15	57
	Viúva	44	0	44
	Sem Informação	0	1	1
Total sexo feminino	-	99	94	193
Masculino	Casado	21	78	99
	Clérigo	6	0	6

	Solteiro	36	3	39
	Viúvo	36	3	39
	Sem Informação	4	1	5
Total sexo masculino	-	103	85	188
Total	-	202	179	381

Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

Como se pode interpretar da tabela anterior, ainda que por uma pequena margem de quatro pessoas apenas, o número de mulheres que fez escritura é superior ao dos homens. No entanto, ainda que todos tenham recorrido maioritariamente a título individual aos serviços do tabelionato, foram os homens quem mais o fez. Mas, em relação às escrituras conjuntas as mulheres voltam a estar à frente, pois foram elas quem mais se associou a alguém, sobretudo ao marido (**ver Anexo 3**). Mas, estes valores não são totalmente representativos, pois, apesar de ser desconhecido o estado civil de seis homens e duas mulheres, os dados recolhidos indicam ser superior o número de mulheres solteiras e viúvas que fizeram escritura individualmente, em comparação com os indivíduos do sexo masculino na mesma condição. Já as mulheres casadas associaram-se sempre ao marido quando fizeram uma escritura conjunta e vice-versa, ainda que nalguns casos se tenham associado a outro casal por exemplo (**ver Anexo 3**). Os clérigos, por sua vez, não se associaram a ninguém para fazer escritura.

De uma forma geral, podemos afirmar que a maior parte dos outorgantes era casada, seguindo-se os solteiros e depois os viúvos. Considerando somente os 188 testamentos (46 conjuntos) e excluindo dois casos em que não se conseguiu identificar o estado civil dos outorgantes, o número de testadores casados é de 120, numa diferença de 64 homens para 56 mulheres. Mas, mesmo não considerando as restantes escrituras, o número de homens casados continuava a ser superior ao das mulheres. No entanto, em algumas freguesias de Gondomar por exemplo, entre 1834 e 1893, o número de testadores casados era também mais de metade, sendo a maioria do sexo feminino, tal como as viúvas e as solteiras eram em maior número do que os homens na mesma situação.⁷⁸ Nos testamentos aqui em análise, o número de homens viúvos e solteiros era

⁷⁸ GOMES, Maria de Fátima – Temendo a Morte...p. 29.

também superior ao número de mulheres na mesma condição, pois foi possível contabilizar 27 testamentos de homens viúvos e 29 de homens solteiros (mais cinco de clérigos), contra 24 testamentos de mulheres viúvas e 27 de mulheres solteiras.

Portanto, se considerarmos separadamente os testamentos, verifica-se que 61 documentos eram femininos e 81 masculinos. Conjuntamente, homens e mulheres fizeram 46 escrituras. Ou seja, no total, a diferença encontrada é de 107 mulheres (45,7%) para 127 homens (54,3%). Ainda que este conjunto de documentos com que estamos a trabalhar possa não representar o total de testamentos feitos pelos habitantes do concelho, o facto de serem menos mulheres a fazer testamento, mas em número não tão distante dos homens, parece não ser uma situação anormal se considerarmos outras realidades.

Esta tendência para a aproximação do número de homens e mulheres a fazer testamento (e até destas últimas para ultrapassar o número de homens) é visível no estrangeiro.⁷⁹ Em Portugal, no Porto do período Barroco Maria Manuela Rodrigues encontrou também percentagens de feminilidade próximas do número de testamentos masculinos.⁸⁰ Para algumas freguesias de Gondomar, entre 1834 e 1893, Maria de Fátima Gomes deparou-se com uma taxa de feminilidade de 48,3%, parecendo-lhe ter existido uma evolução no sentido da afirmação da mulher.⁸¹ Na paróquia rural de Venade (concelho de Caminha), Margarida Durães pode perceber que nos séculos XVIII e XIX as mulheres conseguiram também uma igualdade e por vezes uma inversão de posições.⁸²

Este *corpus* documental parece não se distanciar daqueles encontrados para outros locais, no que respeita à iniciativa. Aliás, se considerarmos a totalidade das escrituras aqui em estudo percebemos também que o número total de mulheres a recorrer ao

⁷⁹ Ainda que em relação século anterior ao que se está aqui a estudar, Michel Vovelle apercebeu-se de que, para a região da Provença, no início do século XVIII, os testamentos masculinos representavam cerca de 80% do conjunto que analisou, mas que, até ao final do século esta percentagem diminuiu, passando para cerca de 70% na véspera da Revolução Francesa. Mas, se aqui continuavam a ser os homens quem mais testava, em Paris, entre 1540-1800, P. Chaunu encontrou uma taxa de feminilidade de 55%. Em Espanha, no século XVIII, se em Málaga 55,5% dos testadores eram do sexo masculino e em Sevilha, 51,09% dos testamentos pertenciam a mulheres. Cf. VOVELLE, Michel – *Piété baroque et déchristianisation...* p. 49-50; CHAUNU, Pierre – *La mort à Paris...* p. 234; REDER GADOW, Marion – *Morir en Málaga: Testamentos Malagueños del siglo XVIII*, p. 143; RIVAS ALVAREZ, José Antonio – *Miedo y Piedad: testamentos Sevillanos del siglo XVIII*, p. 33.

⁸⁰ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto...* p. 31.

⁸¹ GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 28.

⁸² DURÃES, Margarida - *Uma primeira aproximação...* p. 271.

tabelionato conseguiu superar o número de homens. Talvez este aspeto se possa dever ao facto de alguns homens poderem ser alfabetizados (existiam alguns como veremos mais à frente) e deixar as suas próprias notas sem ter que recorrer ao tabelionato, ou ao facto de as mulheres sobreviverem aos maridos e ficar nas suas mãos garantir o destino dos bens.

3.1.5.3. Condição social dos outorgantes

O *corpus* documental em análise não nos permite identificar com rigor a posição social de todos aqueles que faziam escritura. Se nalguns casos é possível perceber que estamos perante pessoas com bastantes posses monetárias, pelo número de missas que deixavam, pelo número de padres que pediam para acompanhar o seu corpo, pelas esmolas que legavam às confrarias, ou pelos bens móveis e imóveis que distribuía, em muitos outros casos todos estes aspetos indicam que estamos diante de pessoas ligadas à agricultura, com pouco ou nada mais para deixar, além de alguns prazos de terras. Na verdade a profissão não é indicada nas escrituras, mas pelos bens deixados ou doados tudo indica que estamos sobretudo perante indivíduos ligados à terra, se não como trabalhadores na mesma, como proprietários em alguns casos.

Michel Vovelle afirma que à partida só faziam testamento os grupos que tinham alguma coisa de valor para deixar.⁸³ De facto, em nenhum dos casos em que se pode estabelecer uma correspondência com os registos paroquiais, o pároco indicou que o outorgante era pobre. Mas, tal também não parece significar que só quem tinha muitos bens fazia testamento. Alguns dos documentos analisados parecem indicar que nem sempre assim era. Nalguns casos percebe-se que a grande preocupação de quem fazia testamento eram as disposições espirituais e a preparação da alma para o além.

Por exemplo, Marcelino de Almeida, do lugar de Relva da freguesia de Vila Chã, no seu testamento aberto, redigido em 1842 demonstrou grande preocupação relativamente às cláusulas espirituais: professou a sua fé, pediu para ser amortalhado, acompanhamento e três ofícios de seis padres, deixou dez missas por sua alma e duas pela de sua defunta mulher e distribuiu legados pelas confrarias do Senhor e da Senhora.

⁸³ VOVELLE, Michel – Piété baroque et d’christianisation...p. 51.

No entanto, o número de missas é muito reduzido em comparação com o encontrado noutros testamentos, assim como o número de confrarias a quem deixou dinheiro, e os 150 reis que lhes legou ficam muito atrás do valor que algumas pessoas doavam. Não parece que este testador fosse uma pessoa de grandes posses monetárias, até porque, na parte relativa às disposições materiais apenas afirmou que se dividissem os seus bens pelos seus seis filhos, sem especificar que bens possuía, deixando até a indicação de que estes deveriam pagar as suas dívidas.

De facto, Margarida Durães, ao analisar os testamentos redigidos pelos habitantes da paróquia de Venade (Caminha), afirma que a influência da Igreja Católica era tão grande junto da população moribunda que levou a um aumento da prática de testar no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Assim, segundo esta investigadora, a diminuição do número de padres, missas e esmolos que a mesma pode notar ao longo deste período, ter-se-á devido, não a uma descristianização ou laicização de ato de testar, mas, à generalização deste ato, que levou a que pessoas de reduzidas posses testassem quando antes não o faziam. “O testamento deixou de ser privilégio dos afortunados e passou a ser praticado também pelos pobres”.⁸⁴

3.1.5.4. Redatores das escrituras

Nem todos os documentos encontrados foram redigidos por um tabelião, ainda que para serem válidos tivessem que ser aprovados por um, como antes de viu. Este é o caso de 51 testamentos cerrados e de uma *Retificação de Escritura de Doação e Nomeação de Bens*. A tabela que se segue ajuda a perceber a quem recorriam estas pessoas que pretendiam fazer a sua escritura mais secretamente:

Tabela 7 – Redatores das escrituras dos *Livros de Registo de Testamentos* do Concelho de Cambra (até 1850)

Redatores das escrituras	Quantidade de escrituras redigidas
Tabeliães	237 ⁸⁵
Padres	28

⁸⁴ DURÃES, Margarida - Uma primeira aproximação...p. 171.

⁸⁵ Estão incluídos neste número 11 testamentos cerrados que foram escritos e aprovados por um tabelião.

Homens comuns alfabetizados	19
Bacharéis	4
Cirurgiões	1
Total	289

Fonte: AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*

Portanto, como se pode inferir da tabela anterior, a maior parte dos documentos que não foram escritos por um tabelião foram sobretudo redigidos por padres. Este facto não era estranho a outros locais, pois, como refere Margarida Durães, dada a inexistência de instituições que promovessem a alfabetização nos meios rurais, era entre o clero que se podiam encontrar os principais escrivães dos testamentos.⁸⁶

Mas é também considerável o número de escrituras feitas pela mão de homens que apenas se sabe serem alfabetizados, pois nenhuma informação é dada sobre a sua formação ou cargo que pudessem ocupar. Apenas em três casos é dada a indicação de que foram bacharéis a redigir o documento e noutro caso um cirurgião. Contudo, nem sempre estes redatores eram da mesma freguesia do outorgante. Por vezes eram de uma freguesia próxima, que nalguns casos pertencia aos concelhos vizinhos de Oliveira de Azeméis e Sever do Vouga.

Curiosamente, nenhuma escritura foi redigida pelo próprio outorgante. É certo que, como explica Maria Manuela Rodrigues em relação aos testamentos cerrados, eram necessários certos conhecimentos técnicos que se deveriam seguir obrigatoriamente na escrita de um documento destes, e nem todos possuíam esses conhecimentos.⁸⁷ No entanto, nem os padres redigiram as suas próprias escrituras. De facto, alguns outorgantes afirmaram saber escrever, mas não poderem ou não o conseguir fazer corretamente. Em 1821, João Fernandes de Almeida e a sua mulher Maria Tavares de Pina do lugar de Merlães, da freguesia de Cepelos, justificam o facto de não terem escrito o próprio testamento por ele escrever devagar e ela não saber.⁸⁸ Em 1829, Manoel Tavares de Pina e a esposa Rosa Maria da Silva do lugar de Folhense, da

⁸⁶ DURÃES, Margarida - *Uma primeira aproximação...* p. 165. Também no século XIX, em Gondomar, Maria de Fátima Gomes pode verificar que os padres eram os redatores mais procurados: GOMES, Maria de Fátima – “Temendo a Morte...” p. 35.

⁸⁷ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto...* p. 8.

⁸⁸ AMVLC, *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 56v-59v.

freguesia de Junqueira, explicavam também não o terem feito por aquele mal saber ler e escrever e esta não saber nem uma coisa nem outra.⁸⁹ Já em 1834, o reitor João dos Santos de Figueiredo da freguesia de São Pedro de Castelões dizia não conseguir escrever o testamento naquele momento e por isso ter recorrido a outra pessoa.⁹⁰

3.1.5.5. Motivos para fazer escritura

Nem todos os outorgantes apresentaram o motivo que os levou a fazer uma escritura. No caso dos testamentos, aqueles que o faziam indicavam a idade avançada ou uma doença grave, pretendendo, enquanto podiam, colocar a sua alma no caminho da salvação e dispor dos seus bens temporais.⁹¹ Praticamente todos expressavam o medo da morte que sabiam certa, mas cuja hora era incerta e não queriam morrer sem deixar determinadas as suas vontades relativas aos bens espirituais e temporais.

Joaquim Tavares de Almeida do lugar e freguesia de Junqueira era um dos outorgantes que justificava o seu testamento cerrado, feito em 1826, com o facto de estar doente: “achandome hinfirme de cama de Henfermidade que Deos foi servido dar-me mas em meu perfeito juizo, e hentendimento e por temer a morte que para todos hé certa, e inserta a hora pretendo fazer este meu testamento derradeira vontade”.⁹² Também Clara Joaquina do lugar de Videira da freguesia de Roge justificava o seu testamento feito em 1836 do seguinte modo: “achando-me enferma, porem em meu perfeito juizo e entendimento natural, que Deos Nosso Senhor me deu, e por temer a morte que a todos é certa, natural, e commum para disposição dos meus bens espirituais, e temporais, determinei fazer meu testamento”.⁹³

Por outro lado, Manoel Soares e Antónia Maria de Jesus do lugar de Burgães, freguesia de São Pedro de Castelões, diziam ter feito o seu testamento de mão comum em 1837 não por doença, mas pela sua idade avançada: “achandonos de Idade abançada

⁸⁹ AMVLC, *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 1v-3v.

⁹⁰ AMVLC, *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 59-62v.

⁹¹ Estes motivos e estas preocupações foram também encontrados por Maria Manuela B. Rodrigues Martins para a cidade do Porto nos séculos anteriores: RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto...* p. 33-34, 37-44. Em Gondomar, no século XIX, muitos testadores faziam também as suas escrituras nestas alturas: GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 31.

⁹² AMVLC, *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 52v-55.

⁹³ AMVLC, *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 52v-55.

e ignorando a hora das nossas mortes determinamos fazer nosso testamento, e dispor de nossos bens espirituais, e temporais”.⁹⁴ No mesmo ano, Ana Maria do lugar de Macieira-a-Velha da freguesia de Macieira de Cambra também fez a sua escritura por se achar de idade avançada, mas também porque já tinha alguns achaques: “achandome de idade avançada e a padecer varios achaques e por isso mesmo proxima a dar contas e por não saber o dia nem a ora em que sera por ser incerto o tempo e certa a morte pertendo portanto dispozição de uns e outros bens”.⁹⁵

Relativamente às restantes escrituras o motivo que movia os outorgantes era muitas vezes o casamento de um filho ou sobrinho. Tal era o caso, por exemplo, de Ana Josefa do lugar de Vilarinho da freguesia de Macieira de Cambra, que em 1824 fez uma doação a sua filha Mariana Soares por ocasião do seu casamento com António Gomes de Almeida da freguesia de Chave do concelho de Arouca: “para melhor poderem sustentar os Incargos do Matrimonio lhe dotava todos os seus Beñs que tem”.⁹⁶

Outros eram movidos pela vontade de gratificar alguém por serviços prestados. Assim fez António Soares da Escada do lugar de Sandiães da freguesia de Roge em 1829, numa doação à sua sobrinha Maria Soares da Costa, casada com Francisco João Marques, “aos quais devia muitas Obrigaçãoens Beneficios e boas obras pello munto amôr e caridade com que sempre o tem tratado no que espera continuarem”.⁹⁷

3.1.6. Tabeliães e local do escritório

Nem sempre os tabeliães indicavam o local exato onde estavam estabelecidos, pois muitas vezes as escrituras não foram feitas no seu escritório, mas num local combinado com o outorgante. Esse local foi em muitos casos a casa do próprio outorgante, sobretudo se estava doente e até acamado e não podia ir ao encontro do tabelião. Noutras situações as escrituras foram feitas num local combinado entre ambas as partes, como a casa de uma pessoa conhecida ou até mesmo o largo de uma capela, como fizeram João Fernandes e Custódia Maria do lugar de Agualva, da Freguesia de

⁹⁴ AMVLC, *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 31v-34.

⁹⁵ AMVLC, *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 151v-153v.

⁹⁶ AMVLC, *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 55v-57.

⁹⁷ AMVLC, *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 17v-18v.

Arões, em 1832. Este casal recorreu aos serviços do tabelião Joaquim Teixeira das Neves Vasconcelos Monteiro do antigo concelho da Trapa, com quem se encontraram no largo da Capela de Covelo, da freguesia de Valadares, para fazerem a sua escritura.⁹⁸

Foi possível identificar escritórios de tabeliães nas freguesias de Codal, São Pedro de Castelões e Vila Chã, tendo estes notários redigido 259 escrituras (90% do total). Os outorgantes das restantes 30 escrituras recorreram a notários de pelo menos outros seis concelhos, pois em cinco casos não é possível perceber de onde era o tabelião (**ver Anexo 4**). Contudo, este aspeto parece poder-se justificar por questões geográficas. Apenas habitantes da freguesia de Arões (sobretudo das aldeias mais próximas com outros concelhos) procuraram os serviços do tabelionato em locais dos atuais concelhos de Oliveira de Frades, São Pedro do Sul e Sever do Vouga. Também algumas pessoas da freguesia de Junqueira recorreram a notários de Sever do Vouga, seu vizinho. Já ao concelho de Arouca apenas recorreram habitantes das limítrofes freguesias de Cepelos, Roge e Macieira de Cambra. Existem somente duas exceções. Uma diz respeito a um indivíduo da freguesia de Cepelos, que fez a sua escritura no atual concelho de Vouzela. Outra exceção é a cidade de Lamego, mas, como vimos mais acima, o tabelião que aí fez o seu testamento fê-lo por se encontrar nessa cidade e aí adoecer gravemente.

Não se encontraram escrituras de habitantes das freguesias de Codal, São Pedro de Castelões, Vila Chã e Vila Cova de Perrinho, que tivessem sido feitas noutro concelho que não o de Vale de Cambra, afinal foi em três destas freguesias que se pode perceber a existência de escritórios.

3.1.7. Métodos de seleção e análise de dados

A metodologia seguida para a recolha e tratamento desta informação notarial não ignorou os aspetos abordados anteriormente. A base de dados construída para a organização da informação recolhida foi pensada com base na estrutura e conteúdo das fontes, como tem vindo a ser feito por diversos autores no seguimento do trabalho pioneiro de Michel Vovelle para a Provença do século XVIII⁹⁹, ainda que este tenha

⁹⁸ AMVLC, *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 1v-2v.

⁹⁹ VOVELLE, Michel – Piété baroque et d’christianisation...

apenas trabalhado com testamentos. De facto, como diz Baudilio Barreiro Mallón, com a obra “Pieté baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle”, Michel Vovelle desenvolveu “magistralmente” a metodologia a seguir, ensinou-nos a interrogar os testamentos, que, por conterem um grande número de cláusulas, impõem necessariamente uma seleção para poderem ser submetidos a um tratamento estatístico.¹⁰⁰

Maria Manuela B. Rodrigues Martins diz-nos mesmo que, através do modelo de análise aplicado por Vovelle, o mesmo tornou “este tipo de documentação [testamentos] numa fonte privilegiada para determinar atitudes e representações coletivas perante a morte e, através delas, atingir o imaginário colectivo e as mentalidades”.¹⁰¹ Contudo, a mesma autora não deixa de sublinhar que, se para um longo período, este modelo de análise permite trabalhar estatisticamente e obter resultados mais seguros, pode também tender a simplificar a realidade expressa nos testamentos, o que exige que alguns deles sejam trabalhados de forma individual.¹⁰²

Portanto atendendo à estrutura dos documentos e a este modelo de análise, a base de dados construída foi organizada da seguinte forma:

Tabela 8 - Campos da base de dados construída para recolha e organização da informação contida nas escrituras dos *Livros de Registo de Testamentos* do Concelho de Cambra (até 1850)

Categoria	Campos da Base de Dados
Localização Física da Escritura	- Livro; - Cota; - Fólio.
Identificação da Escritura	- Tipo de escritura.
Identificação do Testador ou Dotador	- Lugar (de residência); - Freguesia (a que pertencia o mesmo lugar); - Nome; - Sexo (Feminino ou Masculino); - Estado civil e/ou parentesco.
Data da Escritura	- Ano da escritura; - Dia da escritura; - Mês da escritura.
Motivos para a realização da Escritura	- Motivos (do testador ou dotador).

¹⁰⁰ BARREIRO MALLÓN, Baudilio –El sentido religioso del hombre ante la muerte en el antiguo régimen. Un estudio sobre archivos parroquiales y testamentos notariales, p. 181-182.

¹⁰¹ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – Morrer no Porto...p. 17.

¹⁰² RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – Morrer no Porto...p. 17.

Cláusulas Espirituais da Escritura	<ul style="list-style-type: none"> - Protestação de Fé; - Encomendação da alma e pedido de intercessão (por sua alma); - Mortalha e caixão; - Local de sepultura; - Funeral e acompanhamento (do corpo à sepultura); - Bens de alma e ofícios; - Missas por alma do próprio; - Missas por alma de outros; - Legados pios.
Identificação do Tabelião	<ul style="list-style-type: none"> - Tabelião (que escreveu ou aprovou a escritura); - Localização do escritório do tabelião.
Identificação da data de cópia da escritura para os <i>Livros de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Ano da cópia; - Dia da cópia; - Mês da cópia.
Outros dados com relevo	<ul style="list-style-type: none"> - Notas.
Cruzamento de dados com outras fontes	<ul style="list-style-type: none"> - Localização dos outorgantes (<i>Livros de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra</i>) nos assentos dos Livros de Óbito.

Os aspetos relativos às disposições temporais não foram considerados por estarem fora dos objetivos propostos para esta dissertação. Mas, todos os aspetos relacionados com a religiosidade dos outorgantes foram tidos em conta. Uma vez que existem vários livros e vários tipos de escrituras os campos relativos à sua identificação mostraram-se essenciais e por isso foram incluídos.

Quanto à data das escrituras, um aspeto fundamental por nos permitir perceber a evolução dos pedidos ao longo do tempo, no caso dos testamentos nuncupativos, que apresentavam várias datas durante as quais se procedeu ao processo de redução do testamento, foi considerada como sendo a data de escritura a data em que se iniciou o todo este procedimento junto do notário.

3.2. Registos de óbito

Os registos de óbito são um tipo de fonte indispensável a um trabalho como este que aqui se apresenta por conterem aspetos como a mortalha com que os defuntos foram sepultados, o número de padres que acompanharam o corpo do defunto, o local de sepultura e os ofícios celebrados, aliados à precisão da indicação de dados de identificação como o sexo ou estado civil dos defuntos. No entanto, nem sempre todos

estes aspetos são referidos, em muitos casos os párocos apenas indicaram o local de sepultura ou os ofícios feitos.

Raríssimas vezes surgem transcrições de partes de testamentos ou escrituras relativas aos bens espirituais do defunto. Como notou também Margarida Durães ao estudar a paróquia de Venade (concelho de Caminha), alguns párocos transcreverem testamentos de forma integral (parte espiritual e material), outros apenas trasladarem “o tocante ao pio”, mas às vezes quase unicamente o número de missas, ofícios e mais cerimónias religiosas deixadas pelo testador.¹⁰³

A mesma investigadora alerta para outros problemas que podem surgir ao trabalhar com este tipo de fontes, como o início tardio dos registos, possíveis lacunas e desaparecimento de livros.¹⁰⁴ De facto, estes foram alguns dos problemas que se tentaram colmatar com o recurso a outras fontes.

O recurso aos registos de óbito permitiu não só cruzar elementos informativos com as fontes notariais, como suprir as faltas de todos os que não fizeram testamento ou outra escritura, sobretudo aquelas mais pobres sem o mínimo de posses para recorrer ao notário. Um estudo que incida só sobre fontes notariais não é representativo de toda a população. Já nos registos de óbito está contemplada toda a comunidade cristã (exceto os menores como veremos à frente).¹⁰⁵ Portanto, o melhor método para obter resultados mais precisos é cruzar as diversas fontes e registar tudo aquilo que nos possam dizer.

3.2.1. Livros existentes e cronologia

Os registos de óbito relativos às freguesias do concelho de Vale de Cambra encontram-se no Arquivo Distrital de Aveiro, disponíveis em formato digital, o que facilitou a sua consulta. No entanto, para a cronologia em estudo, existem somente registos de óbito para seis das nove paróquias do concelho, e no caso de Cepelos e Junqueira os livros existentes apenas abarcam os últimos nove e quatro anos do período em estudo, respetivamente, como a tabela 12 nos ajuda a perceber:

¹⁰³ DURÃES, Margarida - Uma primeira aproximação...p. 166.

¹⁰⁴ DURÃES, Margarida - Uma primeira aproximação...p. 166.

¹⁰⁵ BARREIRO MALLÓN, Baudilio – El sentido religioso...p. 182.

Tabela 9 – Livros de Registos de Óbito existentes para o concelho de Vale de Cambra entre 1800 e 1850

Paróquia	Número de livros	Cronologia dos livros
Arões	3	1785 a 1811
		1811 a 1854
		1821 a 1859
Cepelos	1	1841 a 1871
Codal	1	1793 a 1859
Junqueira	1	1846 a 1876
Macieira de Cambra	Sem Livros	-
Roge	1	1785 a 1859
São Pedro de Castelões	Sem Livros	-
Vila Chã	Sem Livros	-
Vila Cova de Perrinho	1	1736 a 1860
Total	8	-

Atendendo à cronologia dos livros de registos de óbito indicados na tabela anterior é possível perceber de imediato que na freguesia de Arões, a partir de 1821, passa a existir um outro livro simultaneamente com aquele que se tinha iniciado já em 1811. Tal situação deve-se ao facto de em 1821 se ter começado a fazer o registo de todos os menores de confissão, inclusive daqueles que faleciam logo à nascença, o que explica que o número total de óbitos seja também maior em comparação com as restantes paróquias: 1102 como se pode ver na **Tabela 3**. A exclusão dos menores dos registos de óbito era comum nos séculos anteriores.¹⁰⁶

Na freguesia de Arões, no ano de 1821 o bispo de Viseu ordenou que os óbitos dos menores passassem a ser registados num livro à parte (o que explica os dois livros em simultâneo), como anotou o abade José Luís da Cunha no livro de registo de óbitos em uso à data:

“Nesta Freguezia nunca se fizeram Assentos dos Menores, que falescião: nem os Ex.^{mos} e R.^{moz} Senhores Bispoz, nem os seus Vizitadorez determinarão couza alguma a tal resp.^o. Porem o nosso actual Prelado o Ex.^{mo} e R.^{mo} Sr. Dom Alexandre Lobo digo Dom Francisco Alexandre Lobo com justissima razão mandou, que os Parochos Lançassem em livroz separados os ditos Assentoz. E para cumprimento deste Mandato

¹⁰⁶ Como explica Cândido dos Santos, nos séculos XVI e XVII e muito frequentemente no século XVIII, os óbitos infantis não eram registados ou eram sub-registados, com apenas exceções pontuais para o século XVII como é o caso da cidade de Lamego, Évora e Porto. Apenas ao longo deste último século se começaram a registar os óbitos das crianças de forma mais sistemática, mas só em alguns locais. No entanto, como o autor sublinha, não se pode duvidar de que a taxa de mortalidade infantil e juvenil era elevada, resultante de epidemias, crises frumentárias ou falta de cuidados higiénicos: SANTOS, Cândido dos - Nota Sobre a Mortalidade Infantil nos Séculos XVIII e XIX, p. 47.

Comprei hum livro, cujo se acha em Vizeu p.^a Rubricarsse chegado, que elle seja, serem Lavrados os indicados Assentos na forma deziganada E por Vêrdade faço esta Lembrança, que asigno no primeiro de Maio de 1824”.¹⁰⁷

Apesar de esta indicação ter sido feita a 1 de Maio, o pároco registou óbitos já a partir de Janeiro do mesmo ano. Certamente a mesma ordem chegou à paróquia de Junqueira, também sufragânea da diocese de Viseu, mas até nós não chegou qualquer livro exclusivo para menores de que se tenha conhecimento. Para os últimos quatro anos de que existem registos apenas surge o assento de um menor juntamente com os adultos. Aliás, nas restantes paróquias foi possível encontrar também alguns assentos de menores junto com os assentos de óbito dos adultos, mas o seu número é muito reduzido¹⁰⁸ (**ver Tabela 3**), o que leva a crer que muitos eram aqueles que faleciam sem serem registados e que tal situação permaneceu, pelo menos, até ao final do período em estudo. Mesmo na paróquia de Arões, o falecimento de alguns menores continuou a ser registado no outro livro em uso.

3.2.2. Estrutura e características das fontes

Os assentos de óbitos exigiam a presença de alguns elementos fundamentais como o nome, a localidade ou a data da morte do defunto, mas por vezes apresentava-se muito mais informação, dependendo do pároco que fazia o registo. As variações, conforme a paróquia, poderiam merecer ser apresentadas individualmente, mas como esse não é o propósito deste projeto, importa agora deixar apenas algumas indicações que demonstrem estas mesmas variações e que tiveram implicações ao nível das informações que se puderam encontrar.

A 29 de Janeiro de 1822, o abade José Luís Pais da Cunha, da freguesia de Arões, registou no livro de óbitos corrente, por indicação do bispo de Viseu, a estrutura que deveria ter um assento de óbito: “Formula p.^a os Assentos de Obitoz [Parágrafo] Aos tantos de tal mes, e anno falleçeo com todos os sacramentos (ou sem elles ou sem algum por tal motivo) N. de tal parte, cazado com N. ou Viuvo de N. de tal parte. Fes ou não

¹⁰⁷ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fl. 32.

¹⁰⁸ No entanto, alguns dos defuntos cujo estado civil, idade e estado sacramental não são indicados podem também ser menores.

fes ttestamento, e está sepultado nesta Igr.^a, ou em tal parte. Devese declarar na margem quem hé obrigado ao seu Bem d'Alma, e se fez testamento. Nos Assentos dos Menores bastará declarar o dia, mes, e anno do fallecimento a sua idade pouco mais, ou menos. Os Paes, e o lugar da sepultura”.¹⁰⁹

No entanto, se o pároco que transcreveu este modelo passou a seguir o mesmo, o pároco que lhe sucedeu já não se preocupou em respeitar esta estrutura, não indicando alguns destes aspetos ou trocando a ordem pela qual deviam aparecer. A falta de uniformidade acabou por se tornar uma constante ao longo de todo o período analisado, como aliás já o era antes desta data. Na margem, do lado esquerdo, era, geralmente, anotado ao lado de cada assento o local de onde era natural o defunto e o nome do mesmo. Outras informações como os ofícios feitos, o nome de quem estava obrigado aos bens de alma do falecido ou a existência e inexistência de testamento eram também indicadas em margem muitas vezes. Mas, também aqui não existe uniformidade.

Por outro lado, na paróquia de Cepelos, a realidade encontrada é totalmente contrastante, sendo que o rigor demonstrado na redação dos assentos parece dever-se ao zelo do próprio pároco, que deveria ser pessoa disciplinada a avaliar pela clareza e grau de organização dos assentos em cada fólho. Já na paróquia de Codal a desorganização dos assentos chegou a tal ponto que, a 16 de Julho de 1816, o visitador deixou registada uma repreensão ao pároco.¹¹⁰ A falta de atenção e de rigor encontrada nos registos de óbito é claramente visível na existência, em alguns casos, de até 14 assentos num mesmo fólho, quando noutros apenas constam três, sendo a média aproximadamente de cerca de sete registos por página. Mas, sobretudo nos casos em que existem mais assentos por fólho, a omissão de informações dispara claramente.

A análise sistemática dos registos nas diferentes paróquias não só evidencia as variações na estrutura do registo de óbito, como a falta de preocupação por parte de muitos dos párocos em anotarem as mesmas informações para cada defunto falecido. Do ponto de vista do historiador, que usa estes assentos como fonte de informação, esta variabilidade e desprezo pelo assentamento de todos os elementos constantes da estrutura normativa especificada levanta problemas. A análise da completude dos

¹⁰⁹ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fl. 33v.

¹¹⁰ ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 15-15v.

assentos, no que diz respeito aos elementos de maior utilidade para a prossecução desta investigação, revela o quadro seguinte: em Roge, o número exato de ofícios feitos, ou até mesmo a simples indicação de terem sido feitos, e o número de padres a estes ligados é uma informação que está presente em cerca de três quartos dos registos. No entanto, embora só em 32,1% dos casos tenha sido indicada a mortalha do defunto, em 60,7% dos assentos consta o número de padres que fizeram o acompanhamento. Em mais nenhuma das restantes paróquias os párocos foram tão exaustivos na apresentação destes aspetos.

Sobre a idade há livros em que são raras as menções. Noutros, como no caso de Codal, que não se distingue por um grande rigor nos assentos, o pároco anotou a idade em cerca de 60% dos casos. O registo da idade era obrigatório no assento de menores, mas mesmo nesses casos nem sempre foi respeitada a norma. Já no que toca ao estado civil, muitas das informações apenas se podem obter indiretamente, quando o pároco indica a existência de uma relação conjugal, por exemplo.

Em 21,7% dos assentos da paróquia de Arões não foi indicado se os falecidos receberam ou não os sacramentos necessários antes da sua morte. E, se em alguns casos foi justificado o facto de o defunto ter morrido sem sacramentos, noutros, nenhuma justificação foi apresentada. Em Codal, a omissão desta informação é notória. Só em 9,5% dos casos é que ela consta. Pelo contrário, em Roge, esta informação aparece de modo massivo em 97% dos casos.

A indicação daqueles que ficavam obrigados aos bens de alma do defunto parece ser uma particularidade das paróquias de Arões, Junqueira e Roge pois em mais nenhuma outra paróquia surgiu essa referência. Já comum a todas as paróquias, foi a indicação da condição social no caso dos pobres, mas ainda assim não sabemos se algum caso terá sido esquecido.

Será que estas faltas de informação se devem ao facto de os párocos não anotarem de imediato todas as informações necessárias e já não se lembrarem das mesmas quando fizeram os registos? E será que tal se deve a uma falta de zelo e cuidado por parte dos mesmos? Talvez a resposta a ambas as questões seja positiva. De facto, os párocos não registavam de imediato os óbitos nos livros existentes para tal, até porque, existem

alguns assentos fora da ordem cronológica, o que os mesmos justificaram precisamente como esquecimento. Os párocos faziam primeiro as suas notas num papel ou livro que não o oficial e só depois registavam o assento no livro próprio. A confirmação foi-nos dada pelo encomendado Joaquim Cardoso Pessoa de Moraes da paróquia de Arões em 1822. Após a morte do abade José Luís Pais da Cunha o mesmo deixou a seguinte nota: “Os Assentos que aqui se seguem athe os quinze dias do mês de Setembro de mil oitocentos e vinte e dous incluzive, vem os que o Rd.o Abade Joze Luis Paes da Cunha impossibilitado pella molestia e ultimamente pella morte nam pode Lavrar, mas de que deixou por sua Letra os necessarios apontamentos e clarezas conforme os quais eu os abri e Lavrei”.¹¹¹

Nos casos em que entre as anotações e o registo definitivo passasse bastante tempo é provável que fosse difícil ao pároco lembrar-se de pormenores. Portanto, tudo leva a crer que, nos casos em que faltam informações como a receção dos sacramentos, estado civil ou o local de sepultura, tal se deve a descuidos por parte dos párocos no momento em que escreveram o seu “rascunho”, não anotando informações de que mais tarde já não se recordariam. Todavia não se pode excluir a hipótese de que este descuido tenha ocorrido durante a cópia do registo, “saltando” algumas partes por engano. Não parece provável que o pároco desconhecesse o estado civil dos defuntos ou se lhes foram administrados os sacramentos ou onde foi feita a sepultura. Será que esta falta de conhecimentos e de rigor por parte do clero rural se deve à falta de uma formação adequada? Mesmo que assim fosse, muitas vezes depois das críticas feitas pelos visitantes e destes alertarem para os erros cometidos e apresentarem a forma correta, os párocos continuavam a cometer os mesmos erros.

A falta de uniformidade é ainda visível na desordem pela qual os vários elementos são apresentados. Por vezes os assentos iniciam-se com a data do óbito, noutros casos com o nome do falecido e noutros ainda com a indicação da receção, ou não, dos sacramentos por parte do defunto.

Assim, chegados ao final desta análise, surge uma questão relativa a todas as paróquias e para a qual muito dificilmente se poderá dar resposta, mas que é pertinente:

¹¹¹ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fl. 34.

com tantas ausências de informação, assentos duplicados e riscados, assim como outros fora da ordem cronológica, será que não poderão alguns óbitos ter ficado por registrar? Com o desmazelo evidente por parte dos párocos qual é a garantia de que nenhum papel de notas se perdeu? Ou que, na ausência do pároco, o seu substituto não se tenha preocupado com o registo? Não parecem existir buracos cronológicos evidentes nos registos, mas a questão não pode deixar de se colocar.

Geraldo Coelho Dias diz-nos que “do séc. XVII ao séc. XIX parece ter havido bastante clero nas paróquias onde, além dos párocos, colados quase sempre ou encomendados, havia curas ou coadjutores, capelães e ainda sacerdotes, porventura, assistentes ou residentes na paróquia”.¹¹² Na verdade, através da identificação daqueles que redigiam os registos de óbito, foi possível encontrar nas paróquias em estudo dez párocos “colados” ou efetivos, assim como oito párocos provisórios ou “encomendados”¹¹³, auxiliados por dez curas e um coadjutor.

A dimensão de algumas paróquias e a topografia acidentada, a existência de um grande número de fiéis, ausências ou faltas de saúde do pároco efetivo poderão ter contribuído para a existência dos vários curas e abades ou priores encomendados sendo que os párocos dividiam, em alguns casos, a tarefa de redigir os assentos com estes clérigos, inclusive os curas, que contratavam para os ajudar nas suas funções e que não tinham autonomia nem autoridade própria.¹¹⁴ Precisamente por não terem a dignidade nem os proventos dos párocos, somos levados de imediato a pensar que poderia existir uma maior falta de zelo ou de interesse da sua parte na escrita dos assentos de óbito. Todavia, as diferenças entre os assentos feitos por uns e outros não são muito evidentes. No caso das paróquias de Arões e Roge, por exemplo, em que existem várias trocas de redator ao longo do período analisado, não se nota essa mudança entre os vários registos, quer se tratasse de um cura ou de um pároco efetivo ou encomendado. Já no livro de óbitos de Codal, como a cima se discutiu, a desorganização era imensa e devia-

¹¹² DIAS, Geraldo J. A. Coelho – Vila das Aves - História da Paróquia e sua Toponímia, p. 33 e 35.

¹¹³ Sobretudo após a morte do pároco é comum aparecerem registos de óbito assinados por um encomendado, até à chegada de outro pároco efetivo.

¹¹⁴ Estes auxiliares faziam o serviço religioso mas não recebiam as rendas paroquiais. Um pároco possuía o direito de cura das almas (não por delegação), mas desde que os seus rendimentos o permitissem, o mesmo poderia “contratar” um ajudante, neste caso um cura ou coadjutor, que, mediante o pagamento de um salário, podia exercer em seu nome as suas funções e deveres na paróquia: Osswald, Maria Helena – Nascer, viver e morrer...p. 39-40.

se sobretudo aos priores efetivos que por lá passaram, que se mostraram muito menos cuidadosos do que os priores encomendados.

3.2.3. Métodos de seleção e análise de dados

Tal como se procedeu relativamente às fontes de origem notarial, a base de dados construída para organizar as informações dos registos de óbito necessárias à realização deste estudo, respeitou as diversas componentes daqueles assentos:

Tabela 10 - Campos da base de dados construída para recolha e organização da informação contida nos *Livros de Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra entre 1800 e 1850

Categoria	Campos da Base de Dados
Identificação da freguesia	- Freguesia.
Localização dos assentos de óbito	- Livro/Cota; - Datas limite dos livros; - Fólio.
Data do óbito	- Dia; - Mês; - Ano.
Condição sacramental dos falecidos	- Com ou sem sacramentos.
Identificação dos defuntos	- Nome; - Sexo (Feminino/Masculino); - Estado civil; - Lugar de onde era natural; - Idade; - Condição Social.
Existência de escritura e/ou vontades deixadas pelos defuntos	- Fez testamento ou outra escritura; - Missas e Legados.
Funeral, sepultura e ofícios	- Local de sepultura; - Mortalha; - Acompanhamento; - Ofícios
Identificação do autor do registo	- Autor do registo.
Outros dados com relevo	- Notas.
Cruzamento de dados com outras fontes	- Localização dos defuntos com escrituras nos <i>Livros de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra</i> .

Em muitos casos não foi possível preencher os campos criados por falta de informação, e noutros, a estrutura dos registos de óbito implicou que fosse necessário

reconstruir alguns elementos como atrás se disse, de modo a preencher o número máximo de campos criados.

3.3. Outras fontes

3.3.1. Livros de receitas e despesas de confrarias

As fontes produzidas por confrarias são de consulta indispensável atendendo ao tema que aqui se pretende desenvolver. Além de promoverem festas, como a comemoração de santos padroeiros, as confrarias “efectuavam ainda o acompanhamento fúnebre dos seus membros, mandavam celebrar várias missas pelos confrades falecidos e comemoravam a quadra dos Santos, com os sufrágios pelos irmãos e benfeitores, transformando o dia dos Fiéis-Defuntos numa festa religiosa de solidariedade entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos”.¹¹⁵

De facto, como afirma Laurinda Abreu, quase sempre a segurança no Além era o principal motivo que levava um indivíduo a dirigir-se a uma confraria, na “tentativa de obtenção do maior número possível de intercessores – terrenos ou celestes – aquando da sua morte.”¹¹⁶

A melhor maneira de compreendermos a forma como as confrarias se organizavam ou as funções exatas que desempenhavam seria através de livros de estatutos, mas não foi possível localizar qualquer um. Apenas se encontraram 23 livros relativos às receitas e despesas para o concelho de Vale de Cambra na primeira metade do século XIX (ver Anexo 5).¹¹⁷

¹¹⁵ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - As Misericórdias e a salvação da alma: as opções dos ricos e os serviços dos pobres em busca do Paraíso (séculos XVI - XVIII), p. 389.

¹¹⁶ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – Confrarias e Irmandades de Setúbal: Redes de Sociabilidade e Poder, p. 4.

¹¹⁷ Segundo Pedro Penteado, muitas irmandades e confrarias nunca chegaram a ter estatutos, o que poderá ser também uma realidade neste concelho. Um aumento progressivo da sujeição das confrarias às autoridades civis no século XIX levou a que a fiscalização destas associações tenha passado, em 1832, para as mãos dos administradores dos concelhos e, em 1842, para as dos governadores civis e que, em 1852, uma portaria estabelecesse que novas confrarias e irmandades eram obrigadas a pedir ao governo uma licença para se constituírem e a requerer a aprovação dos seus estatutos, que deveriam estar adequados às leis gerais. As confrarias já existentes passariam a ser consideradas ilegais se não tivessem compromisso aprovado pelo governo ou pelo prelado diocesano, podendo tal facto levar à sua extinção: PENTEADO, Pedro – Confrarias, p. 461, 466. De facto, os livros de receitas e despesas existentes no Arquivo Municipal, cuja data final é o ano de 1866, terminam com uma nota por parte da administração do concelho de Cambra a informar que as confrarias não possuíam estatutos, sendo por isso ilegais, ficando em risco de serem suprimidas, uma vez que os confrades não se sujeitavam a fazer estatutos ou a solicitar aprovação régia por falta de rendimentos para isso. Tal justifica, pelo menos para alguns casos, a inexistência de livros de estatutos.

Estes 23 livros, que se podem encontrar no Arquivo Municipal de Vale de Cambra, possuem todos a mesma estrutura: os mordomos do ano findo apresentam as suas contas (receitas e despesas) aos mordomos do novo ano, inscritos no livro. Tanto as receitas como as despesas podiam variar de ano para ano, assim como de freguesia para freguesia e de confraria para confraria. Pelos registos encontrados, algumas confrarias dedicavam-se quase em exclusivo, se não mesmo em exclusivo, à festa do santo que invocavam. Tal era o caso das Confrarias de São Paio, Santo António e São Barnabé da freguesia de Arões ou da Capela de Santo António de Vila Chã, cujas despesas se prendiam sobretudo com os enfeites da capela e andor, música e foguetes para o dia da festa. Já as receitas, quase sempre, eram provenientes de esmolas recebidas nesse mesmo dia da festa.

De facto, as referências a gastos ou receitas com defuntos nem sempre são evidentes e um olhar mais distraído pode deixá-las escapar, mas uma leitura mais atenta destas fontes permite-nos perceber que mesmo indiretamente são muitas as informações que nos podem fornecer. Não existem referências diretas a acompanhamento de defuntos, por exemplo, mas é possível encontrar avultadas quantias de reis gastos em cera. Raras vezes se mencionam explicitamente os gastos de cera com defuntos, mas uma grande porção deveria ser gasta no seu acompanhamento e funeral, ainda que parte se destinasse a gastos da festa e semana santa como aparece registado. Já nas receitas surgem várias referências a esmolas de covagens ou sepulturas, que deveriam caber, portanto, às confrarias, uma vez que recebiam o dinheiro de tal feito. Por outro lado, alguns inventários de bens, feitos sobretudo nas décadas de 1850 e 1860, não indicam qualquer peça ou alfaia relacionada com funerais, excluindo os guiões e lanternas.

O principal obstáculo ao trabalhar com estas fontes foi, sem dúvida, o estado de degradação em que alguns livros se encontram, com fólios dobrados e rasgados ou com tinta desvanecida fruto de anterior passagem de água pelos mesmos. Muitas das capas eram em couro, que devido ao facto de estar ressequido, dificultou em alguns casos o manuseamento dos livros. A nível de escrita e organização do texto nos fólios esta talvez seja a fonte que se apresentou mais desorganizada, por várias vezes se encontraram fólios em branco por lapso dos redatores.

Atendendo à estrutura deste tipo de fonte a base de dados construída para organizar a informação recolhida procurou por um lado, agrupar as despesas, e por outro, as receitas, atendendo a cada confraria individualmente:

Tabela 11 - Campos da base de dados construída para recolha e organização da informação contida nos *Livros de Receitas e Despesas de Confrarias, Capelas e Fábricas das Igrejas* do concelho de Vale de Cambra entre 1800 e 1850

Categoria	Campos da Base de Dados
Identificação do livro, freguesia, confraria e cronologia	- Livro; - Freguesia; - Confraria/Capela/Fábrica da Igreja; - Datas extremas do livro.
Receitas	- Tipo de receita; - Valor em Reis; - Ano da receita; - Localização no livro.
Despesas	- Tipo de despesa; - Valor em Reis; - Ano da despesa; - Localização no livro.
Outros dados com relevo	- Notas.

3.3.2. Constituições Sinodais

Nas palavras de José Pedro Paiva “as constituições diocesanas, igualmente designadas por estatutos ou ordenações, eram um instrumento jurídico-pastoral formado pelas leis, decretos ou disposições que serviam para regulamentar a vida de uma diocese”.¹¹⁸ Portanto, atendendo a estes aspetos esta é uma fonte cuja consulta é indispensável para este trabalho, pois a morte, funeral e sepultura dos defuntos era parte da vida da diocese que as constituições se preocupavam em regulamentar.

Como as nove paróquias aqui em análise se dividem pelas dioceses de Aveiro (Cepelos, Codal, Macieira de Cambra, Roge, São Pedro de Castelões, Vila Chã e Vila Cova de Perrinho) e Viseu (Arões e Junqueira) foi necessário consultar as constituições sinodais de ambas. Mas, a diocese de Aveiro apenas teve constituições diocesanas próprias em 1944.¹¹⁹ Na primeira metade do século XIX as constituições em uso eram as da diocese de Coimbra, adotadas pelo bispo D. António Freire Gameiro de Sousa

¹¹⁸ PAIVA, José Pedro – Constituições Diocesanas, p. 9.

¹¹⁹ PAIVA, José Pedro – Constituições Diocesanas, p. 11.

aquando da fundação da diocese de Aveiro em 1774.¹²⁰ Portanto, as constituições consultadas foram as de Coimbra, impressas em 1591, com uma segunda edição em 1731 e as de Viseu, impressas em 1617.

¹²⁰ GASPAR, João Gonçalves – Aveiro – Cidade Episcopal, p. 8.

Capítulo 4 – As mortaldas: depois de morrer o que vestir?

4.1. Evolução do hábito de amortallar os defuntos

Em relação ao que se seguiria nos momentos após a morte, as fontes existentes para o concelho de Vale de Cambra pouco ou nada revelam. Apenas existem informações relativamente às mortaldas que eram vestidas aos defuntos, mas a preparação dos mesmos antes do funeral deveria incluir muitos outros aspetos.¹²¹ Em alguns locais como Cervães (Braga), após a morte, o corpo do defunto deveria ser lavado e unhas e cabelos poderiam ser cortados, assim como a barba no caso dos homens.¹²² Nalgumas freguesias de Gondomar, no século XIX, além da mortalla, alguns testadores pediam toucas, sapatos e flores, tudo dos mais variados tipos.¹²³ Como salienta Norberto Tiago Gonçalves Ferraz, “apesar de corpo e alma serem entidades separadas após a morte, era importante que ambos estivessem convenientemente preparados para o período que se seguia. Se a alma devia ter a sua consciência descarregada, através da confissão e da elaboração do testamento, o corpo, por seu turno, tinha de se apresentar de forma digna aos olhos de todos os que se despediam dele e pediam a Deus pela alma que nele existira.”¹²⁴

Na Idade Média os defuntos eram geralmente sepultados com as suas roupas ou envolvidos num simples sudário ou lençol.¹²⁵ Mas, era também comum encontrar nos testamentos medievais pedidos de hábitos religiosos como mortalla, ainda que, segundo Ana Cristina Araújo, talvez só no século XVI, como aconteceu em Espanha, este costume se tenha imposto definitivamente.¹²⁶

¹²¹ Todavia, nos séculos anteriores, testamentos franceses de Paris e Provença não eram esclarecedores acerca das mortaldas desejadas: CHAUNU, Pierre – *La mort à Paris*...p. 350; VOVELLE, Michel – *Piété baroque et d’christianisation*...p. 82-84. Situação contrária foi encontrada em Portugal, onde os autores que estudaram estas fontes se depararam com várias referências às mortaldas.

¹²² ARAÚJO, António de Sousa - *Irmandades de Clérigos e assistência ao clero em Portugal. Notas para o estudo do problema na irmandade dos Clérigos de São Pedro de Montório de Cervães (Braga). Sacerdotes seus membros nos três últimos séculos 1665-1965. “Itinerarium”*. Lisboa: Editorial Franciscana. Ano XVIII, Nº 114 (1982), p. 423. Cit. por FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma*...p. 36.

¹²³ GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte*...p. 131.

¹²⁴ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma*...p. 36.

¹²⁵ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma*...p. 36.

¹²⁶ ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa*...p. 358-359.

Inicialmente, esta forma de amortilhar os corpos com hábitos religiosos praticava-se apenas entre os nobres e os grupos sociais mais poderosos, procurando desta forma mostrar depois da morte “um certo despojamento e humildade, em contraponto com a sua vida, na qual exerciam o poder e o domínio sobre os restantes grupos sociais”.¹²⁷ Mas, ao longo da Época Moderna esta forma de amortilhar os cadáveres estendeu-se à restante população cristã, com exceção do Norte da Europa, onde predominava o protestantismo. O uso do hábito religioso tornou-se mais um instrumento de ajuda na salvação da alma, esperando, portanto, que ao envergar estas vestes humildes depois da morte, Deus beneficiasse a alma que iria julgar.¹²⁸ Como muito bem explica Maria Manuela Rodrigues, ao vestir determinado hábito religioso o defunto colocava-se sob a proteção do respetivo santo e da instituição correspondente de que provavelmente foi devoto durante a sua vida, manifestando a vontade de querer continuar a sê-lo depois de morrer. Para aquela autora a escolha de um hábito de determinado santo significava a presença de mais um intercessor, para além da Virgem Maria, do Anjo da Guarda e de outros santos também invocados nas escrituras.¹²⁹

Portanto, nas palavras de Ana Cristina Araújo, “os votos de envergar hábitos de religião depressa se transformam numa autêntica moda”.¹³⁰ Mas, segundo a mesma autora, nos inícios do século XIX, pelo menos em Lisboa, começou-se a notar um afastamento entre a comunidade civil e a comunidade religiosa à hora da morte, “fruto de um distanciamento em relação ao ideal de vida religioso”.¹³¹ Também em algumas freguesias de Gondomar Maria de Fátima Gomes encontrou, igualmente ao longo do século XIX, entre 1834 e 1893, uma tendência em baixa no uso do hábito religioso, dando lugar, sobretudo a partir de 1874-78, à melhor roupa ou roupa específica que se guardou, como o fato preto e casaca, uma mortalha totalmente profana.¹³²

Em relação ao concelho de Vale de Cambra não sabemos qual seriam as práticas antes de 1800 e depois de 1850 para podermos estabelecer uma linha evolutiva mais longa. No caso dos registos de óbito, é muito provável que os párocos não tenham

¹²⁷ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – A Morte e a Salvação da Alma...p. 36-37.

¹²⁸ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – A Morte e a Salvação da Alma...p. 37.

¹²⁹ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – Morrer no Porto...p. 120.

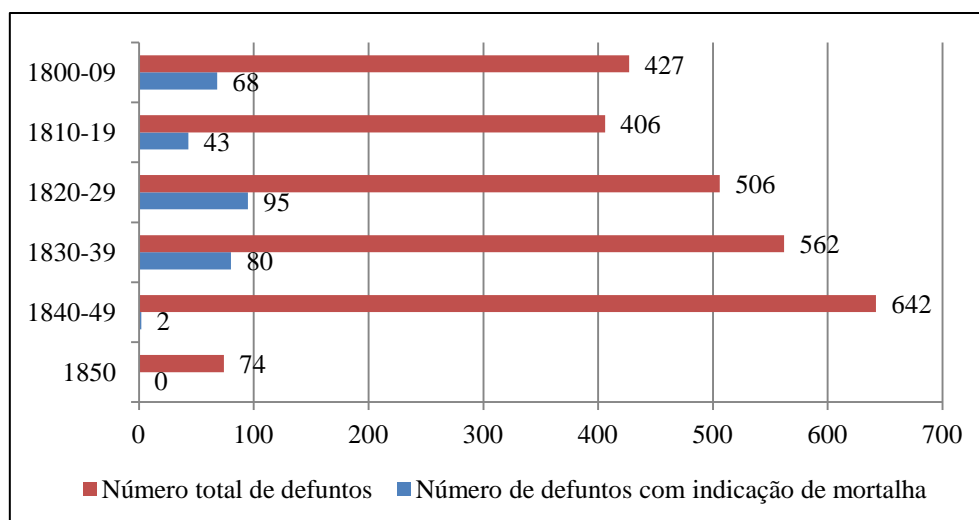
¹³⁰ ARAÚJO, Ana Cristina – Morte, p. 266.

¹³¹ ARAÚJO, Ana Cristina – Morte, p. 266.

¹³² GOMES, Maria de Fátima – Temendo a Morte...p. 124-125.

registado de forma exaustiva a mortalha envergada pelos defuntos, pois essa exaustividade faltou também em relação a outras componentes daqueles registos, como antes se teve oportunidade de discutir. Mas, se ainda assim procurarmos perceber aquilo que estes registos nos podem dizer, o **Gráfico 1** ajuda-nos a ter uma ideia mais clara:

Gráfico 1 – Número de assentos com indicação de mortalha no universo de defuntos dos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850), por décadas



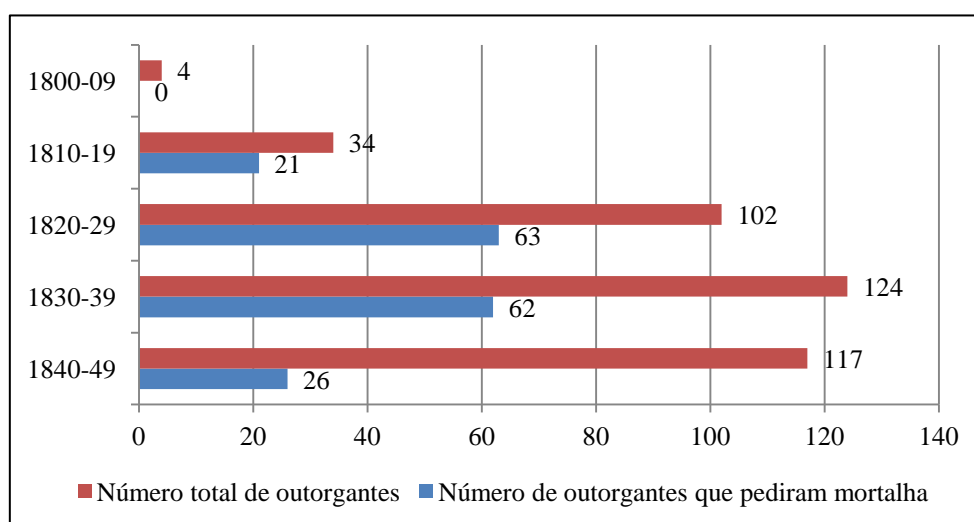
Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

Este gráfico mostra-nos que, sobretudo nas últimas três décadas analisadas, o número de mortes foi aumentando gradualmente (sabendo que muitos menores escaparam a esta lista), mas o número de defuntos para os quais os párocos indicaram o uso de mortalha foi diminuindo de 95 na década de 1820-29, para 80 na década de 1830-39 e descendo abruptamente para dois na década de 1840-49, sem existirem referências no ano de 1850. Tal diminuição de forma tão drástica parece suspeita, o que leva a crer que se trate mais de uma alteração nas componentes a incluir nos assentos de óbito por parte dos párocos, do que uma mudança de práticas repentina. Aliás, a maior parte dos párocos nem registaram este aspeto uma única vez, o que cria ainda mais desconfiança. É da freguesia de Roge que nos chegaram a maior parte das indicações de

mortalhas envergadas pelos defuntos, os párocos das restantes freguesias foram pouco rigorosos na sua indicação (**ver Anexos 7 e 8**).

Se considerarmos por outro lado as escrituras analisadas, olhando para o **Gráfico 2**, onde se procurou comparar o número total de outorgantes com o número daqueles que pediram e/ou escolheram a mortalha, talvez seja possível chegar a alguns resultados mais seguros do que através dos registos de óbito.

Gráfico 2 – Número dos que pediram mortalhas no universo de outorgantes dos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850), por décadas



Fonte: AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*

Este gráfico permite perceber que nas últimas três décadas analisadas, o número total de outorgantes é muito próximo (102, 124 e 117 respetivamente), mas, se nas décadas de 1820-29 e 1830-39 o número de outorgantes que pediu e/ou escolheu a sua mortalha é quase igual (63 e 62 respetivamente), na década de 1840-49, o número desce para 26, aproximando-se dos 21 pedidos encontrados para as apenas 34 escrituras existentes para a década de 1810. Estaremos também perante um momento em que o uso de hábitos religiosos como mortalha começou a diminuir?

Pelo menos nos primeiros anos depois da extinção das ordens religiosas não parece que a crença nos benefícios do uso dos hábitos dessas mesmas ordens tenha sido

abalada. Além do elevado número de pedidos encontrados nessa década, a 20 de Agosto de 1837 Maria de Oliveira, do lugar de Relva da freguesia de Vila Chã, pedia no seu testamento que o seu corpo fosse “envolto em habito de qualquer das Extintas Religiões”.¹³³ Esta testadora estava, portanto, a par da situação do país, mas continuava a depositar confiança no uso dos hábitos das ordens entretanto extintas, não considerando que os mesmos tivessem perdido o seu efeito na salvação da alma.

4.2. As mortalhas escolhidas e usadas

Tendo em consideração as mortalhas pedidas nas escrituras analisadas (**ver Gráfico 3 e Anexo 6**) é possível perceber que dos 381 outorgantes apenas 172 (72,6%) deixaram informações relativamente a este aspeto. Todavia, estes nem sempre indicaram com rigor a mortalha que pretendiam, somente 65 outorgantes (37,8%) o fizeram, como veremos mais à frente de forma detalhada.

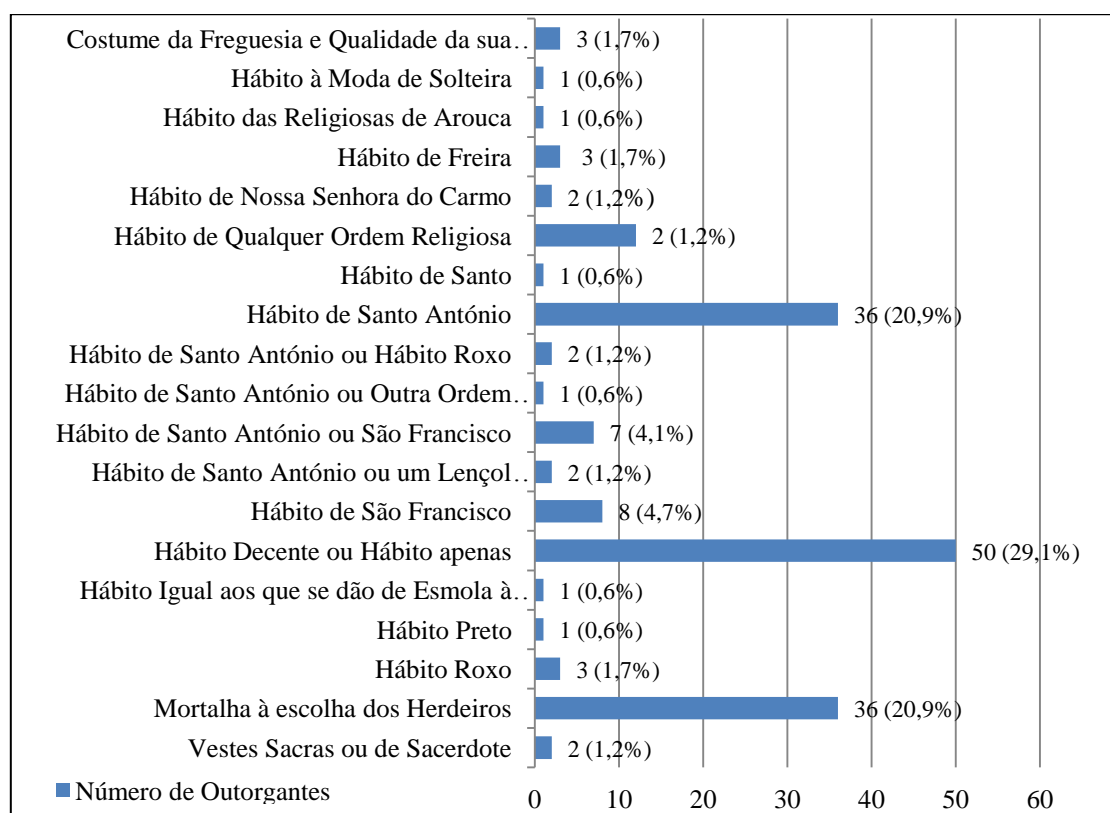
Dos 107 (62,2%) outorgantes que não foram explícitos quanto à mortalha pretendida, 36 (20,9%) deixaram essa escolha à comodidade dos herdeiros e três pessoas (1,7%) pediram para ser amortalhadas de acordo com o costume da freguesia e qualidade da sua pessoa, desconhecendo-se ambos. Seria um hábito ou um lençol? Por outro lado, 50 outorgantes (29,1%) indicaram somente a vontade de ser amortalhados em hábito decente ou hábito apenas. Um número de 12 outorgantes (7%) pediu como mortalha um hábito religioso, mas não especificaram a ordem. Pedidos singulares são os de “hábito de santo”, “hábito à moda de solteira” e “hábito igual aos que se dão de esmola à Senhora da Saúde”, desconhecendo-se estes dois últimos quais seriam, embora não devessem ser pouco comuns na região para os outorgantes os mencionarem desta forma sem qualquer outra explicação.¹³⁴ Manoel José e sua mulher Vitória Tavares, do lugar de Ervedoso da freguesia de Arões, pediam, a 3 de Março de 1815, que os seus corpos fossem “emboltos em Abitos conforme mais comodo possa sér más sempre em

¹³³ AMVLC, *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra (22-05-1843 a 28-06-1850)*, fls. 36-38v.

¹³⁴ Na cidade de Braga, no século XVIII, também surgiram algumas designações semelhantes, algumas testadoras pediram hábito de viúva e uma pediu veste de moça solteira: FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma...*p. 137.

habito de huma ou outra qualidade”.¹³⁵ Já João Ferreira e a sua mulher Quitéria de Almeida, do lugar de Macinhata da freguesia de São Pedro de Castelões, não se mostram tão exigentes no seu testamento feito a 24 de Fevereiro de 1822, dispensando o hábito se não houvesse, pedindo que os seus corpos fossem “emboltos em abitos Havendoos ou ao melhor comodo de seus Erdeiros”.¹³⁶

Gráfico 3 - Mortalhas pedidas (por outorgante) nas escrituras dos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850)



Fonte: Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

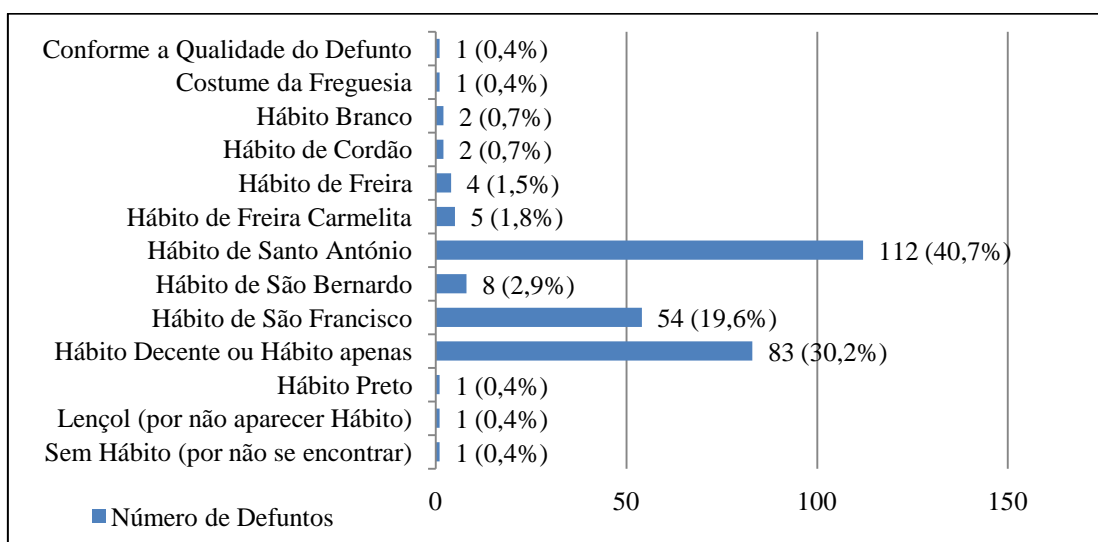
Considerando por outro lado os registos de óbito para o universo dos maiores de idade e sem indicação de condição social de pobre, os párocos mencionaram o uso de mortalha para 275 pessoas (16,54%), num total de 1673 registos, como se pode ver no **Gráfico 4** e mais detalhadamente no **Anexo 7**. No entanto, em muitos casos, também

¹³⁵ AMVLC, Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra (23-10-1834 a 09-09-1836), fls. 89-91.

¹³⁶ AMVLC, Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra, fls. 132v-134.

não surge especificado o tipo de mortalha usada. Apenas para 186 defuntos (67,6%) temos a indicação exata do tipo de mortalha com que foram sepultados, um número que ainda assim é maior do que o encontrado nas escrituras estudadas. Nos restantes 89 casos (32,4%), apesar da indicação, os párocos não especificaram as mortalhas e hábitos envergados. Num destes casos existe a indicação que o defunto não foi sepultado com hábito por não se poder encontrar. Mas por que motivo não se encontrou? Qual seria o hábito? Certamente que o mesmo tinha sido pedido em vida pelo defunto.

Gráfico 4 – Mortalhas usadas (pelos de maior idade e sem indicação de condição social de pobre) segundo os *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)



Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

Quanto aos menores, não foram deixadas indicações em relação à forma como foram sepultados. É legítimo pensar que os argumentos de devoção e pretensão de humildade ligados à opção pelos hábitos religiosos não façam sentido nestas idades. Muito provavelmente as crianças seriam envolvidas num simples lençol, mas existem exceções para outros locais e por isso não se pode afirmar que assim fosse.¹³⁷ Os

¹³⁷ Para algumas freguesias de Gondomar no século XIX, Maria de Fátima Gomes encontrou referências nos livros de registo do armador a hábitos de anjo, sobretudo para as crianças: GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...*p. 129.

“anjinhos” poderiam já levar indumentária própria. Por outro lado, se inicialmente poderíamos pensar que quem não tinha posses não poderia em situação alguma comprar uma mortalha, a verdade é que, 13 dos 373 defuntos registados como pobres, foram sepultados com hábito, pelo menos em três casos religioso (**ver Anexo 8**). Todavia, estes registos apenas ocorreram na paróquia de Roge, onde, como já se discutiu, os párocos foram mais exaustivos na indicação deste aspeto.

4.2.1. Hábito de Santo António e/ou São Francisco

Dos 172 outorgantes que pediram mortalha, 36 (20,9%) optaram pelo hábito de Santo António (**ver Gráfico 3 e Anexo 6**), fazendo assim desta mortalha a mais solicitada. Por outro lado, houve quem não exigisse necessariamente este hábito, podendo o mesmo ser substituído por outro. Dois indivíduos pediram o hábito de Santo António ou o hábito roxo, e outras duas pessoas colocaram como alternativa serem amortalhadas em lençol caso não estivesse disponível o hábito da sua preferência (Santo António). Um outro outorgante apresentou igualmente uma segunda opção, preferindo o hábito de Santo António, mas aceitaria o de outra ordem qualquer. Por fim, sete indivíduos (4,1%) pediram indiscriminadamente o hábito de Santo António ou São Francisco. Este último hábito foi também a opção de oito outorgantes (4,7%).

Atendendo ao **Gráfico 4 (e Anexo 7)**, é possível perceber-se que, das 275 pessoas (sem indicação de pobreza) para as quais foi indicada mortalha, 112 (40,7%) foram sepultadas envergando um hábito de Santo António. Por outro lado, apenas foi vestido por 54 defuntos (19,6%) o hábito de São Francisco. Dos 13 defuntos pobres, dois foram sepultados com hábito de Santo António e um indivíduo com o hábito de São Francisco (**ver Anexo 8**). Portanto, quer nas escrituras, quer nos registos de óbito, a mortalha que surge mais vezes é o hábito de Santo António, seguido de mais longe, sobretudo no caso das escrituras, pelo hábito de São Francisco. De entre as mortalhas que se puderam identificar com segurança ambas são as mais solicitadas e usadas.

Esta primazia do pedido de hábito de Santo António não é comum noutras zonas do País. No Norte e Nordeste Transmontano, no século XVIII, não se encontraram referências ao hábito de Santo António, mas os pedidos de hábitos de São Francisco

estavam presentes em grande número.¹³⁸ Na paróquia de Cervães (Braga), também no século XVIII, os pedidos de hábitos religiosos tinham à cabeça o hábito de São Francisco e não se encontraram referências a hábito de Santo António.¹³⁹ Na cidade do Braga, igualmente no século XVIII, o hábito franciscano reunia também a preferência da maioria dos testadores, ainda que em conjunto com hábitos de outras ordens. Mas não se encontraram referências ao hábito antoniano.¹⁴⁰ Entre os camponeses do concelho de Braga, dos séculos XVIII e XIX, Margarida Durães encontrou também em primeiro lugar o hábito de São Francisco no caso dos homens, ainda que o mesmo fosse também significativo entre as mulheres.¹⁴¹ De igual forma, na cidade do Porto, durante o período barroco, Maria Manuela Rodrigues não encontrou referências a hábito de Santo António, e o hábito de São Francisco foi o mais requisitado, à frente do dominicano e do carmelita, ainda que tenham diminuído o número de pedidos daquele hábito e aumentado no caso destes dois últimos.¹⁴² Para 1880, Maria Antonieta Cruz, salienta para a mesma cidade a permanência dos pedidos de hábito de São Francisco e Nossa Senhora do Carmo, mas não de Santo António.¹⁴³ Em Lisboa, entre 1700 e 1830, o hábito franciscano era também o mais pedido pelos testadores, a que se seguiam as ordens de Nossa Senhora do Carmo e de S. Domingos, o que a Ana Cristina Araújo diz ser em tudo semelhante ao que se passava em Espanha.¹⁴⁴ Em Gondomar, no século XIX, nos testamentos analisados por Maria de Fátima Gomes, a mesma constata que o hábito franciscano era o segundo mais pedido depois do carmelita e não indica qualquer alusão ao antoniano.¹⁴⁵

Portanto, atendendo a esta breve análise do panorama nacional é possível perceber que o hábito de São Francisco era o preferido dos fiéis nos séculos XVII, XVIII e ainda no XIX. Como explica Ana Cristina Araújo, desde Sisto IV e Leão X (séculos XV e XVI) aqueles que se enterravam com o escapulário de Nossa Senhora do Carmo gozavam de indulgência plenária e o papa Sisto V (século XVI) após instituir a

¹³⁸ MOURINHO, António Maria – Como era a vida...p. 134.

¹³⁹ RODRIGUES, Angélica Moreira – As últimas vontades...p. 36.

¹⁴⁰ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – A Morte e a Salvação da Alma...p. 135.

¹⁴¹ DURÃES, Margarida – “Porque a morte é certa...p. 302.

¹⁴² RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – Morrer no Porto...p. 117-119.

¹⁴³ CRUZ, Maria Antonieta - A burguesia perante a morte...p. 230.

¹⁴⁴ ARAÚJO, Ana Cristina – A Morte em Lisboa...p. 356.

¹⁴⁵ GOMES, Maria de Fátima – Temendo a Morte...p. 124.

arquiconfraria do cordão alargou a todos os confrades franciscanos o mesmo benefício, o que contribuiu para que mesmo fora das irmandades aquele hábito se impusesse. Tal explica a preferência pelo hábito de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, pois proporcionavam indulgências, assim como a correia de Santo Agostinho, o hábito trinitário ou o escapulário de São Domingos.¹⁴⁶

Mas, a grande preferência encontrada nos vários locais pelo hábito franciscano deveu-se também ao facto deste hábito ser uma forma de manifestação de humildade e despojamento, valores que São Francisco de Assis seguiu em vida. Como explica Norberto Ferraz “as garantias salvíficas concedidas pelo envergar desta mortalha, bem como a projecção de uma imagem pessoal de pobreza e humildade, após a morte, quando, por vezes, essa imagem em nada tinha correspondido à vida do falecido, serviam como esperança e consolo para os defuntos, crentes na certeza da salvação”.¹⁴⁷

Por que motivo foi largamente ultrapassada esta tendência nacional no concelho de Vale de Cambra? É certamente resultado de uma maior difusão do culto antoniano neste município¹⁴⁸, até porque, tendo em consideração que Santo António era também franciscano, as indulgências concedidas pelo uso do hábito da ordem seriam idênticas. Como salienta Carlos Moreira Azevedo, a iconografia existente revela que a relação de Santo António com as Almas do Purgatório era muito forte, demonstrando uma confiança no seu poder intercessor muito associado “ao poder do fundador São Francisco e, sobretudo, à mística do cordão da sua túnica”.¹⁴⁹ E considerando ainda as representações iconográficas de Santo António, o mesmo autor diz-nos que, apesar de antes ter sido cónego regente de Santa Cruz e existirem imagens suas como tal ou como menino de coro, “a esmagadora maioria das esculturas de temática antoniana apresenta o Santo como franciscano”.¹⁵⁰

¹⁴⁶ ARAÚJO, Ana Cristina – A Morte em Lisboa...p. 359-360.

¹⁴⁷ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – A Morte e a Salvação da Alma...p. 136.

¹⁴⁸ Os motivos não se conhecem, mas foi possível encontrar livros de receitas e despesas referentes à capela de Santo António de Cepelos (1816-1847), à capela de Santo António de Vila Chã (1798-1862) e à confraria de Santo António de Arões (1815-1863), o que demonstra um culto já enraizado um pouco por todo o concelho. Aliás, a capela de Santo António de Vila Chã deu origem ao Santuário que hoje existe dedicado ao mesmo santo, considerado o padroeiro do município.

¹⁴⁹ AZEVEDO, Carlos A. Moreira – Variantes iconográficas nas representações antonianas, p. 51.

¹⁵⁰ AZEVEDO, Carlos A. Moreira – Variantes iconográficas...p. 42.

Considerando as vestes propriamente ditas, a 4 de Setembro de 1827, Teresa, do lugar de Felgueira da freguesia de Arões, pediu no seu testamento “que seu corpo fosse embolto em Abito de santo Antonio mas a modo de solteira”.¹⁵¹ Esta expressão revela a consciência clara da identidade segundo o estado, pois esta outorgante via-se a si própria definida até nas vestes de defunta como uma mulher solteira. Mas não se encontrou mais nenhum pedido semelhante. Seriam os hábitos de Santo António e São Francisco diferentes? Ou pelo menos muito diferentes? Ainda que até ao século XVII o hábito de Santo António não tivesse manto, por exemplo, e a partir daí as representações usando o mesmo se tenham expandido e voltado a decrescer no século XVIII, entre outras alterações que ocorreram na representação do santo¹⁵², uma comparação entre as escrituras encontradas e os registos de óbito levam-nos a pensar de forma séria na possibilidade de ambos os hábitos usados pelos habitantes do concelho serem semelhantes.

Para as situações em que foi possível estabelecer esta comparação encontraram-se dois casos em que o pedido dos outorgantes não foi igual à realidade registada pelos párocos. Em 1824, Mariana, solteira, do lugar de Felgueira da freguesia de Arões, pedia na sua escritura que o seu corpo fosse “embolto em Abeto, de santo Antonio”.¹⁵³ No entanto, no seu registo de óbito, a 3 de Janeiro de 1828, o pároco anotou que foi sepultada com hábito de São Francisco.¹⁵⁴ Por outro lado, Domingos José de Carvalho, do lugar de Fuste da freguesia de Roge, pedia a 29 de Agosto de 1830 que o seu corpo fosse envolto em hábito de São Francisco.¹⁵⁵ Mas, no assento de óbito feito a 20 de Abril de 1832, o pároco registou que a mortalha levada era um hábito de Santo António.¹⁵⁶ Portanto, estaremos de facto perante um hábito visualmente igual ou parecido e por isso estas diferenças entre as vontades expressas pelos outorgantes e a designação atribuída pelos párocos, possivelmente desconhecedores da vontade do defunto? Ou ter-se-ão os párocos enganado? Não deixam de ser apenas questões a que as fontes não permitem dar resposta, mas, independentemente de poderem ser hábitos

¹⁵¹ AMVLC, *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 18-19v.

¹⁵² AZEVEDO, Carlos A. Moreira – Variantes iconográficas...p. 44.

¹⁵³ AMVLC, *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 86v-88.

¹⁵⁴ ADAVR, *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 29, fl. 53v.

¹⁵⁵ AMVLC, *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 130-132.

¹⁵⁶ ADAVR, *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv. 45, fl. 137v.

semelhantes, certamente que os defuntos apresentavam as duas opções consoante a sua devoção particular e neste caso Santo António estava muito à frente.

Considerando separadamente mulheres e homens das várias escrituras (**ver Tabela 17 e Anexo 6**) é possível verificar-se que o hábito de Santo António foi expressamente pedido sobretudo por homens, neste caso por 20, por oposição a 16 mulheres. Por outro lado, o número destas últimas que pediu o hábito de São Francisco é maior, numa diferença de cinco mulheres para três homens.¹⁵⁷ Se olharmos para os registos de óbito encontramos uma situação diferente. Dos 114 indivíduos maiores de idade sepultados com hábito de Santo António (**ver Anexos 7 e 8**), 68 eram homens e 46 eram mulheres, mas, no caso do hábito de São Francisco existe uma inversão de lugares, numa diferença de 21 mulheres para 34 homens, não seguindo, portanto, a tendência detetada nas escrituras.

Tabela 12 – Opção pelo hábito de Sto. António e S. Francisco por sexo e estado civil nos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850) e nos *Registos de Óbito* (1800-1850)¹⁵⁸

Mulheres	Sto. António		S. Francisco		Homens	Sto. António		S. Francisco	
	Escrit.	Óbitos	Escrit.	Óbitos		Escrit.	Óbitos	Escrit.	Óbitos
Casadas	8	16	3	7	Casados	7	16	1	10
Solteiras	5	7	-	8	Solteiros	9	14	1	13
Viúvas	3	20	2	6	Viúvos	2	23	1	6
s/ inf.	-	3	-	-	s/ inf.	2	15	-	5
Total	16	46	5	21	Total	20	68	3	34

Fonte: AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.6, fls. 53-97v*; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.29, fls. 1-127*; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito, liv.45, fls. 1-10*; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fls. 5v-34*; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos, liv.13, fls. 1-6v*; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fls. 58v-174*; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fls. 230-257*.

¹⁵⁷ Olhando também para os casos em que foram deixadas mais do que uma opção pelos outorgantes das escrituras analisadas existe igualmente uma prevalência dos homens sobre as mulheres na escolha de hábitos de Santo António. A solicitação do hábito de Santo António ou do hábito roxo foi feita tanto por uma mulher como por um homem, assim como o pedido do hábito de Santo António ou lençol não havendo, mas o pedido do hábito de Santo António ou São Francisco foi feito por quatro homens e três mulheres, e o pedido do hábito de Santo António ou de outra ordem religiosa veio apenas por parte de um homem.

¹⁵⁸ Nesta tabela encontram-se excluídos os casos em que os outorgantes apresentaram mais do que uma alternativa, não exigindo expressamente o hábito de Santo António ou São Francisco. Importa ainda ressaltar que, em duas situações, a realidade encontra-se duplicada, embora tal não altere as conclusões a tirar. Este é o caso de duas mulheres da freguesia de Arões (uma casada e outra viúva) que solicitaram e usaram, hábito de São Francisco. É importante considerar também os dois casos antes referidos em que uma mulher, solteira, também desta freguesia, pediu hábito de Santo António, mas no assento de óbito consta hábito de São Francisco, e outra situação oposta, que ocorreu com um homem, casado, da freguesia de Roge.

Atendendo, por sua vez, aos casos em que se pôde identificar o estado civil dos outorgantes, é possível perceber, através desta tabela (**e Anexo 6**), que a maior parte das mulheres que pediram o hábito de Santo António eram casadas (oito), seguindo-se as solteiras (cinco) e só depois as viúvas (três). Relativamente aos indivíduos do sexo masculino a ordem é diferente, este hábito foi pedido mais vezes por homens solteiros (nove) e só depois pelos casados (sete), a que se seguem dois viúvos, sendo desconhecido o estado civil de duas pessoas. Portanto, os viúvos representam aqueles que menos escolheram este hábito. Considerando o hábito de São Francisco, o mesmo foi pedido por três mulheres casadas e duas viúvas, já os três homens que o solicitaram eram um casado, um solteiro e outro viúvo.

Por outro lado, tendo em consideração os registos de óbito, esta tabela (**e Anexos 7 e 8**) permite verificar a existência de um maior número de mulheres viúvas (20) que foram sepultadas com o hábito de Santo António, seguindo-se as casadas (16) e as solteiras (sete), desconhecendo-se o estado civil de três. Em relação aos indivíduos do sexo masculino encontrou-se a mesma situação, o hábito de Santo António foi também usado maioritariamente por homens viúvos (23) ao contrário do que revelaram as escrituras, seguindo-se de igual modo os casados (16) e depois os solteiros (14), desconhecendo-se o estado civil de 15 pessoas. Já o hábito de São Francisco foi usado sobretudo por mulheres solteiras (oito), seguindo-se as casadas (sete) e as viúvas (seis). Nas escrituras não se encontrou um pedido sequer deste hábito por parte de uma mulher solteira como vimos. O mesmo hábito foi também envergado sobretudo por homens solteiros (13), a que se seguem igualmente os casados (10), depois os viúvos (6), sendo desconhecido o estado civil de cinco indivíduos.

Portanto, de uma forma geral, é possível verificar que o comportamento entre os casados era bastante próximo: 24 mulheres optaram pelo hábito de Santo António assim como 23 homens; em relação ao hábito de São Francisco a diferença é quase inexistente também, apenas de 10 mulheres contra 11 homens. Em relação aos viúvos as diferenças também não são assinaláveis, 23 mulheres preferiam o hábito antoniano contra 25 homens e oito preferiam o de São Francisco assim como sete homens. O único

comportamento que merece atenção é pois o da diferença entre os solteiros relativamente à devoção antoniana. Os homens são mais devotos, com 23 a envergarem este hábito contra 12 mulheres apenas. Em relação ao hábito de São Francisco nota-se também uma maior devoção por parte dos indivíduos do sexo masculino, numa diferença de 14 homens para oito mulheres.

4.2.2. Hábito de São Bernardo

As referências a este hábito surgem-nos de diferentes formas. Nas escrituras analisadas (**ver Gráfico 3 e Anexo 6**) o único pedido partiu de Teresa Margarida de Almeida, solteira, da freguesia de Macieira de Cambra, que pediu, a 2 de Setembro de 1839, que “sendo o mesmo senhor servido chamar-me desta vida para a eterna quero que o meu corpo seja amortalhado em habito das Religiozas d'Arouca”.¹⁵⁹ Este mosteiro era cisterciense e portando daqui se depreende que o hábito a que a outorgante se referia seria certamente o de São Bernardo.

Referências ao mesmo hábito de São Bernardo foram também deixadas pelos párocos em oito assentos de óbito (2,9%) da freguesia de Roge, como pode ver no **Gráfico 4**. Sete desses assentos correspondem a mulheres, sendo três casadas, duas solteiras e duas viúvas (**ver Anexo 7**). A referência comum é a hábito de S. Bernardo, com exceção de Teresa de Pinho, do lugar de Videira, que o pároco registou em 10 de Julho de 1820, como sendo sepultada com um hábito de Freira Bernarda.¹⁶⁰ Esta referência direta assim como o peso da opção no feminino leva-nos também a pensar na proximidade do mosteiro feminino de Arouca e que se poderia ter tornado uma referência na paisagem devocional.

Apenas se encontrou para um homem (solteiro) a indicação deste tipo de hábito (**ver Anexo 7**). O mosteiro cisterciense masculino de São Cristóvão de Lafões ficava relativamente próximo. Aliás, como veremos mais à frente no capítulo relativo aos locais de sepultura, dois defuntos dos freguesia de Arões e Cepelos foram sepultados naquele mosteiro em 1805 e 1849 por aí terem falecido, o que significa que o mesmo

¹⁵⁹ AMVLC, *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 113-116.

¹⁶⁰ ADAVR, *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fl. 105v.

era conhecido nesta zona. Talvez o facto de não possuir o historial e grandeza do mosteiro de Arouca o tenha tornado menos influenciador. Ainda assim, não deixa de ser curiosa a escolha deste tipo de hábito, incomum noutros locais, mas onde se pode perceber em certos casos que as ordens monásticas existentes nas proximidades tiveram uma clara influência nas escolhas feitas.¹⁶¹

4.2.3. Hábito de Nossa Senhora do Carmo

Este tipo de hábito foi menos requisitado e usado. Nas fontes notariais (**ver Gráfico 3**) apenas se encontrou o pedido deste hábito por parte de um casal (1,2%) (**ver Anexo 6**). Já os registos de óbito (**ver Gráfico 4**) indicam que o hábito de freira Carmelita foi envergado por cinco mulheres (1,8%), sendo três casadas, uma solteira e outra viúva (**ver Anexo 7**).

Em comparação com outros locais estes valores são bastante baixos. Como vimos anteriormente, no Porto do período Barroco, o hábito de Nossa Senhora do Carmo era dos mais pedidos pelos testadores e esta procura registou um crescimento, existindo ainda solicitações do mesmo hábito em 1880.¹⁶² Também na cidade de Braga, a partir de meados do século XVIII, as mulheres começaram a demonstrar uma preferência pelo hábito de Nossa Senhora do Carmo (assim como de Santa Teresa e Nossa Senhora da Conceição) em detrimento do hábito franciscano, o que o autor interpreta como resultado do estabelecimento de conventos destas ordens religiosas naquela zona e das indulgências que o mesmo concedia à semelhança do hábito franciscano.¹⁶³ Na cidade de Lisboa, entre 1700 e 1830, o hábito Carmelita ocupava o segundo lugar.¹⁶⁴ Já em algumas freguesias de Gondomar, entre 1834 e 1893, este hábito era mesmo o mais requisitado.¹⁶⁵ Aparentemente a atração que as indulgências sabatinas e o escapulário

¹⁶¹ No Norte e Nordeste Transmontano no século XVIII o hábito de freira clarissa de Bragança era por vezes pedido como mortalha nos testamentos das mulheres solteiras: MOURINHO, António Maria – Como era a vida...p. 134. Na cidade de Braga, a partir de meados do século XVIII, os hábitos de Nossa Senhora do Carmo, Santa Teresa e Nossa Senhora da Conceição começaram a ser mais requisitados depois da instalação de conventos destas mesmas ordens naquela região: FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – A Morte e a Salvação da Alma...p. 136.

¹⁶² RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – Morrer no Porto...p. 117-119; CRUZ, Maria Antonieta - A burguesia perante a morte...p. 230.

¹⁶³ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – A Morte e a Salvação da Alma...p. 136.

¹⁶⁴ ARAÚJO, Ana Cristina – A Morte em Lisboa...p. 356.

¹⁶⁵ GOMES, Maria de Fátima – Temendo a Morte...p. 124.

provocaram noutras regiões no período moderno, foi menos comum em Vale de Cambra.

4.2.4. Outros hábitos (branco, cordão, preto e roxo)

Em menores percentagens foram encontradas referências a outros hábitos. Considerando as escrituras estudadas (**ver Gráfico 3 e Anexo 6**), encontramos três outorgantes (1,8%) do sexo feminino que pediram hábito roxo (duas solteiras e uma viúva) e um casal (1,2%) que solicitou um hábito de Santo António ou um hábito roxo. Já um outorgante do sexo masculino (solteiro) pediu hábito preto (0,6%).

Também nos registos de óbito (**ver Gráfico 4 e Anexo 7**) se encontrou referência a um defunto (0,4%) do sexo masculino, casado, sepultado com hábito preto. Mas se nenhum pároco registou o uso de hábito roxo, anotaram, por outro lado, para dois defuntos (0,7%) de diferentes sexos (ele casado e ela solteira) o uso de hábito branco e, para duas mulheres (uma casada e outra viúva), hábito de cordão.

O uso de hábitos destas cores talvez seja já um indício de práticas futuras em substituição dos hábitos das ordens religiosas. O período contemporâneo elegeu maioritariamente o preto como cor de defunto para os adultos e o branco para as crianças, e o roxo como cor dos paramentos usados nas missas de defuntos.¹⁶⁶ De facto, também em testamentos de algumas freguesias de Gondomar, no século XIX, Maria de Fátima Gomes encontrou referências ao uso de hábitos branco, preto e roxo.¹⁶⁷

4.2.5. Vestes sacras ou de sacerdote

Apenas dois padres (1,2%) pediram nas suas escrituras para serem amortalhados com as suas vestes (**ver Gráfico 3 e Anexo 6**). Outros dois clérigos pediram hábito decente, sem especificar mais. Também nos registos de óbito foi transcrita parte de um testamento de um pároco, onde o mesmo pedia para ser amortalhado conforme a qualidade da sua pessoa (**ver Gráfico 4 e Anexo 7**). Tal poderia incluir as suas vestes

¹⁶⁶ RÖWER, Frei Basílio – Dicionário Litúrgico Para Uso do Revmo. Clero e dos Fiéis, p. 103; COELHO, Dom António – Curso de Liturgia Romana, p. 692, 694.

¹⁶⁷ GOMES, Maria de Fátima – Temendo a Morte...p. 124.

de sacerdote, mas não é possível saber.¹⁶⁸

4.2.6. Lençol

As referências ao uso de lençol como mortalha são quase inexistentes, mas o seu uso deveria ser bastante comum, pois nem todos teriam possibilidades económicas para comprar um hábito religioso. Os trabalhos de outros investigadores para outras regiões têm indicado que assim seria. Ao analisar as vontades de testadores de Cervães (Braga) no século XVIII, Angélica Moreira Rodrigues apercebeu-se de que cerca de metade pediu para ser amortalhado em lençol, o que lhe parece estar relacionado com a falta de meios para pagar hábitos, pois aquela era uma população que não possuía grandes recursos e os hábitos religiosos eram dispendiosos.¹⁶⁹ Já na cidade de Braga, também no século XVIII, os pedidos de amortalhamento com lençol nas escrituras eram em número muito reduzido, elemento interpretado por Norberto Ferraz pelo baixo número de pobres que faziam testamento.¹⁷⁰ Os testamentos de camponeses bracarenses dos séculos XVIII e XIX revelam igualmente que, por falta de posses, muitos optavam pelo lençol branco, que podia ir do melhor linho ou do melhor que se pudesse encontrar ao lençol de estopa ou ao mais usado e retalhado, ainda que muitos escolhessem esta mortalha apenas para mostrar desprendimento das vaidades humanas.¹⁷¹ Também no Porto do período Barroco Maria Manuela Rodrigues encontrou um pequeno número de testadores que pediram para ser embrulhados num lençol.¹⁷² Talvez a justificação anterior se possa também aplicar aqui. Já em algumas freguesias de Gondomar, Maria de Fátima Gomes encontrou em testamentos do século XIX alguns testadores que pediram o lençol como mortalha, mas a investigadora interpretou estes pedidos como um gesto de recusa de hábito religioso, pois a maior parte tinha feito testamento cerrado, que à partida era mais

¹⁶⁸ Para a cidade do Porto no período Barroco, Maria Manuela B. Martins Rodrigues encontrou casos em que os párcos pediam primeiro o hábito da sua devoção e depois o da obrigação como sacerdote: RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto...* p. 116.

¹⁶⁹ RODRIGUES, Angélica Moreira – *As últimas vontades...* p. 36-37.

¹⁷⁰ Aliás, o mesmo autor diz que por ser difícil os pobres adquirirem um hábito religioso algumas confrarias bracarenses destinavam esmolas à compra de hábitos para confrades falecidos em estado de pobreza: FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma...* p. 138-139 e 141.

¹⁷¹ DURÃES, Margarida – *Porque a morte é certa...* p. 305.

¹⁷² RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto...* p. 116.

caro e por isso teriam posses para comprar um hábito religioso em vez de um lençol, a mortalha dos pobres.¹⁷³

Nas escrituras aqui analisadas, como já antes vimos, dois outorgantes (1,2%) pediram hábito de Santo António mas apresentavam como alternativa um lençol não havendo hábito (**ver Gráfico 3 e Anexo 6**). Este pedido foi feito por João de Bastos e pela sua mulher Josefa Fernandes do lugar de Casal de Arão da freguesia de Roge, podendo-se ler no seu testamento, feito a 2 de Novembro de 1817, que os “seus corpos serão emboltos em Abito de santo Antonio havendo e não havendo em Lançoens na forma do costume”.¹⁷⁴ A clara alusão ao lençol como forma acostumada de amortilhar mencionada nesta escritura ajuda a interpretar os dados recolhidos nos registos de óbito, onde apenas se encontrou um caso (0,4%) em que um defunto foi amortilhado com um lençol, mas tal só ocorreu segundo o pároco por não se ter encontrado hábito (**ver gráfico 4 e Anexo 7**). Terá o pároco feito esta nota apenas para deixar claro o motivo pelo qual não foi usado um hábito muito provavelmente pedido pelo defunto? De facto, não se encontraram mais referências a amortilhamento com lençol, o que poderá indicar uma prática habitual de enterrar os corpos envoltos num lençol sempre que não era pedida outra mortalha, não necessitando os outorgantes ou os párocos de o registar.

¹⁷³ GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 123.

¹⁷⁴ AMVLC, *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 38-40.

Capítulo 5 – De casa até à Igreja: como era o cortejo fúnebre?

5.1. O transporte dos corpos

Atendendo a algumas indicações deixadas pelos párocos nos Livros de Registos de Óbitos das freguesias de Arões, Cepelos e Roge, os defuntos eram geralmente sepultados no dia seguinte ao do falecimento e algumas vezes (ainda que em percentagem muito pequena) no intervalo de dois dias.¹⁷⁵ É muito provável que durante este período de tempo os defuntos fossem velados em casa até ao momento de ir para a igreja para aí ser feito o funeral e enterro¹⁷⁶, pois, geralmente, o número de padres que fizeram o acompanhamento fizeram também o Ofício de Corpo Presente, a que se seguia a sepultura.¹⁷⁷ Mas poderiam existir exceções e o velório ser feito na igreja como acontecia noutros locais.¹⁷⁸ Esta sequência (casa – cortejo no espaço público – igreja) está patente no testamento do reitor da Igreja de São Pedro de Castelões, João dos Santos de Figueiredo, que pedia, em 1834, que o seu corpo “depois de cantado o

¹⁷⁵ Também em França, na região da Provença, no século XVIII, os testamentos revelam que o tempo que decorria entre a morte e a sepultura podia ir de um dia até dois dias, devido ao medo de se ser sepultado vivo: VOVILLE, Michel – Piété baroque et d’christianisation...p. 80; Em Gondomar, no século XIX, encontrou-se uma situação idêntica: GOMES, Maria de Fátima – Temendo a Morte...p. 142-143.

¹⁷⁶ As Constituições Sinodais de Viseu recomendavam que após a morte de um fiel, sempre que houvesse disponibilidade dever-se-ia colocar à cabeceira uma cruz com duas ou mais velas: *Constituições Sinodais do Bispado de Viseu...*, Livro IV, Tít. VI, Const. IV, p. 287; Não se encontraram mais informações relativamente a este aspeto, mas noutros locais existiam indivíduos especializados na preparação das casas: Também no século XIX, em algumas freguesias de Gondomar, existiam armadores responsáveis pelo arranjo da casa para o velório, que forravam o chão com tapetes, cobriam as paredes com panejamentos, tratavam da iluminação do espaço com velas e tochas e colocavam ainda arranjos de flores. O corpo ficaria exposto no meio da casa colocado sobre uma tarimba ou uma essa: GOMES, Maria de Fátima – Temendo a Morte...p. 137-138; Este tipo de serviços existia já na cidade do Porto durante o período barroco, os armadores tratavam não apenas da preparação da casa do defunto com panejamentos, alcatifas, velas ou flores para o velório, como preparavam a igreja onde o defunto ia ser sepultado, encarregavam-se de comprar a mortalha e contratavam e pagavam a quem amortilhasse o corpo, pagavam a cera necessária durante o Ofício de Corpo Presente e contactavam as ordens religiosas ou confrarias que o defunto queria que estivessem presentes: RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – Morrer no Porto...p. 107-111.

¹⁷⁷ Entre os camponeses bracarense, nos séculos XVIII e XIX, os padres que os testadores pediam para acompanhar o seu corpo à sepultura eram também os que deveriam participar depois no seu Ofício ou Missa de Corpo Presente: DURÃES, Margarida – Porque a morte é certa...p. 309.

¹⁷⁸ Em Gondomar, também no século XIX, alguns indivíduos preferiam ser depositados e velados na igreja, onde se sentiriam mais protegidos pelos santos, que iniciavam imediatamente a intercessão pela sua alma: GOMES, Maria de Fátima – Temendo a Morte...p. 137-138; Em Braga, na segunda metade do século XVIII, foram crescendo ao longo desse período o número de testadores que pediam para ser depositados imediatamente na igreja, dispensando os acompanhamentos fúnebres solenes pelas ruas da cidade, recusando a pompa cerimonial barroca, um aspeto que mais à frente veremos: FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – A Morte e a Salvação da Alma...p. 169 e 216. Também em França, na região da Provença, no século XVIII, os pedidos dos testadores revelaram uma situação semelhante, uns pediram para ser expostos em casa e beneficiar com as orações dos cristãos, já outros solicitaram que o seu corpo fosse exposto na igreja na presença dos padres que deveriam assistir às suas orações e missas: VOVILLE, Michel – Piété baroque et d’christianisation...p. 80.

responçorio [...] seja conduzido em Prezeição para a Igreja onde se me fará o Offício de corpo presente”.¹⁷⁹ Talvez no caso de outros indivíduos que não pertencessem ao clero ou tivessem menos posses ou importância social este responsório fosse apenas rezado.

Da mesma maneira, as fontes existentes também não revelam muitos pormenores acerca da forma como o transporte dos defuntos era feito entre a casa e a igreja. Na paróquia de Cepelos deveria ser habitual o uso de um esquife. No livro de receitas e despesas da Fábrica da Igreja de São João Batista de Cepelos foi possível encontrar no ano de 1813 a referência a 1200 reis gastos para “compor um esquife de trazer os defuntos para a igreja”.¹⁸⁰ Já no ano seguinte, em 1814, foram gastos 4800 reis para se “fazer um esquife de levar os defuntos à igreja”.¹⁸¹ Aparentemente o trabalho de compostura do esquife não resultou! Ou a igreja teria dois esquifes? Não possuímos os registos de óbito desta paróquia para aquele período, mas atendendo ao elevado número de mortes registadas anualmente para as outras freguesias e as distâncias que muitas vezes era necessário percorrer entre as aldeias mais longínquas e a igreja matriz, é plausível que este tipo de utensílios se danificasse com alguma facilidade. Por outro lado, é também possível que a igreja tivesse dois esquifes no caso de ocorrerem duas mortes numa data próxima, ou talvez existissem dois modelos adaptados ao estatuto social e posses de cada defunto.¹⁸² Mas não é possível saber o motivo, não se encontrou nenhuma outra informação relativa ao uso de esquifes no mesmo livro de registos, nem nos livros das diversas confrarias existentes para todo o concelho para a cronologia em estudo, ainda que noutros locais fosse comum as confrarias terem esquifes próprios.¹⁸³

¹⁷⁹ AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 59v-62v.

¹⁸⁰ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Fábrica da Igreja da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1803-1851)*, fl. 16v.

¹⁸¹ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Fábrica da Igreja da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1803-1851)*, fl. 18.

¹⁸² No Porto do período barroco, além dos esquifes, eram utilizados como meio de transporte o caixão, a tumba e o auto (uma tumba com ornamentos especiais para uso exclusivo dos irmãos da Confraria da Misericórdia), sendo que as tumbas possuíam diferentes preços consoante os materiais que as compunham e portanto não estavam ao alcance de todos: RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto...* p. 132-134.

¹⁸³ No século XIX, em Gondomar, além dos esquifes de uso comum para a freguesia, as confrarias e irmandades tinham tumbas próprias para transporte dos irmãos de casa até à sepultura: GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 135. Também em Lisboa, entre 1700 e 1830, as confrarias possuíam esquifes particulares: ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa...* p. 356. De igual modo, no século XVIII, a Misericórdia de Ponte de Lima fazia os enterros dos seus irmãos em tumbas próprias, mas também as cedia a outros indivíduos que o solicitassem e tinha o exclusivo de todos os enterros por caridade. Esta situação originou inclusive conflitos com o pároco e com as irmandades locais quando procuravam utilizar os seus esquifes: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, p. 529, 552, 554; Também

Não possuímos informações concretas sobre as restantes paróquias, mas segundo as Constituições Sinodais de Viseu era obrigatório que cada igreja matriz tivesse uma tumba para os defuntos assim como bancos ou castiçais para as tochas dos ofícios de defuntos.¹⁸⁴ As Constituições Sinodais de Coimbra determinavam também que todas as igrejas paroquiais deveriam ter “hum Tumba para se enterrarem os defuntos com seu pano preto, o qual terá sua Cruz como he costume”.¹⁸⁵

Já mais para o final do período em estudo foi possível encontrar em três testamentos o pedido de caixão. A 20 de Agosto de 1837, Maria de Oliveira, viúva, do lugar de Relva, freguesia de Vila Chã, pediu no seu testamento cerrado que o seu corpo fosse “envolto em habito de qualquer das Extintas Religiões [...] conduzido em caixão”.¹⁸⁶ Dez anos depois, a 20 de Março de 1849, Ana Maria de Pinho, solteira, do lugar de Coelhosa, freguesia de São Pedro de Castelões, pedia, igualmente no seu testamento cerrado, que o seu corpo fosse “envolto em ábito roxo, mettido em caixão fechado”.¹⁸⁷ A 5 de Abril do mesmo ano, Joaquim Tavares, solteiro, do lugar de Sandiães, freguesia de Roge, pedia, também em testamento cerrado, que o seu corpo fosse “embolto em Abito decente e caixão tudo bem arranjado”.¹⁸⁸ O facto de serem apenas três os pedidos encontrados leva a crer que o uso de caixão não seria muito comum, o habitual deveria ser o uso de esquife para o transporte dos corpos, sem maior elaboração.

Ainda que para uma cronologia anterior, Maria Manuela Rodrigues encontrou para o Porto do período barroco um também pequeno número de pedidos de caixão, tendo verificado que os mesmos partiram apenas de grupos sociais com mais posses.¹⁸⁹ O facto de nas fontes aqui analisadas o caixão apenas ter sido solicitado em testamentos cerrados faz-nos pensar na mesma possibilidade, pois como se apercebeu Maria de

no século XVIII, em Braga, as confrarias possuíam esquifes particulares que podiam ser mais ou menos ornamentados e que originaram igualmente conflitos entre as diversas confrarias. Estes esquifes podiam também ser alugados a pessoas que não pertenciam às confrarias mediante pagamento: FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – A Morte e a Salvação da Alma...p. 203-204, 212, 216.

¹⁸⁴ *Constituições Sinodais do Bispado de Viseu...*, Livro II, Const. VII, p. 108.

¹⁸⁵ *Constituições Synodais do Bispado de Coimbra...*, Tít. XVIII, Const. IX, p. 204.

¹⁸⁶ AMVLC, *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 36-38v.

¹⁸⁷ AMVLC, *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 269-271v.

¹⁸⁸ AMVLC, *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 187v-190.

¹⁸⁹ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – Morrer no Porto...p. 135.

Fátima Gomes para Gondomar, este tipo de testamento seria mais caro.¹⁹⁰ No século XVIII, na cidade de Braga, a maior parte dos indivíduos também era enterrada sem caixão, envergando apenas a mortalha, pois o enterro em caixão era mais dispendioso e por isso era sobretudo acessível aos mais abastados.¹⁹¹ Entre os camponeses bracarenses, nos séculos XVIII e XIX, Margarida Durães percebeu que a utilização de caixão era rara e apenas se começou a verificar depois dos inícios do século XIX.¹⁹² Também para Lisboa, entre 1700 e 1830, Ana Cristina Araújo pode perceber o mesmo. Durante o primeiro quartel do século XVIII eram poucos os testadores que pediam caixão, o corpo não era dissimulado ou encoberto até ao momento da inumação. Só a partir de meados daquele século se tornaram mais frequentes os pedidos de caixão, mas apenas entre as classes abastadas, pois ainda no decorrer do século XIX as pessoas do povo continuavam a recorrer à tumba da Misericórdia ou ao esquife de outra confraria, mantendo o cadáver à vista de todos.¹⁹³ Por outro lado, em grande contraste, em algumas freguesias de Gondomar, no século XIX, a quase totalidade dos adultos e crianças foi colocada dentro de um caixão.¹⁹⁴

Todavia, tal como sucedia em Lisboa¹⁹⁵ e em Gondomar o caixão servia muitas vezes apenas como meio de transporte e não como invólucro do corpo dentro da sepultura. Nestes casos seria usado aberto e reutilizado várias vezes, sendo os indivíduos sepultados apenas envolvidos na mortalha. Por este motivo, alguns testadores diziam querer um caixão novo e fechado ou aberto.¹⁹⁶ Uma das três

¹⁹⁰ GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 123.

¹⁹¹ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma...* p. 176.

¹⁹² DURÃES, Margarida – *Porque a morte é certa...* p. 299.

¹⁹³ ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa...* p. 356; Situação idêntica foi encontrada por Michel Vovelle em França, na região da Provença, onde o recurso ao esquife está provado para o século XV, mas o uso de caixão era uma prática existente já no século XVIII pelo menos, pois, ao longo do mesmo, a maioria dos espíritos iluminados passou a considerar repugnantes as antigas formas de exposição dos defuntos. Sobretudo entre os nobres e ricos esta reação foi mais evidente. Assim, de forma progressiva, do simples lençol ao hábito de se ser enterrado vestido, os corpos passaram a ser colocados dentro de um caixão, que se inicialmente era aberto, se fechou completamente até ao final do século XVIII, deixando o esquife praticamente de aparecer. Todavia, entre as pessoas com menos posses como o campesinato a tradição pareceu não se modificar: VOVELLE, Michel – *Piété baroque et d'christianisation...* p. 82-84. No entanto, segundo este mesmo autor, este modelo que não era apenas provençal mas também comum a algumas regiões de Espanha e Itália não se pode aplicar a toda a Europa setentrional. Na Flandres, por exemplo, a generalização do caixão foi muito mais precoce e muito mais geral e noutros locais foi mais tardia: VOVELLE, Michel – *La mort et L'Occident...* p. 334.

¹⁹⁴ GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 132.

¹⁹⁵ ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa...* p. 355-356.

¹⁹⁶ Contudo, ao longo do século XIX, o caixão passou cada vez mais a envolver o corpo na sepultura, para o que terá contribuído a criação dos cemitérios, pois o caixão atrasava o processo de decomposição e na Igreja era necessário

referências encontradas nos testamentos analisados fazia também menção a um caixão fechado, seria este o significado? Um caixão dentro do qual o testador queria ser sepultado e não apenas transportado? E o caixão deveria sair já fechado para o cortejo? Por outro lado, também não é possível afirmar que o transporte era sempre feito no caixão, só num caso a testadora foi clara ao afirmar que o seu corpo deveria ser “conduzido” à igreja em caixão. Na cidade do Porto do período barroco, apesar dos poucos pedidos de caixão, nem sempre o mesmo era utilizado para se expor ou transportar os defuntos, por vezes servia só como invólucro no momento de serem enterrados.¹⁹⁷

A situação encontrada para o concelho de Vale de Cambra não parece, portanto, distanciar-se muito destas realidades, sendo apenas talvez os inícios do seu uso um pouco mais tardios, atendendo às cronologias dos pedidos encontrados.

Outra dúvida que fica ainda por responder é a quem cabia a função de transportar o esquife ou o caixão. Seriam alguns membros de confrarias caso participassem no cortejo? Seriam familiares, amigos ou vizinhos? As fontes não permitem perceber.¹⁹⁸

5.2. Os acompanhamentos dos defuntos

5.2.1. Enquadramento histórico-geográfico

Durante a Época Moderna e inícios da Contemporânea, não apenas em Portugal, mas também noutros locais da Europa existia o hábito do defunto ser acompanhando à sepultura não só por familiares, amigos ou vizinhos, mas também por membros do clero

que o cadáver se decompusesse rapidamente para dar lugar a outro, mas os pobres seriam ainda sepultados sem caixão: GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 132-133; No século XVIII era também comum em Espanha o caixão aberto para apresentar o defunto durante o cortejo, assim como na região da Provença em França, mas, onde já no final do século estava generalizado o uso de caixão pregado. Em Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, encontraram-se casos em que o caixão era aberto na zona da cabeça, saindo o defunto para o cortejo com essa parte do corpo a descoberto: VOVELLE, Michel – *La mort et L'Occident...* p. 334.

¹⁹⁷ Apesar do seu uso não estar ainda muito divulgado, o caixão já era conhecido na cidade do Porto desde meados do século XVII, mas nessa altura o costume não era ir a sepultar dentro dele, mas a inumação ser feita diretamente sobre a terra: RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto...* p. 135-136.

¹⁹⁸ Em Braga, no século XVIII, alguns testadores pediam que indivíduos pobres transportassem o esquife até ao local de sepultura, mediante o pagamento de uma esmola, mas esta função cabia também às confrarias no caso do defunto ser um irmão: FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma...* p. 170 e 184; Em algumas freguesias de Gondomar, no século XIX, alguns testadores pediam também que fossem indivíduos pobres a transportar o esquife até à igreja: GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 153.

secular e regular, confrarias, ordens terceiras, meninos órfãos e pessoas pobres, ainda que muitos indivíduos desejassem a maior simplicidade.¹⁹⁹ Ao solicitar estas presenças, os defuntos procuravam que este conjunto alargado de pessoas com a força da sua oração ajudassem a diminuir o tempo de permanência da sua alma no Purgatório.²⁰⁰

Mas estas presenças não eram uma realidade em todo o lado e as evoluções ocorridas num local nem sempre foram simultâneas noutros. Como forma de aumentar a inteligibilidade dos comportamentos observados em Vale de Cambra vale a pena olhar para um panorama espacial mais alargado. Considerando o panorama europeu encontramos em Paris, nos séculos XVI, XVII e XVIII, acompanhamentos que tanto se podiam reduzir a um padre, como podiam incluir vários sacerdotes, assim como crianças de hospitais ou outras instituições, uma dúzia de pobres (um número muito comum por representar os 12 apóstolos e as 12 tribos de Israel) e ordens religiosas. Todavia, na primeira metade do século XVIII começou-se a notar uma diminuição das preocupações em relação ao cerimonial, que se acentuaram a partir de 1750, diminuindo consideravelmente o número de testadores que pediam aquelas presenças nos seus cortejos, assim como as quantidades pedidas.²⁰¹

Na região da Provença, no século XVIII, a par com os pedidos de padres e conventos, confrarias, reitores de hospitais locais e os pobres dos seus estabelecimentos, assim como de crianças órfãs, vários testadores recusaram a ostentação barroca e aspiravam à simplicidade. Nas zonas mais rurais, onde não existiam comunidades religiosas ou hospitais, o costume era sobretudo a requisição de pobres também em número de 12. Em Marselha, na primeira metade daquele século, também os conventos, capítulos, confrarias ou crianças eram solicitados para acompanhar cortejos, mas a quebra dos pedidos era já visível nas duas décadas finais.²⁰²

Nestes exemplos de cidades francesas é possível perceber que a partir de 1750 as cláusulas testamentárias de pedidos de acompanhamento tornaram-se mais raras e a

¹⁹⁹ Como explica Philippe Ariès, na sociedade hierarquizada do final da Idade Média, geralmente, os funerais respeitavam a condição social do defunto, mas existiam inúmeros pedidos de simplicidade, que permaneceram e acentuaram-se no século XVII, em que se assistiu ao aparecimento das pompas barrocas dos funerais: ARIÈS, Philippe – *Essais sur l'histoire de la mort*...p. 102.

²⁰⁰ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma*...p. 162.

²⁰¹ CHAUNU, Pierre – *La mort à Paris*...p. 357-358, 360, 433, 440.

²⁰² VOVELLE, Michel – *Piété baroque et d'christianisation*...p. 90, 92-93, 95-96.

aspiração à simplicidade aumentou, apesar de no caso dos indivíduos mais importantes o cerimonial ainda ter sobrevivido. Michel Vovelle entendeu esta situação como uma entrada em decadência das pompas fúnebres barrocas, apoiada por um clero iluminado, mas tendo sido sobretudo na viragem do século XVIII para o XIX, sendo a Revolução Francesa uma das expressões particulares, que a sociedade civil se laicizou (em níveis diferentes, de acordo com os lugares) e o discurso e práticas impostas pela Igreja se tornaram uma opção possível entre outras. No entanto, o investigador afirma que a situação não se alterou de um dia para o outro e no século XIX, no mundo rural e em grande parte do mundo urbano, a rotura com o ritual cristão da morte manteve por muito tempo um carácter “excecional e escandaloso”. Os países que sentiram a revolução francesa como a própria França, a Alemanha e a Itália viram o processo de laicização iniciar-se mais cedo do que países onde a revolução não chegou, como a Escandinávia ou o mundo anglo-saxão. Na primeira metade do século XIX os funerais e cortejos civis eram ainda raros e excecionais, mas tornaram-se frequentes, por exemplo, nas regiões da Provença e Normandia onde dominava uma burguesia anticlerical e muitas vezes não religiosa.²⁰³

Por outro lado, Philippe Ariès atribuiu a diminuição dos pedidos de acompanhamento no século XVIII a um aumento da confiança familiar, deixando os testadores de inserir nas suas escrituras aspetos que podiam ser comunicados oralmente à família, como era o caso dos elementos que deveriam estar presentes no seu cortejo fúnebre, tornando-se o testamento uma forma sobretudo de registar as vontades relativas aos bens materiais. Este investigador sustenta esta explicação com a importância que as instituições religiosas mantiveram, a nova iconografia do Purgatório surgida no século XVIII e a existência de capelas da boa morte ou das almas do Purgatório nas igrejas.²⁰⁴

Descristianização ou aumento de confiança familiar, Portugal foi um daqueles países onde a diminuição dos pedidos das pompas barrocas se fez sentir de forma mais suave e foi mais tardia, sobretudo nos meios rurais.

Na cidade de Lisboa, entre 1700 e 1830 os testadores pediam a presença, nos cortejos fúnebres, de confrarias e irmandades, padres, ordens religiosas, cabido da Sé e

²⁰³ VOVELLE, Michel – *La mort et L'Occident*...p. 457, 532-533, 563.

²⁰⁴ ARIÈS, Philippe – *Essais sur l'histoire de la mort*...p. 56, 146-147.

irmandade da Misericórdia. Ainda que a partir de 1770 e, sobretudo na última década do século XVIII, fosse já visível a vontade de despojamento e maior simplicidade por parte de alguns testadores, outros continuaram a solicitar aquelas presenças e no início do século XIX os dois modelos ainda coexistiam. Na verdade, Ana Cristina Araújo diz que a visão laica da morte e do cerimonial apenas triunfou com a secularização do cemitério e sobretudo no final do século XIX com a “propaganda exaltada das associações cívicas e agrupamentos de livres pensadores”.²⁰⁵

Na cidade do Porto, durante o período barroco, à presença de amigos, familiares e vizinhos juntavam-se igualmente nos cortejos fúnebres o clero secular e regular, confrarias, ordens terceiras, meninos órfãos e pessoas pobres, variando apenas as presenças e quantidades solicitadas consoante o estatuto social dos testadores. Todavia, as preocupações com a constituição do cortejo fúnebre registaram também uma descida no final da primeira metade do século XVIII e a diminuição do número de pobres (que chegou a atingir os 400) foi bastante evidente.²⁰⁶ No entanto, em Gondomar, espaço rural próximo e menos de um século depois (século XIX), os cortejos eram ainda compostos por familiares, amigos, confrarias, padres, indivíduos pobres, meninos órfãos e inclusive banda de música em alguns casos. Mas a tendência em baixa, sobretudo dos pedidos de confrarias e de padres, notada já no século anterior para a cidade do Porto, foi também encontrada em Gondomar ao longo deste período. Já o número de pobres, ainda que muito distante do encontrado naquela cidade, aumentou em alguns casos até ao final do século XIX.²⁰⁷

Na cidade de Braga, no século XVIII, os cortejos fúnebres eram também marcados pela presença do pároco da freguesia, dos padres coreiros da Sé e de vários elementos do clero secular que pudessem existir na cidade, assim como de confrarias e (ainda que em poucos casos) pessoas pobres, geralmente em número de 12, como em Paris. Todavia, ao contrário do encontrado noutros locais como o Porto e Lisboa, nenhum testador solicitou a presença de ordens religiosas no cortejo, apesar das mesmas existirem na cidade naquele período. Mas também aqui, ao longo do século, e sobretudo

²⁰⁵ ARAÚJO, Ana Cristina – A Morte em Lisboa...p. 360-361, 397-405.

²⁰⁶ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – Morrer no Porto...p. 132, 137-156.

²⁰⁷ GOMES, Maria de Fátima – Temendo a Morte...p. 146-157, 151, 154.

depois de 1780, tendo os pedidos de padres como de confrarias diminuíram.²⁰⁸ Já entre os camponeses bracarenses, não apenas no século XVIII, mas também no XIX, os indivíduos pobres continuavam a ser solicitados, mas por poucos testadores, já os pedidos de padres e confrarias eram ainda comuns. Esta simplicidade de pedidos levou Margarida Durães a concluir que este universo rural estava bem longe das ostentações fúnebres barrocas que, de uma forma geral, se puderam encontrar nos meios urbanos, mas que, ainda assim, “patenteavam, de igual modo, as distinções sociais e as desigualdades existentes no seio destas comunidades”, particularmente expressivas no que respeita ao acompanhamento do clero secular ou à participação da freguesia.²⁰⁹

A situação existente no concelho de Vale de Cambra na primeira metade do século XIX não se afasta muito desta encontrada por Margarida Durães para o meio rural bracarense. As referências encontradas dizem apenas respeito a padres e só em algumas poucas escrituras surgem pedidos de confrarias.

Não se pode afirmar que os mosteiros mais próximos (Arouca e São Cristóvão de Lafões) não tinham influência nesta comunidade, pois as mortalhas utilizadas revelam o contrário, como acabamos de ver no capítulo anterior. Mas ficavam ainda longe e possivelmente seria uma dificuldade para que os monges pudessem vir fazer acompanhamentos. No Porto do período barroco quem mais requeria a presença do clero regular eram os membros de estatutos sociais mais elevados e residentes na zona onde se situavam os diferentes conventos. Os membros dos estatutos sociais mais baixos e moradores nos locais mais distantes do centro recorriam ao clero secular.²¹⁰ Esta situação talvez ajude a compreender a ausência de ordens religiosas nos cortejos fúnebres vale-cambrenses da primeira metade do século XIX, e depois da extinção das ordens religiosas já é perfeitamente compreensível que não surjam quaisquer referências.

²⁰⁸ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – A Morte e a Salvação da Alma...p. 163-170. Este autor coloca também a possibilidade do pensamento iluminista, posto em prática pelo governo de Marquês de Pombal, ter influenciado esta nova forma de encarar a morte e os enterros.

²⁰⁹ DURÃES, Margarida – Porque a morte é certa...p. 305-309.

²¹⁰ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – Morrer no Porto...p. 138-139.

Os meninos órfãos, cuja presença era entendida como um contributo para tornar Deus mais próximo à súplica dos fiéis²¹¹ existiam no concelho de Vale de Cambra no período em estudo, como foi possível confirmar nos assentos de óbito de alguns menores, mas não deveria existir uma instituição capaz de os organizar neste sentido, até porque alguns (pelo menos nos casos que se sabe) vinham da Santa Casa de Misericórdia do Porto para aqui serem criados em casas particulares.²¹² Portanto, estes menores eram parte da comunidade e certamente participariam nos cortejos fúnebres, mas enquanto vizinhos ou conhecidos.

Já em relação aos indivíduos pobres, sabe-se que o objetivo daqueles que solicitavam a sua presença no funeral seria não apenas conferir uma maior visibilidade ao mesmo, mas também aumentar o número de intercessores pela sua alma, pois, como diz Marta Maria Lobo de Araújo, “socialmente sem poder e sofrendo de muitas privações, os pobres eram vistos como interlocutores privilegiados junto do Criador, sendo considerados úteis aos olhos dos ricos”.²¹³ Para o concelho de Vale de Cambra não existem pedidos manifestamente expressos de pessoas pobres nos cortejos fúnebres. No entanto, sete outorgantes deixaram esmolas aos pobres, quer em dinheiro, quer em pão, para distribuir pelos mesmos no dia do enterro, certamente cientes da sua presença. Este foi o caso de Maria Teresa de São Pedro de Castelões que na sua escritura, feita a 4 de Abril de 1828, pedia que “desse de Esmolla aos pobres no dia do seu funeral cinco Alqueires de milho repartidos por todos”.²¹⁴ Já o reitor da igreja daquela freguesia, João dos Santos de Figueiredo, natural do Porto, pedia a 19 de Agosto de 1834 que “se dem aos Pobres no dia do meu Interro dezanove mil e duzentos mas por este modo no dia do Interro aos Grandes vinte reis, e dés reis aos piquenos e isto pellos mais injeitados desta

²¹¹ DELUMEAU, Jean – *Rassurer et Protéger...* p. 118.

²¹² Em 1823 foram sepultados dois menores expostos de seis meses e um ano que estavam ao cuidado de Mariana Gonçalves, solteira, do lugar de Ervedoso, freguesia de Arões. No ano seguinte faleceu outro menor exposto de cinco anos e meio ao cuidado de Rosa Tavares, viúva, do lugar de Casal Velide da mesma freguesia: ADAVR, *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.30*, fls. 3 e 5. Também na freguesia de Roge, em 1822, 1824 e 1830, faleceram três crianças expostas nos lugares de Moreira e Fuste: ADAVR, *Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45*, fls. 109v, 113, 129v. Na freguesia de Vila Cova de Perrinho, em 1802, faleceu também uma menor exposta na Roda da Santa Casa da Misericórdia do Porto e que se estava a criar em casa de José Manuel desta freguesia. No ano de 1815 faleceu outra criança exposta em casa de Feliciano de Almeida. Em 1822, faleceu outro menor exposto da Santa Casa da Misericórdia mas que estava ao cuidado de Margarida de Oliveira desta freguesia. No ano de 1828 foi também sepultada uma menina, igualmente exposta da Santa Casa da Misericórdia do Porto e que estava em casa de Ana Maria Caetana: ADAVR, *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4*, fls. 232, 239, 241v, 243v.

²¹³ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Balanços de vidas...* p. 172.

²¹⁴ AMVLC, *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 134v-135v.

freguezia que serão Escolhidas a face do Rol da Igreja pello meu sesseçor”.²¹⁵ Neste caso as esmolas seriam distribuídas por adultos e crianças, e talvez neste grupo pudessem entrar os meninos órfãos.

O único pedido encontrado que claramente se referia à presença de pobres foi o do Padre António Bernardino da Costa Silva, de Codal, que pediu no seu testamento cerrado, feito a 31 de Julho de 1837, que o seu corpo fosse “conduzido da Eça do meio da Igreja para a Sepultura Parochial da mesma Igreja por quatro homens dos mais pobres da Freguezia, aos quais deixo que se dê oitocentos reis a cada um”.²¹⁶ Mas o motivo pelo qual não solicitou também a sua presença no cortejo não se sabe. Aliás, vários indivíduos identificados como pobres ou mendigos nos registos de óbito tiveram também eles direito a acompanhamento como veremos. Mas tal como os meninos órfãos, estes eram parte da comunidade e, se mais não fosse, certamente participariam nos cortejos fúnebres enquanto vizinhos, conhecidos ou parentes.

Portanto, além de padres e de algumas poucas confrarias, não se encontraram referências de pedidos de mais ninguém que pudesse participar nos cortejos, mas certamente que familiares, amigos e vizinhos não deixariam de estar presentes nestes últimos momentos.²¹⁷

Contudo, não parece que se possa falar de uma laicização da sociedade, pois as várias escrituras encontradas, sobretudo os testamentos, revelam bem o contrário. Se considerarmos o universo testamental, onde as cláusulas pias eram uma parte essencial, representam 58,1% os testadores que fizeram questão de professar a sua fé, sendo a percentagem maior (83,3%) em relação aos que pediram a intercessão da Nossa Senhora, Anjo da Guarda e dos vários santos da corte celestial no momento da sua morte. Mas no geral das escrituras não faltam as dádivas de esmolas a confrarias (62,2% dos outorgantes) e os pedidos de missas pela alma do próprio (96,9% dos outorgantes) e pela de outros familiares (73,8% dos outorgantes) são quase também uma constante. Os

²¹⁵ AMVLC, *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 59v-62v.

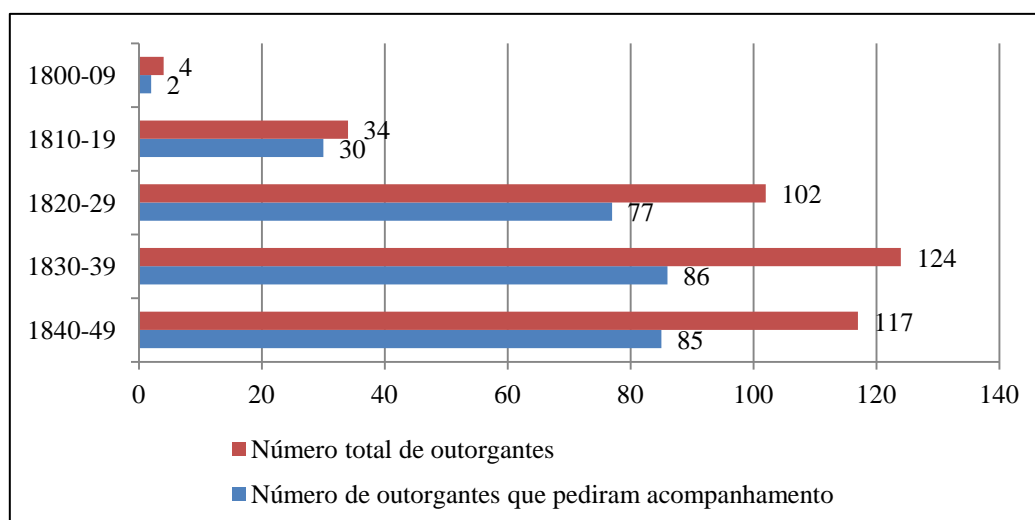
²¹⁶ AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 65v-67v. Este tipo de pedido não é exclusivo deste concelho, para Braga do século XVIII, Norberto Tiago Gonçalves Ferraz pode encontrar pedidos semelhantes, embora o número de pobres solicitado fosse de doze: FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma*...p. 171.

²¹⁷ Por exemplo, em Braga, nos séculos XVIII e XIX, cada paróquia possuía Livros de Usos e Costumes onde estava estipulado que toda a freguesia deveria acompanhar o defunto até à sepultura: DURÃES, Margarida – *Porque a morte é certa*...p. 311.

próprios pedidos de acompanhamento, ainda que na sua maioria dissessem respeito apenas a sacerdotes, não registaram uma descida ao longo do tempo como os vários investigadores encontraram nos locais e cronologias antes referidos.

Ao contrário do que se verificou em relação às mortalhas, foi muito superior o número de outorgantes que pediu acompanhamento e se fizermos uma análise por décadas, como se pode ver no **Gráfico 5**, é possível verificar que o decréscimo acentuado dos pedidos de mortalha encontrado para a última década, não se verifica no caso dos pedidos de acompanhamento.

Gráfico 5 - Número dos que pediram de acompanhamento no universo de outorgantes dos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850), por décadas



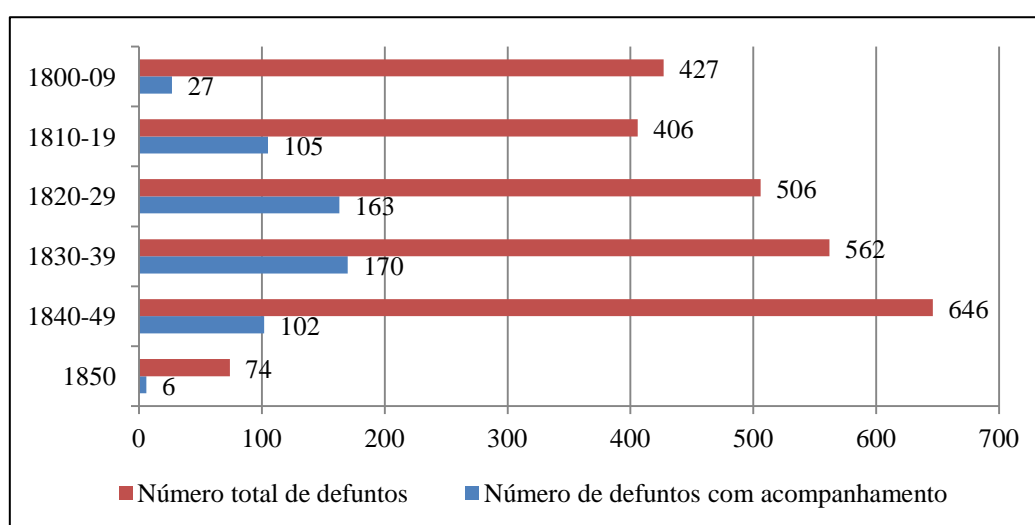
Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

Atendendo às últimas três décadas, para os quais possuímos um número de outorgantes mais próximo entre si, pode-se perceber que na década de 1820, dos 102 outorgantes identificados, 77 pediu acompanhamento, já na década de 1830, dos 124 outorgantes encontrados, 86 solicitou acompanhamento e na última década em estudo, o número de outorgantes desceu para 117, mas o número de pedidos manteve-se quase intacto, desceu apenas para 85. Não existem referências a pedidos de acompanhamento

por um único padre e os pedidos de confrarias encontram-se uniformemente distribuídos pelas três últimas décadas em estudo.

Considerando por sua vez os registos de óbito, ao longo das primeiras quatro décadas o número de indicações de acompanhamento aumentou progressivamente, tendo diminuído de 170 para 102 na última década, como se pode ver no **Gráfico 6**:

Gráfico 6 – Número de assentos com indicação de acompanhamento no universo de defuntos dos Registos de Óbito do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850), por décadas



Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

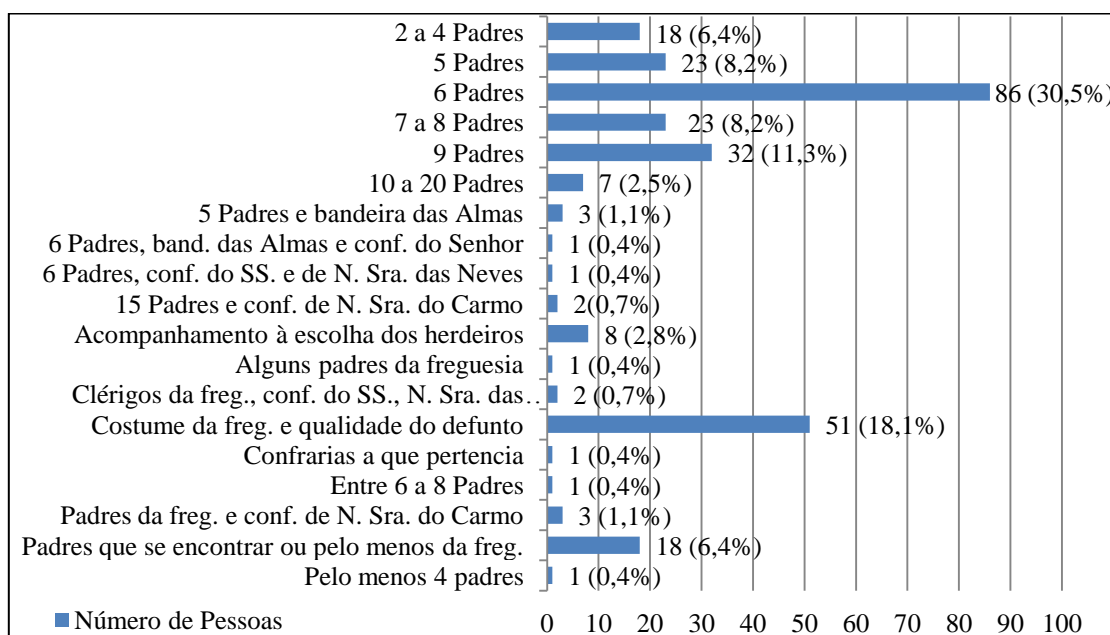
Esta quebra acentuada na última década é semelhante à verificada nos registos de mortalhas usadas, mas desigual em relação ao que se verificou nas escrituras analisadas, o que leva a duvidar novamente do rigor com que os párocos faziam as suas anotações, um rigor que, como já várias vezes vimos, faltou em relação a muitos outros aspetos.

Portanto, não parece que estejamos perante uma comunidade em processo de laicização ou onde tenha existido um aumento de confiança familiar capaz de eliminar as cláusulas espirituais das escrituras, pois a maior parte dos outorgantes fez questão de expressar a sua vontade, tendo poucos deixado ao critério dos herdeiros a escolha do acompanhamento.

5.2.2. Acompanhantes solicitados e recebidos

Dos 381 outorgantes contabilizados nas escrituras, apenas 99 (26%) não fez referência na sua escritura ao acompanhamento que pretendia entre a casa e a igreja (**ver Anexo 9**). Todavia, nem todas as 282 (74%) pessoas que se pronunciaram sobre este aspeto tiveram necessidade de pormenorizar as suas intenções, como se pode ver no **Gráfico 7**, onde se procurou agrupar os tipos de pedidos apresentados quando são semelhantes e os números de padres solicitados nos casos em que existe uma evidente proximidade, de forma a facilitar a interpretação dos valores:

Gráfico 7- Acompanhamento pedido (por outorgante) nas escrituras dos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850)



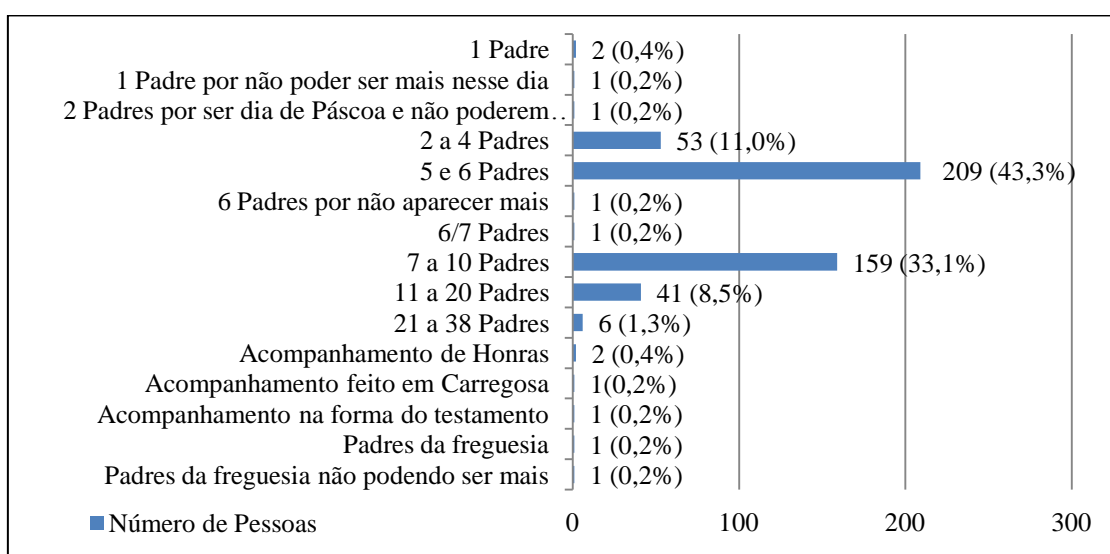
Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

Através deste gráfico torna-se possível perceber que 51 indivíduos (18,1%) pediram, de uma forma geral, o costume da freguesia e qualidade da sua pessoa e oito outorgantes (2,8%) deixaram o acompanhamento à vontade dos herdeiros. Ou seja, se bem que explícitos nas suas vontades e conscientes de poderem ser compreendidos

pelas pessoas das suas relações, não se torna óbvio para o investigador de hoje reconhecer quem participou nos cortejos fúnebres.

Considerando por outro lado os registos de óbito, e somente os adultos sem indicação de condição social de pobre (**ver Anexo 10**), apenas foi deixada a indicação de acompanhamento para 480 pessoas (24,8% do total), que se procuraram agrupar no gráfico seguinte, também de acordo com o critério metodológico anterior:

Gráfico 8 – Acompanhamento feito (aos de maior idade e sem indicação de condição social de pobre) nos Registos de Óbito do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)



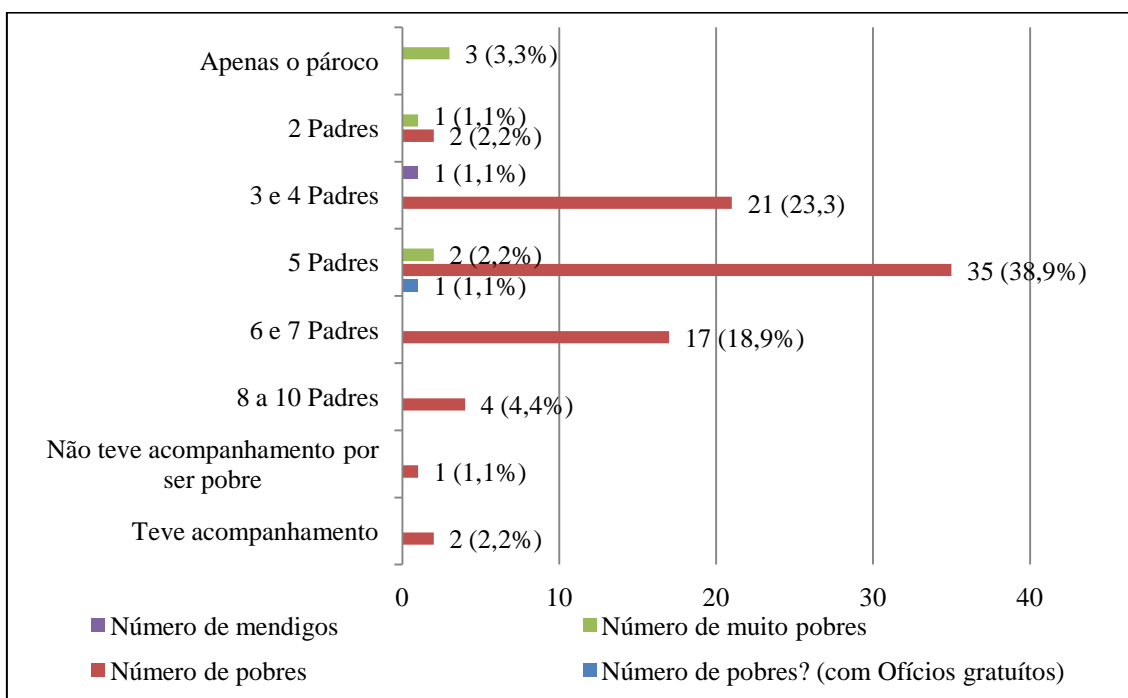
Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

Estas indicações deixadas nos registos de óbito apenas não são totalmente explícitas em dois casos, pois numa situação (0,2%) o pároco escreveu que o acompanhamento foi feito de acordo com o testamento, mas sem explicar em que consistiu, e noutra situação apenas se registou que o acompanhamento e sepultura foram feitos na paróquia de Carregosa (vizinha de Vila Cova de Perrinho).

Relativamente aos 373 pobres, em 90 casos (23,1%) foi indicada a realização de acompanhamento (**ver Anexo 11**) e só em duas situações (2,2%) não foi especificado,

como se pode observar no gráfico abaixo, de acordo também com o critério de agrupamento de valores próximos:

Gráfico 9 – Acompanhamento feito (aos de maior idade com indicação de condição social de pobre, muito pobre ou mendigo) nos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)



Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

Já no que diz respeito aos menores, dos 310 que foram registados, foi indicada em duas situações a realização de acompanhamento (**ver Anexo 12**).

Entre os acompanhantes solicitados e recebidos, como os gráficos anteriores revelam de forma clara, apenas se contam padres e confrarias:

5.2.2.1. Padres

Com a sua presença os defuntos esperavam ter vantagens na salvação da sua alma, uma vez que os padres eram intercessores privilegiados junto de Deus.²¹⁸ O número de

²¹⁸ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma*...p. 164.

clérigos solicitados dependia da vontade e capacidade financeira do defunto, pois deveria ser dada uma esmola aos mesmos²¹⁹, ainda que alguns indivíduos pobres tivessem acompanhamentos gratuitos como veremos.

A quase totalidade dos 227 outorgantes (80,5%) que expressou de forma clara os acompanhantes pretendidos solicitou apenas padres, como tivemos oportunidade de ver no **Gráfico 7**. Embora os pedidos encontrados oscilem entre o número de dois até 20 clérigos, a grande maioria (88 pessoas – 31,2%) pediu-os em número de seis (a que podemos ainda juntar um indivíduo que solicitou seis a oito padres), seguidos de longe por aqueles que os pediram em número de nove (32 pessoas – 11,3%). Os outros pedidos são menos comuns, sobretudo os de mais de dez padres (9 – 3,2%).²²⁰ Se traçarmos uma média do número de clérigos pedidos esta é de 6,7 padres, já a moda é de seis padres.

Alguns outorgantes mostraram-se tão exigentes em relação à quantidade de sacerdotes pretendidos que, se não existissem em número suficiente na freguesia, dever-se-ia recorrer a outra. Este foi o caso de Francisca, do lugar de Vilar da freguesia de Cepelos, que, no seu testamento aberto, feito a um de Setembro 1819, pediu que o seu corpo fosse acompanhado “de caza athe a sepultura com os Padres da sua Freguezia, e alguns de Fora della Não havendo Numero sufeciente nella que tenham o Numero de seis Padres que deverão acompanhár, de caza athe a sepultura seu corpo”.²²¹ Do mesmo modo, pelo menos 15 outorgantes exigiram no mínimo todos os padres da freguesia, a que se poderiam juntar mais à escolha dos herdeiros ou algumas confrarias. Já três indivíduos queriam que comparecessem todos os padres que se encontrassem na freguesia aquando do seu falecimento.²²²

Por outro lado, existem também outorgantes que não se mostraram tão exigentes e pediram apenas o número de padres que se pudessem encontrar ou um número de padres à escolha dos herdeiros. Este foi o caso de Manoel Fernandes, do lugar de

²¹⁹ Os acompanhamentos de defuntos eram uma das fontes de rendimentos dos clérigos: CARVALHOSA, Adelino - A importância dos testamentos...p. 26.

²²⁰ Nos testamentos de camponeses bracarense feitos nos séculos XVIII e XIX, o número de padres pedidos para o acompanhamento até à sepultura era semelhante, oscilava entre os quatro e os 20: DURÃES, Margarida – Porque a morte é certa...p. 309.

²²¹ AMVLC, *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 72-73v.

²²² Este tipo de exigência foi também encontrado por Margarida Durães em testamentos de camponeses bracarense feitos nos séculos XVIII e XIX: DURÃES, Margarida – Porque a morte é certa...p. 309.

Junqueira de Baixo da freguesia de Junqueira, que no seu testamento cerrado, feito a 24 de Janeiro de 1819, pedia apenas que o seu corpo fosse “acompanhado de Alguns Eclesiasticos”, mas sem especificar o número.²²³ Também Mariana, do lugar de Felgueira da freguesia de Arões, na sua escritura feita a seis de Outubro de 1824 pedia simplesmente que o seu corpo fosse “acompanhado de caza athe a sepultura com os Padres que podesse sêr”.²²⁴

Olhando por outro lado os registos de óbito, existem dúvidas de que a vontade dos outorgantes mais exigentes fosse sempre cumprida e de que em alguns casos não tivessem que se sujeitar aos padres que “pudessem ser”. Em relação a esta fonte, convém antes de mais ressaltar que, se nas escrituras analisadas se encontraram pedidos de confrarias no acompanhamento do corpo à sepultura, os mesmos são inexistentes nos livros de registos de óbito. Dos 480 indivíduos maiores de idade e sem indicação de condição social de pobre (**ver Gráfico 8 e Anexo 10**), 478 foram acompanhados apenas por padres, nos outros dois casos, como vimos anteriormente, não foi explicado o tipo de acompanhamento feito. Mas, ainda que o número de seis padres surja igualmente em primeiro lugar como o mais usual em conjunto o número de cinco (210 pessoas – 43,8%), o número de clérigos que fizeram os acompanhamentos oscila entre um e 38, um intervalo maior do que o encontrado nas escrituras. A média de padres participantes nos cortejos fúnebres é também maior do que aquela calculada a partir das escrituras: 7,1 clérigos. No entanto, a moda é igual: seis padres.

Nem sempre foi possível estabelecer uma comparação entre as vontades dos outorgantes das escrituras analisadas e os óbitos registados para o período em estudo, quer porque não se puderam identificar com rigor os mesmos indivíduos, quer pela inexistência de informações relativamente ao acompanhamento, mas, para os 15 casos em que foi possível fazer essa comparação, somente uma única vez o número de padres pedido não foi respeitado. Este foi o caso de Bernardina Correia de Bastos Pina, do lugar de Fundo de Aldeia da freguesia de Codal, que no seu testamento cerrado, feito a 23 de Outubro de 1843, pediu acompanhamento de nove padres²²⁵, mas no seu registo

²²³ AMVLC, *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 50v-52v.

²²⁴ AMVLC, *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 86v-88.

²²⁵ AMVLC, *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 107-109.

de óbito, que data de 30 de Outubro de 1843²²⁶, foi indicado acompanhamento de 38 padres. Tal deve ter-se devido ao seu estatuto social e à fama de que gozava na comunidade, tendo direito a sepultura na Capela-Mor da igreja matriz.

Todavia, ainda que não seja possível estabelecer mais comparações, algumas informações deixadas pelos párocos levantam dúvidas sobre o cumprimento de algumas exigências dos outorgantes. Não sabemos se teriam feito algum pedido em vida, mas em alguns casos os párocos explicaram que o número de acompanhantes não foi maior por não ser possível (**ver Gráfico 8 e Anexo 10**). Este foi o caso de José Henriques, do lugar de Paço de Mato, da freguesia de Roge, falecido em 8 de Abril de 1814, cujo acompanhamento foi feito apenas por um padre “por não poderem ser mais nesse dia”.²²⁷ Neste caso não se sabe o motivo pelo qual não terão podido comparecer mais clérigos, mas no caso de Maria Francisca, residente na freguesia de Vila Cova de Perrinho e falecida a 22 de Abril de 1848, o seu acompanhamento foi feito por dois padres “só por não haver mais [...] ser dia de Pascoa”.²²⁸

Contudo, se nem sempre seria possível convocar todos os padres pretendidos para estarem presentes no dia do funeral por outros compromissos religiosos, as dificuldades em reunir todos os clérigos pedidos deveria, por vezes, ter origem noutras causas. No registo de óbito de Maria Francisca, da freguesia de Vila Cova de Perrinho e falecida a 17 de Fevereiro de 1844, o pároco deixou a informação de que o acompanhamento foi feito apenas por 6 padres “por não aparecer mais”.²²⁹ Seria por não estarem na paróquia no momento? Por desmazelo? As fontes não o permitem saber.

Até mesmo alguns indivíduos identificados pelos párocos como pobres, muito pobres ou mendigos²³⁰ tiveram acompanhamento feito com mais padres do que nestes últimos casos. Para os 90 dos 373 indivíduos desta condição social de que temos indicação relativamente ao acompanhamento (**ver Gráfico 9 e Anexo 11**), apenas em dois casos não foi especificado o acompanhamento feito e noutra situação foi deixada a

²²⁶ ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fl.29v.*

²²⁷ ADAVR, *Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fl. 95.*

²²⁸ ADAVR, *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fl. 256.*

²²⁹ ADAVR, *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fl. ilegível.*

²³⁰ Em onze casos os párocos não indicaram que o defunto era pobre, mas deixaram a indicação de que foram feitos Ofícios gratuitos e num caso também o acompanhamento e por esse motivo também considerados nesta análise como pobres.

indicação de não ter sido feito acompanhamento. Em três casos os párocos indicaram que apenas eles acompanharam o defunto. Este foi o caso de Joaquina, moradora em Santa Cruz, freguesia de Roge, falecida a 19 de Agosto de 1836, cujo pároco registou que o “seo corpo foi so por mim acompanhado athe a Igreja Parochial”.²³¹ Também no registo de óbito de Mariana, residente em Paço de Mato, freguesia de Roge, datado de 28 de Abril de 1838, o pároco escreveu que apenas “por mim [foi] acompanhada athe a sepultura”.²³² Não é possível perceber o motivo pelo qual foram deixadas estas indicações, pois tal era a regra e não a exceção. As Constituições Sinodais de Coimbra e Viseu estabeleciam que o defunto deveria ser sempre acompanhado pelo pároco da paróquia onde em vida recebeu os sacramentos, mesmo que fosse a enterrar noutra igreja.²³³

Para os 84 casos de que temos a indicação exata do número de clérigos, em 38 situações (42,2%) os acompanhamentos foram feitos por cinco padres, mas os números variam entre um e dez. A média é de cinco padres, ou seja, mais baixa do que a calculada para os indivíduos não identificados como pobres, que é de 7,1. A moda é também mais baixa, situada nos cinco padres, embora a diferença seja apenas de menos um valor. Portanto, ainda que com menos indicações em relação ao acompanhamento feito, parece não existir uma grande diferença relativamente àquele que era o número de padres que mais usualmente participava nos cortejos fúnebres dos que não foram identificados como menos afortunados monetariamente.

Mas, se em relação ao pároco a sua presença era obrigatória, como vimos, e por isso não existiam esmolos a distribuir, as mesmas eram necessárias caso houvesse a pretensão de ter mais clérigos presentes no cortejo fúnebre. No entanto, apenas em seis casos foi deixada a indicação de que o acompanhamento foi feito de forma gratuita, variando este tipo de acompanhamento entre três, cinco e sete padres (**ver Anexo 11**).

²³¹ ADAVR, *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fl. 148v.

²³² ADAVR, *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fl. 153v.

²³³ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra...*, Tít. XXII, Const. I, p. 235. Estas Constituições estabeleciam até que o pároco não deveria receber qualquer oferta, e o mesmo deveria acontecer como penalização aos restantes clérigos que viessem acompanhar um defunto que não era seu paroquiano e não esperassem pelo pároco, dada a obrigatoriedade da sua presença; *Constituições Sinodales do Bispado de Viseu...*, Livro IV, Tít. VI, Const. IV, p. 287. Estas Constituições definiam explicitamente que, após a morte, de imediato se daria a notícia ao pároco que deveria rezar o seu ofício, fazer a encomendação, acompanhamento e enterro. Sem o aviso do pároco o corpo não deveria ser levado para a igreja, exceto se necessário.

Esta indicação foi deixada, por exemplo, no assento de óbito de Clemência de Pinho, moradora em Moreira, freguesia de Roge, que tendo falecido a 2 de Junho de 1830 teve acompanhamento de sete padres “gratuito”.²³⁴ Já o mendigo Manoel Carqueja, do lugar de Paço, da freguesia de Roge e falecido a 18 de Maio de 1850 teve acompanhamento de 3 Padres “por esmola”.²³⁵ Portanto, nos restantes casos ou os párocos não indicaram a gratuidade do acompanhamento no assento de óbito por esquecimento ou descuido (como levantam a dúvida 11 casos em que existe indicação de ofícios gratuitos mas não de pobreza) ou as classificações de pobre, muito pobre ou mendigo não são totalmente reveladoras das posses económicas dos defuntos. Já no capítulo anterior vimos que alguns tiveram possibilidades financeiras para comprar uma mortalha.

Mas, considerando que para acompanhamentos que foram registados como gratuitos, o número de padres seja até maior do que noutras situações em que nada foi dito, é com algum espanto que se olha para o registo de óbito de Feliciano Tavares, de Vila Cova de Perrinho, identificada como pobre e falecida em Abril de 1841, que segundo o pároco não teve acompanhamento “por ser pobre”.²³⁶ A mesma defunta não teve direito a Ofícios pelo mesmo motivo, mas foi sepultada no interior da igreja, não sendo possível perceber o motivo pelo qual lhe foi negado o direito a acompanhamento gratuito de que outros usufruíram. Mas, sendo a sua presença obrigatória, será que o pároco se referia apenas a outros clérigos ou talvez a leigos também? Para o pároco ter anotado esta informação, quando noutros casos nada diz, algum motivo menos comum deve ter existido.

Por outro lado, se alguns indivíduos não tinham sequer direito a acompanhantes, ou em alguns casos o número de clérigos presentes ficava aquém do pretendido, existem pelo menos dois casos, como o de Teresa, solteira, do lugar de Paço, da freguesia de Roge e falecida a 21 de Outubro de 1844 que teve acompanhamento de “honrras”.²³⁷ Como veremos mais à frente, um Ofício de “Honras” (de que também encontramos registos), seria, segundo Maria Manuela Rodrigues e Maria de Fátima Gomes, acompanhado de música de órgão ou canto e tinha como objetivo afirmar o estatuto dos

²³⁴ ADAVR, *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fl. 129v.

²³⁵ ADAVR, *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fl. 173v.

²³⁶ ADAVR, *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fl. Ilegível.

²³⁷ ADAVR, *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fl. 163v.

defuntos mais importantes, garantindo que ficariam presentes na memória dos vivos.²³⁸ Seria também esse o significado dos acompanhamentos de honras nesta região? Seriam acompanhamentos mais pomposos com direito a música?²³⁹ Mais uma vez as fontes são silenciosas.

Mas esse silêncio quebra-se em relação a alguns aspetos, como é o caso do acompanhamento dos menores. Dos 310 menores identificados (**ver Anexo 12**) foi deixada para duas crianças, de dez anos de idade, um rapaz e uma rapariga, a indicação de que tiveram acompanhamento de dois e sete padres. A idade de dez anos, já próxima da maioridade na fé, 12 e 14 anos, respetivamente para mulheres e homens, e sobretudo, em crianças que já estavam em idade de confissão, pode ter levado a este cuidado de tentar contribuir com orações por parte de vários clérigos, para a salvação de quem já tinha a noção do bem e do mal, se bem que ainda não fosse reconhecido como capaz de entrar em comunhão com Deus.

Se procurarmos ainda perceber se o estado civil ou o sexo dos defuntos contribui para comportamentos distintos, a tabela seguinte dá-nos uma ajuda:

Tabela 13 – Padres solicitados para os acompanhamentos por sexo e estado civil nos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850)

Número de Padres	Mulheres				Homens				
	Casadas	Solteiras	Viúvas	Total	Casados	Solteiros	Viúvos	s/ inf.	Total
2 a 4	3	3	4	10	2	3	3	-	8
5	5	3	4	12	7	3	4	-	14
6	24	9	14	47	25	5	10	1	41
7 e 8	8	3	1	12	7	3	-	1	11
9	10	4	3	17	8	4	2	1	15
10 a 20	2	2	-	4	2	3	-	-	5
Total	52	24	26	102	51	21	19	3	94

Fonte: AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*

²³⁸ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto...* p. 168-169; GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 160-161.

²³⁹ Em Gondomar, no século XIX, alguns cortejos encerravam com a presença de música, que podia também acontecer já em casa e estender-se até à igreja, com missa cantada: GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 156. Na região da Provença, no século XVIII, pelo menos os cortejos de pessoas importantes eram acompanhados por música, sobretudo o toque dos sinos: VOVELLE, Michel – *Piété baroque et d’christianisation...* p. 87.

É possível constatar que as diferenças entre ambos os sexos não são muito significativas. Embora o universo de observação contenha um maior número de mulheres e os casos extremos de solicitação de 20 padres tenham sido feito por homens (ver Anexo 9), não existe uma desigualdade assinalável no comportamento geral. Os pedidos de acompanhamento de seis padres são os mais comuns entre ambos e os de mais de dez padres os menos solicitados. Já atendendo ao estado civil, é sobretudo visível uma diferença considerável em relação aos indivíduos que pediram acompanhamento de seis padres, pois, tanto no caso das mulheres, como no dos homens, o número de pessoas casadas ultrapassa largamente as restantes. São também os casados, homens e mulheres, sobretudo, que solicitaram um acompanhamento de nove padres.

Nos registos de óbito (ver Anexo 10), no caso dos adultos sem indicação de condição social de pobreza ou mendicidade, as mulheres registadas também são mais do que os homens, como indica o gráfico abaixo (existe um caso em que não foi possível identificar quer o sexo, quer o estado civil do defunto):

Tabela 14 – Padres participantes nos acompanhamentos (feitos aos de maior de idade e sem indicação de condição social de pobre) por sexo e estado civil nos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)

Número de Padres	Mulheres					Homens				
	Casadas	Solteiras	Viúvas	s/ inf.	Total	Casados	Solteiros	Viúvos	s/ inf.	Total
1	-	-	1	-	1	-	1	1	-	2
2 a 4	4	13	10	3	30	3	5	5	11	24
5 e 6	35	40	34	10	119	22	21	13	34	90
7 a 10	27	22	22	9	80	12	23	15	30	80
11 a 20	4	-	4	2	10	6	10	6	9	31
21 a 38	2	1	2	-	5	-	-	-	1	1
Total	72	76	73	24	245	43	60	40	85	228

Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

Através desta tabela é possível perceber que entre ambos os sexos as maiores diferenças encontram-se nos acompanhamentos de cinco e seis padres, que embora

fossem os mais usuais, tanto no caso das mulheres como dos homens, são em maior número no caso das primeiras. Entre os acompanhamentos de 11 a 20 clérigos existem também diferenças a considerar, pois foram sobretudo os homens que usufruíram de acompanhamentos compostos por um número de padres neste intervalo. Mas, os acompanhamentos de mais de 21 padres são praticamente exclusivos das mulheres, apesar de serem pouco comuns. Por outro lado, considerando o estado civil destas últimas, não existem diferenças assinaláveis dentro de cada categoria do mesmo número de padres acompanhantes. Em relação aos homens, as diferenças também são reduzidas, talvez os casos mais evidentes sejam entre os que tiveram acompanhamentos de sete a dez padres (mais frequentes entre os solteiros, ficando os casados num mais distante segundo lugar) e entre os que foram acompanhados por cinco e seis clérigos, com os casados muito próximos dos solteiros, mas mais afastados dos viúvos.

No caso dos indivíduos pobres, muito pobres ou mendigos, é em relação aos acompanhamentos de cinco padres que se notam as maiores disparidades como se pode ver na tabela seguinte. Enquanto 27 mulheres desta condição social usufruíram deste tipo de acompanhamento, apenas 11 homens de igual condição o tiveram. Já em relação à condição social, foram sobretudo as mulheres solteiras que tiveram mais acompanhamentos de cinco padres e só em três casos foram gratuitos.

Tabela 15 – Padres participantes nos acompanhamentos (feitos aos de maior idade com indicação de condição social de pobre, muito pobre ou mendigo) por sexo e estado civil nos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)

Número de Padres	Mulheres					Homens				
	Casadas	Solteiras	Viúvas	s/ inf.	Total	Casados	Solteiros	Viúvos	s/ inf.	Total
2	-	-	2	-	2	-	-	-	1	1
3 e 4	1	5	2	2	10	2	5	1	4	12
5	1	15	6	5	27	3	2	4	2	11
6 e 7	4	2	4	1	11		2	2	2	6
8 a 10	1	-	-	1	2	-	-	-	2	2
Total	7	22	14	9	52	5	9	7	11	32

Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

De uma forma geral, é possível verificar que os acompanhamentos, inclusive daqueles identificados como mais desfavorecidos economicamente, foram sobretudo feitos pelos números de cinco e seis padres, também os mais pedidos pelos outorgantes. Existe, portanto, uma proximidade de comportamentos. Será um sinal de que todos ouviam a mesma doutrina na missa dominical, nos sermões, nas festas locais ou em outras situações de participação na vida comunitária? É igualmente importante considerar que a escala de recursos disponíveis era comum, ou seja, existia um limite de opções em relação ao número de padres, pois não se podiam inventar mais clérigos se eles não existissem nas freguesias.

5.2.2.2. Confrarias

As confrarias (sociedades de leigos voluntários, presididas e administradas por leigos, ainda que eclesiásticos possam fazer parte mas a título pessoal), surgidas já na Idade Média, desenvolveram ao longo do período moderno uma especial atenção à função da oração pelos mortos e, por isso, a sua participação nos velórios e nos acompanhamentos dos irmãos falecidos tornaram-se algumas das suas funções principais. Uma vez que os confrades deveriam participar nos funerais dos irmãos defuntos, os fiéis, ao juntarem-se a estas associações, procuravam garantir que após a sua morte teriam quem orasse pela sua alma, como o faziam em vida pelos irmãos que iam falecendo.²⁴⁰ No fundo, seria uma troca, como muito bem sintetiza Maria de Fátima Gomes “o confrade ao participar nos rituais funerários de outro, assegurava, assim, a sua intervenção junto de Deus, aquando da sua própria morte”.²⁴¹

Apenas treze outorgantes solicitaram a presença de confrarias no seu cortejo fúnebre (**ver Gráfico 7 e Anexo 9**), sendo que somente cinco pretendiam a presença de mais do que uma. Micaela de Pinho, moradora no lugar da Lomba, freguesia de Arões, pediu, simplesmente, no seu testamento, em 13 de Junho de 1819 que o seu corpo fosse “acompanhado a sepultura das Irmandades de que hé Irmã”.²⁴² Este pedido é uma

²⁴⁰ ARIÈS, Philippe – *Essais sur l’histoire de la mort...* p. 101; ARIÈS, Philippe – *O Homem perante a morte – I*, p. 217-219.

²⁴¹ GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 53, 102.

²⁴² AMVLC, *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 33v-34v.

exceção na medida em que todos os outros outorgantes enumeram as confrarias pretendidas, mas também porque todos eles exigiram a presença de confrarias mediante uma esmola que deixavam definida para tal. Este facto leva-nos a pensar que nenhum deles seria membro das confrarias cuja presença solicitaram, pois, se assim fosse, seria uma obrigação a sua comparência no acompanhamento do irmão defunto, não seria necessário dar-lhes esmola para que o fizessem.²⁴³ Talvez até este aspeto explique o motivo pelo qual não se encontraram mais referências a confrarias nos acompanhamentos, pois aqueles que pertenciam a alguma destas associações confraternais certamente não necessitavam de pedir a sua comparência, confiantes que eram nos seus irmãos.²⁴⁴

No caso daquele pedido anterior, não sabemos quais as confrarias a que a outorgante se referia, mas, na freguesia de Cepelos, as confrarias que os outorgantes fizeram questão de ver presentes foram a das Almas, pedida por cinco pessoas, a do Santíssimo Sacramento, solicitada por três indivíduos, a de Nossa Senhora das Neves, pedida por dois outorgantes e a de Nossa Senhora do Rosário solicitada por igual número. Na paróquia de Codal os dois pedidos existentes são relativos à Confraria de Nossa Senhora do Carmo. Na freguesia de São Pedro de Castelões esta foi também a Confraria mais solicitada, três dos cinco indivíduos que fizeram pedidos pretendiam a sua presença, sendo que os outros fizeram recair a sua preferência na Confraria das Almas e do Santíssimo Sacramento.

²⁴³ Também na cidade de Braga, no século XVIII, apenas uma pequena percentagem de testadores pediu a presença de confrarias a que não pertencia (em alguns casos não pertencia a nenhuma) mediante pagamento de uma esmola, e na segunda metade daquele século a solicitação destes acompanhamentos pagos registou uma quebra assinalável (talvez devido ao pensamento iluminista que condenava os rituais e pompas religiosas, à falta de comparência de muitos confrades que descredibilizava as confrarias ou o facto dos cadáveres irem de imediato para a igreja dispensar a sua presença): FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma*...p. 166, 187, 199; No século XIX, em algumas freguesias de Gondomar, vários indivíduos solicitaram a participação de confrarias de que não eram irmãos nos seus cortejos fúnebres pagando também por esse serviço prestado, ao contrário dos testadores que pediam a presença das confrarias a que pertenciam: GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte*...p. 148-149.

²⁴⁴ Na paróquia de Cervães (Braga), no século XVIII, a grande maioria dos testadores também não fez referência à presença de confrarias, o que Angélica Moreira Rodrigues interpretou da mesma forma: RODRIGUES, Angélica Moreira – *As últimas vontades*...p. 39; Também entre os camponeses bracarenses nos séculos XVIII e XIX muitos testadores diziam pertencer a uma ou várias confrarias enquanto outros nada diziam, o que Margarida Durães também não entendeu como não serem irmãos de nenhuma confraria, mas que podiam considerar desnecessário referi-lo: DURAES, Margarida – *Porque a morte é certa*...p. 306; Já para a cidade de Braga, em testamentos do século XVIII, era comum os testadores pedirem as confrarias ou irmandades a que pertenciam, apesar de serem obrigadas pelos seus estatutos a acompanhar de forma gratuita os seus membros à sepultura: FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma*...p. 165.

Apesar de não terem pedido de forma expressa a presença de confrarias nos seus cortejos fúnebres, 178 outorgantes (46,7%) deixaram esmolas a várias confrarias das paróquias, e nos livros de receitas e despesas de algumas delas encontraram-se também registos de várias esmolas de defuntos.²⁴⁵ Estas esmolas não tinham em vista a contrapartida do acompanhamento, um pagamento de um serviço, mas os testadores estavam certamente cientes do seu efeito: quem a recebia comparecia no funeral e rezava, era dada aos membros das confrarias a oportunidade de também eles fazerem uma esmola, rezar por outrem. Na freguesia de Arões quatro confrarias registaram rendimentos provenientes de esmolas dos defuntos ou dos que morreram. A confraria de Nossa Senhora do Rosário recebeu, entre 1819 e 1829, esmolas desde 400 a 2400 reis.²⁴⁶ A confraria do Santo Nome de Jesus teve lucros, entre 1803 e 1822, de 200 a 2000 reis em esmolas.²⁴⁷ A confraria do Senhor (Santíssimo Sacramento) arrecadou, entre 1819 e 1827, várias esmolas entre 900 e 2000 reis.²⁴⁸ Entre 1802 e 1835 a irmandade das Almas recebeu também estas esmolas, cujo valor oscilou entre 250 e 2880 reis.²⁴⁹ A fábrica da Igreja de São João Batista de Cepelos recebeu também entre 1806 a 1833 esmolas de defuntos que iam desde 400 a 2400 reis.²⁵⁰

Das confrarias expressamente solicitadas nas escrituras em análise e acima enumeradas, apenas existem livros de registo de receitas e despesas para a Confraria do Santíssimo Sacramento de São Pedro de Castelões e para a confraria de Nossa Senhora das Neves de Cepelos. Somente neste último livro, entre os anos de 1802 e 1841, se encontraram referências a esmolas de defuntos, desde 200 a 1420 reis.²⁵¹ No entanto,

²⁴⁵ Não parece que estejamos perante um momento de declínio, pois elas eram várias, e como diz Michel Vovelle, se em França e noutros países onde a sua revolução se fez sentir as confrarias acabaram por se ruralizar e desaparecer nas cidades, mas nas penínsulas mediterrânicas, as confrarias conservavam ainda a sua vitalidade durante o século XIX: VOVELLE, Michel – *La mort et L'Occident...* p. 459-561.

²⁴⁶ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Igreja e Freguesia de São Simão de Arões (1803-1866)*, fls. 19v, 20v, 21v, 22v, 23v, 24v, 25v, 26v, 27v, 28v, 29v.

²⁴⁷ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Santo Nome de Jesus da Igreja e Freguesia de São Simão de Arões (1803-1853)*, fls. 1v, 2v, 3v, 4v, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21.

²⁴⁸ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Senhor (Santíssimo Sacramento) da Freguesia de Arões (1803-1866)*, fls. 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29.

²⁴⁹ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Irmandade das Almas da Igreja e Freguesia de São Simão de Arões (1789-1866)*, fls. 3, 5, 6v, 7, 8v, 9, 9v, 10, 10v, 12, 12v, 13, 15, 15v, 16, 16v, 17, 18, 18v, 19, 19v, 20, 10v, 21, 22v.

²⁵⁰ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Fábrica da Igreja da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1803-1851)*, fls. 6v, 8, 11, 12v, 14, 15v, 16v, 18, 19v, 21, 22, 23, 26, 27, 31v, 33, 39, 40, 43.

²⁵¹ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora das Neves da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1803-1846)*, fls. 1v, 3v, 5, 7, 9, 12, 14, 17v, 28, 31, 32v, 34, 35v, 43, 51v, 55v.

não foi possível localizar a data de óbito dos outorgantes que pediram o acompanhamento desta confraria e confirmar se a esmola tinha ou não sido entregue.

Considerando todos estes registos a preferência parece ter recaído sobretudo sobre as Confrarias das Almas, Santíssimo Sacramento ou Santo Nome de Jesus e Nossa Senhora do Carmo. A primeira confraria era também das mais pedidas noutros locais²⁵², o que não é de estranhar, pois como diz Jacques Le Goff, a sua finalidade era precisamente interceder junto de Deus de forma a abreviar a passagem das almas pelo Purgatório.²⁵³ No caso das confrarias de Nossa Senhora do Carmo não terá pesado a explicação que Ana Cristina Araújo apresentou em relação ao uso de mortalhas daquela ordem? Se o seu uso era uma forma privilegiada de atingir a salvação ao conceder indulgências, certamente que seria também vantajoso usufruir da oração dos confrades.

5.2.3. O cerimonial: velas, lanternas, bandeiras, guiões, opas e cruzes

As velas ou as alfaias das confrarias como eram as bandeiras, os guiões e as opas dos confrades (onde existissem) deveriam conferir um maior impacto visual aos cortejos fúnebres. As luzes, por um lado, por significarem a luz da salvação, ou seja, da ressurreição para a vida eterna e por outro, por protegerem o defunto contra os demónios impedindo-os de chegar perto do corpo do defunto, eram uma presença importante nos cortejos fúnebres.²⁵⁴

No entanto, as referências (pelo menos diretas) à presença dos lumes são raras.²⁵⁵ Um dos outorgantes que pediu a presença de confrarias no seu cortejo fez referência também a velas que os confrades deveriam levar.²⁵⁶ Este pedido foi feito por Manoel

²⁵² Em algumas freguesias de Gondomar, também no século XIX, a confraria das Almas era a mais solicitada, seguida pelas de Nossa Senhora do Rosário, Senhor Jesus e Santíssimo Sacramento: GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 57, 149.

²⁵³ GOFF, Jacques Le – *O Nascimento do Purgatório*, p. 50.

²⁵⁴ ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa...* p. 364.

²⁵⁵ Durante o século XIX, em Gondomar, eram também raros os pedidos de lumes ou velas, mas segundo os livros dos armadores tanto o uso de velas como de tochas era muito frequente nos funerais de adultos e crianças, podendo o uso de tochas ascender às centenas em alguns funerais: GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 144.

²⁵⁶ Esta prática dos confrades transportarem ou fornecerem velas durante os cortejos fúnebres não era exclusiva deste concelho ou de Portugal e noutros locais esta tarefa podia também caber a indivíduos pobres: Em Málaga, durante o período barroco, uma das obrigações das confrarias da Paixão, além do acompanhamento no cortejo, fornecimento de mortalha, esquife, sepultura na sua capela e celebração de certo número de missas, era o fornecimento de cera: SANCHEZ LÓPEZ, Juan Antonio – *Comportamientos Sociales y Cofrarias de Pasión en la Málaga Barroca*, p. 367; Em Paris, nos séculos XVI, XVII e XVIII, as crianças de hospitais ou de certas instituições, assim como alguns

Gomes Coronha do lugar de Burgães, da freguesia de São Pedro de Castelões, que na escritura feita a 23 de Abril de 1826 pediu que além de seis padres “se desse a vandeira das Almas, duzentos reis com a obrigação dos Mordomos virem acompanhar seu corpo, e deixava a confraria do senhor duzentos reis com obregação dos Mordomos hirem esperarem o seo corpo ao sitio aonde as molheres deitão as mantelhas com duas Vellas tudo isto por huma só vês”.²⁵⁷ As “mantelhas”, talvez fossem as capas ou véus que as mulheres colocavam sobre a cabeça, fazendo-o provavelmente de forma habitual num determinado local antes de chegar à igreja, levando o outorgante a identificar esse local como tal. Não se sabe qual o sítio exato a que se referia, mas certamente seria entre a casa do defunto e a igreja, onde, portanto os confrades da irmandade das Almas deveriam ir ter com duas velas cada um. As confrarias levarem a luz a casa dos falecidos era uma prática comum noutros locais.²⁵⁸

Nos livros de receitas e despesas das diversas confrarias do concelho existem vários registos de despesas com cera, mas não foi especificada a sua finalidade, não sendo possível saber se alguma dela seria destinada ao acompanhamento de defuntos. Apenas no livro referente à confraria de Nossa Senhora do Rosário de Macieira de Cambra foi registada de forma evidente, em 1834, a despesa de 2400 reis em cera “para enterros e festa”.²⁵⁹ Cera, portanto, para iluminar os corpos dos defuntos em casa, para ser utilizada no acompanhamento dos mesmos até à igreja e na iluminação deste espaço

religiosos e indivíduos pobres, podiam levar tochas acesas ao longo do cortejo e permanecer na igreja até à sepultura do corpo: CHAUNU, Pierre – *La mort à Paris...* p. 357-358, 360; Na região de Provença, no século XVIII, as velas e tochas eram também uma presença indispensável no que Michel Vovelle apelida de “espetáculo barroco”: VOVELLE, Michel – *Piété baroque et d’christianisation...* p. 88; Na cidade do Porto, também durante o período barroco (apesar de se ter notado uma diminuição à medida que se caminhava para o século XVIII) cabia muitas vezes aos pobres levar as tochas acesas: RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto...* p. 156; Nos séculos XVI a XVIII a Misericórdia de Vila Viçosa distribuía também círios pelos irmãos para realizarem os acompanhamentos de outros irmãos defuntos e seus familiares: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Dar aos pobres...* p. 295; Em Braga, no século XVIII os confrades levavam também uma vela ou tocha durante a procissão, uma função que poderia caber também a indivíduos pobres: FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma...* p. 170, 183; Na paróquia de Cervães (Braga), no século XVIII, as confrarias também acompanhavam os defuntos à sepultura com velas: RODRIGUES, Angélica Moreira – *As últimas vontades...* p. 39; Durante o século XIX, nalgumas freguesias de Gondomar, o transporte de tochas acesas não era apenas uma função das confrarias, também cabia por vezes aos pobres: GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 146, 153.

²⁵⁷ AMVLC, *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 96-97v.

²⁵⁸ Os estatutos da Confraria de S. Paio de Antas (Esposende) determinavam que o tesoureiro da irmandade deveria ir com uma vela acesa a casa do irmão falecido para que o cadáver tivesse sempre luz acesa, devendo garantir também a existência de velas a arder na igreja durante o Ofício do Corpo Presente: NEIVA, Adélio Torres – *A confraria do subsino de S. Paio de Antas nos séculos XVII e XVIII*.

²⁵⁹ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Macieira de Cambra (1833-1866)*, fl. 3.

durante o ofício. Nos livros de receitas e despesas das confrarias do Santíssimo Sacramento²⁶⁰ e Nossa Senhora da Natividade²⁶¹, também da paróquia de Macieira de Cambra, encontraram-se vários registos de receitas provenientes de esmolas de cera dos defuntos, cuja finalidade deveria ser também aquela.

Algumas confrarias tiveram também gastos com a compra e conserto de lanternas, formas mais elaboradas de transporte da luz, protegendo-a das condições climáticas e aumentando o seu efeito. A confraria do Senhor (Santíssimo Sacramento) de Arões mandou compor duas lanternas no Porto em 1812.²⁶² A confraria de Nossa Senhora das Neves de Cepelos comprou vidros e paus para as lanternas em 1810 e mandou também compor lanternas em 1824.²⁶³ A fábrica da igreja de São João Batista de Cepelos registou também gastos com o conserto do vidro das lanternas em 1813 e com o arranjo das mesmas em 1814 e 1825.²⁶⁴ A confraria do Santíssimo Sacramento de Vila Chã anotou igualmente uma despesa em 1847 com o conserto das lanternas.²⁶⁵ Mas o seu uso não se restringia aos acompanhamentos fúnebres, eram úteis noutras ocasiões que implicavam a presença de luzes, como por exemplo quando o pároco era chamado a levar o viático aos doentes moribundos.

Esta prática de alumiar o corpo estendia-se também aos padres que acompanhavam o defunto como se pode ler no testamento do reitor da igreja de São Pedro de Castelões, João dos Santos de Figueiredo (19 de Agosto de 1834) “Padre Antonio de Mouta = Padre Francisco do Covo, Padre Cura e os dous Padres de Cabril e na falta destes outros a Escolha de meus Testamenteiros conduzirão o meu corpo de caza para a Igreja e lhes dará a cada hum huma vela de meio aratel”.²⁶⁶ A indicação de

²⁶⁰ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja e Freguesia de Macieira de Cambra (1803-1817)*, fls. 3v, 5, 6v, 9, 13, 15, 19, 21, 25v, 28v.

²⁶¹ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora da Natividade da Freguesia de Macieira de Cambra (1803-1866)*, fls. 18v, 20, 21v, 22v, 24v.

²⁶² AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Senhor (Santíssimo Sacramento) da Freguesia de Arões (1803-1866)*, fl. 12.

²⁶³ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora das Neves da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1803-1846)*, fls. 14v, 35v.

²⁶⁴ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Fábrica da Igreja da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1803-1851)*, fls. 16v, 18, 33.

²⁶⁵ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Vila Chã (1844-1866)*, fl. 4v.

²⁶⁶ AMVLC, *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 59v-62v; Em Lisboa, entre 1700 e 1830 as Constituições Sinodais previam que os padres pudessem levar velas acesas durante o acompanhamento e enterro: ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa*...p. 361.

peso ou tamanho das velas atesta, por um lado, a importância da duração do efeito da luz, por outro, o sentido prático desta população, pois a cera não era barata.²⁶⁷

Numa escritura de dote feita a 12 de Janeiro de 1835, Caetana do lugar de Ervedoso, da freguesia de Arões, pedia seis padres para acompanharem o seu corpo “desde caza até a sepultura” e deixava ao dotado a “obrigação de lhe fazer todas as mais despesas pertencentes ao seu funeral como são ementa, cêra, habito, e o mais que ao mesmo funeral disser respeito”.²⁶⁸ Neste caso não se explica, por exemplo, quem deveria levar as velas no cortejo fúnebre, mas é mais um exemplo que atesta a importância da sua presença, mesmo que as velas fossem em número de uma ou de duas ou tivessem diferente peso, como os exemplos anteriores demonstram.

Em Lisboa, apesar das Constituições Sinodais proibirem os enterros à noite, eles eram feitos até ao final do século XVIII, e por esse motivo, raramente dispensavam o uso de archotes.²⁶⁹ No concelho em estudo não sabemos se tal aconteceria, mas as Constituições Sinodais de Coimbra proibiam a realização de exéquias depois de escurecer. Estas constituições determinavam que independentemente do estatuto social (mesmo que se tratasse de um duque, conde ou marquês), ninguém deveria ser enterrado depois das Ave Marias por mais solene que fosse a pompa de enterrar a tais horas com tochas, “porque mais respeyto se deve ter com o que cõvem ao serviço de Deos, & aos males, que de semelhâtes exéquias se soem seguir, ã a esses aparatos, ã aproveytão pouco a alma do defunto”.²⁷⁰

Além das luzes das velas, o cortejo fúnebre deveria ainda ganhar uma maior visibilidade graças à presença das bandeiras das Confrarias.²⁷¹ Todos os outorgantes se dirigiram às Confrarias das Almas como “bandeira das Almas”, o que mostra a identificação que viam no símbolo da confraria, confundindo-o com a própria instituição. Mas as outras confrarias também deveriam levar as suas bandeiras. Manoel

²⁶⁷ Também na região da Provença, no século XVIII, existiam velas de diferente peso, atendendo àqueles que tinham mais possibilidades económicas e aos que não podiam pagar um cortejo tão sumptuoso: VOVELLE, Michel – Piété baroque et d’christianisation...p. 88.

²⁶⁸ AMVLC, *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 89-90v.

²⁶⁹ ARAÚJO, Ana Cristina – A Morte em Lisboa...p. 365.

²⁷⁰ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra...*, Tít. XXII, Const. I, p. 234.

²⁷¹ Em Lisboa, entre 1700 e 1830 as Constituições Sinodais determinavam que as confrarias que participavam nos cortejos fúnebres deveriam levar sempre as bandeiras respetivas: ARAÚJO, Ana Cristina – A Morte em Lisboa...p. 361.

de Sousa, da Quinta da Costa do lugar de São Pedro de Castelões, que no seu testamento cerrado feito a 11 de Agosto de 1844 pediu que além dos padres da freguesia “se dê de esmolla á Confraria de Nossa Senhora do Carmo quatrocentos e oitenta reis também por uma só vez, com obrigação de me virem os irmãos da mesma Irmandade que poderem acompanhar com a Bandeira da mesma e assisitir ao officio de corpo presente”.²⁷²

Nos livros de registo de receitas e despesas das confrarias foram vários os gastos com compras e arranjos de bandeiras. Em Macieira de Cambra a confraria de Nossa Senhora da Natividade teve gastos com o conserto de uma bandeira em 1824 e com “uma bandeira” em 1839.²⁷³ Também a confraria de Nossa Senhora do Rosário de Arões registou nos anos de 1835 e 1849 despesas com o conserto da sua bandeira.²⁷⁴ Já a irmandade das Almas também desta freguesia registou como despesa nos anos de 1813, 1830, 1833, 1834 “uma bandeira”.²⁷⁵ Ter-se-á comprado uma bandeira em cada um destes anos? Seriam novas bandeiras para juntar às que a confraria já tinha? Ou seria necessário substituir bandeiras irremediavelmente danificadas? É muito provável que a hipótese mais certa seja esta última, atendendo ao número de vezes que saíam à rua sujeitas ao calor e à humidade, que favoreciam o desbote de tintas ou o aparecimento de fendas na madeira, material em que devia ser feita a maior parte.

Por outro lado, nos séculos XVI a XVIII as misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima possuíam bandeiras diferentes para os acompanhamentos de irmãos e seus familiares e os enterros de outros indivíduos.²⁷⁶ Também a Misericórdia de Lisboa, entre 1700 e 1830, dispunha de três tipos diferentes de bandeiras “de maneira a garantir a necessária diferenciação entre as exéquias reservadas aos pobres, aos “de maior qualidade” e aos próprios irmãos”.²⁷⁷ Poderemos estar perante uma situação semelhante? Na freguesia de Cepelos, a confraria de Nossa Senhora das Neves comprou

²⁷² AMVLC, *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 133v-135.

²⁷³ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora da Natividade da Freguesia de Macieira de Cambra (1803-1866)*, fls. 36, 56.

²⁷⁴ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Igreja e Freguesia de São Simão de Arões (1803-1866)*, fls. 35v, 41.

²⁷⁵ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Irmandade das Almas da Igreja e Freguesia de São Simão de Arões (1789-1866)*, fls. 12, 19, 20v, 21.

²⁷⁶ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, p. 295 e 529.

²⁷⁷ ARAÚJO, Ana Cristina – “A Morte em Lisboa, p. 361.

em 1816 e 1823 uma bandeira para a confraria e gastos registados em 1839, 1843 e 1850 dizem respeito ao conserto das bandeiras.²⁷⁸ Também a confraria do Senhor (Santíssimo Sacramento) da mesma freguesia teve gastos com o arranjo de uma bandeira em 1805 e por mandar “compor as bandeiras” em 1808.²⁷⁹ O facto de estas referências surgirem no plural leva a crer que estas confrarias tivessem mais do que uma bandeira.

Algumas destas confrarias tiveram ainda gastos com guiões. A confraria de Nossa Senhora do Rosário de Arões registou como despesa em 1835 a compra de um guião²⁸⁰ e a confraria do Senhor (Santíssimo Sacramento) da mesma freguesia teve gastos com o conserto das cruces dos Guiões em 1803.²⁸¹ Portanto teria mais do que um guião. A confraria de Nossa Senhora das Neves de Cepelos teve o mesmo tipo de despesa em 1808²⁸² e a confraria de Nossa Senhora da Natividade de Macieira de Cambra em 1844.²⁸³ A confraria de Nossa Senhora do Rosário também desta última freguesia teve como despesas no ano de 1838 a compra de damasco e de uma cruz para um guião novo e conserto dos guiões antigos, incluindo tingir os mesmos.²⁸⁴ Assim, além de várias bandeiras, as confrarias tinham também vários guiões, que os confrades poderiam levar sempre que acompanhavam um defunto.

Além destas alfaias o uso de opas pelos confrades deveria dar ainda uma maior visibilidade aos cortejos onde participavam. Não se sabe qual seria a cor, forma ou tecido, mas a confraria de Nossa Senhora do Rosário de Arões mandou compor as opas dos irmãos em 1815 e 1849²⁸⁵ e a irmandade das Almas também desta freguesia teve

²⁷⁸ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora das Neves da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1803-1846)*, fls. 5, 7, 34, 53, 57.

²⁷⁹ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Senhor (Santíssimo Sacramento) da Freguesia de Arões (1803-1866)*, fls. 4, 8.

²⁸⁰ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Igreja e Freguesia de São Simão de Arões (1803-1866)*, fl. 35v.

²⁸¹ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Senhor (Santíssimo Sacramento) da Freguesia de Arões (1803-1866)*, fl. 1v.

²⁸² AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora das Neves da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1803-1846)*, fl. 10v.

²⁸³ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora da Natividade da Freguesia de Macieira de Cambra (1803-1866)*, fl. 61v.

²⁸⁴ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Macieira de Cambra (1833-1866)*, fl. 7v.

²⁸⁵ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Igreja e Freguesia de São Simão de Arões (1803-1866)*, fls. 15v, 41.

como despesa em 1835 a compra de uma opa.²⁸⁶ Certamente que o seu uso estaria indicado para todas as ocasiões solenes em que os confrades se tinham que reunir.²⁸⁷

As Constituições Sinodais de Coimbra e Viseu estabeleciam ainda que os defuntos deveriam ser sempre acompanhados com a cruz da paróquia. As Constituições desta última diocese determinavam inclusive que a cruz deveria ser conduzida na frente do cortejo.²⁸⁸ De facto, Mariana Correia, do lugar de Casal de Cepelos da freguesia com o mesmo nome, pediu a 27 de Março de 1833 que se desse esmola à Fábrica da Igreja “vindo a acompanhar, com a crus grande”.²⁸⁹

²⁸⁶ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Irmandade das Almas da Igreja e Freguesia de São Simão de Arões (1789-1866)*, fls. 12, 19, 20v, 21, 22v.

²⁸⁷ Em Gondomar, no século XIX, todos os confrades deveriam acompanhar os funerais envergando a opa da confraria. Todas as confrarias deveriam também levar as suas cruzes, guiões e bandeiras: GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 146, 149; Já antes, no século XVIII, em Braga, cada confrade deveria levar vestida a sua opa: FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma...* p. 183.

²⁸⁸ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra...*, Tít. XXII, Const. I, p. 235; *Constituições Sinodales do Bispado de Viseu...*, Livro IV, Tít. VI, Const. IV, p. 287. Em Lisboa, as Constituições Sinodais estipulavam também que a cruz da paróquia do defunto deveria fazer parte do cortejo, precedendo todas as outras que pudessem existir, com exceção da Cruz da Sé: ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa...* p. 360.

²⁸⁹ AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 38v-40v.

Capítulo 6 – Na igreja: o que fazer pela alma do defunto antes do enterro?

6.1. Preparação do espaço e luzes

Para poderem ser feitas as exéquias dos defuntos da melhor forma, as igrejas que os iriam receber deveriam ser previamente preparadas. Pelo menos assim seria na igreja paroquial de Codal, para a qual as fontes analisadas fazem referência a uma essa (ou catafalco), uma armação que se erguia no meio da Igreja para depositar o defunto.²⁹⁰ No assento de óbito do Prior António Bernardino da Costa e Silva daquela freguesia, datado de 1842, é possível ler parte do seu testamento relativa às disposições espirituais, onde o mesmo pedia que o seu corpo “fosse depositado no meio da Igreja em Eça, e dahi fosse conduzido ho corpo para a sepultura”.²⁹¹

Nos livros de receitas e despesas das confrarias do concelho existem referências a vários gastos com a armação de igrejas e capelas, mas apenas por ocasião da festa do padroeiro ou Semana Santa, e não para exéquias. Também em cera, como vimos no capítulo relativo aos acompanhamentos, as várias confrarias despendiam muito dinheiro, mas só por vezes se indicou de forma expressa que foi usada em enterros.

De facto, não existem grandes informações relativamente ao papel que as confrarias do concelho desempenhariam nas cerimónias fúnebres. Como tivemos oportunidade de ver no capítulo anterior, além de padres, nas várias escrituras analisadas não eram comuns os pedidos de confrarias no acompanhamento dos cadáveres, pelo menos diretamente. Da mesma forma, não se encontrou qualquer solicitação da sua presença na Missa e Ofício de Corpo Presente, à exceção de Manoel de Sousa da freguesia de São Pedro de Castelões que no seu testamento cerrado feito a 11 de Agosto de 1844 pedia que “com os mesmos [clérigos da minha freguesia] se me faça o ofício do corpo presente, e os outros dous officios com a possivel brevidade [...] Que se dê de esmolla á Confraria de Nossa Senhora do Carmo quatrocentos e oitenta reis também por uma só vez, com obrigação de me virem os irmãos da mesma

²⁹⁰ RÖWER, Frei Basílio – Dicionário Litúrgico...p. 64.

²⁹¹ ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fl. 28v.

Irmandade que poderem acompanhar com a Bandeira da mesma e assisitir ao officio de corpo presente”.²⁹² No entanto, não existe qualquer alusão a velas.

Essa alusão apenas surgiu apenas no testamento do reitor da Igreja de São Pedro de Castelões, João dos Santos de Figueiredo, que pedia no seu testamento, a 19 de Agosto de 1834, que se desse uma vela a “a cada hum de todos os que assistirem ao meu officio [de Corpo Presente]”.²⁹³ Mas neste caso não é feita uma referência exclusiva às confrarias, as velas deveriam ser distribuídas por todas as pessoas que estivessem presentes. Talvez este caso possa até ser único, atendendo à sua condição de reitor e ao facto de ser natural do Porto, onde os costumes poderiam ser diferentes, mas as indicações que possuímos são poucas e não permitem que se retirem grandes conclusões, pois não foi encontrada qualquer outra referência ao uso de velas no Ofício de Corpo Presente, durante a missa ou em qualquer outro momento do funeral.

6.2. Missa e Ofício de Defuntos

Em relação às práticas existentes antes da reforma do Vaticano II e, por isso, mais próximas do período que se está a estudar, Frei Basílio Röwer diz-nos que após a chegada à igreja e deposição do cadáver deveria ser feito um Ofício de Defuntos, seguindo-se a missa exequial, e se o dia e a hora permitissem no final dava-se a absolvição junto ao esquife, exceto no caso dos menores, pois em algumas idades não necessitavam nem de Ofício, nem de Missa, nem de Absolvição. Se não houvesse missa, a absolvição podia ser dada imediatamente depois do Ofício caso este fosse feito. Podia também existir Oração fúnebre, que se devia fazer logo depois da Missa e antes da Absolvição.²⁹⁴

Apenas em três assentos de óbito e numa escritura apareceram referências à celebração de uma missa.²⁹⁵ Este foi o caso de Teresa Margarida de Almeida, da

²⁹² AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 133v-135.

²⁹³ AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 59v-62v.

²⁹⁴ RÖWER, Frei Basílio – *Dicionário Litúrgico*...p. 102-103, p. 700.

²⁹⁵ Também no século XIX, para algumas freguesias do concelho de Gondomar, Maria de Fátima Gomes pode perceber que era comum fazer-se uma Missa de Corpo Presente com os padres que faziam o acompanhamento dos defuntos. No entanto, podiam ser pedidas mais missas consoante a vontade dos mesmos: GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte*...p. 81-83.

freguesia de Macieira de Cambra, que a 2 de Maio de 1839 pedia que na igreja desta mesma paróquia se fizesse somente “hum officio de corpo presente com sua Missa respectiva, e tudo com aquella decencia e moderada pompa que sempre se tem executado com os meus antepassados”.²⁹⁶ Contudo, na maior parte dos casos nada foi dito relativamente à missa exequial e por isso, nada se sabe com certeza, mas tal não significa que não fosse celebrada, até porque, as Constituições Sinodais ordenavam que a mesma fosse feita, como mais à frente se verá. O mesmo se pode aplicar aos casos em que não foi indicada a concretização de qualquer Ofício por parte dos párocos, assim como aos outorgantes das várias escrituras que não os mencionaram. Tais casos podem dever-se apenas a lapso ou esquecimento.

Embora um século antes, Rafael Bluteau dizia que a expressão “Ofício de Defuntos” era usada também para Missa, sem mais.²⁹⁷ Seria ainda na primeira metade do século XIX esta expressão entendida da mesma forma e por isso são praticamente inexistentes as referências às Missas exequiais? A forma como a outorgante acima mencionada se referia à Missa leva de facto a crer que a mesma estava associada ao Ofício de Corpo Presente e talvez por isso não fosse necessário especificar algo que era entendido como um todo.

A 25 de Julho de 1842, no assento de óbito de António, residente na freguesia Vila Cova de Perrinho, o cura José Soares de Pinho indicou somente que o seu corpo “foi depositado, e feito o ofício do Corpo presente”.²⁹⁸ Será que não se referiu à missa exequial por estar implícita? Ver mais de perto o tipo de Ofícios solicitados e feitos, talvez ajude nesta discussão.

6.2.1. Composição e realização do Ofício de Defuntos

O Ofício de Defuntos era parte integrante do ritual de preparação para o enterramento e feito em sufrágio das almas do purgatório, sendo ajustado à ocasião a partir do Ofício Divino, uma oração de adoração e louvor que todos os dias se oferecia a Deus por intermédio dos seus ministros, em nome de Jesus e em seu próprio nome. O

²⁹⁶ AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra, fls. 113-116.

²⁹⁷ BLUTEAU, Raphael – Vocabulario portuguez e latino, vol. VI, p. 49-50.

²⁹⁸ ADAVR - Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fl. Ilegível.

Ofício de Defuntos era composto por todas as horas do Ofício Divino, mas possuía um carácter de luto, omitindo, portanto, tudo o que tivesse um carácter festivo. Por ter a mesma estrutura, o Ofício de Defuntos podia também substituir qualquer outro ofício, mas era apenas obrigatório no dia de finados, podendo ser cantado ou recitado.²⁹⁹

O Ofício Divino era formado por oito partes repartidas durante o dia - Matinas, Laudes, Prima, Tércia, Sexta, Noa, Vésperas e Completas - compostas por antífonas, salmos, hinos, versículos, lições (leituras) e orações.³⁰⁰

As Matinas eram a primeira, mais antiga e mais importante hora do Ofício Divino, feitas nas primeiras horas da manhã de cada dia, mais convenientemente antes da missa. Juntamente com as Laudes formavam a Vigília Noturna, que se dividia em quatro partes: as Matinas representavam as primeiras três vigílias e as Laudes representam a última. Fazia também parte do Ofício Divino o Invitatório, uma introdução que convidava à adoração a Deus e que precedia as Matinas. Por sua vez, as Matinas, sem contar com esta Introdução, dividiam-se em 3 partes distintas, e a cada uma dava-se a designação de Noturno, que correspondiam, portanto às três primeiras vigílias da noite.³⁰¹

As Laudes, última das quatro Vigílias Noturnas, possuíam um carácter festivo e de louvor a Deus, podendo-se rezar separadamente das Matinas.³⁰² Depois das Matinas e das Laudes rezava-se a Prima, a primeira das horas menores do Ofício Divino.³⁰³ Seguia-se depois a Tércia³⁰⁴, a Sexta³⁰⁵, e a Noa, a quarta e última das horas menores do Ofício Divino, rezadas antes do meio-dia.³⁰⁶

Às horas menores seguiam-se as Vésperas, a penúltima das horas canónicas, cuja estrutura era igual à das Laudes, mas além do seu carácter de louvor a Deus, eram também uma ação de graças. Inicialmente recitadas depois de se acenderem as luzes,

²⁹⁹ RÖWER, Frei Basílio – Dicionário Litúrgico...p. 162.

³⁰⁰ RÖWER, Frei Basílio – Dicionário Litúrgico...p. 160-161.

³⁰¹ RÖWER, Frei Basílio – Dicionário Litúrgico...p. 123, 141-142, 159.

³⁰² RÖWER, Frei Basílio – Dicionário Litúrgico...p. 130.

³⁰³ RÖWER, Frei Basílio – Dicionário Litúrgico...p. 189.

³⁰⁴ RÖWER, Frei Basílio – Dicionário Litúrgico...p. 220.

³⁰⁵ RÖWER, Frei Basílio – Dicionário Litúrgico...p. 214.

³⁰⁶ RÖWER, Frei Basílio – Dicionário Litúrgico...p. 158.

foram antecipadas para as primeiras horas da tarde com a criação das Completas³⁰⁷, que passaram a ser a última hora do Ofício Divino de cada dia.³⁰⁸

Antes da missa de funeral, o Ritual Romano estabelecia que, a não ser que existissem impedimentos, se recitasse o Ofício de Defuntos com três Noturnos e Laudes, mas, se existisse um motivo válido, o Ofício podia ser reduzido apenas ao primeiro Noturno³⁰⁹, iniciando-se com o Invitatório, com ou sem Laudes.³¹⁰ Cada Noturno era composto por três lições, ou seja, três leituras, pelo que se podia designar também de Ofício de três lições. Assim, as Matinas, ao serem compostas por nove leituras designavam-se também por Ofício de nove lições. Era rezado, na sua origem, pelos monges de madrugada, antes do romper da alva. Nas exéquias, e com o costume de velar o defunto por toda a noite, começava-se com esse ofício de nove lições o dia do seu enterramento.³¹¹

Geralmente rezava-se ou cantava-se apenas uma destas horas litúrgicas, dependendo da hora a que se procedia às exéquias. Mas nas pessoas de maior qualidade e especialmente nos sacerdotes era frequente fazer-se todo o ofício. Nem sempre o ofício se fazia no dia das exéquias, podendo muitas vezes por impedimento do dia ou conveniência dos sacerdotes ser celebrado depois, exceções que à frente veremos com mais detalhe.

Dos 291 outorgantes que indicaram os Ofícios pretendidos, 140 (48,1%) pediram a realização de Ofícios divididos por três momentos (**ver Anexo 13**). No entanto, apenas 42 outorgantes (14,4%) indicaram de forma explícita que o primeiro desses Ofícios deveria ser o de Corpo Presente, como se pode ver no gráfico seguinte:

³⁰⁷ RÖWER, Frei Basílio – Dicionário Litúrgico...p. 229-230.

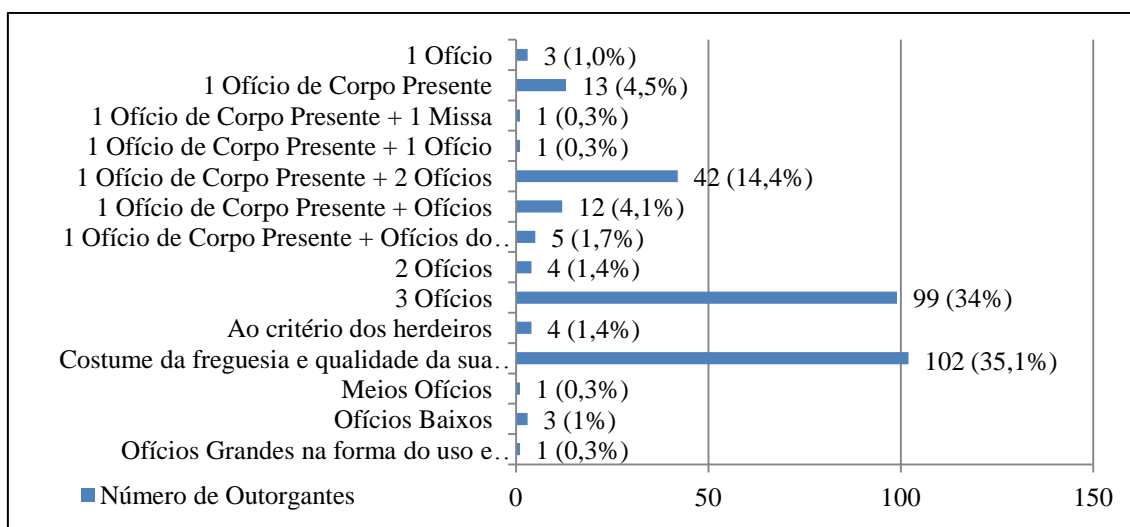
³⁰⁸ RÖWER, Frei Basílio – Dicionário Litúrgico...p. 69.

³⁰⁹ Atendendo às práticas encontradas para o Porto barroco, Maria Manuela B. Martins Rodrigues diz-nos que os Ofícios de três noturnos eram mais demorados e mais caros e, por isso, eram pedidos por indivíduos de classes sociais com mais posses, mas registaram uma quebra ao longo do período estudado pela investigadora: RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto*...p. 167-168.

³¹⁰ COELHO, Dom António – *Curso de Liturgia Romana*, p. 699.

³¹¹ RÖWER, Frei Basílio – Dicionário Litúrgico...p. 132, 141-142, 232.

Gráfico 10 - Ofícios solicitados (por outorgante) das escrituras dos Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra (até 1850)



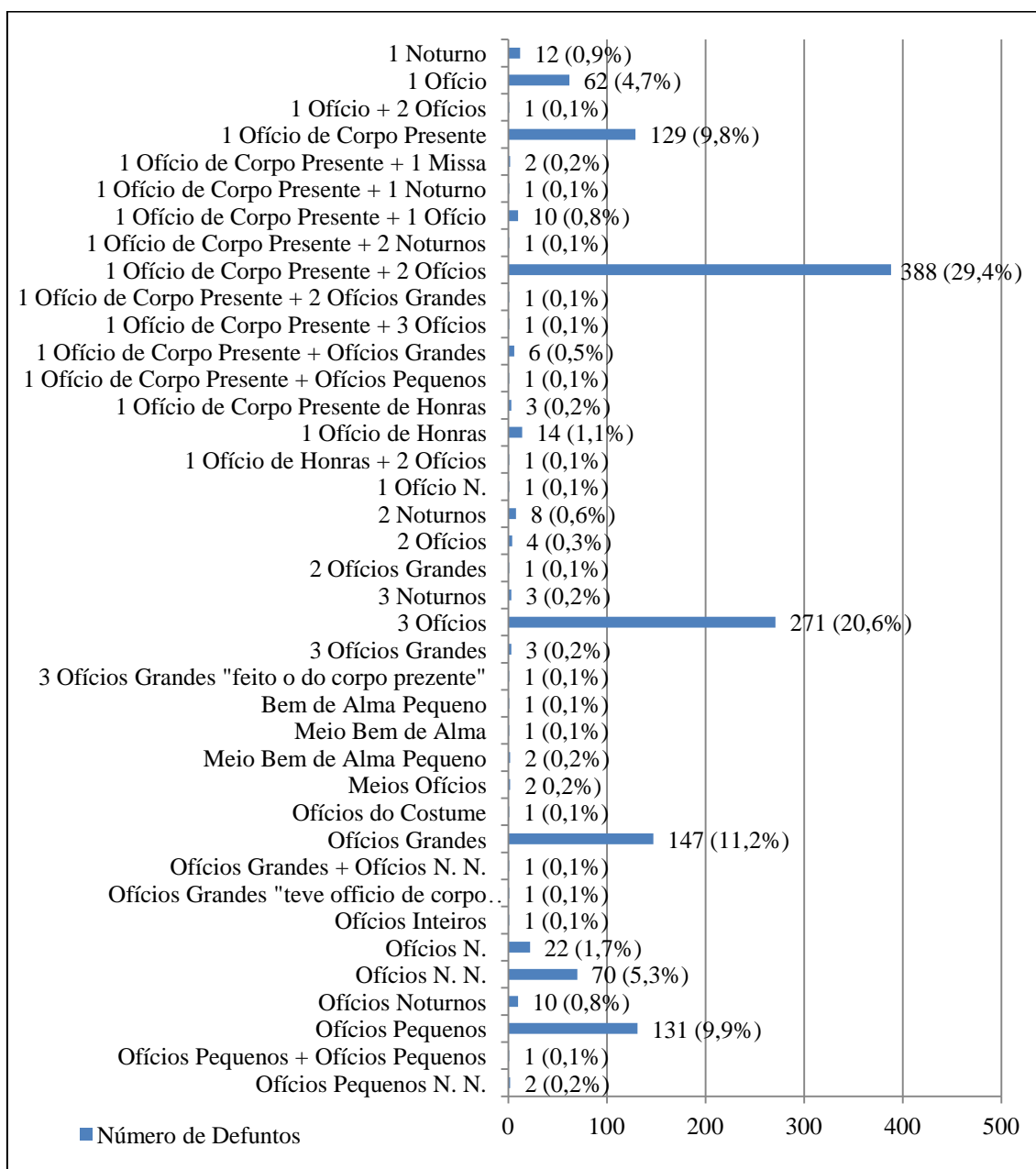
Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

Excluindo os mais desfavorecidos economicamente e os menores (casos para os quais as Constituições Sinodais estabeleciam condições especiais como à frente veremos), é possível perceber que, apesar da grande variedade de designações encontradas nos registos de óbito, foram 664 os defuntos a quem foram feitos três Ofícios, cerca de metade (50,5%) daqueles para que possuímos a indicação dos Ofícios feitos (1318 casos), embora apenas em 389 casos (29,5%) tinha sido explicitamente indicado que o primeiro foi o de Corpo Presente (**ver Anexo 14**), como se pode constatar no **Gráfico 11**.

Em 275 assentos de óbito (20,9%) apenas é dito que foram feitos três Ofícios, mas, muito provavelmente, o primeiro Ofício seria também o de Corpo Presente, ainda que os párocos não o tenham especificado, pois vários outorgantes pediram nas suas escrituras que se fizessem três Ofícios que diziam ser os do costume, sendo um de corpo presente. Este foi o caso de Caetana, do lugar de Ervedoso da freguesia de Arões, que, numa escritura feita em 12 de Janeiro de 1835, pedia que se fizessem “os seus bens

d'alma, conforme o uso, e costume da sua freguezia, e qualidade de sua pessoa, que se entende os seus tres officios do costume, e um destes de corpo presente”³¹².

Gráfico 11 - Offícios feitos (aos de maior idade e sem indicação de condição social de pobre e officios gratuitos) nos Registos de Óbito do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)



Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.6, fls. 53-97v*; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.29, fls. 1-127*; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito, liv.45, fls. 1-10*; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fls. 5v-34*; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos, liv.13, fls. 1-6v*;

³¹² AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra, fls. 89-90v.*

Existem também várias referências à realização de apenas um Ofício. Nos registos de óbito foi indicada a realização de apenas um Ofício para 210 defuntos (15,9%), embora apenas em 134 casos (10,2%) se tenha indicado que esse Ofício era de Corpo Presente. Nas escrituras encontradas somente 17 outorgantes (5,8%) pediram um único Ofício, tendo sido 14 (4,8%) os que especificaram querer que este fosse de Corpo Presente. A 17 de Julho de 1837 Manoel Soares e Antónia Maria e Jesus, do lugar de Burgães da freguesia de São Pedro de Castelões, pediam no seu testamento cerrado de mão comum que a cada um deles se fizesse apenas “hum offício sendo este de corpo prezente”.³¹³ Com muito menor frequência foram pedidos e feitos dois Ofícios. Somente cinco outorgantes (1,7%) os pediram e apenas a 15 defuntos (1,1%) foram feitos este número de Ofícios. Mais raro ainda, aliás, caso único, foi a indicação, num registo de óbito, de que foram feitos quatro Ofícios. Contudo, por várias vezes, como é possível observar no **Gráfico 11**, foi unicamente deixada a nota de que se fizeram Ofícios (de uma grande variedade), sem especificar quantos.³¹⁴

Portanto, de uma forma geral, se juntarmos todos os casos em que existem referências a pedidos ou realização de um Ofício de Corpo Presente + dois Ofícios ou apenas de três Ofícios, obtemos um número de casos bem maior do que os pedidos ou registos de qualquer outro número de Ofícios. Ou seja, parece que o costume nesta região e época era a repartição por três momentos. Considerando o Porto no período barroco Maria Manuela Rodrigues apercebeu-se através dos pedidos de testamentos que o costume era também constituído por três Ofícios, sendo um deles o de Corpo Presente, obrigatório mesmo que o defunto não tivesse posses para o mandar rezar.³¹⁵

³¹³ AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 31v-34.

³¹⁴ Apesar de no Porto do período barroco o mais comum ser três Ofícios, os defuntos também podiam pedir mais ou menos além do obrigatório Ofício de Corpo Presente: RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto...* p. 166; Maria de Fátima Gomes detetou já no século XIX para algumas freguesias de Gondomar uma situação idêntica. Alguns testadores das escrituras que analisou pediram igualmente um ou dois Ofícios, tendo estes pedidos registado até uma ligeira tendência em alta naquele período. Mas, o número de indeterminado de Ofícios foi o que mais subiu. Todavia, como salienta a autora, é importante ter presente que a solicitação de um ofício pode estar relacionada com as posses económicas, para além da vontade do testador. GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 157-159.

³¹⁵ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto...* p. 165-166.

Também em algumas freguesias de Gondomar, no século XIX, era habitual os testadores pedirem três Ofícios.³¹⁶

É também possível, apesar de nem sempre se ter explicado, que nos casos em que apenas foi feito um único Ofício este tenha sido de Corpo Presente, ou o primeiro de todos os que se fizeram.³¹⁷ Mas, não se pode afirmar com certeza que assim fosse em todos os casos, pois em alguns dias, as Constituições Sinodais proibiam a sua realização, como mais à frente veremos.

De facto, relativamente ao momento em que cada Ofício era celebrado, praticamente só existe certeza em relação ao de Corpo Presente, feito na Igreja após a chegada do defunto. Nos outros casos apenas existem referências ao número de Ofícios e de padres que os fizeram ou deviam celebrar, sendo muito rara indicação exata do momento. Maria Manuela Martins diz-nos que os três Ofícios, que percebeu serem o costume no Porto barroco, eram feitos no dia do falecimento, um mês e um ano depois.³¹⁸ Também Maria de Fátima Gomes pode perceber que para algumas freguesias de Gondomar no século XIX, quando se pediam três Ofícios, as datas eram geralmente aquelas, mas podiam não ser se o testador determinasse algo distinto.³¹⁹

Talvez apenas as exceções se tenham mencionado e o costume até seja o mesmo que aquelas duas investigadoras encontraram naqueles locais, mas a verdade é que, atendendo às fontes aqui analisadas, os poucos exemplos existentes não revelam esta exatidão cronológica. A 24 de Setembro de 1831, Domingos Gonçalves e Maria de Almeida, do lugar de Vilarinho da freguesia de Macieira de Cambra, pediram, além do Ofício de Corpo Presente, mais “dous officios do mesmo numero [de padres] dentro de um anno”³²⁰, mas sem especificar as datas. Já a 19 de Agosto de 1834, João dos Santos de Figueiredo, reitor da Igreja de São Pedro de Castelões, pedia que no dia do enterro

³¹⁶ GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...*p. 157.

³¹⁷ Na verdade, apenas em algumas escrituras e assentos de óbito foi indicada de forma clara que um dos Ofícios era o de Corpo Presente. Se nuns casos os párocos escreveram no corpo do texto que foi feito o Ofício de Corpo Presente, por vezes, apenas registam que foi feito o “1º Ofício”, mas o número de padres era também o mesmo do acompanhamento geralmente. Em nota lateral foi na mesma indicada a realização de mais dois Ofícios quando os fizeram. Por este motivo, os Ofícios designados apenas por “1º” foram contabilizados como sendo de Corpo Presente. Nos casos em que não foram indicados como sendo o primeiro nem o número de padres a decisão foi não anotar esse Ofício único como o de Corpo Presente.

³¹⁸ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto...*p. 165-166.

³¹⁹ GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...*p. 157.

³²⁰ AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 275-276v.

lhe fizessem “o Officio de corpo presente [e] no Terceiro dia se me farão os dous officios hum Cantado e outro Rezado”.³²¹ Portanto, atendendo a estes pedidos, parece que não deveria existir um só calendário para a concretização dos restantes Ofícios.

Em Arões, a partir de 24 de Outubro de 1817, os registos de óbito existentes indicam, em muitos casos, datas de realização de Ofícios muito mais longas do que um ano. Por exemplo, Maria Tavares, do lugar de Agualva daquela freguesia, faleceu a 26 de Outubro de 1825, as apenas foram registados os Ofícios feitos a 24 de Janeiro de 1842.³²² Em contrapartida, para Manoel de Oliveira, do lugar de Salgueira da mesma freguesia, que faleceu a 13 de Fevereiro também de 1825, a realização dos Ofícios foi registada no dia cinco do mês de Setembro do mesmo ano.³²³ Já a 12 de Setembro de 1827 faleceu o Padre Manoel da Silveira Bulhões também de Arões, que além do Ofício de Corpo Presente feito no dia do enterro, teve também mais dois Ofícios feitos no mesmo dia.³²⁴ A qualidade de clérigo certamente impôs a reza de todas as horas do ofício divino. Mas, será que nos casos como o de Maria Tavares os Ofícios apenas foram feitos passados vários anos do falecimento? Será que foram pedidos Ofícios de ano “até ao final dos tempos” por exemplo? Será que se foram fazendo os Ofícios sem tomar nota e apenas foi feito o registo em datas mais tardias? Não se sabe.

Da mesma forma que existem dúvidas em relação às datas de realização dos Ofícios, parece também que não existia uma estrutura fixa. Como vimos, Dom António Coelho, em referência aos tempos contemporâneos anteriores à reforma do Vaticano II e portanto mais próximos das práticas antigas, afirmava que segundo o Ritual Romano o Ofício de Defuntos deveria ser formado por três Noturnos e Laudes, ou apenas pelo primeiro Noturno com ou sem Laudes. No entanto, a atender às diferentes terminologias encontradas, parece que os Ofícios podiam ter muitas outras composições, talvez até ao critério dos párocos, ou de acordo com o tempo disponível no momento, o que exigia alterações, como mais à frente se verá.

Na verdade, sobretudo para as freguesias de Arões e Junqueira, a variedade de designações atribuídas pelos párocos aos Ofícios feitos parece indicar uma grande

³²¹ AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 59v-62v.

³²² ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 29, fls. 43-43v.

³²³ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 29, fl. 41.

³²⁴ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 29, fl. 52v.

versatilidade na gestão dos ofícios (**ver Gráfico 11 e Anexo 14**). Se encontramos referências à concretização de um, dois ou três noturnos, assim como a Ofícios de Corpo Presente, existem também referências a Ofícios Grandes, Ofícios Pequenos, Ofícios Inteiros, Meios Ofícios, Bem de Alma Pequeno, Meio Bem de Alma Pequeno, Ofícios N., Ofícios N. N. e Ofícios Pequenos N. N.. Mesmo nas escrituras analisadas se puderam encontrar referências a Ofícios Grandes e Meios Ofícios, como ainda a Ofícios Baixos (**ver Gráfico 10 e Anexo 13**), sem que seja possível identificar a estrutura de cada um destes tipos de Ofício.

Rafael Bluteau dizia, no início do século XVIII, que o Ofício Grande costumava ser o do Senhor e o Ofício Pequeno o de Nossa Senhora.³²⁵ Segundo foi possível apurar junto do Padre Jorge Seixas da diocese de Viseu, antes da reforma do Vaticano II entendia-se por Ofícios Grandes os Ofícios compostos pelas Matinas (três Noturnos) e pelas Laudes, ou seja, por nove salmos, que eram cantados por nove padres. Já a designação de Ofícios Pequenos era atribuída aos Ofícios compostos por somente um Noturno, ou seja, três salmos, também cantados, mas por apenas quatro ou cinco padres. A opção entre uns e outros Ofícios dependeria das possibilidades económicas dos defuntos para dar esmola aos padres que tinham que os cantar. Em relação aos Ofícios N. N. o mesmo padre da diocese de Viseu diz que tal designação se podia referir aos Ofícios que eram cantados em data posterior ao funeral, quando não era possível cantar os mesmos com o corpo presente.

Uma comparação dos registos de óbito com os pedidos feitos pelos outorgantes das escrituras que se puderam identificar também não ajuda a dissipar as dúvidas existentes em relação à diversidade de Ofícios encontrados (**ver Anexo 17**). Por exemplo, Domingos Tavares³²⁶ e Maria Tavares³²⁷ da freguesia de Arões pediram ambos que se fizessem três Ofícios, tendo o primeiro especificado que pretendia os mesmos feitos por cinco padres. Mas, se no caso deste outorgante o pároco indicou que se fizeram “Ofícios Grandes”³²⁸, em relação a Maria Tavares registou a realização de

³²⁵ BLUTEAU, Raphael – Vocabulario portuguez e latino, vol. VI, p. 49.

³²⁶ AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra, fls. 16-18.

³²⁷ AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra, fls. 128-130.

³²⁸ ADAVR - Paróquia de Arões, registos de óbito, liv. 29, fl. 56.

“Ofícios Pequenos”³²⁹. Atendendo à explicação dada pelo Padre Jorge Seixas, terá Domingos Tavares recebido Ofícios de nove lições (com um número maior de padres do que pedido) e Maria Tavares Ofícios de três lições apenas? As fontes não são claras.

A mesma dificuldade surge com os outorgantes que pediram que se fizessem os seus Ofícios de acordo com o costume da freguesia, pois uns receberam “Ofícios Grandes” e outros “Ofícios Pequenos”. Não se sabe o número de Ofícios feitos e também não se explica em que consistem. Mas é provável que a diferença entre grandes e pequenos se devesse, de facto, às possibilidades financeiras de cada um. No caso de Caetana, também da freguesia de Arões, que pediu um Ofício de Corpo Presente e mais dois Ofícios³³⁰, a indicação deixada pelo pároco é a de que foram feitos “Ofícios Pequenos”³³¹. Terão sido todos eles de apenas três lições? Já a Rosa Tavares, que nada pediu na sua escritura³³², foram feitos “Ofícios Grandes”³³³. Terá a sua condição socioeconómica ditado a realização deste tipo de Ofícios? Por sua vez, a Maria dos Santos que pediu um Ofício³³⁴ e Manoel João³³⁵ que não indicou a sua vontade foram feitos “Ofícios N.N.”³³⁶. Terá Maria dos Santos recebido mais do que o único Ofício que pediu? Não terá sido possível fazer Ofícios com o corpo presente e por isso são identificados como Ofícios N. N. de acordo com a explicação dada pelo Padre Jorge Seixas? Já em Junqueira o pároco anotou a realização de “Ofícios Grandes” para dois indivíduos que pediram o costume da freguesia e o adequado à qualidade da sua pessoa, assim como para outra outorgante que nada pediu. Talvez as suas posses económicas e vontade dos herdeiros o tenham permitido.

É de facto interessante que no curto espaço de tempo que decorria entre a morte e o enterro não fosse difícil para a comunidade local traduzir as expressões “conforme o costume” ou “costume da freguesia e qualidade da sua pessoa”, sabendo solenizar a morte com os Ofícios Grandes ou Pequenos conforme a condição individual no costume local. Já para o investigador estes pedidos representam grandes dificuldades no processo

³²⁹ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 29, fl. 68.

³³⁰ AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 89-90v.

³³¹ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 29, fl. 97v.

³³² AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 204v-206.

³³³ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 29, fl. 111v.

³³⁴ AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 203-204v.

³³⁵ AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 156-157v.

³³⁶ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 29, fls. 109v, 110.

de investigação pois, como mostram os registos de óbito, as interpretações desses pedidos podem ser várias. Mesmo as várias designações dos Ofícios existentes, que hoje não se tornam fáceis de interpretar, seriam certamente muito claras para os párocos e gentes da época.

Para a freguesia de Roge, a partir de 1839, encontraram-se 18 referências a Ofícios de “Honras” nos registos de óbito (1,4%), o que Maria Manuela Rodrigues e Maria de Fátima Gomes descrevem como sendo uma forma mais elaborada de Ofício, que afirmava o estatuto dos indivíduos mais importantes e vincava a sua permanência na memória dos vivos, uma vez que este tipo de Ofício era acompanhado por música de órgão ou cantochão.³³⁷ Nenhum outorgante das escrituras analisadas pediu este tipo de Ofício, mas os registos de óbito permitem afirmar que, de facto, nenhum pobre (identificado como tal pelos párocos) os recebeu (**ver Anexo 15**), e para os cinco casos em que foi indicado o número de padres que esteve presente, o mesmo oscilou entre 10 e 20 (**ver Anexo 14**). Portanto, seriam Ofícios reservados a pessoas “importantes”, mas ainda assim deveria existir outro fator que determinava a sua realização, pois alguns indivíduos a quem foram feitos três Ofícios (um de Corpo Presente e mais dois) sem indicação de “honras” os padres presentes ascenderam ao número de 40.

Em muitos casos temos a indicação do número de padres que eram pedidos e daqueles que fizeram os ofícios, sendo que, geralmente, os padres que faziam o Ofício de Corpo Presente eram os mesmos que acompanhavam o defunto até à igreja. Os números variam entre um e 42 padres nos registos de óbito³³⁸, mas nas escrituras analisadas encontraram-se alguns outorgantes que pediam desde quatro a “todos os padres da freguesia”. Mas de uma forma geral o número de padres que fizeram os Ofícios situava-se, na maior parte dos casos entre cinco e dez. O segundo ou mais ofícios tanto podiam ser feitos pelo mesmo número de padres como por menos ou mais clérigos. As combinações são várias, como se pode consultar nos **Anexos 14 e 15**.

³³⁷ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto...* p. 168-169; GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 160-161. A primeira autora verificou que o cantochão, com origens no século XV e que naquela altura deveria ser uma polifonia vocal pura, se encontrava já em decadência, ao contrário dos Ofícios de órgão que registaram uma tendência altista. No entanto, nos testamentos analisados pela segunda investigadora, e já no século XIX, continuavam a surgir pedidos a Ofícios de órgão e cantochão.

³³⁸ Em alguns casos na freguesia de Roge, os párocos indicaram um determinado número de padres no corpo do assento de óbito, mas em nota lateral indicaram um número a mais ou menos, o que está patente nas tabelas construídas.

Comparando o número de padres indicados nos registos de óbito com os pedidos feitos pelos outorgantes das escrituras analisadas (**Anexo 17**), percebe-se que, para os casos em que temos informação, geralmente, a vontade destes últimos era respeitada. As exceções são apenas duas: Bernardina Correia de Bastos de Pina, da freguesia de Codal, que pediu Ofícios de nove Padres³³⁹, mas teve um Ofício de Corpo Presente de 38 Padres e mais dois Ofícios de 13 Padres³⁴⁰; e Clara Joaquina, da freguesia de Roge, que pediu três Ofícios de sete Padres³⁴¹, mas teve o seu primeiro Ofício feito por nove padres³⁴². Em nenhum dos casos se encontraram menos padres do que os pedidos. Aliás, em dois casos em que não foi precisado o número de padres, os Ofícios foram feitos com o número de cinco clérigos.

Mas nem sempre, quando se indicava o número de padres, este era imperativo, o reitor da Igreja de São Pedro de Castelões, João dos Santos de Figueiredo, pedia em 1834, o número de 15 padres para os seus dois Ofícios ao terceiro dia mas deixava também a nota de que podiam ser “os mais que fór de vontade de meus testamentaeros”.³⁴³

As Constituições Sinodais de Viseu determinavam que todos os abades, vigários e curas deveriam chamar para os enterros e missas de defuntos os clérigos que mais continuamente serviam a igreja.³⁴⁴

6.2.2. Uma primeira exceção: os menores de idade

Em conformidade com a doutrina, nas Constituições Sinodais dos bispados de Coimbra e Viseu podem ler-se as exceções relativamente às pessoas de menor idade. Aos que falecessem entre os sete e os catorze anos no caso dos rapazes e entre os sete e os doze anos no caso das raparigas, deveriam ser feitos metade dos ofícios que se costumavam fazer aos maiores da sua “qualidade, & fazenda”. A todos os menores que morressem entre os cinco e os sete anos deveria ser dita, logo depois do enterro, ou no

³³⁹ ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv. 48, fl. 29v.

³⁴⁰ AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 107-109.

³⁴¹ ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv. 45, fl. 147v.

³⁴² AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 47-50.

³⁴³ AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 59v-62v.

³⁴⁴ Constituições Sinodais do Bispado de Viseu..., Livro III, Tít. IV, Const. IX, p. 214.

dia seguinte se não pudesse ser nesse, uma missa, pelo menos rezada, com um responso. Se o menor tivesse menos de cinco anos não existia qualquer obrigação de se fazer ofício ou dizer missa, mas os párocos poderiam fazê-lo, o que as Constituições Sinodais de Coimbra consideravam “louvável”.³⁴⁵

No **Anexo 16** encontra-se sistematizada a informação a isto relativo para o universo em análise. Novamente se torna complicado perceber em que consistia cada Ofício e os critérios que determinavam a realização de uns ou outros. Por exemplo, a um menor de dez anos foi feito um Noturno e a outra criança da mesma idade foi feito um Ofício Grande. Também dois menores de onze e doze anos receberam um Ofício N., mas a outras duas crianças de oito e também onze anos foram feitos Ofícios N. N.. Atendendo ao que as Constituições Sinodais ordenavam, os Ofícios nestas idades deveriam ser metade dos Ofícios feitos aos maiores de idade da mesma qualidade e fazenda, mas mais uma vez não nos é permitido perceber estas distinções que os contemporâneos tão bem pareciam saber. Por exemplo, um Noturno ou um Ofício Grande feitos a um menor podem não equivaler a dois Noturnos e dois Ofícios Grandes num adulto se este não fosse da mesma qualidade e fazenda. Portanto, certos adultos poderiam até usufruir de menos Ofícios do que alguns menores.

6.2.3. Uma segunda exceção: os Domingos e festas solenes

Nem sempre os ofícios e missas se faziam no momento do enterro, as Constituições Sinodais apresentavam algumas exceções. Um desses casos eram os Domingos, que as Constituições Sinodais do Bispado de Coimbra recordavam ter sido instituídos e mandados venerar e guardar pela Igreja em memória da Ressureição de Jesus.³⁴⁶ Em ambas as dioceses, aos Domingos e dias de festa, pela manhã, as Constituições Sinodais proibiam que se fizesse o Ofício de Defuntos cantado, impedindo a solenidade do Domingo ou da festa. Portanto, se algum defunto tivesse que ser enterrado em algum desses dias pela manhã, seria feito somente um responso. O Ofício seria feito de tarde e no dia seguinte se diria a missa. Se não houvesse outro

³⁴⁵ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra...*, Tít. XXII, Const. V, p. 241; *Constituições Sinodales do Bispado de Viseu...*, Livro III, Tít. IV, Const. VIII, p. 211.

³⁴⁶ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra...*, Tít. XXII, Const. I, p. 233.

clérigo além do que deveria dizer a missa do dia, bastava no final fazer um responso pelo defunto.³⁴⁷

Nos dias de Natal, Páscoa, Espírito Santo, *Corpus Christi* e Assunção de Nossa Senhora, não se podiam fazer funerais nem Ofícios de Defuntos com horas. Caso fosse necessário enterrar alguém nestes dias, tal deveria ser feito de tarde, e antes da encomendação poderia ser feito o Ofício de Sepultura, mas apenas em voz baixa, a uma hora e local que não impedisse os Ofícios da festa. No dia seguinte seria feito o que o defunto tivesse pedido. Se alguém morresse nos três dias antes da Páscoa devia de igual modo ser enterrado sem pompa, sem ofício cantado nem entoado, mas somente rezado o Ofício de Sepultura ou de Enterro e os restantes ficariam para outro dia desimpedido.³⁴⁸

As Constituições Sinodais de Coimbra proibiam ainda a realização de exéquias depois de escurecer. Independentemente do seu estatuto (mesmo que se tratasse de um duque, conde ou marquês), ninguém deveria ser enterrado depois das Ave Marias por mais solene que fosse a pompa de enterrar a tais horas com tochas, “porque mais respyto se deve ter com o que cõvem ao serviço de Deos, & aos males, que de semelhâtes exéquias se soem seguir, ã a esses aparatos, ã aproveytão pouco a alma do defunto”.³⁴⁹

Se as Constituições Sinodais apresentavam estas determinações, alguns outorgantes das escrituras analisadas parecem ter a noção de que em determinados dias ou horas estavam de facto proibidas certo tipo de celebrações. A 19 de Agosto de 1834 o já mencionado reitor João dos Santos Figueiredo, pedia que se fizesse “o Officio de corpo presente [no dia do enterro e] no Terceiro dia se me farão os dous officios hum Cantado e outro Rezado [...] sendo impedido o dia se farão no primeiro dia desempedido”.³⁵⁰ Também neste ano, a quatro de Abril, José de Almeida Gouveia, do lugar de Burgães da freguesia de São Pedro de Castelões, pedia que se fizessem “tres offiços, dos quais hum sendo possivel, seja de corpo presente”.³⁵¹ A 11 de Março de

³⁴⁷ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra...*, Tít. XVIII, Const. V, p. 191 e Tít. XXII, Const. I, p. 233; *Constituições Sinodales do Bispado de Viseu...*, Livro III, Tít. IV, Const. V, p. 209.

³⁴⁸ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra...*, Tít. XVIII, Const. V, p. 191 e Tít. XXII, Const. I, p. 233; *Constituições Sinodales do Bispado de Viseu...*, Livro III, Tít. IV, Const. V, p. 209.

³⁴⁹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra...*, Tít. XXII, Const. I, p. 234.

³⁵⁰ AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 59v-62v.

³⁵¹ AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 63v-65v.

1837, Ana Maria, moradora em Macieira-a-Velha, freguesia de Macieira de Cambra, pedia também que se fizessem “os tres officios do costume sendo um do corpo presente cabendo em dia oportuno alias no primeiro dia dezempedido”.³⁵²

6.2.4. Missas e Offícios pagos e gratuitos

As Constituições Sinodais dos bispados de Coimbra e Viseu proibiam os párocos de cobrar pela administração de Sacramentos e realização de Missas, Offícios ou Exéquias. Os mesmos podiam aceitar esmola, necessária à sua sustentação, mas fazer acordos sobre preços de bens espirituais dava a ideia de que esses mesmos bens tinham um preço, quando na verdade não o tinham. Portanto, os párocos não podiam negar Offícios ou Missas por não receberem antecipadamente o temporal que pediam, pois dava a ideia de que se tratava de uma venda, pagando-se de imediato aquilo que se solicitava para se poder obter (mas contraditoriamente estava estipulado pela própria diocese o valor de uma missa!). Assim, os sacerdotes não deviam esperar receber primeiro as ofertas dos defuntos ou as esmolas de missas e ofícios, mas, administrar livremente os sacramentos, fazer Offícios e celebrar Missas e só depois solicitar a esmola. A esmola deveria ser dada ao sacerdote principal e aos ajudantes.³⁵³

Certamente serão a estas esmolas a que José, do lugar de Santa Cruz da freguesia de Macieira de Cambra, se referia no seu testamento cerrado em 1817, pedindo que se fizessem “os officios do costume, com as offertas costumadas ao uzo da Freguezia”.³⁵⁴

As Constituições Sinodais de Viseu determinavam que, quando o defunto fosse pobre e não tivesse meios para assegurar o seu bem de alma, o pároco era obrigado, em conjunto com os padres que costumavam vir aos ofícios da sua freguesia, a fazer-lhe um ofício de graça e a dizer-lhe uma missa. O mesmo deveria ser feito por cada pároco aos peregrinos e passageiros pobres que morressem na sua freguesia sem bens alguns para pagar a esmola do ofício e enterro.³⁵⁵

³⁵² AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 151v-153v.

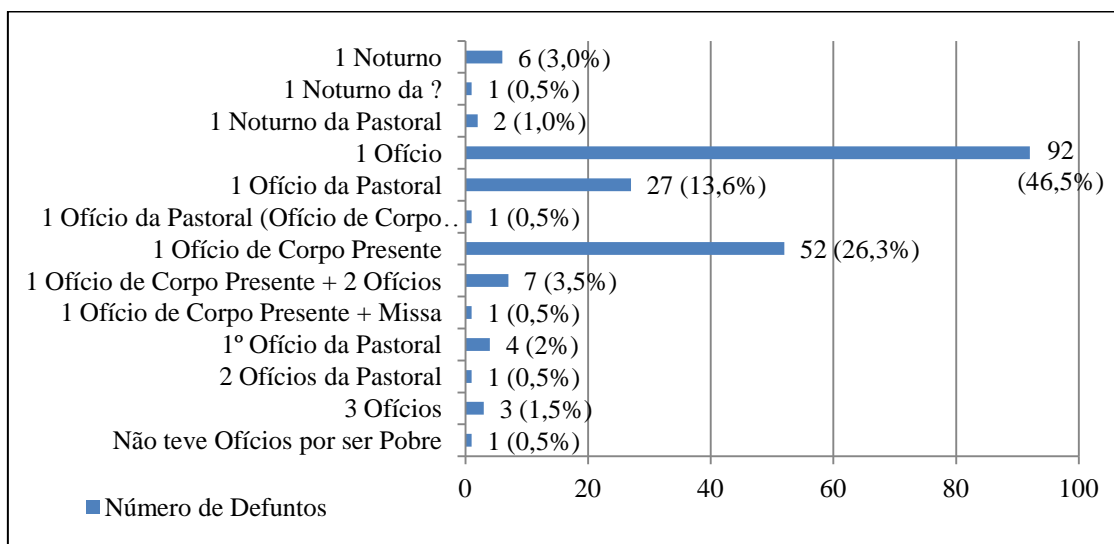
³⁵³ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra...*, Tít. XVIII, Const. VI, p. 193-194 e Tít. XXII, Const. I, p. 233; *Constituições Sinodales do Bispado de Viseu...*, Livro III, Tít. IV, Const. XI, p. 218-219.

³⁵⁴ AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 4-6v.

³⁵⁵ *Constituições Sinodales do Bispado de Viseu...*, Livro III, Tít. IV, Const. VIII, p. 214.

No **Gráfico 12** procuraram-se agrupar todos os 373 indivíduos que foram declarados como pobres, muitos pobres ou mendigos pelos párocos e também aqueles que, embora sem esta indicação, algumas das vezes receberam Ofícios de forma gratuita, sendo que, não apenas nas paróquias de Arões e Junqueira, mas em todas as outras de que possuímos registos foram encontradas indicações de Ofícios recebidos por caridade, pelo amor de Deus ou grátis (**ver Anexo 15**).

Gráfico 12 - Ofícios feitos por defunto (de condição social de pobre, muito pobre ou mendigo e recebidos “por caridade, pelo amor de Deus ou grátis”) nos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)



Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Røge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

Dos números indicados no gráfico duas pessoas receberam um Noturno por caridade (1%), 28 receberam um Ofício (13,5% - para quatro delas foi de Corpo Presente e num caso foi indicada a realização de uma missa) e apenas um defunto (0,5%) teve direito a três Ofícios por caridade sendo um de Corpo Presente. Deste grupo de pessoas que teve direito a Ofícios gratuitos faz parte José Duarte do lugar e freguesia de Arões, falecido em 1833, cujo Noturno recebeu “por amor de Deos”.³⁵⁶ Mas também Maria Tavares Branca de Codal, que faleceu em 1822, recebeu um Ofício “por

³⁵⁶ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 29, fl. 75v.

caridade”.³⁵⁷ O mesmo havia sucedido a Manoel Fernandes do lugar de Fuste, freguesia de Roge, falecido em 1811, que teve um Ofício de cinco padres “gratis”.³⁵⁸

Apesar das Constituições de Coimbra não recomendarem esta prática de se “oferecer” um Ofício e uma Missa aos defuntos pobres, a mesma parece ter sido contemplada mais tarde por uma Pastoral, talvez emitida já pelo bispo de Aveiro. Nos registos de óbito da paróquia de Roge existem 11 referências (2,9%) a um Noturno da Pastoral, uma (0,3%) a dois Ofícios da Pastoral e 33 (8,8%) a um Ofício da Pastoral (em quatro casos descrito como o primeiro e num caso houve também direito a uma missa cantada). Apenas em dois casos o pároco não escreveu em margem, como de costume, que o defunto era pobre (**ver Anexo 15**), mas tal poderá ter ocorrido por lapso. Este foi o caso de Joaquim do lugar de Carvalheda daquela freguesia, falecido em 14 de Abril de 1837, em cujo assento de óbito o pároco anotou que “fes-se-lhe o ofício que manda a Pastoral”.³⁵⁹ No mesmo ano, no assento de óbito de Manoel Tavares do lugar de Soutelo, da referida freguesia, o pároco afirmou o seguinte: “por ser pobre cantei-lhe a missa e fesce-lhe o offício na forma da Pastoral”, acrescentando depois que o mesmo foi “por Esmolla”.³⁶⁰

Atendendo a estes casos é com alguma admiração que se olha para a situação de Feliciano Tavares, residente na paróquia de Vila Cova de Perrinho e falecida em 1841, que, como já vimos no capítulo anterior, o pároco indicou que não teve acompanhamento nem Ofícios “por ser pobre”.³⁶¹ Todavia, na mesma freguesia, outros indivíduos também pobres tiveram pelo menos um Ofício de cinco ou seis padres.

Em muitos casos não foi deixada pelos párocos a indicação de que tenha sido feito qualquer Ofício ou de que o Ofício feito tenha sido gratuito, apesar da condição social de pobreza, mas o mesmo também é visível em relação a todos os outros óbitos, pois nem sempre se indicaram os Ofícios feitos. À maior parte das pessoas pobres e muito pobres para as quais não foi indicada a realização de Ofícios gratuitos, foi feito apenas um Ofício (117 casos – 56,5%), que em 50 assentos (24,1%) apareceu descrito como

³⁵⁷ ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fl. 18.*

³⁵⁸ ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fl. 86v.*

³⁵⁹ ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fl. 150v.*

³⁶⁰ ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fl. 149-149v.*

³⁶¹ ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fl. ilegível.*

sendo o de Corpo Presente (**ver Anexo 15**). Mas num caso (0,5%) foi feito um Ofício e uma Missa, em duas situações (2%) foram feitos três Ofícios e para quatro defuntos (1,9%) apenas foi feito um Noturno. É provável que, ainda que sem indicação, pelo menos alguns destes Ofícios tenham sido feitos de forma gratuita, pois a maior parte daqueles que foram descritos como tal eram também na sua maioria em número de um. Também quando existe a indicação do número de padres que fizeram os Ofícios gratuitos, os números apresentados oscilam entre cinco e nove, embora o número de cinco padres fosse o mais usual, o que não varia muito comparando com os Ofícios sem indicação de gratuidade.

Chegados a este ponto existe uma questão deixada em aberto no início e que chegou altura de procurar dar resposta: incluíam, ou não, os Ofícios de Corpo Presente a Missa também de Corpo Presente? No entanto, não é com todas as certezas que se pode apresentar uma resposta. Algumas afirmações dos outorgantes, como vimos, levam-nos a crer que de facto a Missa era parte do Ofício de Corpo Presente. Mesmo nos registos de óbito as referências à celebração de Missas apenas ocorreram em conjunto com a indicação daquele tipo de Ofícios. Não se sabe por que motivo os párocos o indicaram, mas é provável que a quase totalidade, com exceção destes casos, o não fizesse por serem duas partes do ritual fúnebre entendidas como um todo. O facto de ser usada a expressão “Ofício de Corpo Presente”, mas ao mesmo tempo existirem outras fórmulas como “Noturno”, por exemplo, faz-nos pensar que tal pode significar que não houve Missa de Corpo Presente e que apenas se rezou solenemente durante a vigília.

Capítulo 7 – O local de sepultura: *ad sanctos* e *apud ecclesiam* ou cemitério público?

Como o período em estudo é um momento de mudança no que diz respeito às práticas de enterro existentes até então, é importante perceber em que consistiu essa mudança, onde e quando se iniciou e como a mesma se desenvolveu em Portugal, para depois, de forma particular, se poder analisar a situação existente no concelho em estudo.

7.1. A situação na Europa

Se na Antiguidade os cristãos mantinham os mortos fora das cidades, distantes do mundo dos vivos, temendo que regressassem para perturbar as suas vidas, sinais da coexistência entre ambos começaram a notar-se por volta do século V, e durante a Idade Média as igrejas tornaram-se, como diz Philippe Àries, no tipo de cemitério existente. Os fiéis acreditavam que ao ser-se enterrado o mais próximo possível dos túmulos dos santos ou das suas relíquias seriam por eles protegidos contra os perigos que se podiam encontrar no Além. Os enterros eram feitos em qualquer parte, tanto no interior das igrejas, como no claustro ou no espaço envolvente (*ad sanctos* e *apud ecclesiam*). Os sítios mais procurados eram os mais próximos das relíquias dos santos ou dos altares onde eram celebrados os ofícios divinos, mas estavam reservados aos mais ricos. Os defuntos mais pobres ficavam geralmente relegados ao adro da igreja e ao claustro ou a covas comuns. Em alguns locais também existiam cemitérios para se sepultarem os defuntos, mas estavam igualmente situados no meio das povoações.³⁶²

Todavia, na segunda metade do século XVIII, o crescimento demográfico que se vinha a sentir já desde o século anterior e a crescente urbanização de áreas rurais levaram à falta de espaço para enterramentos e a um constante revolver de sepulturas, tendo começado a surgir um pouco por toda a Europa queixas por parte de médicos,

³⁶² Ainda que vários concílios medievais tenham procurado proibir os enterros no interior das igrejas, excetuando apenas padres, bispos, monges e alguns leigos privilegiados, as práticas foram de outro sentido: ARIÈS, Philippe – *Essais sur l’histoire de la mort...* p. 29-32, 156-157; ARIÈS, Philippe – *O Homem perante a morte* – I, p. 41-66.

pensadores e homens comuns sublinhando os adores fétidos emanados dos solos das igrejas, que “infetavam” o ar e contribuíam para a propagação de epidemias. A situação registada tantas vezes, em certos espaços, de ao abrir as sepulturas aparecerem restos de cadáveres ainda não consumidos na totalidade, parece tornar-se menos aceitável. Os enterros no interior das igrejas e no adro ou no interior das povoações começaram assim a tornar-se intoleráveis, pelo menos para os espíritos iluminados.³⁶³

A primeira tentativa para modificar o costume de enterrar nestes espaços ocorreu em França, com o decreto de 12 de Março de 1763, que proibia os enterros na cidade de Paris e visava criar novos cemitérios em seu redor. Mas só com o Decreto Real de 1776 foi estendida a todo o país a obrigação de se encerrarem todos os locais de sepultura no interior das cidades e construir cemitérios fora das mesmas.³⁶⁴ Todavia a implementação deste decreto não ocorreu em todos os locais ao mesmo tempo (com vários anos de diferença por vezes) e noutros não foi sequer aplicado devido a contestações populares. Só com a Revolução Francesa e a laicização da sociedade se conseguiu decretar definitivamente a proibição de se enterrar em igrejas ou noutro local dentro das povoações, através do decreto de 12 de Junho de 1804, mas que também encontrou resistência em vários locais. Até 1814, nos vários países subjugados pelo Império Francês, tentou-se implementar esta mesma lei, mas a oposição também se fez sentir e dificultou a sua aplicação.³⁶⁵

Por exemplo, na região da Provença, Michel Vovelle pôde perceber que na primeira metade do século XVIII a maior parte dos testadores escolhia o local de sepultura, elegendo as igrejas paroquiais ou conventuais, assim como capelas privadas, ficando, sobretudo para os pobres, o espaço cemiterial ao ar livre. Se alguns pediam

³⁶³ ARIÈS, Philippe – *Essais sur l’histoire de la mort*...p. 33-34, 59; ARIÈS, Philippe – *O Homem perante a morte* – II, p. 214-220; QUEIROZ, José Francisco Ferreira - *O ferro na arte funerária*...p. 2.

³⁶⁴ O primeiro decreto tornava a missa e Ofício de Corpo Presente a única e última cerimónia religiosa pública, pois não previa que o cemitério tivesse um carácter público, os acompanhantes do defunto não o deveriam acompanhar depois de terminadas as cerimónias na igreja. Este aspeto terá contribuído para a não aplicação do decreto. O clero e fábricas das igrejas dissuadiam a aplicação da lei, por achar que as epidemias não eram maiores do que noutros lugares, mas Philippe Ariès questiona-se se não estariam antes preocupados com a perda de rendimentos devido à redução ou supressão dos acompanhamentos; Já o decreto de 1776 previa a criação de um cemitério dividido em dois espaços, um para as valas comuns e outro para as sepulturas cobertas por um monumento e destinadas àqueles que tinham direito de sepultura nas igrejas: ARIÈS, Philippe – *O Homem perante a morte* – II, p. 220-235; QUEIROZ, José Francisco Ferreira; RUGG, Julie – *The development of cemeteries*...p. 114-115.

³⁶⁵ QUEIROZ, José Francisco Ferreira - *O ferro na arte funerária*...p. 3; QUEIROZ, José Francisco Ferreira; RUGG, Julie – *The development of cemeteries*...p. 115-116.

para ser sepultados próximo de um altar ou de uma capela ao lado daquele santo por quem tinham uma devoção particular, ainda que por humildade, alguns ricos desejavam ser sepultados à porta das igrejas para serem pisados pelos vivos ou no cemitério junto dos pobres. Todavia, logo na segunda metade do século decresceu a atenção dada à escolha da sepultura. Em Marselha, sobretudo depois do decreto de 1776, aumentou significativamente o número de testadores que deixou de escolher o local de sepultura, uma vez que o cemitério era indicado como obrigatório. A lei, segundo Michel Vovelle, não fez mais do que acelerar uma mudança já em curso. Portanto, além da crise visível nas pompas barrocas, verificou-se também já neste período uma indiferença crescente em relação à sepultura.³⁶⁶ Em Paris a situação era idêntica, tal como aconteceu com o cerimonial e os pedidos de missas, as preocupações com a eleição da sepultura registaram uma descida ao longo do século XVIII e assistiu-se a ao abandono da igreja pelo cemitério.³⁶⁷

Em Espanha, a mesma tomada de consciência de que a acumulação de cadáveres nos locais sagrados os tornava focos de infeção surgiu em 1781, quando Carlos III proibiu também os enterros nas igrejas.³⁶⁸ Mas ainda em 1833 mais de metade das localidades espanholas não tinham um cemitério moderno. Em Inglaterra, já no século XVIII foram criados pequenos cemitérios afastados das igrejas, mas apenas na década de 1840 surgiram os cemitérios públicos a que todos teriam acesso. Em Itália, no último terço do século XVIII, foram fundados alguns cemitérios nas cidades maiores.³⁶⁹

7.2. A situação em Portugal

A situação vivida no nosso país não acompanhou de forma tão rápida estas mudanças, nem mesmo a realidade anteriormente existente era idêntica. De uma forma geral, em Portugal, segundo José Francisco Ferreira Queiroz e Julie Rugg, o hábito de se sepultar fora das igrejas não era muito comum. Apesar do adro também ser visto como uma extensão das igrejas, sobretudo no espaço imediatamente adjacentes às suas

³⁶⁶ VOVELLE, Michel – Piété baroque et d'christianisation...p. 101-107.

³⁶⁷ CHAUNU, Pierre – La mort à Paris...p. 440-441.

³⁶⁸ SANCHEZ LÓPEZ, Juan Antonio – Comportamientos Sociales y Cofrarias...p. 368.

³⁶⁹ QUEIROZ, José Francisco Ferreira - O ferro na arte funerária...p. 3-4.

paredes, os enterros nesses locais só ocorriam em circunstâncias especiais, como quando os defuntos eram mesmo muito pobres e a família não tinha dinheiro para assegurar o enterro na igreja ou em caso de epidemia, quando o número de mortes era excessivo e não era possível sepultar toda a gente no interior das igrejas, mas podiam por vezes passar décadas. Além das convicções religiosas, o adro não era considerado como um local prático para enterros porque estava vulnerável a animais selvagens que podiam vandalizar as sepulturas. As diferenças sociais faziam-se sentir no interior da igreja, ficando os mais ricos com os lugares mais próximos dos altares e os mais pobres geralmente com os lugares mais próximos da porta da igreja.³⁷⁰

No Porto, durante o período barroco maioria dos testadores preferia ser sepultado no interior de uma igreja paroquial (sobretudo indivíduos de classe social mais baixa) ou de um convento (sobretudo pessoas com mais posses), só uma pequena minoria queria ser sepultada no adro.³⁷¹ Em Braga, ao longo de todo o século XVIII, a maior parte das pessoas escolhia como lugar de sepultura as igrejas paroquiais (algumas elegiam lugares perto do altar de um santo colocando-se sob a sua intercessão), igrejas de conventos, igrejas ou capelas de irmandades, igrejas de hospitais ou capelas particulares, apenas os mais pobres eram sepultados no adro a título gratuito.³⁷² Também na paróquia de Cervães (Braga), durante este século, a quase totalidade dos testadores pediu para ser sepultado na igreja paroquial e alguns escolheram sê-lo também junto a determinados altares. As sepulturas no adro estavam reservadas aos indivíduos mais pobres, desconhecidos que faleciam no local quando estavam de passagem ou àqueles que por humildade escolhiam esse local.³⁷³ No norte e nordeste transmontano os testamentos revelam também que o interior da igreja era dividido em locais mais especiais como eram os espaços debaixo da lâmpada do Santíssimo ou junto ao altar de Nossa Senhora.³⁷⁴

Esta separação de lugares no interior das igrejas é claramente visível nos pedidos dos testadores Lisboetas entre 1700 e 1830, fontes que Ana Cristina Araújo cruzou com

³⁷⁰ QUEIROZ, José Francisco Ferreira; RUGG, Julie – The development of cemeteries...p. 118-119.

³⁷¹ RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – Morrer no Porto...p. 122-123.

³⁷² FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – A Morte e a Salvação da Alma...p. 218, 226, 229-230.

³⁷³ RODRIGUES, Angélica Moreira – As últimas vontades...p. 40-41.

³⁷⁴ MOURINHO, António Maria – Como era a vida...p. 134-135.

as Constituições Sinodais do Arcebispado, obituários da Igreja e casa professa de S. Roque de 1555 a 1704 (livros de assentos de aniversários e missas de benfeitores e defuntos com indicação das datas de morte e o local de sepultura) e um manuscrito sobre memórias sepulcrais existente na BNP. A valorização dos vários espaços variava de acordo com a seguinte ordem: proximidade ao altar-mor, coro e capelas laterais. O primeiro local estava exclusivamente reservado a fundadores, padroeiros e benfeitores da igreja e ao coro também poucos podiam aceder, assim como aos altares e às capelas laterais. Até 1770 as igrejas conventuais recebiam a maior parte dos defuntos, sendo depois ultrapassadas pelas paroquiais. Mas eram também feitas sepulturas em locais como hospitais, ermidas e capelas particulares. Já no adro das igrejas ou nos cerca de 170 cemitérios associados a espaços religiosos ou hospitais só eram sepultados aqueles que por falta de posses e “por força da hierarquia das honras” não tinham lugar no interior das igrejas.³⁷⁵

Portanto, em Portugal, na segunda metade do século XVIII os enterros continuavam a ser feitos no interior dos espaços religiosos ou no espaço envolvente. Todavia, isto não significa que durante este período não se conhecessem as discussões existentes além-fronteiras sobre esta temática. Em 1756 o médico António Ribeiro Sanches, na sua obra “Tratado de Conservação da Saúde dos Povos”, defendia que os enterramentos não se deviam realizar nas igrejas e em 1818 o médico José Pinheiro de Freitas Soares na obra “Tratado de Política Médica” alertava para a construção de cemitérios fora das cidades.³⁷⁶ No entanto, não existe um tratamento sistemático como aquele levado a cabo noutros países que permita perceber o impacto destas obras ou de outras que pudessem existir neste período e não podemos cair no erro de aumentar a realidade portuguesa por influência do que se investigou lá fora.

Alguns eventos mais dramáticos, como o terramoto de 1755, que causou um elevado número de mortes, propiciaram as pré condições para um debate sobre a necessidade de novas soluções de enterro. A influência das ideias iluministas, a propagação de novos ideais e suas concretizações trazidas pelos exércitos napoleónicos, assim como o crescimento dos interesses liberais num período de anúncio de

³⁷⁵ ARAÚJO, Ana Cristina – A Morte em Lisboa...p. 547-549, 551-552.

³⁷⁶ COSME, João - A Consciência Sanitária em Portugal Nos Séculos XVIII-XIX, p. 46-49.

crescimento populacional, que tornaria os espaços existentes insuficientes, marcam a mudança de atitudes e práticas funerárias. Este processo de mudança anunciava-se demorado, já que tinha que superar o hábito centenário que não supunha outra hipótese senão a do enterro no espaço sagrado, numa sociedade que ainda não tinha voltado as costas à sua religiosidade.³⁷⁷

A primeira legislação com o objetivo de criar cemitérios afastados das povoações apenas surgiu em 1796, através de um decreto que ordenava a escolha de terrenos para criar dois cemitérios em Lisboa, conforme o Intendente Pina Manique vinha já a defender junto do Governo desde 1787. Mas ficou-se apenas pela intenção. A 17 de Maio de 1805 e 21 de Setembro de 1806, publicaram-se dois alvarás proibindo o enterramento nas igrejas e em 1813 uma portaria recomendava a construção de cemitérios. Mas mais uma vez não se passou da intenção, pois as invasões francesas, a fuga da monarquia para o Brasil em 1809 e os transtornos políticos que se seguiram não permitiram que estas leis se implantassem de uma forma consistente. A revolução liberal de 1820 levantou de novo a questão mas nenhuma decisão foi tomada.³⁷⁸

Em Lisboa é possível que estas discussões começassem já a surtir algum efeito, pois como pode constatar Ana Cristina Araújo, entre 1760 e 1830 foi aumentando o número de testadores que deixou à descrição do herdeiro ou do testamenteiro a escolha do local de sepultura, demonstrando um desinteresse que, segundo aquela investigadora, era já um estado de espírito favorável à mudança de local de enterro dos mortos. Nas décadas de 1820 e 1830 já era possível encontrar homens abastados a solicitar, voluntariamente, como última morada o cemitério do adro. Esta historiadora não conseguiu perceber os motivos exatos destes pedidos, poderia ser por humildade ou solidariedade com os pobres nalguns casos, mas o mais provável era deverem-se já à influência das discussões da época sobre os efeitos nefastos para a saúde que causavam as inumações nas igrejas. Como a mesma afirma, “estamos [ainda] perante um padrão de comportamento híbrido e pouco definido que, sem romper com a velha necrópole, a única existente — sublinhe-se —, deixa já subentender a recusa da ordem tradicional

³⁷⁷ QUEIROZ, José Francisco Ferreira; RUGG, Julie – The development of cemeteries...p. 116-117, 119.

³⁷⁸ QUEIROZ, José Francisco Ferreira - O ferro na arte funerária...p. 4-5; QUEIROZ, José Francisco Ferreira; RUGG, Julie – The development of cemeteries...p. 121.

das sepulturas e a necessidade de um espaço mais amplo e a céu aberto para enterramento. Realidade mitigada, no passado, pela omissão reticente de quem se sente condenado a ficar de fora do recinto interior da igreja, o cemitério deixa progressivamente de ser território de excluídos”.³⁷⁹

Mas, só com a epidemia de cólera de 1833, que assolou vários países da Europa, se recuperou de novo a discussão sobre os locais de sepultura. Um decreto publicado a 21 de Setembro de 1835 exigia a criação de cemitérios públicos, proibindo inumações nas igrejas e dentro das povoações, mas apenas teve efeito durante a epidemia e nos locais aonde grassou a doença; os cemitérios criados foram quase todos abandonados ou destruídos e recuperou-se o hábito de sepultar dentro das igrejas (já noutras epidemias anteriores se tinha recorrido a esta solução para fazer face ao elevado número de mortes, abandonando-se o terreno depois). Mas, mesmo onde foram construídos, por causa de problemas de planificação, organização e concretização houve necessidade de repensar a lei. Por este motivo, a 18 de Setembro de 1844 um novo decreto obrigava à existência de pelo menos um cemitério público por cada concelho e proibia definitivamente os enterros nas igrejas, o que deveria ser controlado por uma rede nacional de autoridades sanitárias. Mas também este decreto não foi eficaz, dando origem a vários tumultos.³⁸⁰

Apesar destas medidas, ainda existiam casos como o de Gondomar, onde entre 1830 e 1850 as atas das Juntas de Paróquia determinavam que se deveria enterrar nas igrejas e não nos adros das mesmas, pois por se tratar de um espaço aberto os cadáveres eram por vezes devassados pelos animais. Como os lugares dentro da igreja já se encontravam lotados, era necessário sepultar no adro e por isso impunha-se fechar o mesmo para evitar problemas. Apesar do número de testadores que indicaram o local onde desejavam ser sepultados ser reduzido, muitos escolhiam ainda a igreja e dentro da divisão da mesma, os espaços mais ou menos privilegiados. Sinal claro da manutenção da ideia de que havia uma ligação específica entre a sepultura e a importância e prestígio dos defuntos. A zona da capela-mor, por exemplo, continuava destinada aos

³⁷⁹ ARAÚJO, Ana Cristina – A Morte em Lisboa...p. 553-556.

³⁸⁰ QUEIROZ, José Francisco Ferreira - O ferro na arte funerária...p. 5-14; QUEIROZ, José Francisco Ferreira; RUGG, Julie – The development of cemeteries...p. 122-124: Do período pós decreto de 1835 ficaram os cemitérios dos Prazeres e Alto de São João em Lisboa ou os cemitérios da Lapa e Prado do Repouso no Porto, assim como os cemitérios municipais de Bragança, Vila Real, Aveiro, Figueira da Foz, Santarém, Évora, Borba, Funchal e pouco mais. Nas cidades e vilas mais pequenas a oposição aos novos cemitérios foi grande, sobretudo no norte do país.

padres.³⁸¹

7.3. A situação no concelho de Vale de Cambra

Apesar de na primeira metade do século XIX, como vimos, se ter procurado terminar definitivamente com os enterros nas igrejas, as paróquias do concelho de Vale de Cambra inserem-se no conjunto de locais onde as leis não tiveram efeito num tempo próximo. As imposições seguidas eram ainda aquelas que as Constituições Sinodais de Coimbra e Viseu apresentavam: “A IGREJA Catholica governada pelo Espirito Santo ordenou, & mandou, que todos os fieis Christaões sejaõ enterrados nas Igrejas, ou Adros dellas sagrados; affim para que sejaõ ajudados pelos Santos, aquém as tais Igrejas saõ dedicadas, como porque os parentes, amigos, & fieis Christaões, que a ellas concorrẽ aos Divinos officios, Sacramentos, & oraçoẽs, vendo suas sepulturas, se lebrem de rezar por eles, & fazer esmolos, ofertas, & sacrificios, pelos quaes mais cedo sejaõ livres das penas do Purgatorio”.³⁸²

De facto, durante o período em estudo não foi encontrada qualquer referência a enterros em cemitérios públicos ou até mesmo nos adros das igrejas do concelho, o que contrasta claramente com os estudos feitos para outros locais.

Embora as referências aos locais de enterro nos surjam de duas formas diferentes, tanto nas escrituras analisadas, como nos registos de óbito, somos levados a crer que o sentido seria o mesmo. Atendendo a esta última fonte, na paróquia de Junqueira, por exemplo, é sempre dada a indicação específica de que o defunto foi sepultado dentro da igreja paroquial. Por outro lado, nas paróquias de Codal, Roge e Vila Cova de Perrinho as fórmulas variam consoante o redator, o que parece dever-se ao facto de uns serem mais rigorosos na elaboração dos assentos do que outros (ainda que por vezes um

³⁸¹ GOMES, Maria de Fátima – *Temendo a Morte...* p. 163-164.

³⁸² Excluídos destes locais sagrados deveriam ficar apenas aqueles que morressem em pecado mortal, os hereges, os infiéis, os mouros, os gentios e os apóstatas, assim como os onzeneiros que morressem sem restituir as onzenas ou os frades e religiosos que morressem com bens próprios contra o voto de pobreza. Já os excomungados de excomunhão maior que morressem manifestamente arrependidos poderiam ser absolvidos e enterrados depois na igreja ou adro: *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra...*, Tít. XXVII, Const. I, p. 328-329; Igual recomendação era também dada pelas Constituições Sinodais de Viseu, que acrescentavam ainda os que cometessem suicídio e morressem em desafios: *Constituições Sinodales do Bispado de Viseu...*, Livro IV, Tít. VI, Const. I, p. 284-285 e Const. III, p. 288.

mesmo redator mude de estratégia e muitos nem indiquem por vezes o local de sepultura). Se uns dizem de forma clara que o “corpo está sepultado dentro desta Igreja de + nome da paróquia + padroeiro”, outros padres apenas escreveram de forma simples que “foi sepultado/a nesta igreja”, sem fazer menção ao nome da paróquia e do padroeiro da igreja. É certo que o adro é considerado parte integrante da igreja e por isso tanto se podiam estar a referir a este espaço como ao interior do templo, mas existem alguns aspetos que levantam a dúvida. Na paróquia de Codal, por exemplo, entre 1800 e 1817 todos os assentos indicam que a sepultura foi feita dentro da igreja, mas depois, até 1850 o novo pároco só o indicou nos dois primeiros assentos, e tal como os que se lhe seguiram, passou apenas indicar o local de sepultura como sendo a igreja, especificando apenas os casos de inumação na Capela-Mor e em grande parte dos assentos nada indicou. Será que não diriam que foi no adro se assim fosse? Nas paróquias de Arões e Cepelos em todos os assentos se diz apenas que o “corpo está sepultado nesta igreja”, sem mais. Todavia, para um defunto falecido na paróquia de São Cristóvão de Lafões (caso que à frente veremos) o pároco de Arões, que usava esta fórmula anterior, indicou claramente que a sepultura tinha sido feita no adro da igreja. Mais tarde, algum tempo antes de serem criados os cemitérios públicos (aspeto que à frente se discutirá), o local de sepultura em algumas paróquias passou a ser indicado como sendo no adro para todos os defuntos, sem exceção.

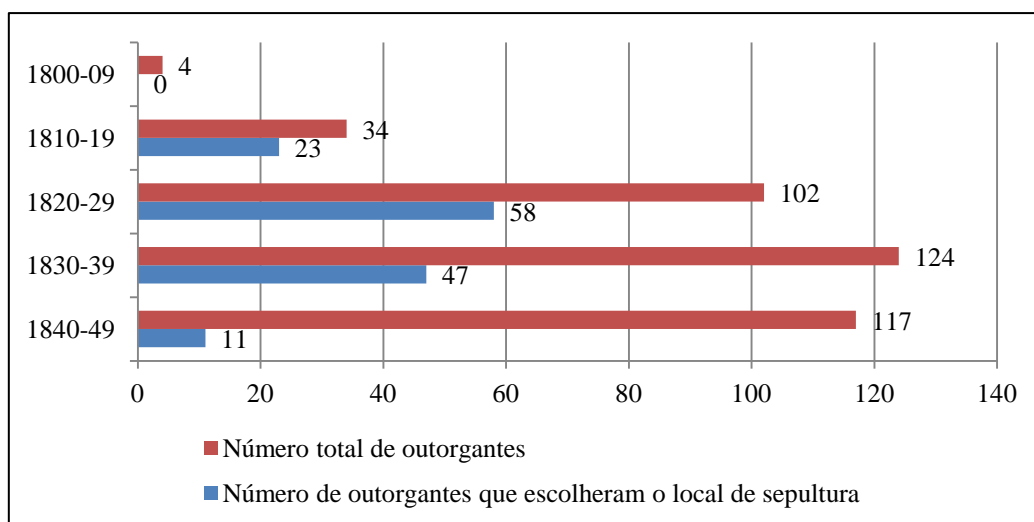
Portanto, estes são indícios que levam a crer que as diferenças encontradas são muito provavelmente resultado da forma como os redatores dos assentos de óbito se expressaram. Aliás, numa comparação entre as escrituras e os registos de óbito de 18 outorgantes que se conseguiram identificar, foi possível encontrar cinco pessoas que pediram para ser sepultadas dentro da igreja da sua paróquia, constando apenas nos assentos que foram sepultadas na igreja. Esta simples indicação foi inclusive utilizada em assentos de óbito de clérigos e de indivíduos que tiveram acompanhamento de mais de 20 padres, o que significa que tinham posses económicas para garantir um lugar no interior da igreja, sendo estranho que todos desejassem ir para o adro por humildade.

Nos gráficos e tabelas de apoio a este capítulo procurou-se identificar sempre estas diferenças, mas se entendermos o significado de ambas as fórmulas como o

mesmo é possível afirmar que desde habitantes ricos ou pobres a pessoas estranhas, ninguém foi deixado fora de portas. Mas vejamos aquilo que as escrituras e os registos de óbito nos revelam.

O número de outorgantes que indicou o local onde queria ser sepultado é muito reduzido, inclusive se compararmos com os indivíduos que escolheram a mortalha ou o acompanhamento pretendido. Só 139 pessoas (36,5%) das 381 o fizeram. Tal é sobretudo visível na década de 1840, em que apenas 11 dos 117 outorgantes indicaram o local que pretendiam que fosse a sua última morada, como se pode observar no **Gráfico 13**:

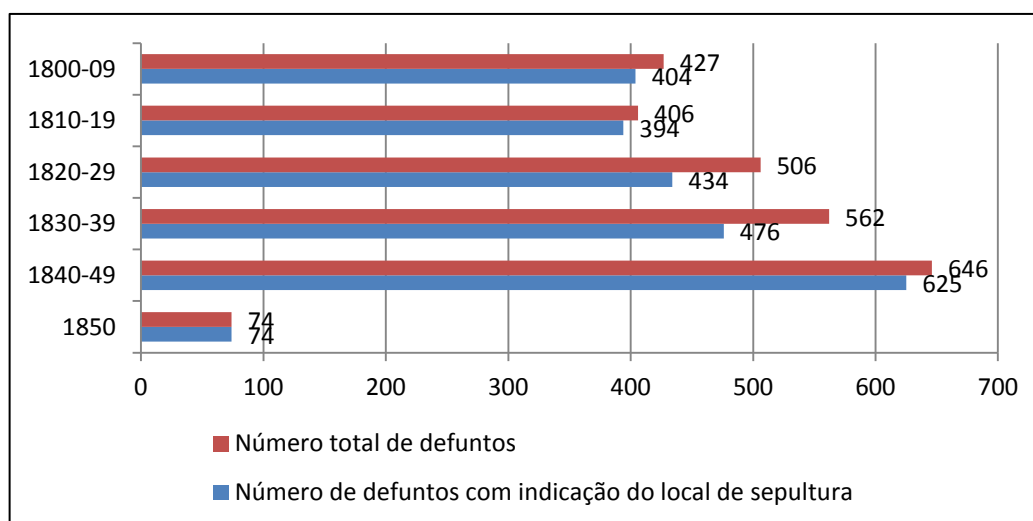
Gráfico 13 – Número dos que escolheram local de sepultura no universo de outorgantes dos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850), por décadas



Fonte: AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*

Mas, por outro lado, os registos de óbito são mais completos na indicação do local de sepultura do que em relação a qualquer um dos aspetos analisados nos capítulos anteriores, como se procurou perceber através do **Gráfico 14**. Na quase totalidade dos assentos (2407 - 91,8% dos 2621 defuntos) os párocos tiveram o cuidado de identificar aquele lugar, inclusive quando o defunto era sepultado noutras paróquias.

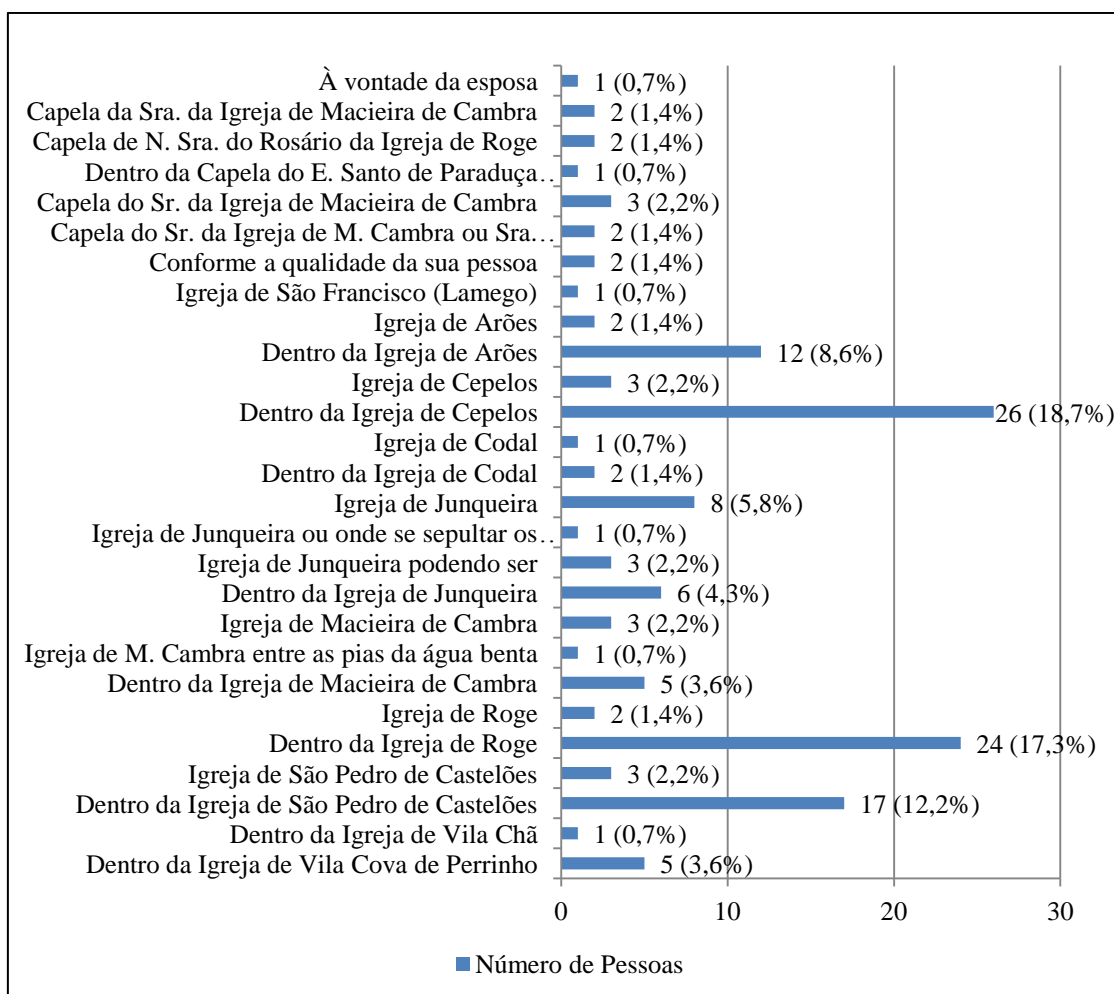
Gráfico 14 – Número de assentos com indicação do local de sepultura no universo de defuntos dos Registos de Óbito do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850), por décadas



Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

De entre os 139 outorgantes que apresentaram a sua vontade em relação ao lugar onde desejavam ser sepultados, apenas três (2,2%) não escolheram o local, pelo menos diretamente. Um indivíduo deixou a escolha a critério da mulher e dois pediram sepultura conforme a qualidade das suas pessoas. Um outro outorgante (0,7%) pediu para ser sepultado dentro da Capela do Espírito Santo de Paraduça da freguesia de Arões (local onde os enterros não eram excecionais, como à frente veremos), como se pode observar no **Gráfico 15 (e Anexo 18)**:

Gráfico 15 – Local de sepultura pedido (por outorgante) nas escrituras dos Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra (até 1850)

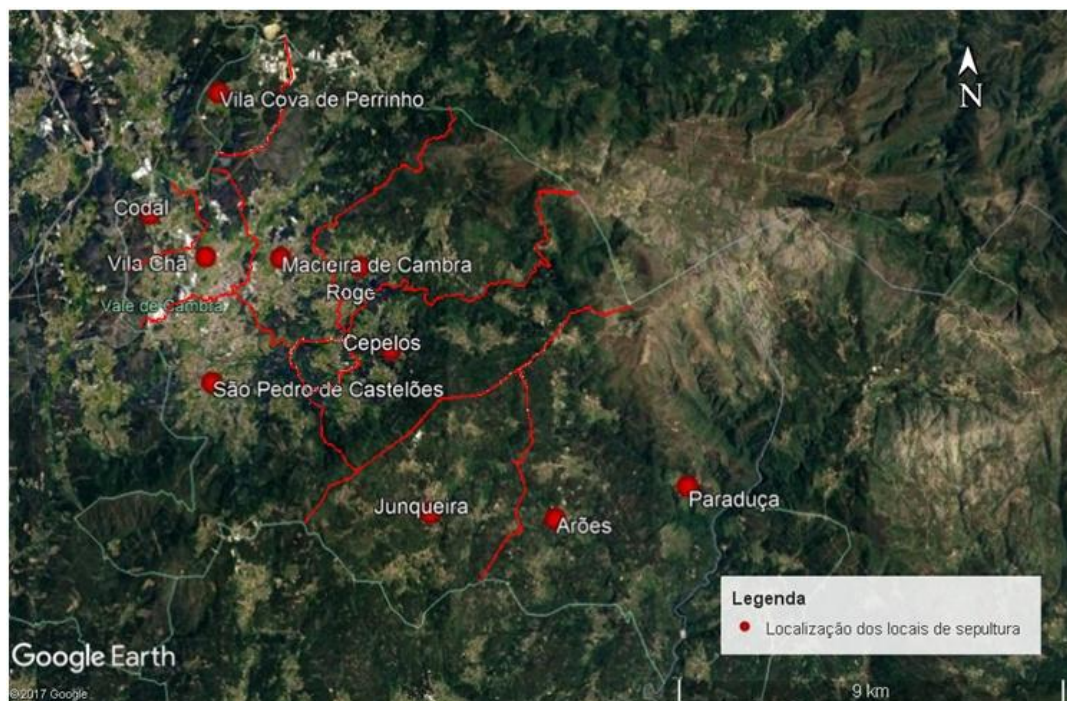


Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

Dos 135 outorgantes (97,2%) que escolheram uma igreja, apenas um não elegeu a da sua paróquia, o tabelião Luís António Pereira de Araújo Aguiar, da freguesia de Codal, que fez o seu testamento a 9 de Dezembro de 1832 na cidade de Lamego por aí ter adoecido e pediu para aí ser sepultado na igreja de São Francisco.³⁸³ Todos os outros indivíduos pediram para ser sepultados nas suas igrejas paroquiais, assinaladas no **Mapa 2**, ainda que 25 (18%) não tenham dito expressamente que era o seu interior.

³⁸³ AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra, fls. 80-82.

Mapa 2 - Localização dos locais de sepultura (igrejas paroquiais e capela do Espírito Santo de Paraduça) no concelho de Vale de Cambra (1800-1850)



Fonte: Google Earth; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Mapas Censos 2011...

Destes outorgantes que escolheram as suas igrejas paroquiais, dez (7,2%) especificaram o local dentro das mesmas onde queriam ser inumados. Duas pessoas escolheram a capela do Senhor da igreja matriz de Macieira de Cambra e outras três a capela da Senhora da mesma igreja, sendo que dois indivíduos pediram para ser inumados numa ou noutra indistintamente. Por sua vez, outras duas pessoas elegeram para a sua última morada a capela de Nossa Senhora do Rosário da igreja matriz de Roge.

De facto, as constituições Sinodais de Coimbra e Viseu permitiam que cada pessoa pudesse escolher a sua sepultura em qualquer igreja, mosteiro ou lugar sagrado. Quem não o fizesse ou tivesse escolhido um lugar menos conveniente seria enterrado na sepultura dos seus avós e antepassados se as tivessem, mesmo que fosse fora da freguesia. Caso não existisse uma sepultura exata e perpétua dos seus antepassados e não tendo sido feita uma escolha, os defuntos seriam enterrados dentro da igreja ou no

adro da sua freguesia, conforme o seu estado e qualidade.³⁸⁴ Mesmo em relação aos espaços considerados privilegiados, as Constituições de Coimbra decretavam que “não se enterrará nas Capellas das Igrejas pessoa alguma sem nossa licença, salvo sendo Capella dos Paes, & Avôs de seus antepassados, onde os sucessores, & descendentes se podem enterrar, & devem, quando morrem na mesma terra, onde està a tal sepultura de seus antepassados, ou sendo Padroeyro da mesma Igreja, porque este se poderá sem mais licença nossa enterrar da Capella Mòr, ou em outra qualquer parte, por ser este hum dos direytos, que a Igreja concede aos Padroeyros”.³⁸⁵ Nos casos em que não foram feitos pedidos concretos talvez estas indicações fossem seguidas. Será que foi o facto de terem antepassados na capela do Senhor ou da Senhora da igreja Matriz de Macieira de Cambra que levou dois outorgantes mostrar indiferença entre ambas? Ou terá havido uma grande vontade de garantir que ficavam juntos de um intercessor divino? Os registos de óbito que mais à frente veremos levantam ainda mais dúvidas sobre a forma como estes espaços eram ocupados.

Um pedido curioso foi feito por Mariana Angélica, do lugar de Padrastos da freguesia de Macieira de Cambra, que pediu, na sua escritura feita a 4 de Abril de 1830, para ser sepultada “dentro da Igreja de sua freguezia e entre as Pias da Agoa Benta”.³⁸⁶ A explicação, apresentada também em estudo relativo a Braga, para cronologia anterior, que Ferraz interpretou como sendo mais uma forma de garantir a salvação da alma através de uma água que era sagrada e purificadora, esperando os testadores que a sua sepultura fosse aspergida de forma propositada ou acidental pelos fiéis que se benziavam com ela³⁸⁷, parece ainda fazer sentido para este espaço e para esta cronologia mais tardia. Esta é uma atitude que está em consonância com todos os outros elementos

³⁸⁴ Os meninos e meninas com menos de 14 e 12 anos respetivamente, não podem escolher por si sepultura e por isso cabia aos seus pais ou avós ou tutores escolher o local, ou seriam sepultados nas sepulturas dos seus avós se as tivessem e se não as tivessem em qualquer lugar conveniente na sua freguesia. Nenhum clérigo deveria prometer a alguém que o enterraria na sua igreja ou que estando já escolhida a sepultura não a mudaria. Da mesma forma nenhum eclesiástico devia persuadir alguém a escolher a sua igreja como local de sepultura ou que mudasse a que já estivesse escolhida, cada um devia escolher livremente a sua sepultura onde quisesse. Caso existissem acordos, os mesmos deviam ser anulados e o defunto deveria ser sepultado no local onde por direito o deveria ser: *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra...*, Tít. XXVII, Const. II, p. 330 e Const. III, p. 331; *Constituições Sinodaes do Bispado de Viseu...*, Livro IV, Tít. VI, Const. I, p. 285 e Const. II, p. 286.

³⁸⁵ *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra...*, Tít. XVIII, Const. VI, p. 196.

³⁸⁶ AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra, fls. 37-40v.

³⁸⁷ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – A Morte e a Salvação da Alma...p. 30.

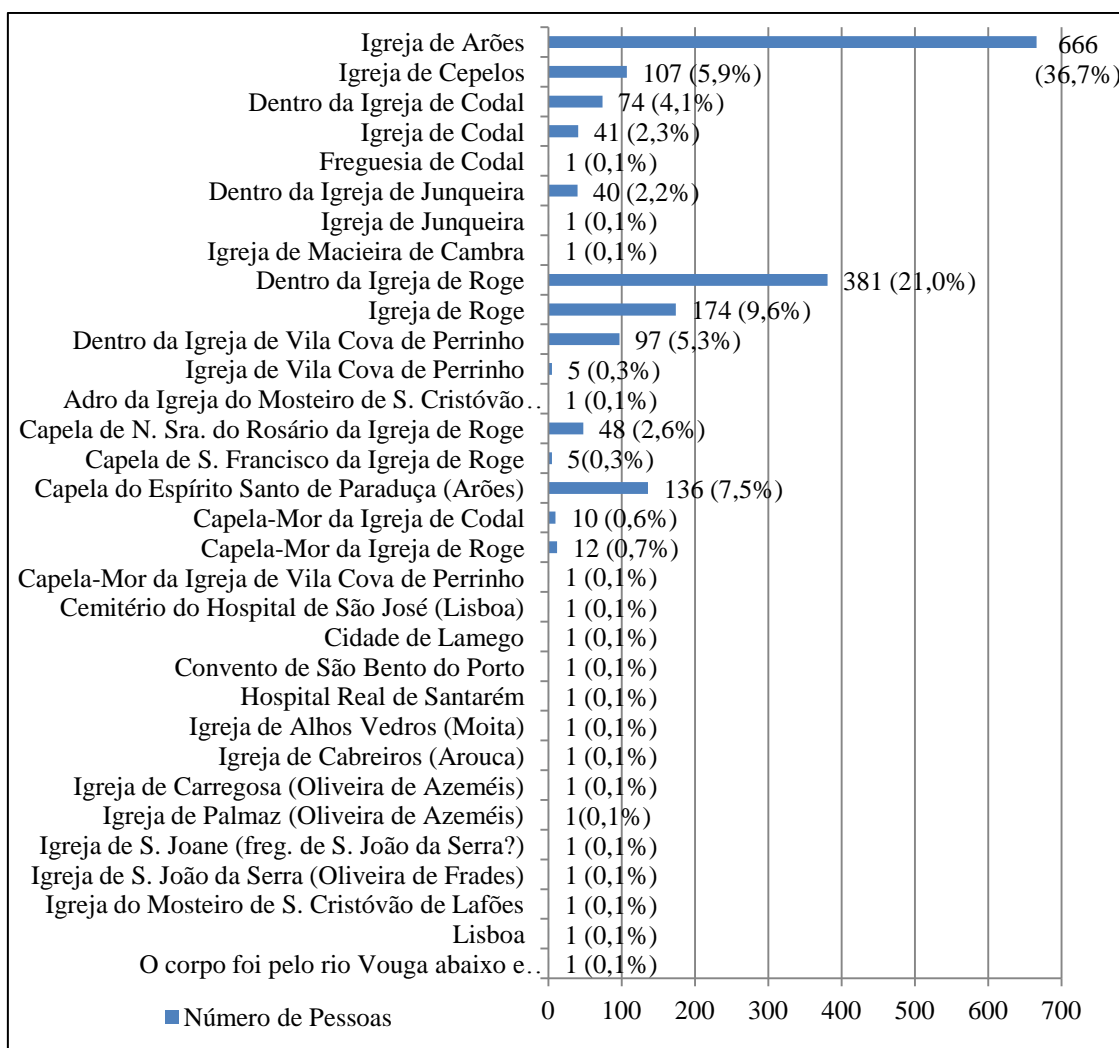
observados, nos capítulos anteriores, que impedem que se possa equacionar a hipótese de uma descristianização em curso, neste espaço.

Num testamento feito a 12 de Agosto de 1840, a outorgante Francisca Tavares do lugar de Junqueira, da freguesia de Junqueira de Cima, pedia que “que meu corpo seja sepultado na Igreja de minha Freguesia ou onde se sepultarem os mais defuntos”.³⁸⁸ Da mesma forma, Maria, do mesmo lugar, pedia também no seu testamento feito a 27 de Julho de 1842 “que meu corpo seja sepultado dentro da Igreja de minha freguesia, podendo ser”.³⁸⁹ Este pedido foi também feito por mais dois outorgantes em 1842 e 1849, tendo sido todos eles sepultados dentro da igreja (**ver Anexo 18**). Atendendo às datas tardias destes pedidos, é possível que estas pessoas estivessem mais informadas do que as restantes sobre a legislação corrente em relação ao fim dos enterros nos espaços religiosos, e por esse motivo adiantaram-se a novas situações que se pudessem impor entretanto, entre a data da escritura e a data da morte. Mas, segundo os registos de óbito, tal como se pode ver no **Gráfico 16**, essas novas situações só muito mais tarde se impuseram.

³⁸⁸ AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 83-85.

³⁸⁹ AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 14v-16v.

**Gráfico 16 – Local de sepultura (dos maiores de idade e sem indicação de condição social de pobre)
nos Registos de Óbito do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)**



Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

Ao todo, são 1938 indivíduos maiores de idade e sem indicação social de pobre que constam nos registos de óbito (**ver Anexo 19**), sendo que para as 1814 pessoas de que sabemos o local de sepultura apenas 151 (8,3%) não foram sepultadas nas igrejas matrizes das paróquias do concelho. Existe um caso em que o pároco apenas indicou que o defunto foi sepultado na freguesia de Codal, sem especificar o local, mas certamente terá sido na igreja matriz. Numa outra situação, a de Marcelina da Silveira, do lugar de Ervedoso da freguesia de Arões e falecida a 23 de Março de 1810, o pároco

indicou que o seu corpo “foi pelo dito Rio [Vouga] abaixo de Sorte, que passados muitos dias apareceu seu Corpo já carcorreodo nas bordas do mesmo Rio de frente da freguezia de Cedrim, e aLi mesmo lhe Sepultaram os ossos”.³⁹⁰

Já em sete casos, os defuntos foram sepultados nas igrejas de outras paróquias, como foi o caso de Manoel Fernandes, do lugar de Cabrum da freguesia de Arões, falecido a 16 de Outubro de 1805, e que foi sepultado na igreja do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, pois “matarao em hua bulha na freguezia da Trapa”.³⁹¹ Por outro lado, Maria, do lugar de Paçô da freguesia de Cepelos, faleceu a 11 de Julho de 1849 “ao pé da Igreja de Sam Christovãm de Lafoens”, mas foi sepultada no adro e não no interior da igreja.³⁹² Esta foi, de facto, a única referência encontrada a enterros no adro, mas fora do concelho que se está a estudar.³⁹³

Existem também três casos em que os defuntos foram sepultados no hospital Real de Santarém, no cemitério do hospital de São José em Lisboa e no convento de São Bento do Porto “que entao servia de Hospital Militar” e onde faleceu Domingos Tavares do lugar e freguesia de Arões em Março de 1810.³⁹⁴

Excetuando estes casos pontuais, 136 pessoas (7,5%) foram sepultadas na capela do Espírito Santo de Paraduça na freguesia de Arões. Tal como em relação à igreja matriz, os párocos nunca utilizaram a expressão “dentro da capela”, mas mais uma vez poderá ser uma forma de expressão. Existe um outorgante que pediu para ser sepultado dentro desta capela, mas o pároco apenas disse que foi sepultado na capela (**ver Anexo 19**). Não se conhece com exatidão o motivo pelo qual se começaram a efetuar inumações nesse espaço, mas é provável que tal esteja relacionado com a distância e dificuldade do percurso existente até à igreja matriz. Pelo menos uma informação deixada pelo pároco no assento de óbito de Francisco Tavares daquele lugar, falecido a 22 de Janeiro de 1813, indica que assim seria: “Esta sepultado na Capella do Espirito Santo do mesmo Lugar de Paraduça onde costumão Sepultarsse os moradores daquelle

³⁹⁰ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 6, fl. 91v.

³⁹¹ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 6, fls. 71v-72.

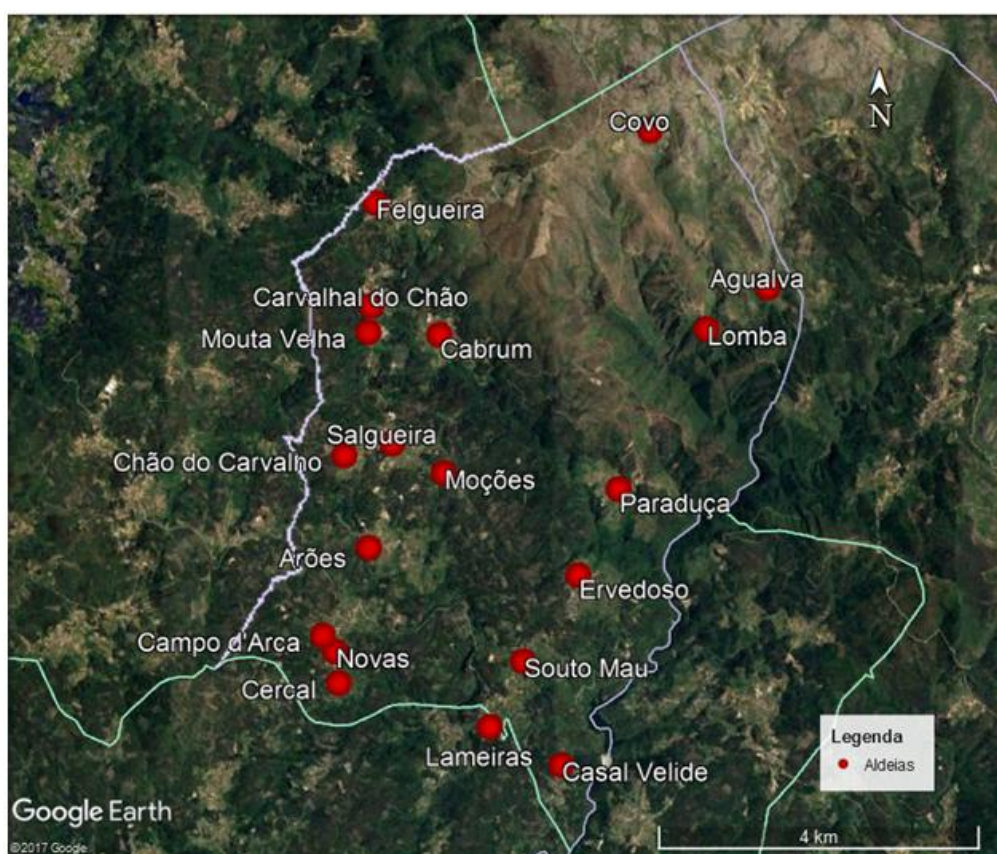
³⁹² ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fl. 8v.

³⁹³ Na paróquia de São Cristóvão de Lafões era já costume, pelo menos desde 1829, os defuntos serem enterrados no adro da igreja do mosteiro, com a exceção de algumas pessoas que eram sepultadas em capelas de alguns lugares: ADVIS - *Paróquia de São Cristóvão de Lafões, registos de óbito*, cx. 11, n.º 3, 51 fl.

³⁹⁴ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 29, fl. 82v.

Lugar e de outros, por não poderem transportar-se á Matris Igreja”.³⁹⁵ De facto, naquela capela eram sepultados indivíduos não só do lugar onde a mesma se situava, mas também dos lugares vizinhos de Agualva e Lomba, também da freguesia de Arões. O **Mapa 3** ajuda a perceber a distribuição das aldeias desta paróquia:

Mapa 3 - Aldeias existentes na freguesia de Arões (1800-1850)



Fonte: Google Earth; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Mapas Censos 2011...

Todavia existem exceções em relação às sepulturas nesta capela, pois doze pessoas destes lugares de Paraduça, Agualva e Lomba, foram sepultadas na igreja matriz, tanto antes como depois da data daquele assento de óbito. Em dois casos, o pároco deixou a nota de que morreram no lugar de Arões e por isso foram aí sepultadas. Este foi o caso de Silvestre, morador em Paraduça, em cujo assento de óbito, datado de 20 de Maio de 1818, é dito que o mesmo foi sepultado na igreja de Arões “por morrer

³⁹⁵ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 29, fls. 5-5v.

neste lugar de Arões”.³⁹⁶ Nos outros casos nenhuma justificação foi apresentada, talvez em alguns deles tenha havido condições – quer por força de vontade dos herdeiros, quer por disponibilidades materiais de transporte – para ultrapassar as dificuldades em chegar à igreja da paróquia.

Para os 18 casos em que foi possível estabelecer uma comparação entre os pedidos feitos pelos outorgantes e o local onde foi efetivamente feita a sepultura (**ver Anexo 22**) merece destaque o caso de Micaela de Pinho, do lugar da Lomba, que pediu no seu testamento feito a 13 de Junho de 1819 para ser “sepultada na sua Igreja”.³⁹⁷ Por sua vez, no assento e óbito datado de 28 de Julho de 1827, a indicação deixada é que foi sepultada na capela do Espírito Santo de Paraduça.³⁹⁸ Será que a mesma se referia à capela como a sua igreja ou o seu pedido não foi atendido? Não se sabe.

Curiosamente, em relação aos 268 menores identificados para a freguesia de Arões (**ver Anexo 21**), o local onde foram inumados apenas não foi indicado em três casos, e apenas outros três menores foram sepultados nesta capela do Espírito Santo de Paraduça, pois os restantes 262 tiveram direito a sepultura na igreja matriz. Ao todo, são 73 os menores falecidos no período em estudo nos lugares de Agualva, Lomba e Paraduça e, portanto, 70 foram levados para a igreja matriz. Será que o facto de serem crianças facilitava o transporte até lá evitando a necessidade de serem enterradas na capela? É de facto difícil encontrar uma explicação, pois no registo de óbito do menor António, de Paraduça, falecido a 11 de Abril de 1821, com apenas três meses, o pároco indicou que foi “sepultado na Capela do Espirito Santo colocada no dito lugar de Paraduça onde por Costume em memorial se sepultarão aquelles habitantes pois não se podem Conduzir a Matris Igreja”.³⁹⁹ Portanto, a justificação dada é a mesma que tinha já antes sido apresentada, mas se assim era, por que motivo as outras crianças não ficaram na capela? Não é possível saber.

³⁹⁶ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 29, fl. 20v.

³⁹⁷ AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 33v-34v.

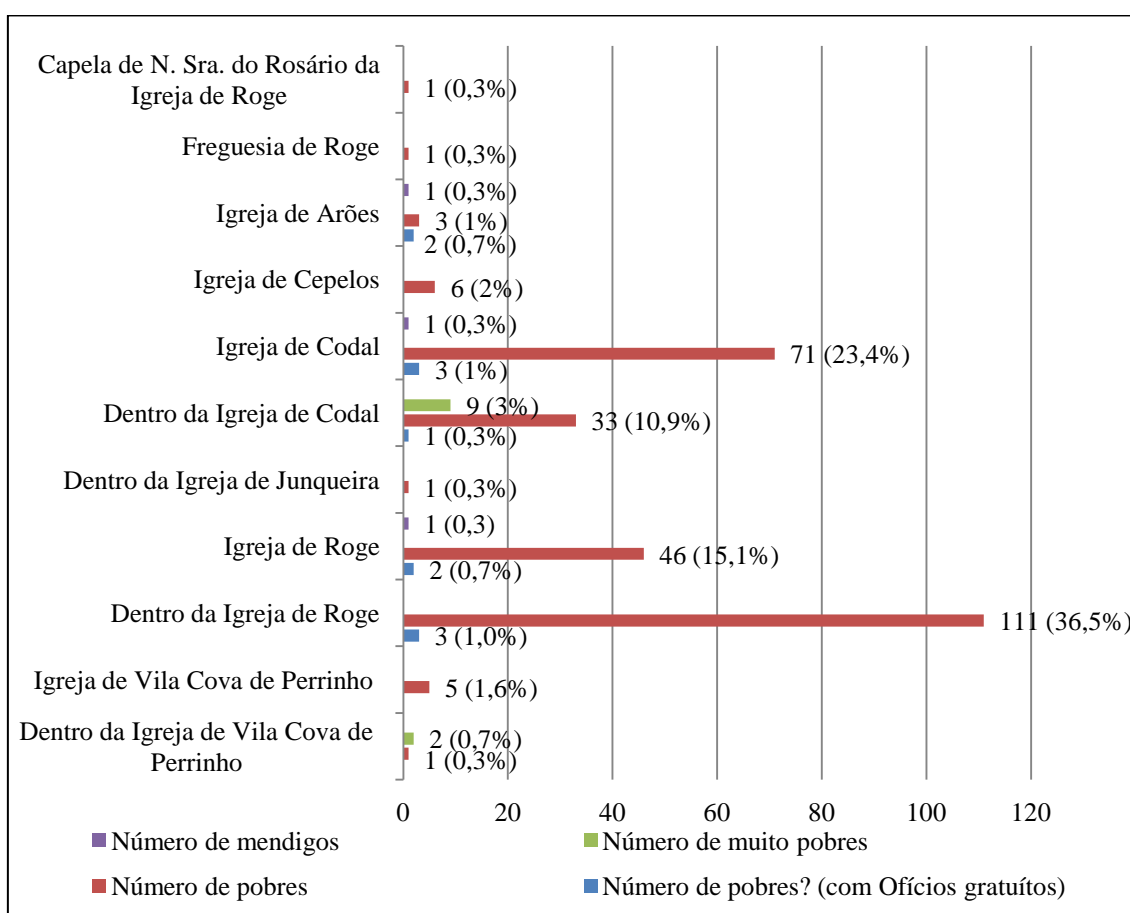
³⁹⁸ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 29, fls. 51-51v.

³⁹⁹ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.30, fl. 1. Segundo algumas pessoas da freguesia com mais idade, terá sido aqui a primitiva sede da paróquia, que depois se deslocou para Arões, mas não foi ainda possível averiguar a veracidade desta informação, ainda que pareça adequar-se àquela indicação de que o costume de sepultar os mortos nesta capela era imemorial, ou seja, antigo e de que já não havia memória.

Para as restantes freguesias, os registos de óbito permitiram identificar 42 menores, sendo que apenas em 18 casos não é conhecido o local de sepultura, pois todos os outros foram sepultados nas igrejas das suas paróquias.

No caso das 373 pessoas pobres, muito pobres ou mendigas (**ver Anexo 20**) a indicação do local de sepultura foi deixada em 304 casos (81,5%), como se pode ver no gráfico seguinte:

Gráfico 17 – Local de sepultura (dos maior de idade com indicação de condição social de pobre, muito pobre ou mendigo) nos Registos de Óbito do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)



Fonte: ADAVR - Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - Paróquia de Cepelos, registos de óbito, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - Paróquia de Junqueira, registos de óbitos, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fls. 230-257.

Como se procurou mostrar nesta tabela, também em relação aos indivíduos menos favorecidos economicamente existem referências específicas a enterros no espaço

interior das igrejas ou apenas, genericamente, a enterros nas igrejas. Mesmo que considerando as duas expressões como não tendo o mesmo significado, são 162 (53,2%) os defuntos desta condição social sepultados no interior das igrejas, mais de metade do total, onde se incluem aqueles identificados como muito pobres. Noutros locais, como vimos antes, o destino comum seria o adro.

Mas, se considerarmos que o significado das duas expressões seria o mesmo, tal significa que até pessoas que estavam de passagem pelo concelho tiveram direito a um lugar dentro das igrejas. Este seria o caso do pobre mendigo José Vidal “oficial caldeireiro que andava [...] por hece mundo” e tendo falecido a um de Fevereiro de 1800 na freguesia de Codal foi sepultado na igreja matriz dessa mesma paróquia.⁴⁰⁰ Também Manoel do Cabo da Eira, um pobre mendigo de Arouca que faleceu a sete de Agosto de 1846 na paróquia de Roge, foi aí sepultado na igreja matriz.⁴⁰¹

Da mesma forma, encarando as duas expressões como tendo o mesmo significado, tal indica que a questão sobre a importância das posses económicas não se colocava obrigatoriamente, veja-se o caso do enterro de Maria Dias de Ervedoso da freguesia de Arões, falecida a 11 de Janeiro de 1814, cujo enterro foi feito “pro Caritate [pois] he pobre”, mas cujo corpo o pároco indicou ter sido inumado na igreja.⁴⁰²

Na verdade, as Constituições Sinodais de Coimbra eram claras no que diz respeito às esmolas que se deveriam dar pela sepultura: “Ordenamos, & mandamos, que nenhuãs pessoas Ecclesiasticas deste nosso Bispado peçaõ preço, nem cousa alguma temporal pelas covas, & sepulturas, nem sobre isso fação contratos, ainda que digão, que o levaõ pela terra, ou lugar, que daõ para nelle se fazer a sepultura: nem deterão os corpos dos defuntos, nem impedirão, serem enterrados athè lhes darem alguma couza temporal, ainda que seja acostumado, mas enterraraõ todos os defuntos nos lugares, em que por direyto devem ser enterrados, sem os impedirem, nẽ deterem por lhes não pagarem antes de sepultados, o que he costume darse, nem lhes pedirão, ou tomarão por isso penhor algum, nem outra caução, mas enterralos-haõ livremente, & depois de enterrados, poderão pedir esmola, ou oferta, que por costume das Igrejas se costuma

⁴⁰⁰ ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fl. 5v.

⁴⁰¹ ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fl. 167.

⁴⁰² ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 6v-7.

dar, por rezaõ da sepultura”.⁴⁰³ Portanto, não era obrigatório dar-se esmola antecipadamente ou ver a sepultura ser recusada por não a poder dar, como deverá ter acontecido com Maria Dias. As Constituições Sinodais de Viseu determinavam também que quando fosse costume dar-se esmola à fábrica da igreja pelas covas e sepulturas, os párocos ou as pessoas responsáveis por tal não deveriam pedir uma caução, mas por respeito fazer primeiro o enterro e depois, se houvesse esse costume, solicitar as esmolas. Mas se o defunto fosse sepultado na igreja, o pároco deveria pedir primeiro uma caução à pessoa que tivesse a seu cargo os enterros, para que dentro de um mês voltasse a compor a cova na forma que se encontrava antes.⁴⁰⁴

Em 1828 a Fábrica da Igreja de São João Batista de Cepelos registou como despesas o conserto de uma “enxada de enterrar os mortos” e a compra de “hum cabo para a mesma”.⁴⁰⁵ No registo das receitas entre 1803 e 1851, as esmolas recebidas pelas “covagens” não surgem todos os anos (apenas em 15) e em alguns deles apenas se recebeu esmola de uma única sepultura, uma esmola que era muito variável, uma só “covagem” podia render 1600 reis e mais do que uma render apenas 100 reis. No geral os valores recebidos oscilavam entre 100 e 2400 reis.⁴⁰⁶ Não existem registos de óbito para todo este período, mas atendendo ao número de óbitos registados para as paróquias vizinhas, morriam várias pessoas por ano. Portanto, será que elas não deram esmola? Será que existia outra entidade responsável pelos enterros?

Na paróquia de Macieira de Cambra eram pelo menos duas as confrarias com esta responsabilidade. Entre 1800 e 1838 a Confraria de Nossa Senhora do Rosário recebeu em sete anos diferentes esmolas pelas “covagens” na igreja e na capela da Senhora, com valores entre os 400 e os 1500 reis.⁴⁰⁷ De 1803 a 1817, excetuando apenas o ano de 1808, a Confraria do Santíssimo Sacramento recebeu todos os anos esmolas pelas

⁴⁰³ *Constituiçoens Synodales do Bispado de Coimbra...*, Tít. XXVII, Const. IV, p. 333.

⁴⁰⁴ *Constituiçoens Sinodales do Bispado de Viseu...*, Livro IV, Tít. VI, Const. IV, p. 289.

⁴⁰⁵ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Fábrica da Igreja da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1803-1851)*, fl. 37v.

⁴⁰⁶ Os registos destas receitas existem apenas para os anos de 1803, 1804, 1805, 1819, 1822, 1823, 1826, 1827, 1831, 1832, 1834, 1835, 1836, 1839, 1840: AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Fábrica da Igreja da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1803-1851)*, fls. 1v, 3v, 5, 25, 28, 29v, 34v, 36, 41, 42, 44, 45, 46, 48v, 49v.

⁴⁰⁷ Os registos destas receitas existem apenas para os anos de 1800, 1801, 1833, 1834, 1835, 1857, 1838: AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Macieira de Cambra (1755-1802)*, fls. 99v, 101v; AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Macieira de Cambra (1833-1866)*, fls. 1v, 3, 4, 8, 6v, 7v.

“covagens” feitas, nos valores de 1000 a 6000 reis.⁴⁰⁸ Já entre 1845 e 1850 a mesma confraria recebeu em cada ano esmolas pelas “covagens” de valor igualmente variável, entre os 2000 e os 4000 reis.⁴⁰⁹ Mas, mais uma vez existem anos em que não foi registado o recebimento de esmolas por este serviço. Será que não foram dadas? Ou foram divididas com a fábrica da igreja, por exemplo, mas de que não temos informações? Nota-se claramente que estamos perante uma paróquia onde as pessoas tinham mais posses, talvez por ser a sede de concelho na altura, pois o valor das esmolas é nitidamente superior ao encontrado na freguesia de Cepelos.

Não foi possível encontrar os estatutos das confrarias, mas deveria fazer parte das suas funções garantir a sepultura dos irmãos. Nos casos dos muitos indivíduos que deixaram um pedido de distribuição de esmolas nas suas escrituras pelas confrarias da paróquia também não foi possível encontrar menções à esmola pela sepultura, mas não certamente por não terem possibilidade para tal.

Se considerarmos que todos os 2255 defuntos adultos e menores que morreram no concelho, com indicação de sepultura dentro ou apenas na igreja, foram sepultados no interior das igrejas paroquiais, não parece que a ausência de dádivas de esmolas tenha sido um fator de exclusão desse espaço. Mas, mesmo considerando apenas os 914 defuntos (40,5%) para os quais a indicação de sepultura dentro das igrejas foi expressamente deixada existem, como vimos, casos de vários pobres e muito pobres que não foram excluídos do interior destes espaços. Teriam possibilidades para deixar esmola atendendo a esta condição de desfavorecimento económico?

Em algumas igrejas, existiam também enterros feitos naqueles lugares considerados privilegiados (**ver Gráficos 13 e 14 e Anexos 19 e 20**), mas é difícil perceber a quem estavam reservados atendendo à diversidade de pessoas que aí foram inumadas. Na capela-mor da igreja matriz de Codal foram sepultadas dez pessoas e no mesmo espaço da igreja matriz de Roge foram enterradas doze, e uma na capela-mor da igreja matriz de Vila Cova de Perrinho. Na capela de Nossa Senhora do Rosário da igreja matriz de Roge foram sepultadas 48 pessoas e outras cinco na capela de São

⁴⁰⁸ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja e Freguesia de Macieira de Cambra (1803-1817)*, fls. 2, 3v, 5, 6v, 9, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25v, 28, 29v.

⁴⁰⁹ AMVLC - *Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Senhor (Santíssimo Sacramento) da Freguesia de Macieira de Cambra (1844 -1866)*, fls. 2v, 6, 7, 8, 12, 15v.

Francisco da mesma igreja. Mas, estes espaços não estavam reservados apenas a sacerdotes ou a homens e mulheres de um estado civil em particular, nem mesmo a condição social parecia importar ou a existência de antepassados sepultados nesses locais, como estabeleciam as Constituições Sinodais de Coimbra.

De facto, estes espaços podiam ser ocupados por sacerdotes como ocorria noutros locais, mas não importava que não fossem do concelho, como aconteceu com o padre Manoel José de Amorim e Lima que era “Conego da Sé do Porto, e Abbade d'santo Ildefonso, Natural de tras dos Montes cujo faleceo no Lugar de sandiens desta Freguezia do santissimo Salvador de Roge” a 4 de Janeiro de 1836 e teve direito a sepultura na capela de Nossa Senhora do Rosário desta mesma paróquia.⁴¹⁰ Mas também familiares de sacerdotes foram por vezes inumados nestes espaços privilegiados, como foi caso de Rosa Teresa Pereira, mãe do prior da paróquia de Codal e que, falecida a 15 de Janeiro de 1804, foi sepultada na capela-mor da igreja daquela paróquia, um espaço apenas reservado a sacerdotes ou padroeiro da igreja, como vimos.⁴¹¹ Do mesmo modo, familiares de indivíduos importantes usufruíram igualmente desta regalia, como aconteceu com Maria Tavares, casada com o Capitão Manoel Soares Homem, Capitão de Milícias e Senhor da quinta de Armental em Codal, que tendo falecido a 6 de Setembro de 1815 foi também sepultada na capela-mor da igreja matriz desta freguesia.⁴¹² Por outro lado, também assistentes e criados tiveram algumas vezes direito a sepultura nestes locais privilegiados, como aconteceu no caso de Maria, criada de Manoel José da Costa do lugar de Sandiães da freguesia de Roge, que faleceu a 29 de Fevereiro de 1828 e foi sepultada na capela de Nossa Senhora do Rosário da igreja matriz desta paróquia.⁴¹³ Até mesmo uma pessoa pobre (**ver Gráfico 14 e Anexo 20**), Maria, do lugar de Moreira também da freguesia de Roge e falecida a 11 de Agosto de 1832 teve direito a sepultura naquela mesma capela.⁴¹⁴

Retomando novamente os 18 casos em que se conseguiu estabelecer uma relação entre os pedidos feitos pelos outorgantes e o local onde foram inumados, existem dois

⁴¹⁰ ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fl. 147.

⁴¹¹ ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fl. 7v.

⁴¹² ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fl. 9v.

⁴¹³ ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fl. 123.

⁴¹⁴ ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fl. 138v.

casos que dificultam ainda mais a tentativa de perceber quem poderia ser sepultado nos lugares privilegiados das igrejas (**ver Anexo 22**). Luís Soares, do lugar de Sandiães da freguesia de Roge, pediu, no seu testamento feito a 19 de Fevereiro de 1833, para ser “sepultado dentro da Igreja da minha Freguezia, na Capella da Senhora, podendo ser”.⁴¹⁵ Mas, segundo o assento de óbito datado de 23 de Outubro de 1835 parece que tal não pôde ser, o pároco apenas disse que foi sepultado dentro da igreja.⁴¹⁶ Ou não terá o pároco especificado o local no assento de óbito por descuido? Mas, se o seu pedido foi recusado seria por talvez não ser irmão da confraria? Já antes a sepultura neste espaço tinha sido recusada. Isabel da Conceição, do lugar de Função da mesma freguesia e falecida a 7 de Junho de 1802, “não se sepultou na capella da Senhora do Rozario por estarem as sepulturas ocupadas”.⁴¹⁷ Neste caso sabe-se o motivo. Caso interessante é o de Clara Joaquina, do lugar de Videira da freguesia de Roge, que pediu no seu testamento datado de 16 de Janeiro de 1836 para ser sepultada “dentro da Igreja da minha Freguezia”.⁴¹⁸ Mas, no assento de óbito lavrado a 28 de Março de 1836 foi indicado como local de sepultura a capela de Nossa Senhora do Rosário da sua igreja.⁴¹⁹ Quando no testamento se referiu só à igreja em termos genéricos fê-lo por lapso, por esquecimento? Seria ela irmã da confraria e, por isso, com direito a ser sepultada neste espaço? Ou alguém lhe quis prestar essa homenagem? Não é fácil discernir quais os critérios ou direitos que determinavam a possibilidade de se ser inumado nos lugares considerados mais privilegiados.

Portanto, contrariamente ao que alguns investigadores encontraram para outros locais de Portugal e da Europa, nem os enterros no adro eram comuns neste concelho, a acreditar nas ausências dessa indicação pelos párocos, nem os espaços considerados privilegiados dentro das igrejas, como eram a capela-mor ou altares privilegiados, estavam apenas reservados a pessoas importantes ou com posses económicas.

Os únicos que podemos afirmar terem sido excluídos do interior dos espaços religiosos são os recém-nascidos não batizados, o que é confirmado pela informação

⁴¹⁵ AMVLC - *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 140v-142.

⁴¹⁶ ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fl. 146v.

⁴¹⁷ ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 67-67v.

⁴¹⁸ AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*, fls. 47-50.

⁴¹⁹ ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fl. 147v.

deixada no assento de óbito de um menor, falecido a 14 de Novembro de 1826, no lugar de Ervedoso da freguesia de Arões: “foi baptizado antes de nascer de todo por Joaquim de Bastos que foi chamado pera isso mesmo o qual eu examinei no modo como o Baptizou e achei que estava bem Baptizado e per isso mesmo o mandei enterrar na Igreja desta freguesia”.⁴²⁰ Portanto, desta informação é possível tirar duas importantes conclusões. Por um lado, que só eram sepultados nas igrejas os batizados e por outro que nestas comunidades se tinha a consciência clara de que o sacramento do batismo não tinha que ser administrado necessariamente por um sacerdote, poderia sê-lo por um indivíduo que conhecesse o ritual a ser feito. Pelo menos três das 14 crianças batizadas em casa por necessidade foram-no por habitantes locais.⁴²¹

A situação encontrada por Angélica Moreira Rodrigues nos testamentos da paróquia também rural de Cervães (Braga), no século XVIII, é o exemplo perfeito de uma realidade totalmente contrastante com a existente no concelho em estudo. Naquela paróquia, a diferenciação entre os indivíduos mais ou menos poderosos permanecia na hora da morte. Os pobres não se misturavam com os ricos. Apenas aqueles que tinham meios económicos podiam pagar a sepultura dentro da igreja, e apenas os mais poderosos podiam ser enterrados juntos dos altares e as Constituições Sinodais de Braga determinavam que “apenas o Abbade, Reytor, ou Vigario perpetuo se poderá enterrar na Capella Mor, se não tiver Padroeiro, nem estiver obrigada a pessoa alguma particular, nem ouver outra razão que o prohiba”. Os mais pobres seriam enterrados junto da porta ou no adro da igreja se as suas posses económicas não chegassem sequer para pagar uma sepultura dentro da igreja paroquial.⁴²²

⁴²⁰ ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.30, fl. 19.

⁴²¹ De facto, o Rito Romano determinava que apenas as crianças batizadas fossem sepultadas num lugar sagrado, incluindo estes casos de batismos em privado e aqueles em que existiam dúvidas sobre a validade do sacramento: COELHO, Dom António – *Curso de Liturgia Romana*, p. 706-707.

⁴²² RODRIGUES, Angélica Moreira – *As últimas vontades...* p. 40-41.

7.4. Breve nota sobre a criação dos cemitérios no concelho de Vale de Cambra

Segundo José Francisco Ferreira Queiroz e Julie Rugg, só uma nova epidemia de cólera em 1855 permitiu criar de forma definitiva vários cemitérios públicos em algumas zonas rurais, onde, de outro modo, a população não permitiria a sua criação, ainda que muitos tenham sido de novo abandonados depois de a epidemia ter desaparecido.⁴²³

Em 1862, a nível nacional, 31,2% dos enterros eram ainda feitos nas igrejas, mas as disparidades entre os vários distritos eram grandes. Nos distritos de Viana do Castelo e Braga cerca de 75% a 100% dos defuntos continuavam ainda a ser sepultados em igrejas. Nos distritos de Vila Real e Viseu a percentagem era de 50% a 75%. Nos distritos de Bragança, Porto, Aveiro e Coimbra oscilava entre 25% e 50%. Já no sul estas percentagens eram menores, e no distrito de Castelo Branco já não existiam enterros feitos nas igrejas. Mas, por volta de 1875 a maior parte das cidades portuguesas já tinham cemitério público, ainda que, por exemplo, nos distritos de Viana do Castelo e de Braga muitos cemitérios só viessem a ser construídos nos anos 60 e 70 do século XX.⁴²⁴

Em 1862, no concelho de Vale de Cambra ainda não existia qualquer cemitério público. Os primeiros foram criados em 1866 e Vila Cova de Perrinho insere-se no grupo de locais que apenas tiveram um cemitério público no século XX (**ver Anexo 23**). No entanto, em algumas freguesias existiu um período de transição, em que o enterro dos defuntos passou a ser feito no adro, sem exceções, o que foi também comum noutros pontos do país.⁴²⁵

Na freguesia de Arões, a 29 de Agosto de 1866 foi feito o primeiro enterro no adro, depois de, pelo menos desde o início do século XIX, se terem sepultado todos os defuntos dentro da igreja matriz. Até quatro de Julho de 1871, data do primeiro enterro no cemitério público, todos os defuntos foram sepultados no adro da igreja. No lugar de

⁴²³ QUEIROZ, José Francisco Ferreira - O ferro na arte funerária...p. 14; QUEIROZ, José Francisco Ferreira; RUGG, Julie – The development of cemeteries...p. 124.

⁴²⁴ CABRAL, João de Pina; FEIJÓ, Rui G. – Um conflito de Atitudes...p. 195-196, 202, 204; QUEIROZ, José Francisco Ferreira; RUGG, Julie – The development of cemeteries...p. 124.

⁴²⁵ CABRAL, João de Pina; FEIJÓ, Rui G. – Um conflito de Atitudes...p. 177

Paraduça a transição foi também feita usando o adro da capela do Espírito Santo, onde foi sepultado o primeiro defunto a cinco de Janeiro de 1867, tendo o primeiro enterro no cemitério ocorrido apenas a 30 de Dezembro de 1871. Talvez pela dificuldade existente por parte dos habitantes da aldeia da Lomba em transportar os seus defuntos até a este lugar, e uma vez que se estavam a criar novos espaços, esta aldeia teve direito ao primeiro cemitério público da freguesia (ao lado da capela de Nossa Senhora dos Milagres), onde se fez a primeira sepultura a 18 de Novembro de 1866. No ano seguinte, este cemitério passou a ser partilhado com o lugar de Agualva, muito provavelmente por uma questão de proximidade e acessibilidade (**ver Mapa 3**), mas que até então fazia enterrar os seus mortos em Paraduça, e também os defuntos da aldeia do Covo, antes sepultados na igreja matriz, passaram a sê-lo no cemitério da Lomba.

Em Junqueira, uma das primeiras paróquias a ter cemitério público, foi efetuado em 28 de Agosto de 1866 o primeiro enterro fora de portas, mas num cemitério que o pároco apelidava de provisório. A partir de 27 de Dezembro do mesmo ano o pároco deixou de o mencionar como tal. Se se rendeu à nova evidência sem achar que precisava de sublinhar o carácter provisório ou se entretanto se modificaram as condições, não foi possível averiguar nas fontes. Portanto, se considerarmos a primeira data, pode-se afirmar que a freguesia de Junqueira foi a primeira do concelho a ter um cemitério. No entanto, apesar de no final daquele ano se terem começado a sepultar pessoas no cemitério, continuaram a aparecer registos de defuntos inumados no adro da igreja.

Será que o facto de pertencerem as duas freguesias à diocese de Viseu teve influência no facto destas paróquias terem criado os seus cemitérios muito antes das restantes freguesias?⁴²⁶ Depois destas datas só a 22 de Janeiro de 1878, na freguesia de São Pedro de Castelões, foi sepultado o primeiro defunto num cemitério público. A sede de concelho, Macieira de Cambra, só enterrou pela primeira vez num cemitério a 17 de Agosto de 1883, a que se seguiu a paróquia de Roge a 2 de Outubro de 1889. A freguesia de Vila Chã só viu aparecer um cemitério na última década do século XIX,

⁴²⁶ Embora não se notem práticas distintas entre as paróquias das diferentes dioceses no que diz respeito às mortalhas ou acompanhantes do cortejo fúnebre, são claramente visíveis diferenças no que diz respeito à tipologia dos Ofícios, o que se poderá dever mais a uma imposição de escolha entre ritos definidos pela própria diocese do que a uma decisão mais particular como deveria acontecer com os outros aspetos, quer por uma devoção mais específica, quer por posses monetárias diferentes. É também provável que o facto de Arões e Junqueira pertencerem a outra diocese possa ter tido alguma influência e contribuído para a precocidade da criação dos cemitérios públicos.

com o primeiro enterro datado de 19 de Junho de 1893. Já a paróquia de Codal esperou até ao início do século XX, deixando de sepultar os seus mortos na igreja a 23 de Fevereiro de 1902, quando se enterrou o primeiro defunto no adro, pois a primeira inumação no cemitério só ocorreu a 15 de Julho do mesmo ano, talvez enquanto o cemitério não estava pronto. Já a freguesia de Vila Cova de Perrinho abandonou também o costume de enterrar os defuntos na igreja matriz neste ano, a 14 de Fevereiro, mas esse costume passou para o adro, o que o pároco justificava com o facto de ainda não haver cemitério. E continuou a não haver por muito tempo, pois o assento de óbito registado no último livro disponível no arquivo distrital data de 31 de Março de 1911 e ainda não existia um cemitério público, os enterros continuavam a ser feitos no adro.

Na maioria destes casos, não só a transição para o cemitério público se fez num primeiro momento usando o adro da igreja matriz, como o próprio cemitério foi construído mesmo ao lado ou a uma curta distância da igreja. Mas, este aspeto não é exclusivo deste concelho, pois, segundo José Francisco Ferreira Queiroz e Julie Rugg, na maior parte das paróquias rurais da Europa e em Portugal, além da laicização da morte ter sido mais lenta do que em ambientes urbanos e, apesar de se ter conseguido passar as práticas funerárias para os espaços fora das igrejas, não foi possível, em muitos casos, retirá-los de junto destas. Em vários sítios, os adros das igrejas, onde já antes se sepultava, passaram a ser os cemitérios públicos, aumentando-se apenas o terreno disponível em volta da igreja, murando-o e organizando-o. Isto ocorreu sobretudo na região de Entre Douro e Minho, onde o povoamento era mais disperso e permitia criar cemitérios junto das igrejas paroquiais sem que ficassem próximos de habitações, ao contrário do Alentejo, onde o povoamento era mais concentrado e o clima mais quente.⁴²⁷

⁴²⁷ QUEIROZ, José Francisco Ferreira - O ferro na arte funerária...p. 15-22; QUEIROZ, José Francisco Ferreira; RUGG, Julie – The development of cemeteries...p. 124.

Considerações finais

Olhando agora de uma forma global para todos os aspetos aqui discutidos é possível perceber que estamos perante uma comunidade fortemente cristã e “agarrada” a práticas que eram comuns a outros locais, inclusive além-fronteiras, mas sobretudo em cronologias anteriores. Ao contrário do processo de descristianização que vários autores puderam encontrar noutros locais para o mesmo período, não parece que para o concelho de Vale de Cambra se possa afirmar estarmos perante uma situação idêntica na primeira metade do século XIX, pelo menos de forma tão acentuada.

As fontes notariais revelaram ser um bom auxílio na tentativa de perceber as atitudes e práticas de determinada comunidade perante a morte. Se considerarmos apenas os testamentos, onde as cláusulas religiosas já eram desde há muito uma parte integrante, verificamos que nenhum testador prescindiu das mesmas. Mas, se estas fontes se mostraram úteis por aquilo que puderam revelar, não são representativas de toda a população e por isso o recurso aos registos de óbito mostrou-se fundamental, de forma a ter uma visão mais alargada da realidade, embora, como também pudemos perceber, os párocos nem sempre tenham sido rigorosos nas suas indicações e por isso as conclusões aqui apresentadas possuem sempre as suas limitações.

A quebra considerável das escolhas e usos de mortalha na última década do período observado espelha as mudanças operadas na restante sociedade. A extinção das ordens religiosas terá certamente pesado ou acelerado a decadência do uso dos hábitos religiosos, começando a surgir algumas referências ao hábito roxo, branco ou preto, renunciando o que se verificará em datas mais tardias. Mas os pedidos de hábito de santos continuaram a surgir, sobretudo o de Santo António, que parece ser uma particularidade deste concelho.

A preocupação com os acompanhamentos, por seu turno, foi uma constante nas várias escrituras, mesmo que as suas referências nos registos de óbito tenham decrescido na última década do período em estudo. Característicos de um mundo rural onde não existiam ordens monásticas ou instituições de caridade, os acompanhamentos eram formados sobretudo por padres e algumas confrarias, a que eventualmente se

poderiam juntar indivíduos pobres. E também aqui, como noutros lugares as diferenças sociais faziam-se sentir na medida dos recursos disponíveis, os mais poderosos recorriam a uma maior número de padres e faziam-se sepultar na capela-mor das igrejas ou em altares laterais, embora no caso de alguns pobres tal tenha acontecido também, sem indicação de que isso tenha sido feito por esmola.

Os registos de despesas e receitas de confrarias revelaram também a importância que teria a cera no velório, acompanhamento e funeral, e os gastos não diminuíram ao longo do período estudado. Já em relação aos Ofícios, a maior parte das pessoas pediu-os e recebeu-os em número de três, o habitual noutros espaços e cronologias.

Em relação aos locais de sepultura, a legislação que impunha a sua mudança para fora das igrejas acelerou em alguns locais o processo de descristianização, como puderam perceber outros autores. Mas neste concelho tal não aconteceu, pelo menos durante o período estudado, pois a transição das igrejas para os cemitérios foi tardia. A freguesia de Vila Cova de Perrinho passou a sepultar os seus defuntos no adro em 1902 (pelo menos explicitamente indicado) e ainda não tinha cemitério público em 1911. Será que estas mudanças tardias se devem à não penetração das reformas administrativas nesta região ou a alguma recusa ou resistência por parte da comunidade, tão característica noutros locais? Na verdade, ainda perto de 1850 os outorgantes continuavam a pedir para ser sepultados dentro da igreja. Sinal de que a sua religiosidade ainda não se tinha perdido, que continuavam acreditar nas vantagens que traria a inumação nestes espaços. Portanto, de descristianização, parece não se poder falar. Mas, e de um aumento de confiança familiar como defendia Philippe Ariès? A percentagem de pessoas que deixou a escolha destes aspetos a cargo dos herdeiros é muito inferior à daqueles que especificaram a sua vontade nas escrituras. Mas, atendendo às anotações deixadas pelos párocos nos registos de óbito, é possível perceber que vários foram aqueles que deixaram oralmente pedidos de missas, não terá sido também dessa forma que alguns terão deixado definido antes de morrer a forma como queriam ser amortalhados, acompanhados, sufragados e onde queriam ser sepultados?

Mas, se as atitudes dos outorgantes em relação à sua própria morte são

reveladoras da mentalidade da época, os pedidos que se limitavam à indicação do “costume da freguesia” ou “conforme a qualidade da sua pessoa” revelam a religiosidade da comunidade da altura, que por partilhar dos mesmos costumes, compreendia exatamente aquilo que era pedido e que deveria fazer.

Deste modo, após o conhecimento das práticas e ritos fúnebres existentes no concelho de Vale de Cambra na primeira metade do século XIX, somos obrigados a afirmar que, ao contrário do que esperávamos ao iniciar este trabalho, este espaço em estudo não partilhou das mesmas alterações profundas que marcaram outros lugares de Portugal. Se esperávamos encontrar aqui as origens do uso de mortalhas laicas ou de caixão, as referências são muito escassas, podendo-se tomar como exceções e não como regra. Se esperávamos encontrar neste período o início do culto dos cemitérios, tivemos que avançar até ao século XX para conseguir encontrar esses indicadores. Se esperávamos ver uma redução do número de padres nos acompanhamentos tal não aconteceu. Deste período até à atualidade ficou sim, a importância atribuída ao uso das velas ou a presença das confrarias nos funerais dos irmãos. Aspetos que não surgiram nesta altura, mas vinham já dos séculos anteriores. A resiliência que as comunidades mostram ter no que a estes elementos diz respeito, não se deixando influenciar pelos compassos dos tempos, faz pensar e deixa em aberto, para inquirição futura, as explicações.

Não se revela aqui qualquer outra forma de ritualizar a ligação entre o momento da morte e a distância que os vivos, os sobreviventes a essa morte, vão ganhando em relação ao evento. O mundo rural que Vale de Cambra continua a representar, e a base económica relativamente estática do mesmo, podem sugerir a explicação para estas permanências. A continuada encenação dos rituais parece justificar-se por responder aos anseios, temores e certezas das pessoas nesta comunidade.

Estamos pois perante uma comunidade que se manteve fiel por mais tempo às práticas e aos ritos fúnebres que outras comunidades foram abandonando progressivamente. Este traço, em assunto de importância central, como lidar com a morte, a própria e a dos outros, revela-se como elemento distintivo, marcando diferenças frente a outras comunidades, vinca assim a identidade desta comunidade.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

1.1.Fontes Manuscritas

ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO

Registos Paroquiais

Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.6 (1785-07-04 a 1811-10-09)

Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.29 (1811-10-16 a 1854-07-13)

Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.30 (1821-01-20 a 1859-12-16)

Paróquia de Arões, registos de óbito, liv. 35 (1866-02-11 a 1866-12-28)

Paróquia de Arões, registos de óbito, liv. 36 (1867-01-05 a 1867-12-03)

Paróquia de Arões, registos de óbito, liv. 38 (1869-01-03 a 1876-11-13)

Paróquia de Castelões, registos de óbito, liv. 85 (1878-01-05 a 1878-12-21)

Paróquia de Cepelos, registos de óbito, liv.45 (1841-01-12 a 1871-10-17)

Paróquia de Cepelos, registos de óbito, liv. 85 (1891-01-06 a 1891-12-30)

Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48 (1793-11-28 a 1859-11-22)

Paróquia de Codal, registos de óbito, liv. 116 (902-02-23 a 1902-12-16)

Paróquia de Junqueira, registos de óbitos, liv.13 (1846-01-30 a 1876-04-04)

Paróquia de Macieira de Cambra, registos de óbito, liv. 43 (1883-01-17 a 1883-12-19)

Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45 (1785-11-09 a 1859-09-30)

Paróquia de Roge, registos de óbitos, liv. 86 (1889-01-04 a 1889-12-17)

Paróquia de Vila Chã, registos de óbito, liv. 64 (193-01-17 a 1893-12-17)

Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4 (1736-09-18 a 1860-12-23)

Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registos de óbito, liv. 85 (1902-02-14 a 1902-10-03)

ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU

Registos Paroquiais

Paróquia de São Cristóvão de Lafões, registos de óbito, cx. 11, n.º 3 (1829-04-10 a 1868-06-24)

ARQUIVO MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

Livros de Registos de Testamentos

Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra (29-08-1834 a 02-10-1834)

Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra (23-10-1834 a 09-09-1836)

Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra (27-05-1841 a 12-04-1843)

Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra (22-05-1843 a 28-06-1850)

Livros de Receitas e Despesas de Confrarias

Livro de Receitas e Despesas da Capela de Santo António da Freguesia de Cepelos (1816-1847) - Pasta Nº 2

Livro de Receitas e Despesas da Capela de Santo António da Freguesia de Vila Chã de Cambra (1798-1862) – Pasta Nº 2

Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora da Natividade da Freguesia de Macieira de Cambra (1803-1866) – Pasta Nº 12

Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora das Neves da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1803-1846) - Pasta Nº 2

Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora das Neves da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1848-1866) - Pasta Nº 12

Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Macieira de Cambra (1833-1866) - Pasta Nº 3

Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Igreja e Freguesia de São Simão de Arões (1803-1866) - Pasta Nº 11

Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Macieira de Cambra (1755-1802) - Pasta Nº 3

Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Vila Chã de Cambra (1771-1850) - Pasta Nº 3

Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Vila Chã (1844-1866) – Pasta Nº 12

Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Vila Cova de Perrinho (1803-1863) - Pasta Nº 2

Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja e Freguesia de Macieira de Cambra (1803-1817) – Pasta Nº 12

Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento de Codal (1803-1866) – Pasta Nº 2

Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento de São Pedro de Castelões (1784-1857) - Pasta Nº 11

Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Santo Nome de Jesus da Igreja e Freguesia de São Simão de Arões (1803-1853) – Pasta Nº 11

Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Senhor Jesus da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1803-1840) - Pasta Nº 3

Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Senhor (Santíssimo Sacramento) da Freguesia de Arões (1803-1866) – Sem Pasta

Livro de Receitas e Despesas da Confraria do Senhor (Santíssimo Sacramento) da

Freguesia de Macieira de Cambra (1844 -1866) – Pasta Nº 2

Livro de Receitas e Despesas da Confraria de Santo António de Cabrum da Freguesia de Arões (1815-1863) - Pasta Nº 11

Livro de Receitas e Despesas da Confraria de São Barnabé de Arões (1815-1863) - Pasta Nº 11

Livro de Receitas e Despesas da Confraria de São Paio de Arões (1816-1863) - Pasta Nº 3

Livro de Receitas e Despesas da Fábrica da Igreja da Freguesia de São João Batista de Cepelos (1803-1851) - Pasta Nº 2

Livro de Receitas e Despesas da Irmandade das Almas da Igreja e Freguesia de São Simão de Arões (1789-1866) - Pasta Nº 12

1.2.Fontes Impressas

BLUTEAU, Raphael – “Vocabulario portuguez e latino”. Coimbra: Collegio das Artes, 1712-1728. Vol. VI.

CÓDIGO ADMINISTRATIVO DE 1842. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.

CONSTITUIÇÔENS SYNODAES DO BISPADO DE COIMBRA, Feitas, E Ordenadas em Sinodo Pelo Illustrissimo Senhor Dom Afonso de Castel Branco Bispo de Coimbra, Conde de Arganil do Concelho Del Rey N. S. e por seu mandado impressas em Coimbra, anno 1591. E Novamente Impressas no Anno de 1730 com hũ novo index à própria custa, & despeza do Doutor Pantaleão Pereyra de S. Payo, Conego Prebendado da Santa Sè de Coimbra, & Economo do Bispado pelo Illustrissimo Cabido Sede Episcop li vacãte. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1731.

CONSTITVIÇÔENS SINODAES DO BISPADO DE VISEV, Feitas, E Ordenadas e Synodo Pelo Illvstrissimo, E Reverendissimo Senhor Dom João Manoel Bispo de

Coimbra, & do Concelho de Sua Magestade. Coimbra: Nicolao Carualho Impressor da Vniversidade, & a sua custa impressas, 1617.

DECRETO-LEI n.º 12:976. D.G. I Série. 4 (1927-01-06) 11-12.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. Vol. 3.

TELLES, José Homem Correa – “Manual Do Tabelião Ou Ensaio de Jurisprudencia Erematica Contendo A Collecção De Minutas Dos Contractos, E Instrumentos Mais Usuaes, E Das Cautelas Mais Precisas Nos Contractos, E Testamentos”. Lisboa: Impressão Régia, 1830.

UNESCO – “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial”. [Em linha]. Paris: UNESCO, 2003. [Consult. Out. 2015]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>.

2. Bibliografia Referida

ABREU, Laurinda Faria dos Santos – Confrarias e Irmandades de Setúbal: Redes de Sociabilidade e Poder. In CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO - “Actas do I Congresso Internacional do Barroco”. Porto: Reitoria da Universidade do Porto – Governo Civil do Porto, 1991. Vol. I, p. 17-53.

AMORIM, Inês – A reconstrução de um espaço histórico: o concelho de Cambra na 2ª metade do século XVIII – fontes e metodologia. “Revista da Faculdade de Letras: História”. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. III série, Vol. 7 (2006), p. 149-168.

AMORIM, Inês – “Aveiro e a Sua Provedoria no Séc. XVIII (1690-1814) – estudo económico de um espaço histórico”. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996. 2 vol. Tese de Doutoramento.

AMORIM, Inês – Descrição da Comarca da Feira, 1801. “Revista da Faculdade de

Letras: História”. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. II série, Vol. 11 (1994), p. 227-286.

ARAÚJO, Ana Cristina – “A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações 1700-1830”. Coimbra: [s.n.], 1995. 766 p. Dissertação de Doutoramento.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - As Misericórdias e a salvação da alma: as opções dos ricos e os serviços dos pobres em busca do Paraíso (séculos XVI - XVIII). In FARIA, Ana Leal de; BRAGA, Isabel Drumond (coord.) – “Problematizar a História - Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata” [Em linha]. Lisboa: Caleidoscópio, 2007. [Consult. 27 Set. 2016]. p. 383-402. Disponível em WWW:<URL:<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9254/1/As%20Misericordias%20e%20a%20salvacao%20da%20alma%20as%20opcoes%20dos%20ricos%20e%20os%20servi%3%a7os%20dos%20pobres%20em%20busca%20do%20Paraíso%20seculos%20XVI%20%20XVIII.pdf>>. ISBN 978-989-8129-16-1.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII). “Cadernos de História” [Em linha]. Vol. 8, n.º 9 (1º Semestre 2006), p. 29-48. [Consult. 27 Set. 2016]. Disponível na Internet:<URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8301/1/Balan%c3%a7os%20de%20vidas%20e%20medo%20da%20morte%20e%20esperan%c3%a7a%20na%20salva%c3%a7%c3%a3o.pdf>>. ISSN 1679-5636.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – “Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)” [Em Linha]. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima, 2000. [Consult. 27 Fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8814>>.

ARIÈS, Philippe – “Essais sur l’histoire de la mort en Occident: Du Moyen Age à nous jours”. Paris: Editions du Seuil, 1975. 237 p. ISBN 2.02.004736.5.

- ARIÈS, Philippe – “O Homem perante a morte - I”. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988.
- ARIÈS, Philippe – “O Homem perante a morte - II”. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira – Variantes iconográficas nas representações antonianas. “Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias”. [Em linha] Vol. 27 (2010), p. 41-55. [Consult. 30 Set. 2016]. Disponível na Internet:<URL: <http://cultura.revues.org/332>>.
- BARREIRO MALLÓN, Baudilio –El sentido religioso del hombre ante la muerte en el antiguo régimen. Un estudio sobre archivos parroquiales y testamentos notariales. In JORNADAS DE METODOLOGÍA APLICADA DE LAS CIENCIAS HISTÓRICAS - “Actas de las I Jornadas de metodología aplicada de las Ciencias Históricas. V – Paleografía e Archivística”. Santiago de Compostela: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, 1976. p. 291-304.
- CABRAL, João de Pina; FEIJÓ, Rui G. – “Um conflito de Atitudes Perante a Morte: A Questão dos Cemitérios no Portugal Contemporâneo”. In FEIJÓ, Rui G.; MARTINS, Hermínio; CABRAL, João de Pina – A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações Sociológicas Literárias e Históricas. Lisboa: Editorial Quercus, 1985. p. 175-208.
- CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património. In CAPELA, José Viriato (Coord.) – “Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758”. Braga: José Viriato Capela, 2011. ISBN 978-972-98662-6-5. Vol. 7.
- CARVALHOSA, Adelino - A importância dos testamentos para o estudo das mentalidades: estudo de dois testamentos, de um rol de bens e de um codicilo: fins do séc. XVII, princípios do séc. XVIII. “Boletim do Arquivo Distrital do Porto”. Porto: Arquivo Distrital do Porto. Vol. 3 (1986), p. 7-74.
- CHAUNU, Pierre – “La mort à Paris: XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles”. Paris: Fayard,

1978. 543 p. ISBN 2-213-00095-6.

COELHO, Dom António – “Curso de Liturgia Romana”. 3ª Edição. Mosteiro de Singeverga – Negrelos: Edições «ORA & LABORA», 1950. 2 Vols.

COSME, João - A Consciência Sanitária em Portugal Nos Séculos XVIII-XIX. “CEM Cultura, Espaço & Memória: Revista do CITCEM”. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória» (Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Universidade do Minho) /Edições Afrontamento. N.º 5 (2014), p. 45-62.

CRUZ, Maria Antonieta - A burguesia perante a morte: um momento de afirmação da diferença. “População e sociedade” [Em linha]. N.º 3 (1997), p. 227-234. [Consult. 26 Set. 2016]. Disponível na Internet:<URL:<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20193/2/revpopsoc31997macruz000084530.pdf>>.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho – “Vila das Aves - História da Paróquia e sua Toponímia”. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1993. 87 p.

DELUMEAU, Jean – “Le péché et la peur: la culpabilisation en Occident, XVIIe - XVIIIe siècle”. Paris: Fayard, 1983. 741 p.

DELUMEAU, Jean – “Rassurer et Protéger: le sentiment de sécurité dans L'Occident d'autrefois”. Paris: Fayard, 1989. 667 p.

DUARTE, Alice - O desafio de não ficarmos pela preservação do património cultural imaterial. In coord. SEMEDO, Alice; NASCIMENTO, Elisa Noronha – “Actas do Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola”. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2010. vol. 1, p. 42-61.

DURÃES, Margarida – “Porque a morte é certa e a hora incerta...” Alguns aspectos dos preparativos da morte e da salvação eterna entre os camponeses Bracarenses (Sécs. XVIII-XIX). “Sociedade e Cultura 2. Cadernos do Noroeste. Série sociologia.” [Em linha]. Vol. 13 N.º 2 (2000), p. 295-342. [Consult. 27 Fev. 2017]. Disponível na

Internet:<URL:<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2889/1/CNSociologia.pdf>>.

DURÃES, Margarida - Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população. In FEIJÓ, Rui G.; MARTINS, Hermínio; CABRAL, João de Pina – “A Morte no Portugal Contemporâneo” [Em linha]. Lisboa: Editorial Quercos, [imp. 1985]. [Consult. 27 Set. 2016]. Disponível na Internet:<URL:<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3221/1/ConhecerPortugal4.pdf>>.

FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – “A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista” [Em linha]. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014. [Consult. 27 Fev. 2016]. Tese de Doutoramento em História. Disponível em WWW:<URL:<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35652/1/Tese.pdf>>.

GASPAR, João Gonçalves – Aveiro – Cidade Episcopal. “Aveiro e o seu Distrito”. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro. N.º 5 (1968), p. 5-14.

GOFF, Jacques Le – “O Nascimento do Purgatório”. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. 448 p. ISBN 972-33-0884-3.

GOMES, Maria de Fátima – “Temendo a Morte. Alguns aspectos da vida em Gondomar, 1834-1893. Freguesias de Fânzeres, S. Cosme, S. Pedro da Cova, Rio Tinto e Vale Bom”. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea.

NEIVA, Adélio Torres - A confraria do subsino de S. Paio de Antas nos séculos XVII e XVIII. “Boletim Cultural de Esposende”. Esposende: Camara Municipal de Esposende. Vol. 6 (1984), p. 49-56.

OSSWALD, Maria Helena – “Nascer, viver e morrer no Porto de seiscentos”. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. Tese de Doutoramento.

PAIVA, José Pedro – Constituições Diocesanas. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira, dir.

– “Dicionário de história religiosa de Portugal”. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2383-3. Vol. II, p. 9-15.

PENTEADO, Pedro – Confrarias. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira, dir. – “Dicionário de história religiosa de Portugal”. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2313-2. Vol. I, p. 459-470.

PERALTA, Elsa; ANICO, Marta – Introdução. In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (org.) – “Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas”. Oeiras: Celta Editora, 2006. ISBN 972-774-233-5. p. 1-11.

QUEIROZ, José Francisco Ferreira - “O ferro na arte funerária do Porto Oitocentista: o Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa 1833-1900” [Em linha]. Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto, 1997. [Consult. 13 Fev. 2017]. Dissertação de Mestrado em História da Arte. Vol. 1. Disponível em WWW:<URL: https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a22_1/apache_media/E6PGMHV6AST1QDF_T6LTV69SIU1G4JB.pdf>.

QUEIROZ, José Francisco Ferreira; RUGG, Julie – The development of cemeteries in Portugal c. 1755-c. 1870. “Mortality” [Em linha]. Vol. 8, nº 2 (2003), p. 113-128. [Consult. 13 Fev. 2017]. Disponível na Internet:<URL:http://www.d.umn.edu/cia/faculty/jhamlin/4960/Lists%20for%20Graveyards/Portuagal_1755-1870.pdf>.

REDER GADOW, Marion - “Morir en Málaga – Testamentos Malagueños del siglo XVIII”. Málaga: Universidad de Malaga, 1986. ISBSN: 84-7496-124-6.

RIVAS ALVAREZ, José Antonio – “Miedo y Piedad: testamentos Sevillanos del siglo XVIII”. Sevilha: Diputación Provincial, 1986.

RODRIGUES, Angélica Moreira – “As últimas vontades dos paroquianos de Cervães: a análise dos testamentos do século XVIII” [Em linha]. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2015. [Consult. 27 Set. 2016]. Dissertação de Mestrado em História. Disponível em WWW:<URL:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40711/1/Dissera%c3%a7%c3%a3o%20Ang%c3%a9lica%20Rodrigues.pdf>>.

- RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – “Morrer no Porto Durante a Época Barroca: Atitudes e Sentimento Religioso”. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991. Dissertação de Mestrado em História Moderna.
- RÖWER, Frei Basílio – “Dicionário Litúrgico Para Uso do Revmo. Clero e dos Fiéis”. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Vozes Limitada, Petrópolis, R. J., 1947.
- MOURINHO, António Maria – Como era a vida entre a gente mística do Norte e Nordeste Transmontano vista através dos testamentos do século XVIII. In BARATA, Maria do Rosário Themudo [et al.], org. - “Amar, Sentir e Viver a História - Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão”. Lisboa: Edições Colibri, 1995. ISBN 972-8288-01-8. vol. I, p. 129-146.
- SANCHEZ LÓPEZ, Juan Antonio – “Comportamientos Sociales y Cofrarias de Pasión en la Málaga Barroca”. In CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO - “Actas do I Congresso Internacional do Barroco”. Porto: Reitoria da Universidade do Porto – Governo Civil do Porto, 1991. Vol. II, p. 351-374.
- SANTOS, Cândido dos - Nota Sobre a Mortalidade Infantil nos Séculos XVIII e XIX. “Humanidades: revista trimestral da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto”. Porto: Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. N.º 2 (Abril de 1982), p. 47-75.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – “Território e Poder. Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal”. Cascais: [s. n.], 1997. ISBN 972-744-021-5.
- THOMAS, Louis-Vincent – “Rites de Mort: pour la paix des vivants”. Paris: Fayard, 1985. 294 p. ISBN 2-213-01648-8.
- VEIGA, Teresa Rodrigues – “A População Portuguesa no século XIX”. Porto: CEPES e Edições Afrontamento Lda., 2004. 147 p. ISBN 972-36-07000-X.
- VOVELLE, Michel – “La mort et L'Occident: de 1300 à nos jours”. Paris: Gallimard, 1973. 793 p.

VOVELLE, Michel – “Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle. Les attitudes devant la mort d'après les clauses des testaments”. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

3. Sítios

INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS – “Áreas das freguesias, municípios e distritos/ilhas da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) 2012.1”. [Em linha]. Lisboa: Instituto Geográfico Português. [Consult. 30 Jun. 2017]. Disponível em WWW: <URL:http://web.archive.org/web/20131109154435/http://www.igeo.pt/produtos/cadastro/caop/download/Areas_Freg_Mun_Dist_CAOP20121.zip>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – “Mapas Censos 2011”. [Em linha]. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. [Consult. 30 Jun. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://mapas.ine.pt/map.phtml>>.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, coord. – “Atlas Cartografia Histórica”. [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. [Consult. 6 Nov. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.fcsh.unl.pt/atlas/>>.

Anexos

**Anexo 1 - Distribuição cronológica das escrituras dos Livros de Registo de Testamentos do
Concelho de Cambra (até 1849)**

Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº
1808	2	1821	6	1831	13	1841	11
1811	1	1822	8	1832	9	1842	15
1812	1	1823	6	1833	11	1843	8
1813	1	1824	6	1834	10	1844	9
1815	6	1825	5	1835	5	1845	10
1816	1	1826	12	1836	2	1846	6
1817	5	1827	8	1837	10	1847	13
1818	1	1828	11	1838	10	1848	4
1819	7	1829	11	1839	9	1849	2
1820	4	1830	12	1840	18	-	-

Total de Escrituras: 289

Fonte: AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*

Anexo 2 - Tipos e designação das escrituras contidas nos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850)⁴²⁸

Tipo de escritura	Designação das escrituras	Quantidade
Testamento	Aberto (Público)	101
	Cerrado	67
	Nuncupativo	20
Doação	Doação e Disposição <i>Causa Mortis</i>	2
	Disposição <i>Causa Mortis</i> e Doação	1
	Disposição e Doação <i>Causa Mortis</i>	1
	Doação	7
	Doação <i>Causa Mortis</i>	4
	Doação de Bens e Terço e Nomeação e Doação de Bens de Prazo	1
	Doação de Terço	1
	Doação e Nomeação	3
	Doação e Nomeação de Bens	1
	Doação e Nomeação de Bens	17
	Doação e Nomeação de Bens de Prazo	1
	Doação e Nomeação de Bens e Terço de Alma	1
	Doação e Nomeação de Bens e Terço de Alma	1
	Doação e Nomeação de Prazos e Mais Bens	1
	Doação e Nomeação de Reserva de Bens	1
	Doação e Nomeação de Terço	4
	Doação e Nomeação de Terço de Alma	1
	Doação, e Nomeação, e Cedência	1
	Doação e Nomeação entre Vivos	1
	Doação e Reclamação de Outra	1
	Doação <i>Mortis Causa</i>	1
	Dote e Doação e Nomeação	1
	Nomeação e Doação de Bens	1
	Reclamação de Outra e Nova Doação	1
	Reclamação de Outra Nova Doação e Nomeação	1
	Reclamação e Nova Doação	1
	Trespasseira e Doação <i>Causa Mortis</i>	1
Dote	Dote	1
	Dote e Nomeação	1

⁴²⁸ Desta contagem encontram-se excluídos os três testamentos já mencionados de dois residentes no concelho de Sever do Vouga (um deles de tipo cerrado e outro do tipo aberto) e de um indivíduo do concelho de Sever do Vouga (de tipo cerrado).

	Dote para Casamento	18
Doação e Dote	Doação e Dote para Casamento	1
	Doação, Dote e Disposição de Bens	1
	Dote e Doação	2
	Dote para Casamento e Doação e Nomeação de Prazo e mais Bens	1
	Dote, Doação e Nomeação	1
Doação e Partilhas	Doação e Partilhas	1
	Doação Para Partilhas	1
	Igualdade de Partilhas e Doação	1
	Doação Testamentária e Nomeação e Amigáveis Partilhas	1
Partilhas	Amigáveis Partilhas	1
	Amigáveis Partilhas e Abandões	1
Outras	Disposição para Nomeação de Igualdade	1
	Declaração	2
	Nomeação de Prazo e Terço	1
	Nomeação de Terço	2
	Nomeação de Terço e Obrigação de Dívida	1
	Nomeação e Disposição de Bens	1
	Reclamação e Declaração de Outra	1
	Trespasção	1
	Trespasção de Bens	1
Total		289

Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

Anexo 3 – Combinações de parentesco e estado civil dos outorgantes das escrituras conjuntas dos
Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra (até 1850)

Número de outorgantes por escritura	Combinações de parentesco entre os outorgantes	Estado civil dos outorgantes	Número de casos/escrituras
2	Marido + Mulher	Casados	75
	Irmão + Irmã	Sem informação + Solteira	1
		Viúvo + Solteira	2
		Solteiro + Solteira	3
	Irmã + Irmã	Solteira + Solteira	2
3	Cunhado + Cunhada + Cunhada (irmãs)	Viúvo + Solteira + Solteira	1
	Marido + Mulher + Futura Sogra da filha	Casados + Sem informação	1
	Irmã + Irmã + Irmã	Solteira + Solteira + Solteira	1
4	Marido + Mulher + Marido + Mulher (futuros sogros da filha)	Casados + Casados	1
Total	7	10	87

Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

Anexo 4 – Localização dos escritórios dos tabeliães das escrituras dos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850)

Localização dos Escritórios			Número de escrituras que os tabeliães redigiram e/ou aprovaram
Atual Concelho	Freguesia	Lugar	
Arouca	Santa Marinha de Tropeço	Sem Informação	2
	Sem Informação	Sem Informação	1
Lamego	Sem Informação	Sem Informação	1
Oliveira de Frades	Ribeiradio	Sem Informação	1
São Pedro do Sul	Valadares ou São Cristóvão de Lafões	Sem Informação	5
Sever do Vouga	Couto de Esteves	Couto de Baixo	2
		Sem Informação	3
	Rocas do Vouga	Nespereira de Cima	1
	Silva Escura	Espinheiro	5
	Sem Informação	Sem Informação	2
Vale de Cambra	Codal	Armental (quinta da Pena)	50
		Sem informação	5
	São Pedro de Castelões	Covo	3
		Formiga	26
		Igreja	136
	Vila Chã	Gandra	27
		Relva	7
	Sem Informação	Sem Informação	5
Vouzela	Sem Informação	Sem Informação	1
Vouzela ou São Pedro do Sul	Sem Informação	Sem Informação	1
Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação	5
Total	-	-	289

Fonte: AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, coord. – *Atlas Cartografia Histórica...*

Anexo 5 – Livros de Receitas e Despesas de Confrarias, Capelas e Fábricas das Igrejas do concelho de Vale de Cambra entre 1800 e 1850

Paróquia	Livros de Receitas e Despesas
Arões	Confraria de Santo António de Cabrum (1815-1863)
	Confraria de São Barnabé (1815-1863)
	Confraria de São Paio (1816-1863)
	Confraria de Nossa Senhora do Rosário - Igreja (1803-1866)
	Confraria do Santo Nome de Jesus - Igreja (1803-1853)
	Confraria do Senhor/Santíssimo Sacramento (1803-1866)
	Irmandade das Almas - Igreja (1789-1866)
Cepelos	Capela de Santo António (1816-1847)
	Confraria de Nossa Senhora das Neves (1803-1846)
	Confraria de Nossa Senhora das Neves (1848-1866)
	Confraria do Senhor Jesus (1803-1840)
	Fábrica da Igreja (1803-1851)
Codal	Confraria do Santíssimo Sacramento (1803-1866)
Macieira de Cambra	Confraria de Nossa Senhora da Natividade (1803-1866)
	Confraria de Nossa Senhora do Rosário (1755-1802)
	Confraria de Nossa Senhora do Rosário (1833-1866)
	Confraria do Santíssimo Sacramento - Igreja (1803-1817)
	Confraria do Senhor/Santíssimo Sacramento (1844-1866)
São Pedro de Castelões	Confraria do Santíssimo Sacramento (1784-1857)
Vila Chã	Capela de Santo António (1798-1862)
	Confraria de Nossa Senhora do Rosário (1771-1850)
	Confraria do Santíssimo Sacramento (1844-1866)
Vila Cova de Perrinho	Confraria do Santíssimo Sacramento (1803-1863)
Total	23

Anexo 6 – Mortalhas pedidas por freguesia e outorgante (segundo sexo e estado civil) nas escrituras dos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850)

Paróquia	Mortalha pedida	Número de outorgantes	Sexo do outorgante	Número de outorgantes	Estado civil do outorgante	Número de outorgantes
Arões	Costume da freguesia	1	Masculino	1	Viúvo	1
	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	1	Feminino	1	Casada	1
	Hábito	1	Feminino	1	Solteira	1
	Hábito de Santo António	5	Feminino	2	Solteira	2
			Masculino	3	Solteiro	3
	Hábito de São Francisco	4	Feminino	4	Casada	2
					Viúva	2
	Hábito à moda de solteira	1	Feminino	1	Solteira	1
	Hábito o mais cómodo pudesse ser	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Mais comodo pudesse ser aos herdeiros	5	Feminino	3	Casada	2
					Viúva	1
			Masculino	2	Casado	2
Cepelos	Mais comodo pudesse ser e qualidade da sua pessoa	1	Feminino	1	Solteira	1
	s/ inf.	58	Feminino	31	Casada	11
					Solteira	14
					Viúva	6
			Masculino	27	Casado	12
					Solteiro	2
					Viúvo	9
					s/ inf.	1
	Hábito	6	Feminino	5	Casada	2

					Solteira	2
					Viúva	1
			Masculino	1	Casado	1
	Hábito decente	4	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	3	Casado	2
					Solteiro	1
	Hábito de qualquer ordem religiosa	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Hábito de Santo António	17	Feminino	9	Casada	5
					Solteira	1
					Viúva	3
			Masculino	8	Casado	4
					Solteiro	2
	-	2				
	Hábito de Santo António ou hábito roxo	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Hábito de Santo António ou outra ordem religiosa	1	Masculino	1	Solteiro	1
	Hábito de Santo António ou São Francisco	1	Feminino	1	Casada	1
	Mais comodo pudesse ser aos herdeiros	7	Feminino	3	Casada	2
					Solteira	1
			Masculino	4	Casado	2
					Viúvo	2
		s/ inf.	35	Feminino	18	Casada
Solteira						9
Viúva						1
Masculino				17	Casado	10
					Clérigo	1
					Solteiro	2
Viúvo		4				
Codal		Hábito decente	5	Feminino	1	Casada
	Masculino			4	Casado	1
					Clérigo	1
					Solteiro	1
					Viúvo	1

	Hábito de Nossa Senhora do Carmo	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	s/ inf.	5	Feminino	4	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
Junqueira	Hábito decente	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Hábito de Santo António	3	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	2	Casado	1
					Solteiro	1
	Hábito de Santo António ou São Francisco	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Hábito de São Francisco	1	Masculino	1	Solteiro	1
	Hábito Preto	1	Masculino	1	Solteiro	1
	Mais comodo pudesse ser aos herdeiros	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	s/ inf.	37	Feminino	15	Casada	8
					Solteira	6
					Viúva	1
			Masculino	22	Casado	13
					Clérigo	1
					Solteiro	5
					Viúvo	2
s/ inf.					1	
Macieira de Cambra	Hábito	1	Feminino	1	Solteira	1
	Hábito das religiosas de Arouca	1	Feminino	1	Solteira	1
	Hábito decente	3	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	2	Casado	2
	Hábito de freira	1	Feminino	1	Casada	1
	Hábito de qualquer ordem religiosa	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
Hábito de Santo	1	Feminino	1	Casada	1	

	António					
	Hábito roxo	1	Feminino	1	Viúva	1
	Mais comodo pudesse ser aos herdeiros	9	Feminino	6	Casada	3
					Solteira	1
					Viúva	2
			Masculino	3	Casado	3
	Mortalha	1	Masculino	1	Viúvo	1
	s/ inf.	12	Feminino	4	Casada	2
					Viúva	2
			Masculino	8	Casado	5
					Solteiro	2
Roge	Hábito	7	Feminino	5	Solteira	3
					Viúva	2
			Masculino	2	Solteiro	2
	Hábito conforme o costume	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Hábito decente	2	Feminino	1	Solteira	1
			Masculino	1	Solteiro	1
	Hábito de qualquer ordem religiosa	5	Feminino	2	Casada	2
			Masculino	3	Casado	3
	Hábito de Santo António	3	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	2	Casado	1
					Solteiro	1
	Hábito de Santo António ou São Francisco	2	Masculino	2	Casado	1
					Solteiro	1
	Hábito de Santo António ou um lençol não havendo	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Hábito de São Francisco	3	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	2	Casado	1

					Viúvo	1
	Hábito igual aos que se dão de esmola à Senhora da Saúde	1	Feminino	1	Solteira	1
	Mais comodo pudesse ser aos herdeiros	5	Feminino	3	Casada	2
					Viúva	1
			Masculino	2	Casado	1
					Viúvo	1
	s/ inf.	27	Feminino	16	Casada	5
					Solteira	5
					Viúva	5
					s/ inf.	1
			Masculino	11	Casado	4
					Viúvo	7
São Pedro de Castelões	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	1	Feminino	1	Solteira	1
	Hábito	4	Feminino	2	Casada	1
					Solteira	1
			Masculino	2	Casado	1
					Solteiro	1
	Hábito decente	4	Feminino	1	Viúva	1
			Masculino	3	Casado	3
	Hábito de freira	1	Feminino	1	Solteira	1
	Hábito de Santo	1	Masculino	1	Viúvo	1
	Hábito de Santo António	7	Feminino	2	Solteira	2
			Masculino	5	Casado	1
					Solteiro	2
					Viúvo	2
	Hábito de Santo António ou São Francisco	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Hábito roxo	2	Feminino	2	Solteira	2
	Mais comodo pudesse ser aos herdeiros	2	Masculino	2	Viúvo	2

	Vestes sacras ou de sacerdote	2	Masculino	2	Clérigo	2
	s/ inf.	34	Feminino	18	Casada	11
					Solteira	1
					Viúva	6
			Masculino	16	Casado	7
					Solteiro	6
					Viúvo	3
Vila Chã	Hábito decente	5	Feminino	2	Casada	2
			Masculino	3	Casado	2
					Viúvo	1
	Hábito de qualquer ordem religiosa	1	Feminino	1	Viúva	1
	Mais comodo pudesse ser aos herdeiros	2	Feminino	2	Solteira	1
					Viúva	1
Vila Cova de Perrinho	Hábito de freira de qualquer ordem religiosa	1	Feminino	1	Viúva	1
	Hábito de qualquer ordem religiosa	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Hábito decente	2	Masculino	2	Clérigo	1
					Viúvo	1
	Mais comodo pudesse ser aos herdeiros	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	s/ inf.	1	Feminino	1	Viúva	1

Total de Pessoas: 381 (172 pessoas com indicação de mortalha pretendida e 209 pessoas sem qualquer referência à mesma)

Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

Anexo 7 – Mortalhas usadas por defunto (maior de idade e sem indicação de condição social de pobre) segundo o sexo e estado civil por freguesia nos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)

Paróquia	Mortalha	Número de defuntos por mortalha	Sexo	Número de defuntos por mortalha e sexo	Estado civil	Número de defuntos por mortalha, sexo e estado civil
Arões	Hábito de São Francisco	22	Feminino	8	Casada	1
					Solteira	4
					Viúva	3
			Masculino	14	Casado	5
					Solteiro	6
					Viúvo	2
					s/ inf.	1
	Costume da freguesia	1	Feminino	1	Solteira	1
	s/ inf.	805	Feminino	415	Casada	115
					Solteira	139
					Viúva	130
					s/ inf.	31
			Masculino	390	Casado	149
					Clérigo	6
					Solteiro	109
					Viúvo	74
					s/ inf.	52
Cepelos	s/ inf.	109	Feminino	66	Casada	28
					Solteira	22
					Viúva	10
					s/ inf.	6
			Masculino	43	Casado	13
					Clérigo	1
					Solteiro	12
					Viúvo	11
					s/ inf.	6
Codal	Conforme a qualidade do defunto	1	Masculino	1	Clérigo	1
	s/ inf.	223	Feminino	120	Casada	40
					Separada	1
					Solteira	26
					Viúva	31
					s/ inf.	22
			Masculino	103	Casado	6
					Clérigo	2
					Solteiro	27
					Viúvo	13
					s/ inf.	55
Junqueira	s/ inf.	41	Feminino	28	Casada	7
					Solteira	11

					Viúva	7
					s/ inf.	3
			Masculino	13	Casado	5
					Solteiro	3
					Viúvo	5
					Casada	14
	Hábito	74	Feminino	49	Solteira	13
					Viúva	19
					s/ inf.	3
					Casado	7
			Masculino	25	Solteiro	5
					Viúvo	4
					s/ inf.	9
					Hábito branco	2
					Casado	1
					Masculino	1
	Hábito de cordão	2	Feminino	2	Casada	1
					Viúva	1
	Hábito de feira	4	Feminino	4	Solteira	1
					Viúva	3
	Hábito de feira Bernarda	1	Feminino	1	Casada	1
					Casada	3
	Hábito de feira Carmelita	5	Feminino	5	Solteira	1
					Viúva	1
					Casada	14
					Solteira	7
	Hábito de Santo Ant3nio	112	Feminino	44	Viúva	20
					s/ inf.	3
					Casado	16
					Solteiro	14
					Viúvo	23
					s/ inf.	15
	Hábito de São Bernardo	7	Feminino	6	Casada	2
					Solteira	2
					Viúva	2
					Masculino	1
					Casada	6
					Solteira	4
	Hábito de São Francisco	32	Feminino	13	Viúva	3
					Casado	5
					Solteiro	7
					Viúvo	4
					s/ inf.	3
					Hábito decente	2
					s/ inf.	1
					Lençol (por não aparecer habito)	1

	Sem hábito por não se conseguir encontrar	1	Masculino	1	Viúvo	1
	s/ inf.	382	Feminino	205	Casada	51
					Solteira	62
					Viúva	46
					s/ inf.	46
			Masculino	177	Casado	24
					Clérigo	7
					Solteiro	36
					Viúvo	28
					s/ inf.	82
Vila Cova de Perrinho	Hábito	7	Feminino	3	Solteira	1
					Viúva	2
			Masculino	4	Casado	2
					Viúvo	1
	Hábito preto	1	Masculino	1	s/ inf.	1
					Casado	1
	s/ inf.	103	Feminino	56	Casada	13
					Solteira	18
					Viúva	14
					s/ inf.	11
			Masculino	46	Casado	3
					Clérigo	2
					Solteiro	8
					Viúvo	8
					s/ inf.	25
			Ilegível	1	Ilegível	1

Total de Pessoas: 1938 (275 pessoas com indicação de mortalha e 1663 pessoas sem indicação de mortalha)

Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.6, fls. 53-97v*; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.29, fls. 1-127*; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito, liv.45, fls. 1-10*; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fls. 5v-34*; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos, liv.13, fls. 1-6v*; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fls. 58v-174*; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fls. 230-257*.

Anexo 8 – Mortalhas usadas por defunto (pobre, muito pobre ou mendigo) segundo o sexo e estado civil por freguesia nos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)

Paróquia	Condição social	Mortalha	Número de defuntos por condição social e mortalha	Sexo	Número de defuntos por condição social, mortalha e sexo	Estado civil	Número de defuntos por condição social, mortalha, sexo e estado civil
Arões	Mendigo	s/ inf.	1	Feminino	1	Solteira	1
	Pobre	s/ inf.	2	Feminino	2	Viúva	2
		s/ inf.	1	Masculino	1	s/ inf.	1
	Pobre?	s/ inf.	2	Masculino	2	Casado	1
						Solteiro	1
Cepelos	Pobre	s/ inf.	6	Feminino	4	Casada	1
						Solteira	2
						Viúva	1
				Masculino	2	Casado	1
						s/ inf.	1
Codal	Muito Pobre	s/ inf.	9	Feminino	3	Casada	1
						Solteira	1
						Viúva	1
				Masculino	6	Casado	2
						Viúvo	3
	Pobre	s/ inf.	171	Feminino	87	s/ inf.	1
						Casada	29
						Solteira	24
						Viúva	20
				Masculino	84	s/ inf.	14
						Casado	12
						Solteiro	15
						Viúvo	10
						s/ inf.	47
	Pobre Mendigo	s/ inf.	1	Masculino	1	Casado	1
	Pobre?	s/ inf.	5	Feminino	3	Casada	2
						Solteira	1
				Masculino	2	Solteiro	1
						s/ inf.	1
Junqueira	Pobre	s/ inf.	1	Masculino	1	Solteiro	1
Roge	Mendigo	s/ inf.	1	Masculino	1	Solteiro	1
	Pobre	Hábito	10	Feminino	7	Casada	1
						Solteira	4
						s/ inf.	2
				Masculino	3	Casado	1
						Solteiro	1
						s/ inf.	1
		Hábito de Santo	2	Feminino	2	Casada	2

		António					
		Hábito de São Francisco	1	Masculino	1	s/ inf.	1
		s/ inf.	147	Feminino	89	Casada	10
						Solteira	39
						Viúva	20
						s/ inf.	20
				Masculino	58	Casado	9
						Clérigo	1
						Solteiro	9
						Viúvo	11
						s/ inf.	28
	Pobre?	s/ inf.	5	Feminino	3	Solteira	3
				Masculino	2	s/ inf.	2
Vila Cova de Perrinho	Muito Pobre	s/ inf.	2	Feminino	2	Viúva	2
	Pobre	s/ inf.	6	Feminino	2	s/ inf.	2
				Masculino	4	Solteiro	1
						Viúvo	1
						s/ inf.	2

Total de pessoas pobres/muito pobres/mendigos: 373 (para 12 pessoas que não foram identificados como pobres mas receberam ofícios gratuitos surgem com o sinal de interrogação; apenas para 13 casos existe indicação da mortalha)

Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.6, fls. 53-97v*; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.29, fls. 1-127*; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito, liv.45, fls. 1-10*; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fls. 5v-34*; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos, liv.13, fls. 1-6v*; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fls. 58v-174*; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fls. 230-257*.

Anexo 9 – Acompanhamento pedido por freguesia e outorgante (segundo sexo e estado civil) nas escrituras dos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850)

Paróquia	Tipo de acomp. ^{to} pedido	Número de outorgantes por tipo de acomp. ^{to} pedido	Sexo do outorgante	Número de outorgantes por tipo de acomp. ^{to} pedido e sexo	Estado civil do outorgante	Número de outorgantes por tipo de acomp. ^{to} pedido, sexo e estado civil
Arões	2 Padres	3	Feminino	1	Solteira	1
			Masculino	2	Solteiro	1
					Viúvo	1
	3 Padres	3	Feminino	2	Viúva	2
			Masculino	1	Viúvo	1
	4 Padres	4	Feminino	2	Casada	2
			Masculino	2	Casado	1
					Viúvo	1
	5 Padres	1	Masculino	1	Solteiro	1
	6 Padres	5	Feminino	4	Casada	1
					Solteira	2
					Viúva	1
			Masculino	1	Casado	1
	À vontade dos herdeiros	1	Feminino	1	Solteira	1
	Confrarias a que pertencia	1	Feminino	1	Viúva	1
	Costume da freguesia	7	Feminino	4	Casada	2
					Viúva	2
			Masculino	3	Casado	2
					Viúvo	1
	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	10	Feminino	6	Casada	3
					Solteira	3
			Masculino	4	Casado	3
					Solteiro	1
	Todos os padres que se puderem encontrar	3	Feminino	2	Solteira	2
			Masculino	1	Solteiro	1
	Pelo menos 4 padres	1	Feminino	1	Casada	1

	Pelo menos os padres da freguesia	1	Feminino	1	Solteira	1
	s/ inf.	39	Feminino	19	Casada	8
					Solteira	8
					Viúva	3
			Masculino	20	Casado	9
					Solteiro	4
					Viúvo	6
					s/ inf.	1
Cepelos	3 Padres	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	4 Padres	1	Feminino	1	Solteira	1
	5 Padres	7	Feminino	2	Casada	1
					Solteira	1
			Masculino	5	Casado	2
					Solteiro	1
					Viúvo	2
	5 Padres e bandeira das Almas	3	Feminino	2	Casada	1
					Viúva	1
			Masculino	1	Casado	1
	6 Padres	28	Feminino	16	Casada	10
					Solteira	2
					Viúva	4
			Masculino	12	Casado	10
					Viúvo	2
	6 Padres, confraria do Sant. ^{mo} Sacram. ^{to} e confraria de Nossa Senhora das Neves	1	Feminino	1	Solteira	1
	8 Padres	10	Feminino	6	Casada	3
					Solteira	3
			Masculino	4	Casado	2
					Solteiro	1
					s/ inf.	1
	9 Padres	7	Feminino	3	Casada	2
					Solteira	1
			Masculino	4	Casado	2
					Solteiro	1
s/ inf.					1	
10 Padres	2	Feminino	1	Casada	1	
		Masculino	1	Casado	1	
15 Padres	1	Masculino	1	Solteiro	1	
20 Padres	1	Masculino	1	Solteiro	1	
Conforme os bens e qualidade da sua	1	Feminino	1	Solteira	1	

	pessoa					
	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	6	Feminino	2	Casada	1
					Solteira	1
			Masculino	4	Casado	1
					Clérigo	1
					Solteiro	1
					Viúvo	1
	Costume da freguesia	1	Feminino	1	Solteira	1
	Todos os clérigos da freguesia, confraria do Sant. ^{mo} Sacram. ^{to} , confraria de Nossa Senhora das Neves e bandeira das Almas	2	Feminino	1	Solteira	1
			Masculino	1	Viúvo	1
	s/ inf.	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
Codal	9 Padres	3	Feminino	2	Casada	2
			Masculino	1	Casado	1
	12 Padres	2	Feminino	2	Solteira	2
	15 Padres e Confraria de Nossa Senhora do Carmo	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Costume da freguesia	1	Masculino	1	Viúvo	1
	Igual aos seus irmãos	1	Masculino	1	Solteiro	1
	s/ inf.	3	Feminino	1	Solteira	1
			Masculino	1	Casado	1
					Clérigo	1
Junqueira	2 Padres	1	Masculino	1	Solteiro	1

	3 Padres	1	Feminino	1	Viúva	1
	5 Padres	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	6 Padres	1	Masculino	1	Solteiro	1
	7 Padres	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Alguns clérigos da freguesia	1	Masculino	1	Solteiro	1
	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	7	Feminino	4	Casada	2
					Solteira	2
			Masculino	3	Casado	2
					s/ inf.	1
	s/ inf.	33	Feminino	12	Casada	8
					Solteira	4
			Masculino	21	Casado	13
					Clérigo	1
					Solteiro	5
					Viúvo	2
Macieira de Cambra	5 Padres	1	Feminino	1	Viúva	1
	6 Padres	12	Feminino	6	Casada	3
					Solteira	1
					Viúva	2
			Masculino	6	Casado	4
					Viúvo	1
					s/ inf.	1
	8 Padres	1	Masculino	1	Solteiro	1
	8 Padres incluindo o pároco	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	9 Padres	3	Feminino	2	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Costume da freguesia	1	Feminino	1	Solteira	1
	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	1	Masculino	1	Solteiro	1
	Padres que existirem na freguesia	2	Feminino	1	Casada	1

	aquando da sua morte		Masculino	1	Casado	1
	s/ inf.	9	Feminino	4	Casada	2
					Solteira	1
					Viúva	1
			Masculino	5	Casado	5
Roge	3 Padres	1	Feminino	1	Solteira	1
	4 Padres	1	Feminino	1	Viúva	1
	5 Padres	6	Feminino	4	Casada	1
					Solteira	2
					Viúva	1
			Masculino	2	Casado	1
					Viúvo	1
	6 Padres	20	Feminino	9	Casada	5
					Solteira	2
					Viúva	2
			Masculino	11	Casado	5
					Solteiro	2
					Viúvo	4
	7 Padres	5	Feminino	3	Casada	2
					Viúva	1
			Masculino	2	Casado	2
	8 Padres	3	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	2	Casado	1
					Solteiro	1
	9 Padres	10	Feminino	5	Casada	2
					Solteira	3
			Masculino	5	Casado	2
					Solteiro	2
					Viúvo	1
	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	5	Feminino	3	Casada	1
					Solteira	1
					Viúva	1
			Masculino	2	Viúvo	2
	s/ inf.	8	Feminino	5	Casada	2
					Solteira	1
					Viúva	2
			Masculino	3	Casado	2
					Viúvo	1
São Pedro de Castelões	4 Padres	1	Masculino	1	Solteiro	1
	5 Padres	2	Masculino	2	Casado	1
					Clérigo	1
	6 Padres	10	Feminino	5	Casada	2
					Viúva	3

			Masculino	5	Casado	2
					Solteiro	1
					Viúvo	2
6 Padres, bandeira das Almas e confraria do Senhor	1		Masculino	1	Solteiro	1
9 Padres	9		Feminino	5	Casada	3
					Viúva	2
			Masculino	4	Casado	3
					Viúvo	1
20 Padres	1		Masculino	1	Clérigo	1
À vontade dos herdeiros	2		Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
Número de padres à escolha do irmão ou executor da escritura caso aquele morresse	1		Masculino	1	Solteiro	1
Número de Padres à escolha dos herdeiros	3		Feminino	1	Casada	1
			Masculino	2	Casado	1
					Viúvo	1
Todos os padres da freguesia	10		Feminino	8	Casada	2
					Solteira	2
					Viúva	4
			Masculino	2	Casado	1
					Viúvo	1
Padres da freguesia e mais à escolha do executor da escritura	2		Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
Padres da freguesia e confraria de Nossa	3		Masculino	3	Casado	1

	Senhora do Carmo				Viúvo	2
	Conforme os bens e qualidade da sua pessoa	1	Masculino	1	Solteiro	1
	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	9	Feminino	5	Casada	2
					Viúva	3
			Masculino	4	Casado	2
					Solteiro	1
					Viúvo	1
	s/ inf.	5	Feminino	2	Casada	1
			Masculino	3	Solteira	1
					Solteiro	3
Vila Chã	5 Padres	3	Feminino	2	Casada	1
					Viúva	1
			Masculino	1	Casado	1
	6 Padres	5	Feminino	3	Casada	1
					Solteira	1
					Viúva	1
			Masculino	2	Casado	1
					Viúvo	1
Vila Cova de Perrinho	5 Padres	1	Masculino	1	Viúvo	1
	6 Padres	5	Feminino	3	Casada	2
					Viúva	1
			Masculino	2	Casado	2
	6 a 8 Padres	1	Masculino	1	Clérigo	1
	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	1	Feminino	1	Viúva	1

Total de Pessoas: 381 (282 pessoas com indicação de acompanhamento pretendido e 99 pessoas sem qualquer referência ao mesmo)

Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

Anexo 10 – Acompanhamento feito por defunto (maior de idade e sem indicação de condição social de pobre) segundo o sexo e estado civil por freguesia nos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)

Paróquia	Tipo de acomp. ^{to} feito	Número de defuntos por tipo de acomp. ^{to} feito	Sexo do defunto	Número de defuntos por tipo de acomp. ^{to} feito e sexo	Estado civil do defunto	Número de defuntos por tipo de acomp. ^{to} feito, sexo e estado civil
Arões	2 Padres	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Viúvo	1
	3 Padres	4	Feminino	3	Solteira	1
					Viúva	2
			Masculino	1	Viúvo	1
	6 Padres	1	Feminino	1	Solteira	1
	7 Padres	1	Feminino	1	Solteira	1
	Padres da freguesia	1	Feminino	1	Solteira	1
	Padres da freguesia não podendo ser mais	1	Feminino	1	Solteira	1
	s/ inf.	818	Feminino	416	Casada	115
					Solteira	139
					Viúva	131
					s/ inf.	31
			Masculino	402	Casado	154
					Clérigo	6
					Solteiro	115
					Viúvo	75
Cepelos	s/ inf.	109	Feminino	66	s/ inf.	52
					Casada	28
					Solteira	22
					Viúva	10
			Masculino	43	s/ inf.	6
					Casado	13
					Clérigo	1
					Solteiro	12
					Viúvo	11
					s/ inf.	6
Codal	8 Padres	2	Masculino	2	Solteiro	1
					Viúvo	1
	9 Padres	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Solteiro	1
	10 Padres	1	Masculino	1	s/ inf.	1
	11 Padres	1	Masculino	1	Viúvo	1
	15 Padres	1	Masculino	1	Viúvo	1
	20 Padres	1	Masculino	1	Clérigo	1
	38 Padres	1	Feminino	1	Casada	1

	Mais de 20 Padres	1	Feminino	1	Viúva	1
	s/ inf.	214	Feminino	117	Casada	38
					Separada	1
					Solteira	26
					Viúva	30
					s/ inf.	22
			Masculino	97	Casado	6
					Clérigo	2
					Solteiro	25
					Viúvo	10
					s/ inf.	54
Junqueira	s/ inf.	41	Feminino	28	Casada	7
					Solteira	11
					Viúva	7
			Masculino	13	s/ inf.	3
					Casado	5
					Solteiro	3
Roge	1 Padre	1	Masculino	1	Viúvo	1
	1 Padre por não poder ser mais nesse dia	1	Masculino	1	Solteiro	1
	2 Padres	3	Feminino	3	Solteira	1
					Viúva	2
	3 Padres	8	Feminino	4	Solteira	4
			Masculino	4	s/ inf.	4
	4 Padres	34	Feminino	16	Casada	3
					Solteira	5
					Viúva	5
					s/ inf.	3
			Masculino	18	Casado	3
					Solteiro	5
					Viúvo	3
					s/ inf.	7
	5 Padres	86	Feminino	48	Casada	19
					Solteira	11
					Viúva	13
					s/ inf.	5
			Masculino	38	Casado	7
					Solteiro	6
					Viúvo	12
					s/ inf.	13
	6 Padres	83	Feminino	47	Casada	10
					Solteira	19
					Viúva	13
					s/ inf.	5
			Masculino	36	Casado	11
					Solteiro	6
					Viúvo	7
					s/ inf.	12

	6/7 Padres	1	Feminino	1	Viúva	1
	7 Padres	49	Feminino	29	Casada	8
					Solteira	8
					Viúva	8
					s/ inf.	5
			Masculino	20	Casado	2
					Solteiro	7
					Viúvo	4
					s/ inf.	7
	8 Padres	27	Feminino	12	Casada	6
					Solteira	2
					Viúva	3
					s/ inf.	1
			Masculino	15	Casado	3
					Solteiro	2
					Viúvo	3
					s/ inf.	7
	9 Padres	41	Feminino	22	Casada	7
					Solteira	7
					Viúva	5
					s/ inf.	3
			Masculino	19	Casado	4
					Solteiro	5
					Viúvo	4
					s/ inf.	6
	10 Padres	28	Feminino	13	Casada	4
					Solteira	3
					Viúva	6
			Masculino	15	Casado	2
					Solteiro	5
					Viúvo	3
					s/ inf.	5
	11 Padres	9	Feminino	1	Viúva	1
			Masculino	8	Casado	2
					Clérigo	1
					Solteiro	2
					Viúvo	2
					s/ inf.	1
	12 Padres	8	Feminino	4	Casada	3
			Masculino	4	Viúva	1
					Solteiro	1
					s/ inf.	3
	13 Padres	4	Feminino	2	Viúva	1
			Masculino	2	s/ inf.	1
					Casado	1
					Viúvo	1
	14 Padres	2	Masculino	2	Casado	1
					Solteiro	1
	15 Padres	5	Feminino	2	Casada	1
			Masculino	3	s/ inf.	1
					Casado	2
					Solteiro	1

	16 Padres	1	Masculino	1	Viúvo	1
	18 Padres	4	Masculino	4	s/ inf.	4
	19 Padres	1	Feminino	1	Viúva	1
	20 Padres	2	Masculino	2	Clérigo	1
					s/ inf.	1
	22 Padres	1	Masculino	1	s/ inf.	1
	25 Padres	2	Feminino	2	Solteira	1
					Viúva	1
	26 Padres	1	Feminino	1	Casada	1
	Acomp. ^{to} de Honras	2	Feminino	2	Solteira	1
					s/ inf.	1
	Acomp. ^{to} na forma do testamento	1	Masculino	1	Solteiro	1
	s/ inf.	220	Feminino	117	Casada	29
					Solteira	29
					Viúva	33
					s/ inf.	26
			Masculino	103	Casado	17
					Clérigo	5
					Solteiro	21
					Viúvo	20
					s/ inf.	40
Vila Cova de Perrinho	1 Padre	1	Feminino	1	Viúva	1
	2 Padres por ser dia de Páscoa e não poderem ser mais	1	Feminino	1	Viúva	1
	3 Padres	1	Feminino	1	Solteira	1
	4 Padres	1	Feminino	1	Solteira	1
	5 Padres	17	Feminino	9	Casada	3
					Solteira	3
					Viúva	3
			Masculino	7	Casado	1
					Viúvo	1
					s/ inf.	5
			s/ inf.	1	s/ inf.	1
	6 Padres	22	Feminino	13	Casada	3
					Solteira	6
					Viúva	4
			Masculino	9	Casado	3
					Solteiro	1
					Viúvo	1
					s/ inf.	4
	6 Padres por não aparecer mais	1	Feminino	1	Viúva	1
	7 Padres	4	Masculino	4	Casado	1
					Solteiro	1
					s/ inf.	2
	8 Padres	3	Feminino	1	Solteira	1

			Masculino	2	s/ inf.	2
	10 Padres	1	Feminino	1	Casada	1
	11 Padres	1	Masculino	1	Solteiro	1
	20 Padres	1	Masculino	1	Clérigo	1
	Acomp. ^{to} feito em Carregosa	1	Masculino	1	Viúvo	1
	s/ inf.	56	Feminino	30	Casada	6
					Solteira	7
					Viúva	6
					s/ inf.	11
			Masculino	26	Casado	1
					Clérigo	1
					Solteiro	5
					Viúvo	6
					s/ inf.	13

Total de Pessoas: 1938 (480 pessoas com indicação de acompanhamento e 1458 pessoas sem indicação de acompanhamento)

Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

Anexo 11 – Acompanhamento feito por defunto (pobre, muito pobre ou mendigo) segundo o sexo e estado civil por freguesia nos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)

Paróquia	Condição social do defunto	Tipo de acomp. feito	Por car. ^{de} , pelo amor de Deus ou grátis?	Nº de def. ^{tos} por tipo de acomp. feito	Sexo do defunto	Nº de def. ^{tos} por tipo de acomp. feito e sexo	Estado civil do defunto	Nº de def. ^{tos} por tipo de acomp. feito, sexo e estado civil
Arões	Mendigo	s/ inf.	s/ inf.	1	Feminino	1	Solteira	1
	Pobre	s/ inf.	s/ inf.	3	Feminino	2	Viúva	2
					Masculino	1	s/ inf.	1
	Pobre?	s/ inf.	s/ inf.	2	Masculino	2	Casado	1
							Solteiro	1
Cepelos	Pobre	s/ inf.	s/ inf.	6	Feminino	4	Casada	1
							Solteira	2
							Viúva	1
					Masculino	2	Casado	1
							s/ inf.	1
Codal	Muito Pobre	5 Padres	s/ inf.	1	Masculino	1	Viúvo	1
		s/ inf.	s/ inf.	8	Feminino	3	Casada	1
							Solteira	1
							Viúva	1
					Masculino	5	Casado	2
							Viúvo	2
							s/ inf.	1
	Pobre	5 Padres	s/ inf.	2	Feminino	1	Solteira	1
		6 Padres	s/ inf.	1	Masculino	1	Casado	1
					Feminino	85	Casada	28
		Solteira	23					
		Viúva	20					
		s/ inf.	14					
		Masculino	83	Casado	11			
				Solteiro	15			
				Viúvo	10			
				s/ inf.	47			
	Pobre Mendigo	s/ inf.	s/ inf.	1	Masculino	1	Casado	1
	Pobre?	5 Padres	Sim	1	Feminino	1	Solteira	1
		s/ inf.	s/ inf.	4	Feminino	2	Casada	1
							Solteira	1
					Masculino	2	Solteiro	1

							s/ inf.	1
Junqueira	Pobre	s/ inf.	s/ inf.	1	Masculino	1	Casado	1
Roge	Mendigo	3 Padres	Sim	1	Masculino	1	Solteiro	1
	Pobre	Apenas o pároco	-	3	Feminino	2	Solteira	1
							s/ inf.	1
					Masculino	1	s/ inf.	1
		2 Padres	s/ inf.	1	Feminino	1	Viúva	1
		3 Padres	Sim	1	Masculino	1	s/ inf.	1
			s/ inf.	8	Feminino	3	Casada	1
							Solteira	2
					Masculino	5	Casado	1
							Solteiro	2
							s/ inf.	2
		4 Padres	s/ inf.	12	Feminino	7	Solteira	3
							Viúva	2
							s/ inf.	2
					Masculino	5	Casado	1
							Solteiro	2
							Viúvo	1
							s/ inf.	1
		5 Padres	Sim	2	Feminino	2	Solteira	2
			s/ inf.	29	Feminino	21	Casada	1
							Solteira	11
							Viúva	5
							s/ inf.	4
					Masculino	8	Casado	2
							Solteiro	1
							Viúvo	3
							s/ inf.	2
		6 Padres	s/ inf.	8	Feminino	5	Solteira	2
							Viúva	2
							s/ inf.	1
					Masculino	3	Solteiro	1
		7 Padres	Sim	1	Feminino	1	s/ inf.	2
			s/ inf.	6			Casada	1
					Feminino	4	Casada	2
							Viúva	2
					Masculino	2	Solteiro	1
							Viúvo	1
		8 Padres	s/ inf.	2	Feminino	1	Casada	1
					Masculino	1	s/ inf.	1
		9 Padres	s/ inf.	1	Masculino	1	s/ inf.	1
		10 Padres	s/ inf.	1	Feminino	1	s/ inf.	1
		Teve acom.	s/ inf.	2	Feminino	1	Solteira	1
					Masculino	1	s/ inf.	1
		s/ inf.	s/ inf.	83	Feminino	49	Casada	7
							Solteira	21

							Viúva	8
							s/ inf.	13
							Casado	6
							Clérigo	1
							Solteiro	3
							Viúvo	6
							s/ inf.	18
	Pobre?	s/ inf.	s/ inf.	5	Feminino	3	Solteira	3
					Masculino	2	s/ inf.	2
	Muito Pobre	2 Padres	s/ inf.	1	Feminino	1	Viúva	1
		5 Padres	s/ inf.	1	Feminino	1	Viúva	1
	Pobre	2 Padres	s/ inf.	1	Masculino	1	s/ inf.	1
		5 Padres	s/ inf.	2	Feminino	1	s/ inf.	1
					Masculino	1	Solteiro	1
		6 Padres	s/ inf.	1	Masculino	1	Viúvo	1
		Não teve acomp. por ser pobre	s/ inf.	1	Feminino	1	s/ inf.	1
		s/ inf.	s/ inf.	1	Masculino	1	s/ inf.	1

Total de pessoas pobres/muito pobres/mendigos: 373 (para 11 pessoas que não foram identificados como pobres mas receberam ofícios gratuitos surgem com o sinal de interrogação, assim como para um caso em que foram feitos um ofício e acompanhamento gratuitos sem indicação de condição social de pobreza; apenas para 90 casos existe indicação do acompanhamento feito)

Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.6, fls. 53-97v*; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.29, fls. 1-127*; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito, liv.45, fls. 1-10*; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fls. 5v-34*; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos, liv.13, fls. 1-6v*; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fls. 58v-174*; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fls. 230-257*.

**Anexo 12 – Acompanhamento feito por defunto menor de idade segundo o sexo por freguesia nos
Registos de Óbito do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)**

Paróquia	Tipo de acomp. ^{to} feito	Número de defuntos por tipo de acomp. ^{to} feito	Sexo do defunto	Número de defuntos por tipo de acomp. ^{to} feito e sexo	Idades
Arões	s/ inf.	268	Feminino	147	0 Dias a 10 Anos
			Masculino	118	0 Dias a 13 Anos
			s/ inf.	3	1 Dia a 7/8 Dias
Codal	s/ inf.	20 (4 Pobres)	Feminino	7	1 Ano a 11 Anos
			Masculino	13 (4 Pobres)	1 Ano a 13 Anos
Junqueira	s/ inf.	1	Masculino	1	12 Anos
Roge	7 Padres	1	Feminino	1	10 Anos
	s/ inf.	5	Feminino	3	7 Anos
			Masculino	2	8 Anos
Vila Cova de Perrinho	2 Padres	1	Masculino	1	10 Anos
	s/ inf.	14	Feminino	6	5 Anos a 11 Anos
			Masculino	8	1 Ano a 7 Anos
Total de Menores: 310 (em dois casos foi indicada a realização de acompanhamento)					

Fonte: ADAVR - Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.30, fls. 1-34v; ADAVR - Paróquia de Cepelos, registos de óbito, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - Paróquia de Junqueira, registos de óbitos, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fls. 230-257.

Anexo 13 – Ofícios e número de padres pedidos por freguesia e outorgante nas escrituras dos

Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra (até 1850)

Paróquia	Ofícios pedidos	Número de outorgantes por tipo de Ofício pedido	Número de padres pedidos	Número de outorgantes por tipo de ofício e número de padres
Arões	Ao critério dos herdeiros	3	s/ inf.	3
	Costume da freguesia	14	4 Padres	2
			6 Padres	1
			s/ inf.	11
	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	11	s/ inf.	11
	Meios Ofícios	1	s/ inf.	1
	1 Ofício	1	s/ inf.	1
	1 Ofício de Corpo Presente	4	s/ inf.	4
	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	2	6 Padres (os 3 Ofícios)	1
			s/ inf.	1
Cepelos	Costume da freguesia	14	6 Padres	2
			s/ inf.	12
	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	4	s/ inf.	4
			s/ inf.	4
	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	18	5 Padres (os 3 Ofícios)	1
			6 Padres (os 3 Ofícios)	8
			8 Padres (os 3 Ofícios)	1
			9 Padres (os 3 Ofícios)	4
			10 Padres (os 3 Ofícios)	2
			15 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2ºs Ofícios)	1
			s/ inf.	1
	1 Ofício de Corpo Presente + 1 Ofício	1	s/ inf.	1
	1 Ofício de Corpo Presente + Ofícios	5	6 Padres (todos os Ofícios)	2
			8 Padres (todos os Ofícios)	3
	3 Ofícios	26	Padres da Freguesia	3
			5 Padres	1
			6 Padres	9
			8 Padres	3
			9 Padres	3
			s/ inf.	7
	3 Ofícios na forma do uso e	1	s/ inf.	1

	costume da freguesia e pessoa da sua qualidade			
	s/ inf.	6	s/ inf.	6
Codal	Costume da freguesia	1	s/ inf.	1
	1 Ofício de Corpo Presente + Ofícios do Costume	5	9 Padres (todos os Ofícios)	3
			15 Padres (todos os Ofícios)	2
	3 Ofícios	3	12 Padres	2
			s/ inf.	1
	s/ inf.	3	s/ inf.	3
Junqueira	Costume da freguesia	5	s/ inf.	5
	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	17	7 Padres	2
			s/ inf.	15
	Ofícios Baixos	3	s/ inf.	3
	Ofícios Grandes na forma do uso e costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	1	s/ inf.	1
	2 Ofícios	2	s/ inf.	2
	3 Ofícios	2	9 Padres	1
			s/ inf.	1
Macieira de Cambra	s/ inf.	18	s/ inf.	18
	Costume da freguesia	6	6 Padres	3
			8 Padres	1
			s/ inf.	2
	Na forma e possibilidade dos herdeiros	1	s/ inf.	1
	1 Ofício	2	5 Padres	1
			10 Padres	1
	1 Ofício de Corpo Presente	2	6 Padres	1
			s/ inf.	1
	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	3	6 Padres (todos os Ofícios)	1
			8 Padres (todos os Ofícios)	2
	1 Ofício de Corpo Presente + 1 Missa	1	s/ inf.	1
	3 Ofícios	11	Padres da freguesia	2
			6 Padres	5
			9 Padres	3
			s/ inf.	1
	s/ inf.	6	s/ inf.	
Roge	Costume da freguesia	4	6 Padres	2
			s/ inf.	2
	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	2	s/ inf.	2
	1 Ofício de Corpo Presente	1	s/ inf.	1
	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	5	6 Padres (todos os Ofícios)	5
	2 Ofícios	1	s/ inf.	1
	3 Ofícios	35	5 Padres	5

			6 Padres	10
			7 Padres	5
			8 Padres	2
			9 Padres	9
			s/ inf.	4
			s/ inf.	11
São Pedro de Castelões	Costume da freguesia	14	Padres que existirem na freguesia	3
			5 Padres	1
			9 Padres	1
			s/ inf.	9
	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	3	s/ inf.	3
	1 Ofício de Corpo Presente	5	s/ inf.	5
	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	14	Padres da freguesia	2
			Padres da freguesia + assistência da Confraria de Nossa Senhora do Carmo (1º Ofício)	1
			9 Padres (todos os Ofícios)	3
			9 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2ºs Ofícios)	1
			10 Padres (todos os Ofícios)	1
			12 Padres (2ºs Ofícios)	1
			s/ inf.	5
	1 Ofício de Corpo Presente + Ofícios	5	Padres que existirem na freguesia	1
			9 Padres (todos os Ofícios)	2
			9 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (os outros Ofícios)	1
			s/ inf.	1
	3 Ofícios	9	Padres da freguesia	1
			4 Padres	1
			6 Padres	4
			s/ inf.	3
	s/ inf.	9	s/ inf.	9
Vila Chã	Costume da freguesia	3	6 Padres	1
			s/ inf.	2
	1 Ofício de Corpo Presente	1	6 Padres	1
	1 Ofício de Corpo Presente + Ofícios	2	5 Padres (todos os Ofícios)	2
	2 Ofícios	1	5 Padres	1
Vila Cova de Perrinho	3 Ofícios	1	6 Padres	1
	Costume da freguesia	3	5 Padres	1
			6 a 8 Padres	1
			s/ inf.	1
	3 Ofícios	5	6 Padres	5

Total de Pessoas: 381 (291 pessoas com indicação de pelo menos um Ofício e 90 pessoas sem indicação de Ofícios)

Fonte: AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*

Anexo 14 – Ofícios feitos e número de padres por defunto (maior de idade sem indicação de condição social de pobre e ofícios gratuitos) nos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)

Paróquia	Ofícios feitos	Número de defuntos por tipo de Ofício feito	Número de padres que fizeram os Ofícios	Número de defuntos por tipo de Ofício e número de padres
Arões	1 Noturno	11	s/ inf.	11
	1 Ofício de Corpo Presente + 1 Noturno	1	s/ inf.	1
	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Noturnos	1	s/ inf.	1
	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	2	7 Padres (1º Ofício)	1
			s/ inf.	1
	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios Grandes	1	s/ inf.	1
	1 Ofício de Corpo Presente + Ofícios Grandes	6	s/ inf.	6
	1 Ofício de Corpo Presente + Ofícios Pequenos	1	s/ inf.	1
	2 Noturnos	8	s/ inf.	8
	2 Ofícios Grandes	1	s/ inf.	1
	3 Noturnos	3	s/ inf.	3
	Bem de Alma Pequeno	1	s/ inf.	1
	Meio Bem de Alma	1	s/ inf.	1
	Meio Bem de Alma Pequeno	2	s/ inf.	2
	Meios Ofícios	2	s/ inf.	2
	Ofício de Corpo Presente	1	s/ inf.	1
	Ofícios Grandes	134	s/ inf.	134
	Ofícios Grandes + Ofícios N. N.	1	s/ inf.	1
	Ofícios Inteiros	1	s/ inf.	1
	Ofícios N.	5	s/ inf.	5
	Ofícios N. N.	70	s/ inf.	70
	Ofícios Noturnos	10	s/ inf.	10
	Ofícios Pequenos	130	s/ inf.	130
	Ofícios Pequenos + Ofícios Pequenos	1	s/ inf.	1
	Ofícios Pequenos N. N.	2	s/ inf.	2
	s/ inf.	432	s/ inf.	432
Cepelos	1 Ofício	17	s/ inf.	17
	1 Ofício + 2 Ofícios	1	9 Padres (1º Ofício)	1
	2 Ofícios	1	s/ inf.	1
	3 Ofícios	58	6 Padres	2
			s/ inf.	56
	s/ inf.	32	s/ inf.	32

Codal	1 Ofício	35	5 Padres	9
			6 Padres	6
			7 Padres	2
			8 Padres	3
			9 Padres	3
			10 Padres	2
			11 Padres	1
			14 Padres	1
			20 Padres	1
			25 Padres	1
			38 Padres	1
			s/ inf.	5
	1 Ofício de Corpo Presente	5	5 Padres	1
			6 Padres	1
			9 Padres	1
			10 Padres	1
			20 Padres	1
	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	78	3 Padres (1º Ofício)	1
			5 Padres (1º Ofício)	8
			6 Padres (1º Ofício)	6
			7 Padres (1º Ofício)	3
			8 Padres (1º Ofício)	8
			8 Padres (1º Ofício) + 7 Padres (2º Ofícios)	1
			8 Padres (1º Ofício) + 12 Padres (2º Ofícios)	1
			9 Padres (1º Ofício)	5
			10 Padres (1º Ofício)	3
			10 Padres (1º Ofício) + 9 Padres (2º Ofícios)	1
			Mais de 10 Padres (1º Ofício)	1
			11 Padres (1º Ofício)	2
			11 Padres (1º Ofício) + 10 Padres (2º Ofícios)	1
			12 Padres (1º Ofício)	4
			13 Padres (1º Ofício)	2
			15 Padres (1º Ofício)	3
			15 Padres (1º Ofício) + 9 Padres (2º Ofícios)	1
			19 Padres (1º Ofício)	2
			20 Padres (1º Ofício)	3
			22 Padres (1º Ofício)	2
			24 Padres (1º Ofício)	2
			25 Padres (1º Ofício)	4
			27 Padres (1º Ofício)	2
			27 Padres (1º Ofício) + 16 Padres (2º Ofícios)	1
			Mais de 20 Padres (1º Ofício)	1
			30 Padres (1º Ofício)	2
			32 Padres (1º Ofício)	1
			38 Padres (1º Ofício) + 13	1

			Padres (2 ^{os} Ofícios)	
			40 Padres (1 ^o Ofício)	1
			40 Padres (1 ^o Ofício) + 12 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			42 Padres (1 ^o Ofício)	1
			s/ inf.	3
	2 Ofícios	1	12 Padres	1
	3 Ofícios	45	9 Padres	2
			10 Padres	2
			s/ inf.	41
	s/ inf.	60	s/ inf.	60
Junqueira	1 Ofício N.	1	s/ inf.	1
	3 Ofícios Grandes	3	s/ inf.	3
	3 Ofícios Grandes, "feito o do corpo presente"	1	s/ inf.	1
	Ofícios Grandes	13	s/ inf.	13
	Ofícios Grandes, "teve officio de corpo presente"	1	s/ inf.	1
	Ofícios N.	17	s/ inf.	17
	Ofícios Pequenos	1	s/ inf.	1
	s/ inf.	4	s/ inf.	4
Roge	1 Noturno	1	s/ inf.	1
	1 Ofício	9	4 Padres	2
			5 Padres	3
			6 Padres	1
			8 Padres	2
			s/ inf.	1
	1 Ofício de Honras	14	15 Padres	1
			18 Padres	1
			20 Padres	1
			s/ inf.	11
	1 Ofício de Honras + 2 Ofícios	1	20 Padres (Ofício de Honras)	1
	1 Ofício de Corpo Presente de Honras	3	10 Padres	1
			s/ inf.	2
	1 Ofício de Corpo Presente	99	4 Padres	14
			5 Padres	29
			5/6 Padres	1
			6 Padres	21
			6/7 Padres	1
			7 Padres	6
			8 Padres	2
			9 Padres	5
			10 Padres	2
			11 Padres	1
			12 Padres	1
			15 Padres	1
			s/ inf.	15
	1 Ofício de Corpo Presente + 1 Ofício	9	5 Padres (os 2 Ofícios)	1
			5 Padres (1 ^o Ofício) + 6	1

			Padres (2º Ofício)	
			6 Padres (os 2 Ofícios)	3
			6 Padres (1º Ofício) + 5 Padres (2º Ofícios)	3
			12 Padres (os 2 Ofícios)	1
	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	248	4 Padres (os 3 Ofícios)	2
			4 Padres (1º Ofício)	2
			4 Padres (1º Ofício) + 5 Padres (2º Ofícios)	4
			4 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2º Ofícios)	1
			4 Padres (1º Ofício) + 8 Padres (2º Ofícios)	1
			5 Padres (os 3 Ofícios)	33
			5 Padres (1º Ofício)	1
			5 Padres (1º Ofício) + 3 Padres (2º Ofícios)	1
			5 Padres (1º Ofício) + 4 Padres (2º Ofícios)	3
			5 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2º Ofícios)	4
			5 Padres (1º Ofício) + 7 Padres (2º Ofícios)	2
			5 Padres (1º Ofício) + 9 Padres (2º Ofícios)	1
			6 Padres (os 3 Ofícios)	34
			6 Padres (1º Ofício)	2
			6 Padres (1º Ofício) + 4 Padres (2º Ofícios)	2
			6 Padres (1º Ofício) + 5 Padres (2º Ofícios)	7
			6 Padres (1º Ofício) + 7 Padres (2º Ofícios)	2
			6 Padres (1º Ofício) + 9 Padres (2º Ofícios)	1
			7 Padres (os 3 Ofícios)	20
			7 Padres (1º Ofício)	1
			7 Padres (1º Ofício) + 2 Padres (2º Ofícios)	1
			7 Padres (1º Ofício) + 5 Padres (2º Ofícios)	3
			7 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2º Ofícios)	8
			7 Padres (1º Ofício) + 8 Padres (2º Ofícios)	3
			7 Padres (1º Ofício) + 9 Padres (2º Ofícios)	5
			8 Padres (os 3 Ofícios)	9
			8 Padres (1º Ofício) + 4 Padres (2º Ofícios)	1
			8 Padres (1º Ofício) + 5 Padres (2º Ofícios)	1

		8 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2º Ofícios)	1
		8 Padres (1º Ofício) + 9 Padres (2º Ofícios)	3
		8 Padres (1º Ofício) + 10 Padres (2º Ofícios)	1
		9 Padres (os 3 Ofícios)	22
		9 Padres (1º Ofício)	2
		9 Padres (1º Ofício) + 4 Padres (2º Ofícios)	1
		9 Padres (1º Ofício) + 5 Padres (2º Ofícios)	1
		9 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2º Ofícios)	1
		9 Padres (1º Ofício) + 7 Padres (2º Ofícios)	1
		9 Padres (1º Ofício) + 8 Padres (2º Ofícios)	4
		9 Padres (1º Ofício) + 10 Padres (3º Ofício)	1
		9 Padres (1º Ofício) + 12 Padres (2º Ofícios)	1
		10 Padres (os 3 Ofícios)	5
		10 Padres (1º Ofício) + 4 Padres (2º Ofícios)	1
		10 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2º Ofícios)	2
		10 Padres (1º Ofício) + 7 Padres (2º Ofícios)	2
		10 Padres (1º Ofício) + 8 Padres (2º Ofícios)	3
		10 Padres (1º Ofício) + 9 Padres (2º Ofícios)	2
		11 Padres (os 3 Ofícios)	2
		11 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2º Ofícios)	1
		11 Padres (1º Ofício) + 7 Padres (2º Ofícios)	1
		11 Padres (1º Ofício) + 9 Padres (2º Ofícios)	1
		11 Padres (1º Ofício) + 12 Padres (2º Ofícios)	1
		12 Padres (os 3 Ofícios)	1
		12 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2º Ofícios)	1
		12 Padres (1º Ofício) + 7 Padres (2º Ofícios)	1
		12 Padres (1º Ofício) + 10 Padres (2º Ofícios)	1
		13 Padres (os 3 Ofícios)	2
		13 Padres (1º Ofício) + 8 Padres (2º Ofícios)	1
		13 Padres (1º Ofício) + 12	1

			Padres (2 ^{os} Ofícios)	
			14 Padres (1 ^o Ofício) + 7 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			14 Padres (1 ^o Ofício) + 8 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			15 Padres (1 ^o Ofício) + 11 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			15 Padres (1 ^o Ofício) + 10 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			15 Padres (1 ^o Ofício) + 13 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			16 Padres (1 ^o Ofício) + 14 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			18 Padres (1 ^o Ofício) + 9 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			18 Padres (1 ^o Ofício) + 12 Padres (2 ^{os} Ofícios)	2
			18 Padres (1 ^o Ofício) + 15 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			19 Padres (1 ^o Ofício) + 9 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			20 Padres (os 3 Ofícios)	2
			20 Padres (1 ^o Ofício) + 7 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			20 Padres (1 ^o Ofício) + 12 Padres (2 ^{os} Ofícios)	2
			20 Padres (1 ^o Ofício) + 13 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			22 Padres (1 ^o Ofício) + 7 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			23 Padres (1 ^o Ofício) + 14 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			25 Padres (1 ^o Ofício) + 11 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			25 Padres (1 ^o Ofício) + 15 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			25 Padres (1 ^o Ofício) + 16 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			26 Padres (1 ^o Ofício) + 17 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			30 Padres (1 ^o Ofício) + 18 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
			40 Padres (1 ^o Ofício) + 29 Padres (2 ^{os} Ofícios)	1
	1 Ofício de Corpo Presente + 3 Ofícios	1	8 Padres (1 ^o Ofício) + 12 Padres (2 ^{os} Ofícios) + 1 Padre (3 ^o Ofício)	1
	1 Ofício de Corpo Presente + 1 Missa	2	4 Padres	1
			s/ inf.	1
	2 Ofícios	2	9 Padres	1
			s/ inf.	1
	3 Ofícios	149	4 Padres	3

			5 Padres	32
			6 Padres	42
			7 Padres	18
			8 Padres	12
			9 Padres	10
			10 Padres	13
			11 Padres	2
			12 Padres	4
			s/ inf.	13
			Ofícios do Costume	1
s/ inf.	86	s/ inf.	86	
Vila Cova de Perrinho	1 Ofício	1	s/ inf.	1
	1 Ofício de Corpo Presente	24	1 Padre	1
			4 Padres	1
			5 Padres	10
			6 Padres	9
			8 Padres	1
			20 Padres	1
			s/ inf.	1
	1 Ofício de Corpo Presente + 1 Ofício	1	5 Padres (os 2 Ofícios)	1
	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	60	5 Padres (os 3 Ofícios)	6
			5 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2ºs Ofícios)	3
			6 Padres (os 3 Ofícios)	19
			6 Padres (1º Ofício)	3
			6 Padres (1º Ofício) + 5 Padres (2ºs Ofícios)	3
			6 Padres (1º Ofício) + 7 Padres (2ºs Ofícios)	1
			6 Padres (1º Ofício) + 10 Padres (2ºs Ofícios)	1
			7 Padres (os 3 Ofícios)	3
			7 Padres (1º Ofício)	1
			7 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2ºs Ofícios)	2
			8 Padres (1º Ofício)	1
			8 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2ºs Ofícios)	2
			9 Padres (os 3 Ofícios)	2
			9 Padres (1º Ofício)	1
			10 Padres (1º Ofício) + 7 Padres (2ºs Ofícios)	1
			11 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2ºs Ofícios)	1
			17 Padres (1º Ofício) + 10 Padres (2ºs Ofícios)	1
			21 Padres (1º Ofício) + 10 Padres (2ºs Ofícios)	1
			24 Padres (1º Ofício) + 12 Padres (2ºs Ofícios)	1

			s/ inf.	7
	3 Ofícios	19	5 Padres	1
			6 Padres	2
			7 Padres	3
			10 Padres	1
			s/ inf.	12
	s/ inf.	6	s/ inf.	6

Total de Pessoas: 1938 (1318 pessoas com indicação de pelo menos 1 Ofício e 620 pessoas sem indicação de Ofícios; em 379 casos da paróquia de Arões foi apenas escrito em nota lateral “feitos”, possivelmente seria uma menção de que o pároco já tinha feito todos os Ofícios que lhe competia, mas não é possível identificar o tipo de Ofício)

Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.6, fls. 53-97v*; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.29, fls. 1-127*; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito, liv.45, fls. 1-10*; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fls. 5v-34*; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos, liv.13, fls. 1-6v*; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fls. 58v-174*; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fls. 230-257*.

Anexo 15 – Ofícios feitos e número de padres por defunto (de condição social de pobre, muito pobre ou mendigo e recebidos “por caridade, pelo amor de Deus ou grátis”) nos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)

Paróquia	Condição social	Ofícios feitos	Por caridade, pelo amor de Deus ou grátis	Número de defuntos por condição social e tipo de Ofício feito	Número de padres que fizeram os Ofícios	Número de defuntos por condição social, tipo de Ofício feito e número de padres
Arões	Mendigo	s/ inf.	s/ inf.	1	s/ inf.	1
	Pobre	s/ inf.	s/ inf.	3	s/ inf.	3
	s/ inf.	1 Noturno	Sim	2	s/ inf.	2
Cepelos	Pobre	s/ inf.	s/ inf.	6	s/ inf.	6
Codal	Muito Pobre	1 Ofício de Corpo Presente	s/ inf.	1	5 Padres	1
		3 Ofícios	s/ inf.	1	s/ inf.	1
		s/ inf.	s/ inf.	7	s/ inf.	7
	Pobre	1 Noturno	s/ inf.	1	s/ inf.	1
		1 Ofício	Sim	12	5 Padres	6
					6 Padres	1
					8 Padres	1
					s/ inf.	4
			s/ inf.	38	5 Padres	22
					6 Padres	7
					7 Padres	4
					s/ inf.	5
		1 Ofício de Corpo Presente	s/ inf.	4	5 Padres	2
					6 Padres	2
		1 Ofício + 2 Ofícios	s/ inf.	6	5 Padres (1º Ofício)	4
					7 Padres (1º Ofício)	1
					8 Padres (1º Ofício)	1
		s/ inf.	s/ inf.	110	s/ inf.	110
	Pobre Mendigo	s/ inf.	s/ inf.	1	s/ inf.	1
	s/ inf.	1 Ofício	Sim	5	5 Padres	3
					8 Padres	1
					s/ inf.	1
Junqueira	Pobre	s/ inf.	s/ inf.	1	s/ inf.	1
Roge	Mendigo	s/ inf.	s/ inf.	1	s/ inf.	1
	Pobre	1 Noturno	s/ inf.	3	s/ inf.	3
		1 Noturno	s/ inf.	1	5 Padres	1

		da Pastoral		9	s/ inf.	9
		1 Noturno da ?	s/ inf.	1	s/ inf.	1
		1 Ofício	Sim	7	6 Padres	1
					7 Padres	1
					9 Padres	1
					s/ inf.	4
			s/ inf.	28	3 Padres	1
					3/4 Padres	1
					4 Padres	3
					5 Padres	16
					5/6 Padres	1
					6 Padres	2
					7 Padres	1
					s/ inf.	3
		1 Ofício da Pastoral	s/ inf.	26	7 Padres	2
					8 Padres	1
					s/ inf.	23
		1º Ofício da Pastoral	s/ inf.	4	s/ inf.	4
		1 Ofício da Pastoral (Ofício de Sepultura + Ofício de Corpo Presente)	s/ inf.	1	5 Padres	1
		1 Ofício da Pastoral + Missa Cantada	Sim	1	s/ inf.	1
		1 Ofício de Corpo Presente	Sim	2	5 Padres	2
			s/ inf.	41	4 Padres	6
					5 Padres	22
					6 Padres	6
					7 Padres	4
					10 Padres	1
					s/ inf.	1
		1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	Sim	1	7 Padres (os 3 Ofícios)	1
			s/ inf.	1	5 Padres (1º Ofício) + 6 Padres (2º Ofícios)	1
		1 Ofício de Corpo Presente + Missa	s/ inf.	1	9 Padres	1
		2 Ofícios da Pastoral	s/ inf.	1	s/ inf.	1
		3 Ofícios	s/ inf.	2	5 Padres	1

					6 Padres	1
		s/ inf.	s/ inf.	30	s/ inf.	30
	s/ inf.	1 Noturno da Pastoral	s/ inf.	1	s/ inf.	1
		1 Ofício	Sim	1	9 Padres	1
		1 Ofício da Pastoral	s/ inf.	1	s/ inf.	1
		1 Ofício de Corpo Presente	Sim	1	s/ inf.	1
Vila Cova de Perrinho	Muito Pobre	1 Ofício de Corpo Presente	s/ inf.	1	5 Padres	1
		s/ inf.	s/ inf.	1	s/ inf.	1
	Pobre	1 Ofício	s/ inf.	1	s/ inf.	1
		1 Ofício de Corpo Presente	s/ inf.	3	5 Padres	2
					6 Padres	1
		Não teve Ofícios por ser Pobre	s/ inf.	1	s/ inf.	1
		s/ inf.	s/ inf.	1	s/ inf.	1

Total de pessoas pobres/ muito pobres/mendigos: 373 (somente em 207 casos foi registado o tipo de Ofícios feitos; apenas é expressamente indicado o caso de 32 pessoas que receberam ofícios gratuitos; em 2 assentos de óbito da paróquia de Arões foi apenas escrito em nota lateral “feitos”, possivelmente seria uma menção de que o pároco já tinha feito todos os Ofícios que lhe competia, mas não é possível identificar o tipo de Ofício)

Fonte: ADAVR - Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - Paróquia de Cepelos, registos de óbito, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - Paróquia de Junqueira, registos de óbitos, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fls. 230-257.

**Anexo 16 – Ofícios feitos por defunto (menor de idade) por freguesia nos *Registos de Óbito* do
Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)**

Paróquia	Ofícios feitos	Número de padres que fizeram os Ofícios	Número de defuntos menores de idade por tipo de Ofício feito e número de padres	Idades	Número de defuntos menores de idade por tipo de Ofício feito, número de padres e idade
Arões	1 Noturno	s/ inf.	2	10 Anos	1
				s/ inf.	1
	1 Ofício Grande	s/ inf.	1	10 Anos	1
	1 Ofício N.	s/ inf.	2	11 Anos	1
				12 Anos	1
	Feitos	s/ inf.	3	13 Anos	2
				s/ inf.	1
	Ofícios N. N.	s/ inf.	2	8 Anos	1
				11 Anos	1
	s/ inf.	s/ inf.	258	0 Dias a 10 Anos	258
Codal	1 Ofício	5 Padres	1 (Pobre)	13 Anos	1
		6 Padres	1	11 Anos	1
		10 Padres	1	8 Anos	1
	1 Ofício + 2 Ofícios	10 Padres	1	11 Anos	1
	s/ inf.	s/ inf.	16 (3 Pobres)	1 Ano a 12 Anos	16
Junqueira	Ofícios N.	s/ inf.	1	12 Anos	1
Roge	1 Ofício de Corpo Presente	7 Padres	1	10 Anos	1
	s/ inf.	s/ inf.	5	7 Anos a 8 Anos	5
Vila Cova de Perrinho	s/ inf.	s/ inf.	15	1 Ano a 11 Anos	15

Total de Menores: 310

Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.30, fls. 1-34v; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

Anexo 17 – Comparação entre os Ofícios e número de padres pedidos por freguesia e outorgante das escrituras dos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850) e os Ofícios feitos e número de padres segundo os *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)

Paróquia	Pessoas	Ofícios pedidos	Número de Padres pedidos	Ofícios feitos	Número de padres que fizeram os Ofícios
Arões	Domingos Tavares	3 Ofícios	5 Padres	Ofícios Grandes	s/ inf.
	Micaela de Pinho	s/ inf.	s/ inf.	Ofícios Grandes	s/ inf.
	Maria	Costume da freguesia	s/ inf.	Ofícios Pequenos	s/ inf.
	António Rodrigues	Costume da freguesia	s/ inf.	Ofícios Pequenos	s/ inf.
	Francisca	Meios Ofícios	s/ inf.	Meio Bem de Alma Pequeno	s/ inf.
	Mariana	s/ inf.	s/ inf.	Ofícios Grandes	s/ inf.
	José Tavares Fontes	s/ inf.	s/ inf.	Ofícios Grandes	s/ inf.
	Maria Teixeira	Costume da freguesia	s/ inf.	Feitos	s/ inf.
	Maria Rosa	Costume da freguesia	6 Padres	Ofícios Grandes	s/ inf.
	José Nunes	Costume da freguesia	s/ inf.	Ofícios Grandes	s/ inf.
	Maria Tavares	3 Ofícios	s/ inf.	Ofícios Pequenos	s/ inf.
	Domingas Fernandes	s/ inf.	s/ inf.	Ofícios Pequenos	s/ inf.
	Maria Tavares	s/ inf.	s/ inf.	Feitos	s/ inf.
	Caetana	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	6 Padres	Ofícios Pequenos	s/ inf.
	Maria de Almeida	s/ inf.	s/ inf.	Ofícios Pequenos	s/ inf.
	Manoel Tavares	s/ inf.	s/ inf.	Ofícios Pequenos	s/ inf.
	Maria	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	s/ inf.	Ofícios Pequenos	s/ inf.
	Ana Maria de Jesus	s/ inf.	s/ inf.	Ofícios Grandes	s/ inf.
	Manoel Fernandes Corga	Costume da freguesia e qualidade da	s/ inf.	Ofícios Pequenos	s/ inf.

		sua pessoa			
	Manoel João	s/ inf.	s/ inf.	Ofícios N. N.	s/ inf.
	Maria de Jesus	s/ inf.	s/ inf.	Ofícios Grandes	s/ inf.
	Santos Fernandes	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	s/ inf.	Ofícios Grandes	s/ inf.
	Domingos Fernandes de Almeida	s/ inf.	s/ inf.	Feitos	s/ inf.
	Maria dos Santos	1 Ofício	s/ inf.	Ofícios N. N.	s/ inf.
	Rosa Tavares	s/ inf.	s/ inf.	Ofícios Grandes	s/ inf.
Cepelos	Manoel Dias de Sousa	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	6 Padres	3 Ofícios	s/ inf.
	Maria de Almeida	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	s/ inf.	3 Ofícios	s/ inf.
	Manoel Fernandes do Rio	Costume da freguesia	s/ inf.	3 Ofícios	s/ inf.
	Quitéria	1 Ofício de Corpo Presente + 1 Ofício	s/ inf.	3 Ofícios	s/ inf.
	Manoel José Correia	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	5 Padres	3 Ofícios	s/ inf.
Codal	Bernardina Correia de Bastos Pina	1 Ofício de Corpo Presente + Ofícios	9 Padres	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	38 Padres (1º Ofício) + 13 Padres (2ºs Ofícios)
Junqueira	Marcelino Tavares	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	s/ inf.	Ofícios Grandes, com Ofício de Corpo Presente	s/ inf.
	Joaquina	s/ inf.	s/ inf.	Ofícios Grandes	s/ inf.
	Manoel Joaquim	Costume da freguesia e qualidade da sua pessoa	s/ inf.	Ofícios Grandes	s/ inf.
Roge	Manoel Tavares de Pina	3 Ofícios	8 Padres	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	8 Padres (os 3 Ofícios)
	Maria Soares	3 Ofícios	s/ inf.	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	5 Padres (os 3 Ofícios)
	Maria Pereira	3 Ofícios	6 Padres	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	6 Padres (os 3 Ofícios)

	José Borges	3 Ofícios	5 Padres	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	5 Padres (os 3 Ofícios)
	Manoel Alves Jorge	Costume da freguesia	6 Padres	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	6 Padres (os 3 Ofícios)
	Domingos José de Caralho	3 Ofícios	7 Padres	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	7 Padres (os 3 Ofícios)
	Luís Soares	3 Ofícios	9 Padres	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	9 Padres (os 3 Ofícios)
	Teresa de Pina	Costume da freguesia	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.
	José Luís	s/ inf.	s/ inf.	3 Ofícios	s/ inf.
	Clara Joaquina	3 Ofícios	7 Padres	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	9 Padres (1º Ofício)
	Francisco Rodrigues Novo	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.
	Mariana	3 Ofícios	9 Padres	s/ inf.	s/ inf.
Vila Cova de Perrinho	Feliciana Gomes	3 Ofícios	6 Padres	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	6 Padres (os 3 Ofícios)
	Maria Gomes	Costume da freguesia	s/ inf.	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	5 Padres (os 3 Ofícios)
	João Luís	3 Ofícios	6 Padres	1 Ofício de Corpo Presente + 2 Ofícios	6 Padres (os 3 Ofícios)

Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.6, fls. 53-97v*; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.29, fls. 1-127*; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito, liv.45, fls. 1-10*; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fls. 5v-34*; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos, liv.13, fls. 1-6v*; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fls. 58v-174*; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fls. 230-257*; AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*

Anexo 18 – Local de sepultura pedido por freguesia e outorgante (segundo sexo e estado civil)
nas escrituras dos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850)

Paróquia	Local de sepultura pedido	Número de outorgantes por local de sepultura pedido	Sexo do outorgante	Número de outorgantes por local de sepultura pedido e sexo	Estado civil do outorgante	Número de outorgantes por local de sepultura pedido, sexo e estado civil
Arões	Igreja Matriz de Arões	2	Feminino	1	Viúva	1
			Masculino	1	Viúvo	1
	Dentro da Igreja Matriz de Arões	12	Feminino	8	Casada	3
					Solteira	4
			Masculino	4	Viúva	1
					Casado	3
	Dentro da Capela do Espírito Santo de Paraduça (Arões)	1	Masculino	1	Viúvo	1
	s/ inf.	64	Feminino	35	Casada	14
					Solteira	14
					Viúva	7
			Masculino	29	Casado	13
					Solteiro	8
					Viúvo	7
Cepelos	Igreja Matriz de Cepelos	3	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	2	Casado	1
					Solteiro	1
	Dentro Igreja Matriz de Cepelos	26	Feminino	14	Casada	7
					Solteira	5
					Viúva	2
			Masculino	12	Casado	6
					Clérigo	1
					Solteiro	3
	s/ inf.	46	Feminino	24	Viúvo	2
					Casada	13
					Solteira	8
			Masculino	22	Viúva	3
					Casado	14
					Solteiro	2
					Viúvo	4
					s/ inf.	2
Codal	Conforme a qualidade da sua pessoa	2	Feminino	2	Solteira	2

	Igreja Matriz de Codal	1	Masculino	1	Clérigo	1
	Dentro da Igreja Matriz de Codal	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Igreja de São Francisco (Lamego)	1	Masculino	1	Casado	1
	s/ inf.	6	Feminino	3	Casada	2
					Solteira	1
			Masculino	3	Casado	1
					Solteiro	1
Junqueira	À vontade da esposa	1	Masculino	1	Casado	1
	Igreja Matriz de Junqueira	8	Feminino	2	Casada	2
					Casado	2
			Masculino	6	Solteiro	3
					Viúvo	1
	Dentro da Igreja Matriz de Junqueira	6	Feminino	2	Casada	2
					Casado	2
			Masculino	4	Clérigo	1
					Solteiro	1
	Igreja Matriz de Junqueira ou onde se sepultar os outros defuntos	1	Feminino	1	Viúva	1
	Dentro da Igreja Matriz de Junqueira podendo ser	3	Feminino	2	Solteira	2
			Masculino	1	Viúvo	1
	s/ inf.	29	Feminino	12	Casada	8
					Solteira	4
			Masculino	17	Casado	12
					Solteiro	5
Macieira de Cambra	Igreja Matriz de Macieira de Cambra	3	Feminino	2	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Dentro da Igreja Matriz de Macieira de Cambra	5	Feminino	3	Casada	1
					Solteira	1
			Masculino	2	Viúva	1
					Casado	1
					Viúvo	1

	Dentro da Igreja Matriz de Macieira de Cambra entre as pias da água benta	1	Feminino	1	Viúva	1
	Capela do Senhor da Igreja Matriz Macieira de Cambra	3	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	2	Casado	2
	Capela da Senhora da Igreja Matriz Macieira de Cambra	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Capela do Senhor da Igreja Matriz Macieira de Cambra ou na da Senhora não podendo ser	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	s/ inf.	16	Feminino	7	Casada	3
					Solteira	1
					Viúva	3
			Masculino	9	Casado	6
					Solteiro	2
					s/ inf.	1
Roge	Igreja Matriz de Roge	2	Feminino	1	Casada	1
			Masculino	1	Casado	1
	Dentro da Igreja Matriz de Roge	24	Feminino	13	Casada	8
					Solteira	2
					Viúva	3
			Masculino	11	Casado	7
					Solteiro	2
					Viúvo	2
	Capela de Nossa Senhora do Rosário da Igreja	2	Masculino	2	Casado	1

	Matriz de Roge				Solteiro	1
	s/ inf.	31	Feminino	18	Casada	4
					Solteira	8
					Viúva	5
					s/ inf.	1
			Masculino	13	Casado	4
					Solteiro	2
					Viúvo	7
São Pedro de Castelões	Igreja Matriz de São Pedro de Castelões	3	Feminino	1	Viúva	1
			Masculino	2	Solteiro	1
					Viúvo	1
	Dentro da Igreja Matriz de São Pedro de Castelões	17	Feminino	7	Casada	4
					Solteira	1
					Viúva	1
			Masculino	10	Casado	5
					Solteiro	1
					Viúvo	4
	s/ inf.	40	Feminino	20	Casada	9
					Solteira	2
					Viúva	9
			Masculino	20	Casado	8
					Clérigo	2
					Solteiro	7
					Viúvo	3
Vila Chã Igreja Matriz de Vila Chã	Dentro da Igreja Matriz de Vila Chã	1	Feminino	1	Viúva	1
	s/ inf.	7	Feminino	4	Casada	2
					Solteira	1
					Viúva	1
			Masculino	3	Casado	2
Vila Cova de Perrinho	Dentro da Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho	5	Feminino	3	Casada	2
					Viúva	1
			Masculino	2	Casado	2
	s/ inf.	3	Feminino	1	Viúva	1
					Clérigo	1
			Masculino	2	Viúvo	1

Total de Pessoas: 381 (139 pessoas com indicação de local de sepultura pretendido e 242 pessoas sem qualquer referência ao mesmo; apenas 5 indivíduos não escolheram a Igreja da sua paróquia como local de sepultura)

Fonte: AMVLC - Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra; AMVLC - Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra

Anexo 19 – Local de sepultura por defunto (maior de idade e sem indicação de condição social de pobre) segundo o sexo e estado civil por freguesia nos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)

Paróquia	Local de sepultura	Número de defuntos por local de sepultura	Sexo do defunto	Número de defuntos por local de sepultura e sexo	Estado civil do defunto	Número de defuntos por local de sepultura, sexo e estado civil
Arões	Capela do Espírito Santo de Paraduça (Arões)	136	Feminino	72	Casada	28
					Solteira	15
					Viúva	23
					s/ inf.	6
			Masculino	64	Casado	26
					Solteiro	17
					Viúvo	17
					s/ inf.	4
	Cemitério do Hospital de São José em Lisboa	1	Masculino	1	Casado	1
	Convento de São Bento do Porto	1	Masculino	1	Casado	1
	Hospital Real de Santarém	1	Masculino	1	Casado	1
	Igreja do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões	1	Masculino	1	Casado	1
	Igreja Matriz de Macieira de Cambra	1	Masculino	1	Casado	1
	Igreja Matriz de São João da Serra (concelho de Oliveira de Frades)	1	Masculino	1	Viúvo	1
	Igreja Matriz de Alhos Vedros (concelho da Moita)	1	Masculino	1	Solteiro	1
	Igreja Matriz de	1	Feminino	1	Solteira	1

	Cabreiros (concelho de Arouca)					
	Igreja Matriz de Junqueira	1	Feminino	1	Casada	1
	Igreja Matriz de Roge	1	Feminino	1	Solteira	1
	Igreja Matriz de Arões	665	Feminino	344	Casada	87
					Solteira	125
					Viúva	108
					s/ inf.	24
			Masculino	321	Casado	116
					Clérigo	6
					Solteiro	95
					Viúvo	58
					s/ inf.	46
	Lisboa	1	Masculino	1	Solteiro	1
	O corpo foi pelo rio Vouga abaixo e sepultado nas margens desse rio na freguesia de Cedrim (concelho de Sever do Vouga) onde foi encontrado	1	Feminino	1	s/ inf.	1
	s/ inf.	15	Feminino	4	Solteira	2
					Viúva	2
			Masculino	11	Casado	7
					Solteiro	1
					s/ inf.	3
Cepelos	Adro da Igreja do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões	1	Feminino	1	s/ inf.	1
	Igreja Matriz de Cepelos	107	Feminino	65	Casada	28
					Clérigo	1
					Solteira	22
					Viúva	10
					s/ inf.	5
			Masculino	42	Casado	13
					Solteiro	12
					Viúvo	11
					s/ inf.	5

	Igreja Matriz de Arões	1	Masculino	1	s/ inf.	1
Codal	Capela Mor da Igreja Matriz de Codal	10	Feminino	5	Casada	2
					Viúva	2
					s/ inf.	1
			Masculino	5	Clérigo	1
					Solteiro	1
					Viúvo	1
					s/ inf.	2
	Cidade de Lamego	1	Masculino	1	s/ inf.	1
	Dentro da Igreja Matriz de Codal	115	Feminino	43	Casada	16
					Separada (por nulidade)	1
					Solteira	8
					Viúva	13
					s/ inf.	5
			Masculino	31	Casado	2
					Clérigo	
					Solteiro	13
					Viúvo	8
					s/ inf.	8
	Igreja Matriz de Codal	41	Feminino	25	Casada	6
					Solteira	6
					Viúva	7
					s/ inf.	6
			Masculino	16	Casado	2
					Clérigo	1
					Solteiro	2
					Viúvo	1
	Freguesia de Codal	1	Masculino	1	s/ inf.	1
	s/ inf.	97	Feminino	47	Casada	16
					Solteira	12
					Viúva	9
					s/ inf.	10
			Masculino	50	Casado	2
					Clérigo	1
					Solteiro	11
					Viúvo	3
					s/ inf.	33
Junqueira	Dentro da Igreja Matriz de Junqueira	40	Feminino	28	Casada	7
					Solteira	11
					Viúva	7
					s/ inf.	3
			Masculino	12	Casado	5
					Solteiro	3
					Viúvo	4
	s/ inf.	1	Masculino	1	Viúvo	1

Roge	Capela de Nossa Senhora do Rosário da Igreja Matriz de Roge	48	Feminino	29	Casada	8
					Solteira	9
					Viúva	9
					s/ inf.	3
			Masculino	19	Casado	1
					Clérigo	1
					Solteiro	4
					Viúvo	4
					s/ inf.	9
	Capela de São Francisco da Igreja Matriz de Roge	5	Feminino	2	Viúva	2
			Masculino	3	Casado	2
					Viúvo	1
	Capela Mor da Igreja Matriz de Roge	12	Feminino	3	Casada	1
					Solteira	1
					s/ inf.	1
			Masculino	9	Clérigo	6
	Dentro da Igreja Matriz de Roge	381	Feminino	207	s/ inf.	3
					Casada	59
					Solteira	60
					Viúva	60
			Masculino	174	s/ inf.	28
					Casado	34
					Solteiro	40
					Viúvo	36
	Igreja Matriz de Roge	173	Feminino	87	s/ inf.	64
					Casada	23
					Solteira	21
					Viúva	24
			Masculino	86	s/ inf.	19
					Casado	17
					Solteiro	19
					Viúvo	19
	Igreja Matriz de São Joane (talvez seja o atual lugar da freguesia de São João da Serra, concelho de Oliveira de Frades)	1	Masculino	1	s/ inf.	31
					Casado	17
					Solteiro	19
	s/ inf.	5	Feminino	2	Casada	1
			Masculino	3	s/ inf.	1
					Solteiro	1

					s/ inf.	2
Vila Cova de Perrinho	Capela Mor da Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho	1	Masculino	1	Casado	1
	Dentro da Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho	96	Feminino	55	Casada	13
					Solteira	17
					Viúva	14
					s/ inf.	11
			Masculino	41	Casado	5
					Solteiro	7
					Viúvo	6
					s/ inf.	24
	Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho	5	Feminino	2	Solteira	1
					Viúva	1
			Masculino	3	Clérigo	1
					Viúvo	1
					s/ inf.	1
	Igreja Matriz de Palmaz (concelho de Oliveira de Azeméis)	1	Feminino	1	Solteira	1
	Igreja Matriz de Carregosa (concelho de Oliveira de Azeméis)	1	Masculino	1	Viúvo	1
	s/ inf.	6	Feminino	1	Viúva	1
			Masculino	4	Clérigo	1
					Solteiro	1
					Viúvo	1
					s/ inf.	1
			s/ inf.	1	s/ inf.	1

Total de Pessoas: 1938 (1814 pessoas com indicação de local de sepultura e 124 pessoas sem indicação do local de sepultura; apenas 149 pessoas não foram sepultadas nas igrejas matrizes das paróquias do concelho)

Fonte: ADAVR - Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - Paróquia de Arões, registos de óbito, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - Paróquia de Cepelos, registos de óbito, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - Paróquia de Codal, registos de óbito, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - Paróquia de Junqueira, registos de óbitos, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fls. 230-257.

Anexo 20 – Local de sepultura por defunto (pobre, muito pobre ou mendigo) segundo o sexo e estado civil por freguesia nos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)

Paróquia	Condição social do defunto	Local de sepultura	Nº de defuntos por local de sepultura	Sexo do defunto	Nº de defuntos por local de sepultura e sexo	Estado civil do defunto	Nº de defuntos por local de sepultura, sexo e estado civil				
Arões	Mendigo	Igreja Matriz de Arões	1	Feminino	1	Solteira	1				
	Pobre		3	Feminino	2	Viúva	2				
				Masculino	1	s/ inf.	1				
	Pobre?		2	Masculino	2	Casado	1				
						Solteiro	1				
	Cepelos		Pobre	Igreja Matriz de Cepelos	6	Feminino	4	Casada	1		
Solteira		2									
Viúva		1									
Masculino		2				Casado	1				
						s/ inf.	1				
						Codal	Muito Pobre	Dentro da Igreja Matriz de Codal	9	Feminino	3
Solteira	1										
Viúva	1										
Masculino	6	Casado	2								
		Viúvo	3								
		s/ inf.	1								
Pobre	Dentro da Igreja Matriz de Codal	33	Feminino	20	Casada		7				
					Solteira		6				
					Viúva		5				
					s/ inf.		2				
			Masculino	13	Casado		1				
					Solteiro		2				
					Viúvo		3				
					s/ inf.		7				
					Igreja Matriz de Codal		71	Feminino	31	Casada	14
										Solteira	13
										Viúva	9
										s/ inf.	4
	Masculino	40	Casado	11							
			Solteiro	6							
			Viúvo	5							
			s/ inf.	9							
			s/ inf.	67				Feminino	27	Casada	8
	Solteira	5									
	Viúva	6									
	s/ inf.	8									
	Masculino	40			Solteiro		7				
Viúvo					2						
s/ inf.					31						

	Pobre Mendigo	Igreja Matriz de Codal	1	Masculino	1	Casado	1
	Pobre?	Dentro da Igreja Matriz de Codal	1	Feminino	1	Casada	1
		Igreja Matriz de Codal	3	Feminino	2	Solteira	2
				Masculino	1	s/ inf.	1
		s/ inf.	1	Masculino	1	Solteiro	1
Junqueira	Pobre	Dentro da Igreja Matriz de Junqueira	1	Masculino	1	Solteiro	1
Roge	Mendigo	Igreja Matriz de Roge	1	Masculino	1	Solteiro	1
	Pobre	Capela de Nossa Senhora do Rosário da Igreja Matriz de Roge	1	Feminino	1	s/ inf.	1
		Dentro da Igreja Matriz de Roge	111	Feminino	66	Casada	9
						Solteira	30
						Viúva	13
						s/ inf.	14
			45	Masculino	45	Casado	9
						Solteiro	8
						Viúvo	9
						s/ inf.	19
		Igreja Matriz de Roge	46	Feminino	29	Casada	4
						Solteira	13
						Viúva	6
						s/ inf.	6
			17	Masculino	17	Casado	1
						Clérigo	1
						Solteiro	2
						Viúvo	2
						s/ inf.	11
		Freguesia de Roge	1	Feminino	1	s/ inf.	1
		s/ inf.	1	Feminino	1	Viúva	1
	Pobre?	Dentro da Igreja Matriz de Roge	3	Feminino	2	Solteira	2
				Masculino	1	s/ inf.	1

		Igreja Matriz de Roge	2	Feminino	1	Solteira	1
				Masculino	1	s/ inf.	1
	Muito Pobre	Dentro da Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho	2	Feminino	2	Viúva	2
		Dentro da Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho	1	Feminino	1	s/ inf.	1
				Feminino	1	s/ inf.	1
						Solteiro	1
				Masculino	4	Viúvo	1
						s/ inf.	2
Vila Cova de Perrinho	Pobre	Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho	5				

Total de pessoas pobres/muito pobres/mendigos: 373 (para 11 pessoas que não foram identificados como pobres mas receberam ofícios gratuitos surgem com o sinal de interrogação, assim como para um caso em que foram feitos um ofício e acompanhamento gratuitos sem indicação de condição social de pobreza; só para 304 casos existe indicação do local de sepultura)

Fonte: ADAVR - Paróquia de Arões, registros de óbito, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - Paróquia de Arões, registros de óbito, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - Paróquia de Cepelos, registros de óbito, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - Paróquia de Codal, registros de óbito, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - Paróquia de Junqueira, registros de óbitos, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - Paróquia de Roge, registo de óbitos, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos, liv.4, fls. 230-257.

Anexo 21 – Local de sepultura por defunto menor de idade segundo o sexo por nos *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)

Paróquia	Local de sepultura	Número de defuntos por local de sepultura	Sexo do defunto	Idades	Número de defuntos por local de sepultura, sexo e idade
Arões	Capela do Espírito Santo de Paraduça (Arões)	3	Feminino	10 Anos	1
			Masculino	3 Meses e 8/9 Anos	2
	Igreja Matriz de Arões	262	Feminino	0 Dias e 10 Anos	145
			Masculino	0 Dias e 13 Anos	114
			s/ inf.	1 Dia e 7/8 Dias	3
	s/ inf.	3	Feminino	1 Ano	1
			Masculino	8 Dias e 6 Ano	2
Codal	Igreja Matriz de Codal	2 (1 Pobre)	Feminino	11 Anos	1
			Masculino	13 Anos	1 (Pobre)
	s/ inf.	18 (3 Pobres)	Feminino	1 Ano a 11 Anos	6
			Masculino	6 Meses a 11 Anos	12 (3 Pobres)
Junqueira	Dentro da Igreja Matriz de Junqueira	1	Masculino	12 Anos	1
Roge	Dentro da Igreja Matriz de Roge	4	Feminino	7 Anos e 10 Anos	4
	Igreja Matriz de Roge	2	Feminino	8 Anos	1
			Masculino	s/ inf.	1
Vila Cova de Perrinho	Dentro da Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho	14	Feminino	5 Anos e 9 Anos	5
			Masculino	1 Ano a 10 Anos	9
	Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho	1	Feminino	11 Anos	1

Total de Menores: 310 (o local de sepultura foi indicado para 289 casos)

Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de*

óbito, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Arões*, *registos de óbito*, liv.30, fls. 1-34v; ADAVR - *Paróquia de Cepelos*, *registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal*, *registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira*, *registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge*, *registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho*, *registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257.

Anexo 22 – Comparação entre o local de sepultura pedido por freguesia e outorgante das escrituras dos *Livros de Registo de Testamentos do Concelho de Cambra* (até 1850) e o local de sepultura segundo os *Registos de Óbito* do Concelho de Vale de Cambra (1800-1850)

Paróquia	Pessoas	Estado civil	Local de sepultura pedido	Local de sepultura
Arões	Domingos Tavares	Solteiro	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Micaela de Pinho	Viúva	Sua Igreja Matriz de Arões	Capela do Espírito Santo de Paraduça (Arões)
	Maria	Solteira	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	António Rodrigues	Viúvo	Dentro da Capela do Espírito Santo de Paraduça (Arões)	Capela do Espírito Santo de Paraduça (Arões)
	Francisca	Solteira	Dentro da Igreja Matriz de Arões	Igreja Matriz de Arões
	Mariana	Solteira	Dentro da Igreja Matriz de Arões	Igreja Matriz de Arões
	José Tavares Fontes	Viúvo	s/ inf.	Capela do Espírito Santo de Paraduça (Arões)
	Maria Teixeira	Viúva	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Maria Rosa	Viúva	Dentro da Igreja Matriz de Arões	Igreja Matriz de Arões
	José Nunes	Casado	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Maria Tavares	Viúva	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Domingas Fernandes	Casada	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Maria Tavares	Casada	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Caetana	Solteira	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Maria de Almeida	Solteira	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Manoel Tavares	Viúvo	s/ inf.	Capela do Espírito Santo de Paraduça (Arões)
	Maria	Solteira	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Ana Maria de Jesus	Casada	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Manoel Fernandes Corga	Solteiro	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Manoel João	Casado	Dentro da Igreja Matriz de Arões	Igreja Matriz de Arões

	Maria de Jesus	Casada	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Santos Fernandes	Casado	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Domingos Fernandes de Almeida	Viúvo	Dentro da Igreja Matriz de Arões	Igreja Matriz de Arões
	Maria dos Santos	Solteira	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
	Rosa Tavares	Viúva	s/ inf.	Igreja Matriz de Arões
Cepelos	Manoel Dias de Sousa	Casado	s/ inf.	Igreja Matriz de Cepelos
	Maria de Almeida	Casada	s/ inf.	Igreja Matriz de Cepelos
	Manoel Fernandes do Rio	Viúvo	s/ inf.	Igreja Matriz de Cepelos
	Quitéria	Solteira	s/ inf.	Igreja Matriz de Cepelos
	Manoel José Correia	Casado	s/ inf.	Igreja Matriz de Cepelos
Codal	Bernardina Correia de Bastos Pina	Casada	s/ inf.	Capela Mor da Igreja Matriz de Codal
Junqueira	Marcelino Tavares	Solteiro	Dentro da Igreja Matriz de Junqueira “podendo ser”	Dentro da Igreja Matriz de Junqueira
	Joaquina	Solteira	Dentro da Igreja Matriz de Junqueira “podendo ser”	Dentro da Igreja Matriz de Junqueira
	Manoel Joaquim	Viúvo	Dentro da Igreja Matriz de Junqueira “podendo ser”	Dentro da Igreja Matriz de Junqueira
Roge	Manoel Tavares de Pina	Casado	s/ inf.	Dentro da Igreja Matriz de Roge
	Maria Soares	Solteira	Dentro da Igreja Matriz de Roge	Dentro da Igreja Matriz de Roge
	Maria Pereira	Solteira	Dentro da Igreja Matriz de Roge	Dentro da Igreja Matriz de Roge
	José Borges	Casado	Dentro da Igreja Matriz de Roge	Dentro da Igreja Matriz de Roge
	Manoel Alves Jorge	Casado	Dentro da Igreja Matriz de Roge	Dentro da Igreja Matriz de Roge
	Domingos José de Caralho	Casado	s/ inf.	Dentro da Igreja Matriz de Roge
	Luís Soares	Solteiro	Capela da Senhora da Igreja Matriz de Roge	Dentro da Igreja Matriz de Roge
	Teresa de Pina	Viúva	s/ inf.	Dentro da Igreja Matriz de Roge
	José Luís	Viúvo	s/ inf.	Dentro da Igreja

				Matriz de Roge
	Clara Joaquina	Viúva	Dentro da Igreja Matriz de Roge	Capela de Nossa Senhora do Rosário da Igreja Matriz de Roge
	Francisco Rodrigues Novo	Viúvo	s/ inf.	Dentro da Igreja Matriz de Roge
	Mariana	Solteira	s/ inf.	Igreja Matriz de Roge
Vila Cova de Perrinho	Feliciano Gomes	Viúva	Dentro da Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho	Dentro da Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho
	Maria Gomes	Viúva	s/ inf.	Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho
	João Luís	Casado	Dentro da Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho	Dentro da Igreja Matriz de Vila Cova de Perrinho

Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.6, fls. 53-97v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv.29, fls. 1-127; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv.45, fls. 1-10; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv.48, fls. 5v-34; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv.13, fls. 1-6v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registo de óbitos*, liv.45, fls. 58v-174; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registo de óbitos*, liv.4, fls. 230-257; AMVLC - *Livro 1º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 2º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 3º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*; AMVLC - *Livro 4º de Registos de Testamentos do Concelho de Cambra*

Anexo 23 – Primeiras referências a sepulturas nos adros e/ou cemitérios públicos segundo os

Registos de Óbito do Concelho de Vale de Cambra

Paróquia	Local de sepultura	Dia	Mês	Ano
Arões	Adro da Igreja Matriz	29	Agosto	1866
	Cemitério Público	4	Julho	1871
	Adro da Capela do Espírito Santo de Paraduça	5	Janeiro	1867
	Cemitério da Capela do Espírito Santo de Paraduça	30	Dezembro	1871
	Cemitério da Capela de Nossa Senhora dos Milagres da Lomba	18	Novembro	1866
Cepelos	Cemitério Público	17	Fevereiro	1891
Codal	Adro da Igreja Matriz	23	Fevereiro	1902
	Cemitério Público	15	Junho	1902
Junqueira	Cemitério Provisório	28	Agosto	1866
	Cemitério Público	27	Dezembro	1866
Macieira de Cambra	Cemitério Público	17	Agosto	1883
Roge	Cemitério Público	2	Outubro	1889
São Pedro de Castelões	Cemitério Público	22	Janeiro	1878
Vila Chã	Cemitério Público	19	Junho	1893
Vila Cova de Perrinho	Adro da Igreja Matriz	14	Fevereiro	1902

Fonte: ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 35, fls. 4, 5v; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 36, fl. 1; ADAVR - *Paróquia de Arões, registos de óbito*, liv. 38, fls. 12-15v; ADAVR - *Paróquia de Cepelos, registos de óbito*, liv. 85, fl. 3; ADAVR - *Paróquia de Codal, registos de óbito*, liv. 116, fls. 1, 2; ADAVR - *Paróquia de Junqueira, registos de óbitos*, liv. 13, fl. 53; ADAVR - *Paróquia de Macieira de Cambra, registos de óbito*, liv. 43, fl. 17v; ADAVR - *Paróquia de Roge, registos de óbitos*, liv. 86, fl. 6v; ADAVR - *Paróquia de Castelões, registos de óbito*, liv. 85, fl. 2; ADAVR - *Paróquia de Vila-Chã, registos de óbito*, liv. 64, fl. 2v; ADAVR - *Paróquia de Vila Cova de Perrinho, registos de óbito*, liv. 85, fl. 1.